



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL DOUTORADO EM
POLÍTICA SOCIAL**

IVNA DE OLIVEIRA NUNES

**“EU SOU A BOCA DELA”: ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
PARA HAITIANAS EM CUIABÁ – MT**

BRASÍLIA-DF

2022

IVNA DE OLIVEIRA NUNES

“EU SOU A BOCA DELA”: ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
PARA HAITIANAS EM CUIABÁ – MT

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB).

Área de Concentração: Estado, Política Social e Cidadania

Linha de pesquisa: Exploração e Opressão de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Teixeira Rodrigues.

BRASÍLIA - DF

2022

“EU SOU A BOCA DELA”: ANÁLISE SOBRE O MERCADO DE TRABALHO
PARA HAITIANAS EM CUIABÁ – MT

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Teixeira Rodrigues.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marlene Teixeira Rodrigues (Orientadora)
Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Política Social

Prof.^a Dr.^a Bruna Andrade Irineu (Avaliadora Externo)
Universidade Federal de Mato Grosso
Departamento de Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Cleusa dos Santos (Avaliadora Externa)
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Curso de Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Priscilla Maia de Andrade (Avaliadora Interna)
Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas
Curso de Serviço Social

Prof.^a Dr.^a Anabelle Carrilho (Avaliadora Suplente)
Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas
Curso de Serviço Social

Às minhas avós, Toinha (in momorian) e Ivone (que perdi durante o percurso da tese e não tive como me despedir). Mulheres que mal sabiam desenhar seu próprio nome, mas que cumpriram seu ciclo, impulsionando uma geração de mulheres aguerridas e que levo comigo.

A Messim, que foi a minha mais dolorosa partida no final da tese. Meu irmão, meu amigo, conseguimos!

Às migrantes haitianas, por me fazerem pensar e repensar o lugar no mundo.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Marlene Teixeira que pacientemente trilhou os caminhos desta tese. Obrigada pela condução ética, precisa, voraz e inquieta. Agradeço pelos momentos de partilha e por ter me questionado sobre os lugares da pesquisa e da pesquisadora. A fala constante de que ‘tese pronta é tese defendida’ ecoou para que esta achasse o ponto final.

A Cleusa Santos, Bruna Irineu e Priscilla Maia pela leitura cuidadosa desta tese e pelas valiosas contribuições.

As trabalhadoras e trabalhadores do Centro Pastoral para Migrantes de Cuiabá pelo acolhimento, almoços partilhados, diálogos, confiança e brincadeiras.

A minha mãe Jandira, por ter vindo a Cuiabá quando solicitei, mesmo depois de tamanha perda. Nada que eu escreva aqui retrata tudo o que você é pra mim. Nosso amor é a construção mais bonita que conheço. Infinito e além. Te amo, mulher!

Ao meu pai (in memoriam) que me fez enxergar os livros como arma para tudo. Obrigada por ser o maior conhecedor de ‘quase nada’ na vida! Minha poesia cotidiana.

A minha irmã, Iara (Bel), pelas ligações cotidianas e esperançosas. Sei que mesmo nos momentos em que a barra tinha que ser dividida, seu amor por mim, a fez reorganizar a vida e sustentar as dores momentâneas. Amo você e o cafuringa de tia, Vinícius!

A Ana Samilly, que fez da sua casa a minha quando segurou minha mão com amor, no momento em que mais precisei. Obrigada pelas partilhas, inquietações, alegrias, cervejas e pelo nosso projeto ‘love lattes’.

A minha família que, no momento de profunda tristeza, incertezas e pandemia, acolheu-me, abraçou-me e me levou pra perto das minhas raízes. Em especial as “terapeutas do fracasso” Lara e Maria.

A minha segunda família: mãe Mirela, Aroudo, Duane, Camila e Lara. Obrigada pelo asé.

As amigas e aos amigos de Fortaleza, as ueceanas e as/os cafuços, por não me deixarem esquecer quem sou, de onde vim e aonde quero chegar.

A Sheilane, Alessandra e Vanessa por serem meu ombro amigo, lugar de choro e de conforto.

As amigas e amigos cuiabanos pelo carinho, amor, partilha. Em especial a família que criei nesta cidade: Qelli, Ian, Josi, Mércia, Márcia, Laís, Larissa Gentil, Suzi, Raquel e Lorena

Aos amigos de Brasília por tentar tonar este lugar minha casa também. Em especial aos irmãos que construí na SQN 411: José, Nicole, Tibério e Gabi.

Aos amigos feitos no Dinter, Murilo, Kleberson e Mariele. A estrada da tese ficou mais leve com vocês.

Aos cariocas Mari e Sérgio. Vocês tornaram Brasília mais acolhedora.

As camaradas e aos camaradas.

As pessoas que estiveram comigo nas duas gestões da ABEPSS construindo a luta!

“Fanm malere ou se poto mitan lavi a / Pobre mulher, você é o centro da vida
Lakay la se ou jaden an ti komès la se ou menm / O criado, o jardim, o comércio
confiam em você
Fanm malere san ou lit la pa ka reyisi / Pobre mulher, sem você a luta não pode ter
sucesso
Mwen wete chapo ba devan ou / Saúdo sua coragem”
(Música cantada por haitianas)

RESUMO

Esta tese trata da inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho, a partir da particularidade das haitianas no município de Cuiabá – Mato Grosso. A mobilidade feminina tem sido fruto dos debates migratórios a partir de 1980, momento em que há um aumento considerável destas nos fluxos migratórios. Esta feminização das migrações vem acompanhada de outros dois fenômenos que é a feminização da pobreza e do trabalho. Diante das condições vivenciadas, nos últimos anos pela crise estrutural capitalista, são as mulheres da classe trabalhadora, majoritariamente negras que, expulsas de seus locais de origem, encontram no projeto migratório alternativa para a manutenção da própria vida e dos familiares. Mediadas pela divisão sexual e racial do trabalho, às migrantes são destinadas à postos de trabalhos flexíveis, precarizados, informais, baixa remuneração e sem garantia de direitos, o que representa uma roldana que movimenta a reprodução capitalista. Essa divisão, estruturada pelo patriarcado e pelo racismo confere a elas inferioridade, invisibilidade, jornadas extenuantes e silenciamento, sobretudo, com o acúmulo de funções na esfera reprodutiva. Diante disso essa pesquisa tem como objetivo geral: Investigar as determinações produtivas e reprodutivas do trabalho das mulheres que particularizam a inserção das migrantes haitianas no mercado de trabalho em Mato Grosso. Deste, apresentam-se como desdobramentos que compõem os objetivos específicos: a) Compreender como a mobilidade humana particulariza-se a partir da crise capitalista atual e seus impactos no contexto migratório sul-sul; b) Contextualizar os aspectos sociais, econômico, políticos e culturais da formação social brasileira que particularizam a migração para o país e para as mulheres trabalhadoras; c) Contextualizar os marcos legais, os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais da migração haitiana no Brasil e na especificidade de Mato Grosso; d) Investigar como o estado de Mato Grosso insere-se como lócus da migração de circulação e como a migração de mulheres no contexto dos fluxos sul-sul, expressa a dinâmica de exploração, dominação e expropriação, a partir dos aspectos de classe, gênero e raça. Para tal alcance realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo que usou como técnicas de investigação: levantamento bibliográfico, documental e jornalístico a partir dos dados fornecidos pelo Centro Pastoral para Migrantes de Cuiabá. Consideramos que o mercado de trabalho para as mulheres haitianas na capital cuiabana reforça a divisão sexual e racial do trabalho e aprofunda a condição de vida e de trabalho destas com a renovação dos traços da formação socio histórica brasileira marcada pelo patriarcado, racismo e xenofobia. Ademais, consideramos que o elemento da nacionalidade se adensa a classe, raça e gênero impelindo a uma maior exploração do trabalho das migrantes.

Palavras chaves: Migração; Divisão sexual e racial do trabalho, Mercado de Trabalho, Patriarcado, Racismo

ABSTRACT

This thesis deals with the insertion of migrant women in the labor market, based on the particularity of Haitians in the municipality of Cuiabá - Mato Grosso. Female mobility has been the result of migratory debates since 1980, when there is a considerable increase in these in migratory flows. This feminization of migration is accompanied by two other phenomena, the feminization of poverty and work. Faced with the conditions experienced in recent years by the capitalist structural crisis, it is working class women, mostly black, who, expelled from their places of origin, find in the migratory project an alternative for the maintenance of their own lives and their families. Mediated by the sexual and racial division of labor, migrants are destined for flexible, precarious, informal jobs, with low remuneration and no guarantee of rights, which represents a pulley that moves capitalist reproduction. This division, structured by patriarchy and racism, gives them inferiority, invisibility, strenuous journeys and silencing, above all, with the accumulation of functions in the reproductive sphere. Therefore, this research has the general objective: To investigate the productive and reproductive determinations of women's work that particularize the insertion of Haitian migrants in the labor market in Mato Grosso. From this, the following are presented as developments that make up the specific objectives: a) Understand how human mobility is particularized from the current capitalist crisis and its impacts on the south-south migratory context; b) Contextualize the social, economic, political and cultural aspects of the Brazilian social formation that particularize migration to the country and for working women; c) Contextualize the legal frameworks, economic, political, cultural and social aspects of Haitian migration in Brazil and in the specificity of Mato Grosso; d) Investigate how the state of Mato Grosso is inserted as a locus of migration of circulation and how the migration of women in the context of south-south flows, expresses the dynamics of exploitation, domination and expropriation, from the aspects of class, gender and race. To achieve this, we carried out a qualitative research that used as investigation techniques: bibliographic, documentary and journalistic survey based on data provided by the Pastoral Center for Migrants of Cuiabá. We consider that the job market for Haitian women in the capital of Cuiabana reinforces the sexual and racial division of labor and deepens their living and working conditions with the renewal of the traits of the Brazilian socio-historical formation marked by patriarchy, racism and xenophobia. In addition, we consider that the element of nationality is reinforced by class, race and gender, leading to a greater exploitation of the work of migrants.

Keywords: Migration; Sexual and racial division of work, Labor Market, Patriarchy, Racism

RESUMEN

Esta tesis trata sobre la inserción de mujeres migrantes en el mercado de trabajo, a partir de la particularidad de las haitianas en el municipio de Cuiabá - Mato Grosso. La movilidad femenina ha sido el resultado de los debates migratorios desde 1980, cuando se produce un aumento considerable de estos en los flujos migratorios. Esta feminización de la migración va acompañada de otros dos fenómenos, la feminización de la pobreza y el trabajo. Ante las condiciones vividas en los últimos años por la crisis estructural capitalista, son las mujeres de clase trabajadora, en su mayoría negras, quienes, expulsadas de sus lugares de origen, encuentran en el proyecto migratorio una alternativa para el sostenimiento de su propia vida y la de sus familias. Mediados por la división sexual y racial del trabajo, los migrantes son destinados a trabajos flexibles, precarios, informales, con bajos salarios y sin garantía de derechos, lo que representa una polea que mueve la reproducción capitalista. Esta división, estructurada por el patriarcado y el racismo, les otorga inferioridad, invisibilidad, recorridos extenuantes y silenciamientos, sobre todo, con la acumulación de funciones en la esfera reproductiva. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo general: Investigar las determinaciones productivas y reproductivas del trabajo de las mujeres que particularizan la inserción de migrantes haitianos en el mercado de trabajo de Mato Grosso. A partir de ello, se presentan como desarrollos que integran los objetivos específicos: a) Comprender cómo se particulariza la movilidad humana a partir de la actual crisis capitalista y sus impactos en el contexto migratorio sur-sur; b) Contextualizar los aspectos sociales, económicos, políticos y culturales de la formación social brasileña que particularizan la migración al país y para las mujeres trabajadoras; c) Contextualizar los marcos jurídicos, económicos, políticos, culturales y sociales de la migración haitiana en Brasil y en la especificidad de Mato Grosso; d) Investigar cómo el estado de Mato Grosso se inserta como locus de migración de circulación y cómo la migración de mujeres en el contexto de los flujos sur-sur, expresa las dinámicas de explotación, dominación y expropiación, desde los aspectos de clase, género y raza. Para ello, realizamos una investigación cualitativa que utilizó como técnicas de investigación: levantamiento bibliográfico, documental y periodístico a partir de datos proporcionados por el Centro Pastoral para Migrantes de Cuiabá. Consideramos que el mercado de trabajo de las mujeres haitianas en la capital de Cuiabá refuerza la división sexual y racial del trabajo y profundiza sus condiciones de vida y de trabajo con la renovación de los rasgos de la formación sociohistórica brasileña marcada por el patriarcado, el racismo y la xenofobia. Además, consideramos que el elemento de nacionalidad se ve reforzado por la clase, la raza y el género, lo que conduce a una mayor explotación del trabajo de los migrantes.

Palabras llave: Migración; División sexual y racial del trabajo, Mercado de Trabajo, Patriarcado, Racismo

SOMMAIRE

Cette thèse traite de l'insertion des femmes migrantes dans le marché du travail, en se basant sur la particularité des Haïtiens dans la municipalité de Cuiabá - Mato Grosso. La mobilité féminine est le fruit des débats migratoires depuis 1980, époque à laquelle on assiste à une augmentation considérable de ceux-ci dans les flux migratoires. Cette féminisation de la migration s'accompagne de deux autres phénomènes, la féminisation de la pauvreté et du travail. Face aux conditions vécues ces dernières années par la crise structurelle capitaliste, ce sont les femmes ouvrières, majoritairement noires, qui, expulsées de leurs lieux d'origine, trouvent dans le projet migratoire une alternative pour l'entretien de leur propre vie et de leur famille. Médiés par la division sexuelle et raciale du travail, les migrants sont destinés à des emplois flexibles, précaires, informels, à faible rémunération et sans garantie de droits, qui représentent une poulie qui fait avancer la reproduction capitaliste. Cette division, structurée par le patriarcat et le racisme, leur confère infériorité, invisibilité, déplacements pénibles et silence, surtout, avec le cumul des fonctions dans la sphère reproductive. Par conséquent, cette recherche a pour objectif général : d'enquêter sur les déterminations productives et reproductives du travail des femmes qui particularisent l'insertion des migrants haïtiens sur le marché du travail dans le Mato Grosso. A partir de là, sont présentés comme développements qui constituent les objectifs spécifiques : a) Comprendre comment la mobilité humaine se particularise à partir de la crise capitaliste actuelle et ses impacts sur le contexte migratoire sud-sud ; b) contextualiser les aspects sociaux, économiques, politiques et culturels de la formation sociale brésilienne qui particularisent la migration vers le pays et pour les travailleuses ; c) Contextualiser les cadres juridiques, économiques, politiques, culturels et sociaux de la migration haïtienne au Brésil et dans la spécificité du Mato Grosso ; d) Étudier comment l'État du Mato Grosso s'insère comme lieu de migration de circulation et comment la migration des femmes dans le contexte des flux sud-sud, exprime la dynamique d'exploitation, de domination et d'expropriation, à partir des aspects de classe, de genre et course. Pour y parvenir, nous avons réalisé une recherche qualitative qui a utilisé comme techniques d'enquête : enquête bibliographique, documentaire et journalistique basée sur les données fournies par le Centre pastoral pour les migrants de Cuiabá. Nous considérons que le marché du travail des femmes haïtiennes dans la capitale Cuiabana renforce la division sexuelle et raciale du travail et approfondit leurs conditions de vie et de travail avec le renouvellement des traits de la formation socio-historique brésilienne marquée par le patriarcat, le racisme et la xénophobie. En outre, nous considérons que l'élément de nationalité est renforcé par la classe, la race et le sexe, conduisant à une plus grande exploitation du travail des migrants.

Mots clés : Migration ; Rapports sexuelle et raciale du travail, Marché du travail, Patriarcat, Racisme

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	ESTADO CIVIL X SEXO DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)	169
GRÁFICO 2 –	IDADE X SEXO DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)	170
GRÁFICO 3 –	SEXO X NÚMERO DE FILHOS DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)	170
GRÁFICO 4 –	PRINCIPAIS SETORES OCUPADOS POR HAITIANOS	179
GRÁFICO 5 –	PROFISSÕES - CPM	181
GRÁFICO 6 –	ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)	185
GRÁFICO 7 –	PROFISÃO POR SEXO - CPM	199
GRÁFICO 8 –	ESCOLARIDADE POR SEXO - CPM	206

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	ROTA MIGRATÓRIA ENTRE OS ESTADOS DO ACRE E MATO GROSSO.	156
------------	--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	REPORTAGENS DE JORNAIS EM MT SOBRE HAITI-ANOS 2013 A 2017.	49
TABELA 2 –	ATENDIMENTOS REALIZADOS DE 1980 A 2018.	151
TABELA 3 –	MIGRANTES INTERNACIONAIS/ PIA ANO 2011/ PASTORAL DA MIGRAÇÃO	15 1
TABELA 4 –	TOTAL DE HAITIANOS NO CPM	157
TABELA 5 –	POPULAÇÃO HAITIANA ATENDIDA PELO CPM NOS ANOS 2013-2016	166
TABELA 6 –	POPULAÇÃO HAITIANA ATENDIDA PELO CPM NOS ANOS 2017-2019	166
TABELA 7 –	MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, SEGUNDO PRINCIPAIS OCUPAÇÕES, BRASIL, 2011 - 2019.	177

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADHIMI-MT	Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEMAT	Central Elétrica de Mato Grosso
CIRH	Comitê Interino para a Reconstrução do Haiti
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
COETRAE	Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo
COM	Centro Pastoral Para Migrantes
CONARE	Comitê Nacional de Refugiados
COVID-19	<i>Corona Virus Disease 19</i>
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EUA	Estados Unidos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MPT-MT	Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso
MTE	Ministério do Trabalho
Obmigra	Observatório de Migração
OIM	Organização Internacional para Migrações

OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Escritório de População, Refugiado e Migração
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RN	Resolução Normativa
SRT/MT	Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso
SRTb/MT	Pastoral do Migrante e da Superintendência Regional de Trabalho de Mato Grosso
SRTE-MT	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UDES	Universidad de San Andrés
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UnB	Universidade de Brasília
UNIVAG	Centro Universitário de Várzea Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESUISA E DA EXPOSIÇÃO.....	32
2.1	Traçando rotas, revendo caminhos: o material da pesquisa.....	39
2.2	Entre a sala de arquivos e a cozinha: montando um quebra-cabeça com peças faltando.....	47
2.3	Dificuldades, inconsistências de dados e ‘alternativas’ encontradas.....	53
3	“LEVÁVAMOS A CASA NAS COSTAS”	55
3.1	Das inúmeras travessias: a divisão sexual e racial do trabalho..	56
3.2	O mercado de trabalho feminino no Brasil.....	65
3.3	Je suis ici, ainda que não queiram! As mulheres na migração.....	80
4	“EU SOU UM SER, UM CORPO. TENHO COR, TENHO CORTE E A HISTÓRIA DO MEU LUGAR”.....	97
4.1	Migrações no contexto Sul-Sul: a necessidade da expansão capitalista pelo mercado de trabalho de migrantes.....	98
4.2	“A pérola das Antilhas”: breve histórias das migrações haitiana.....	117
4.2.1	Notas sobre a migração haitiana para Brasil.....	126
5	PAU FINCADO OU PAU RODADO?: o Haiti em Cuiabá.....	143
5.1	O Centro da Pastoral Para Migrantes de Cuiabá.....	143
5.1.1	Objetivos e ações do Centro.....	147
5.1.2	De deslocados internos aos migrantes internacionais: a mudança do perfil dos atendimentos da Casa.....	149
5.2	Traçando rotas: a chegada em Cuiabá.....	153
5.2.1	Saída da Pastoral para o ‘gueto’.....	161
5.3	Quem são as e os migrantes haitianas e haitianos que chegam à Pastoral?.....	165
5.4	“Sem serviço, sem serviço”, foi o que eles disseram!: o mercado de trabalho para haitianos.....	175

5.4.1	O que parece estar escondido, mas não está: trabalho escravo e migração.....	187
5.5	Invisíveis? classe, gênero e raça no mercado de trabalho.....	191
5.5.1	O mercado de trabalho.....	196
5.5.2	trabalho das haitianas no âmbito reprodutivo.....	208
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
	REFERÊNCIAS	222
	APÊNDICES.....	232
	APÊNDICE A – TABELA DE JORNAIS E NOTÍCIAS HAITI 2013 A 2017.....	233

1 INTRODUÇÃO

“Eu sou a boca dela!”. Aquela frase ecoou durante dias na minha cabeça após assistir um debate sobre cultura e identidade africana e haitiana na Casa das Mulheres Pretas em Cuiabá. Aquele momento configurava-se como oportunidade de preencher as ausências dos debates construídos durante a tese, já que não havia conseguido ter contato direto com as haitianas. No campo das ideias, aquele espaço poderia propiciar um diálogo com alguma mulher migrante e que possibilitasse entender quais mediações que faltavam para finalizar a escrita, mas, não compareceu nenhuma! As falas foram elucidativas sobre cotidiano, vivência em outros países e políticas públicas. No momento do debate, uma cuiabana questionou aos homens haitianos que compunham a mesa sobre o enraizamento do machismo no Haiti, pois ela, enquanto professora da Educação de Jovens e Adultos - EJA, observava a baixa presença das migrantes na escola onde trabalhava e questionou a falta destas em momentos como aquele. Na tentativa de respostas, o interlocutor afirma que os homens no Haiti são mais escolarizados e que às mulheres cabem realizar as atividades do comércio, do lar e das crianças. Revelou que, no Brasil, por exemplo, as mulheres haitianas não sentem necessidade de falar o português, pois “os homens falam por ela, eles traduzem” [sic.]. Segundo ele, elas são as chefes da casa e no Haiti, eles saem para o trabalho e quando retornam, elas têm preparado a alimentação, o banho, “tudo para eles”. Essa dinâmica é estabelecida assim como normal e relata que, para os brasileiros, trata-se de um choque cultural. Ele retrata que foi no Brasil que aprendeu a cozinhar, a lavar e a passar, pois no país de origem, quem fazia essas atividades eram as mulheres da família. Inquieta, a mulher retorna com a pergunta ao relembrar um momento em que esteve enquanto acompanhante de um casal de haitianos no Hospital Universitário para atendimento da filha destes. Relatou que a cada pergunta direcionada à mulher, quem respondia era o homem. Na tentativa de escutá-la, refuta o homem solicitando que ele a deixe responder. Ele diz: ‘eu sou a boca dela! Ela não fala português [sic.]. De modo a tentar estabelecer o diálogo mais uma vez com a haitiana, o marido reitera ‘eu sou a boca dela’. Após ter exposto esta vivência, a cuiabana reafirma que os traços do patriarcado, sobretudo no estado de Mato Grosso, é uma ‘barreira difícil de ser quebrada’.

Iniciamos esta tese a partir deste relato vivenciado, pois ele aponta elementos para evidenciar o problema que dá origem a este tema de pesquisa: a inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho no Brasil, mediado pela divisão sexual e racial do trabalho e intensificado pelos traços da formação sócio-histórica brasileira, que expressam a dinâmica de expropriação, exploração e dominação do sistema capitalista-racista-patriarcal.

Esta tese que tem como tema “Eu sou a boca dela”: divisão sexual e racial do trabalho das mulheres haitianas em Cuiabá- MT cumpre requisito do Doutorado Interinstitucional (DINTER), do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso. Mais especificamente constitui objeto da pesquisa a inserção das mulheres haitianas migrantes¹ residentes no estado do Mato Grosso no mercado de trabalho, no período de 2010 a 2020. Este fenômeno se insere no contexto global da produção e reprodução capitalista que, nas últimas décadas, ancoram-se em políticas neoliberais, na flexibilização, na reestruturação do mundo do trabalho e no aumento da desigualdade e do empobrecimento da classe trabalhadora, tem implicado em deslocamentos e expulsões de grandes contingentes da população, principalmente de mulheres.

A denominada “nova era das migrações”, dada a partir da reconfiguração capitalista de deslocamento humano (MILLER e CASTLES,1993), de acordo com Cavalcanti et al. (2017) deve ser compreendida a partir de características como a globalização, diferenciação, feminização e a crescente politização das migrações. Além dessas, devemos acrescentar que este cenário apresenta uma diversidade de tipos de fluxos das migrações – tais como as de retorno, circulação e de assentamento – e de destinos migratórios – limitadas anteriormente a fluxos bipolares de entrada e saída de migrantes dos países –, com isso novos destinos surgem, ocasionados não só pelas barreiras territoriais, mas por aspectos econômicos e sociais que facilitam a entrada de migrantes, funcionamento das redes, países envolvidos e particularidades das experiências migratórias.

¹ Informamos que usaremos neste texto os termos migrantes e migração em acordo com o exposto por Cogo e Badet (2013, p.12) em que “o uso do termo migrante (no lugar de imigrante) e migração (no lugar de imigração) nos permite enfatizar as dimensões múltiplas tanto de movimento, trânsito e fluidez quanto de temporalidades e motivações que marcam as migrações contemporâneas e que podem variar em função de diferentes fatores políticos, econômicos e sociais”.

O Relatório de Migração Global 2020, elaborado pela Organização Internacional para Migrações (OIM), revelou que existem em torno de 272 milhões de pessoas vivendo fora do local onde nasceu. Destes, pouco menos da metade eram mulheres, totalizando 47,9% e 13,9% de crianças em 2019, ou seja, a cada 10 migrantes 06 são mulheres ou crianças. No que concerne aos refugiados, os dados não diferem, demonstrando que dos 20,4 milhões de pessoas refugiadas, 48% eram do sexo feminino (ACNUR). No Brasil, segundo o Relatório Anual sistematizado pelo Observatório de Migração (Obmigra), foi registrada a entrada de 1.085.673 migrantes internacionais nos anos de 2011 a 2019, provenientes sobretudo dos países da América Latina e Caribe. Deste total, 399.372 foram mulheres de nacionalidade venezuelana e haitiana. A análise ainda revela que dos imigrantes que permanecem por um período maior no país entre os anos de 2010 e 2019, foram registrados 660.349 imigrantes, dos quais 41% foram mulheres.

Diante do exposto nos questionamos: o que esses números revelam ou mascaram? Quais os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que engendram a mobilidade humana no cenário atual, sobretudo as mulheres? Em uma tentativa aparente de respostas, podemos dizer que os dados elevados de mulheres em deslocamento pelo mundo são justificados por diversas razões, dentre elas: casamentos forçados, violência, conflitos armados, destruição ambiental, perseguições políticas, violações de direitos, educação, aspectos culturais, costumes e busca de melhores condições de vida e de trabalho. Todavia, existem outros aspectos estruturais que levam estas mulheres a se deslocarem.

Para ilustrar os deslocamentos ainda em termos numéricos, os dados de 2020 apontam que nas regiões globais, As mulheres totalizam em percentagem na América do Norte 51,8%, na Europa 51,4% na Oceania 50,4%, na América Latina e Caribe 49,9%, na Ásia Central e Meridional 49,4% e Leste e Sudeste Asiático 49,3%. (ONU, 2020). Embora as migrantes continuem mais presentes nos países do Norte, devemos considerar que os fluxos para o Sul global têm aumentado, relacionado com necessidade de reorganização geopolítica do capital, a partir dos anos 2000, sobretudo com a precarização e flexibilização do mundo do trabalho e as perdas de direitos da classe trabalhadora, que reverberam às mulheres, sobremaneira às racializadas.

Acrescem-se a este cenário, o empobrecimento de parcela da população em que 70% das pessoas mais pobres no mundo são mulheres, os baixos custos

salariais, ausência de políticas públicas e a informalidade, ocasionando péssimas condições de vida e trabalho nos países de origem e encontram na migração estratégias de enfrentamento da desigualdade. Não obstante, a realidade vivenciada por muitas revela que, na tentativa de sobreviver, têm a sua humanidade esgarçada pelo sistema capitalista com a recriação de formas diversas de exploração, dominação e opressão.

A precariedade do trabalho das mulheres ancora-se na divisão sexual e racial do trabalho que atribui significados e hierarquias que produzem desigualdades, à medida que atribui superioridade ao que se refere ao trabalho masculino e negatividade e inferioridade ao que é realizado pelo feminino, determinando espaços, papéis e atividades assimétricas, sendo essa diferença intrínseca ao capitalismo e ao modo de acumulação do capital que conforma a sociabilidade atual, ou seja, a relação “dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho” atingem de forma particular as mulheres por meio da exploração, opressão² e expropriação³. (FEDERICI, 2017, p.37). O cenário de intensificação da participação das mulheres nos fluxos migratórios, bem como no mercado de trabalho, tem sido funcional ao sistema capitalista na forma de auferir lucros, visto que envolve relações de opressão e dominação não só de um gênero sobre outro, de uma raça sobre a outra, da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

Em outro documento intitulado “Tendências do Emprego Global 2019”, revelou que mais de 172 milhões de pessoas não estavam empregadas e mais de 700 milhões de pessoas vivem na extrema ou moderada pobreza, mesmo. Destaca ainda que das pessoas que estão trabalhando, a desigualdade de gênero permanece com 48% das mulheres empregadas frente a 75% dos homens. A utilização da força da mão de obra de migrantes faz parte da roldana que mobiliza uma maior exploração do sistema capitalista, pois se refere a uma mão de obra reserva, portanto, com custos menos elevados do que o do trabalhador nacional, possibilitado pela flexibilidade, irregularidade, violação de direitos e múltiplas

² O sistema opressão-dominação assenta-se sob uma base material sólida que objetiva a acumulação e dominação por meio da propriedade privada, das relações de classe, patriarcais de gênero e de raça (SAFFIOTI, 1984).

³ Em acordo com Fontes (2010) a expropriação realiza-se na relação social da dinâmica capitalista que acontece na separação violenta de homens e mulheres das suas condições sociais para a produção e reprodução social e estão mais intensificadas na atual conjuntura, ao mercantilizar todas as esferas da vida social: os direitos, a natureza e própria humanidade e de forma particular as classes, o gênero e a raça.

violências, o que permite uma maior extração de valor, que é descartada em qualquer cenário de crise.

Nesta direção, a concretude da vida real retrata que os deslocados na busca das condições de sobrevivência são homens, mulheres, idosos e crianças que têm sido presos, deportados, confinados em centros de detenção, quando não morrem nas travessias de fronteira, demonstrando que os limites fronteiriços não estão apenas as suas formas físicas e geográficas que separam os Estados nacionais, mas nas fronteiras econômicas, sociais, políticas e culturais reveladoras de culturas patriarcais, racistas, heteronormativas, xenofóbicas e preconceituosas.

Neste sentido, a compreensão da mobilidade humana, que tem sua expressão na migração, deve ser analisada em um momento que, para sair da crise, o capitalismo reorganiza-se e se reproduz com a mundialização do capital, a internacionalização do trabalho e a reorganização geopolítica, em que de um lado, os conglomerados políticos, econômicos são desterritorializados e primam pela liberdade de mercado, e de outro o aumento das desigualdades, da pobreza, do desemprego e do encarceramento de parcela da população mundial, expulsando-as de seus lugares (SASSEN, 2004).

Quanto ao deslocamento feminino podemos destacar fatores que impelem a saída de seus países de origem como a fuga de guerras, de casamentos, desastres naturais, perseguições por etnias, religiões, questões políticas ou pela busca de trabalho. O aumento numérico de mulheres nos fluxos migratórios também tem sido facilitado, nos últimos anos, pelas redes migratórias que oferecem apoio e informações que auxiliam na entrada e permanência destas nos países.

Embora a intensificação de mulheres no contexto migratório seja significativa, estas permanecem invisibilizadas no mercado de trabalho, pois de um lado a presença masculina demarca, historicamente, uma imagem de migrante trabalhador e, de outro, porque os espaços em que estas ocupam são de atividades “tipicamente femininas”, como setores de serviços, empregadas domésticas, denotando uma precariedade e informalidade do trabalho.

A intensificação das migrações, bem como da feminização dos fluxos, deve ser, pois, analisada no contexto de mundialização do capital que, por meio da desterritorialização, tem (re)criado espaços para auferir lucro, via exploração e expropriação de direitos da classe trabalhadora. Se antes os fluxos eram Sul-Norte na busca de melhores condições de vida e de trabalho, principalmente para as

mulheres dos países em desenvolvimento, devido às políticas restritivas em países centrais, há um remodelamento do deslocamento dos “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016). O que temos na atualidade é a migração no percurso Sul-Sul (BABIC, 2017; CAVALCANTI 2014; VILLEN, 2016).

É neste contexto que, nos últimos anos, o Brasil⁴ vem se consolidando como *lócus* dos fluxos migratórios internacionais e acontece, dentre outros aspectos, pela fase de um crescimento econômico que situou o País na posição geopolítica da divisão internacional do trabalho (BAENINGER, 2012). Mais que um espaço de entrada e saída de migrantes, o País é o trajeto de várias nacionalidades, devido ao aumento de remessas que chegam, bem como pelo número de emigração de brasileiros para o exterior. Todavia, a inserção do País nos fluxos requer a compreensão dos diferentes tipos de migrantes, sejam eles “com ou sem raízes históricas, com ou sem qualificação profissional, com ou sem pretensões de permanência definitiva, com ou sem a garantia de direitos humanos” (BAENINGER, 2018, p. 355).

Dados do Ministério da Justiça e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) retratam que número de imigrantes no território brasileiro cresceu mais de 80% entre os anos de 2002 e 2010. Até março de 2015 estão registrados 1.847.274 imigrantes regulares, dos quais, em torno de 1.189.000 são permanentes, 500.000 temporários, 11.230 fronteiriços, 4.824 refugiados. São pessoas vindas da África, Síria, Colômbia, Haiti, dentre outros países. Esses migrantes chegam com perspectivas diversas, dentre elas trabalho, casamento, processos educacionais, mas também os que fogem de perspectivas culturais e costumes, como casamento forçado, de guerras, pobreza ocasionada por fatores naturais e melhoria das condições de vida em outro país.

A inserção de haitianos no Brasil, foco desta tese, tem sido crescente desde 2010 pela Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru). Dentre os fatores que ocasionaram esta imigração, podemos destacar o terremoto que devastou o país em 2010, deixando milhares de pessoas mortas, feridas e/ou desabrigadas, bem como violações de direitos humanos, conflitos políticos, crises econômicas, violência, fome e repetidas catástrofes naturais (BAENINGER *et al.*, 2017). É importante salientar que a mobilidade é um fenômeno antigo e estrutural entre os haitianos. Os fatores

4 Até 2010, 70 nacionalidades solicitaram refúgio no Brasil. Em 2015, segundo Baeninger (2010 este número alterou para 120 nacionalidades).

mobilizadores da chegada dessas pessoas ao Brasil são diversos, dentre eles motivações econômicas, mas também, políticas, educacionais, culturais, estratégias geográficas e sociais, sobretudo. Entre os anos de 2010 e 2017, entrou um volume em torno de 90.000 haitianos e haitianas, segundo dados do Sistema de Tráfego Internacional. Destes, 44.361 imigrantes chegaram ao País atravessando a fronteira terrestre, o que corresponde a 52% da imigração haitiana no País.

É importante salientar que a mobilidade é um fenômeno antigo e estrutural entre os haitianos. Os fatores mobilizadores da chegada dessas pessoas ao Brasil são diversos, dentre eles motivações econômicas, mas também, políticas, educacionais, culturais, estratégias geográficas e sociais, sobretudo. A partir de 2010 observa-se assim, o aumento de migrantes haitianos no país devido a um desastre ambiental que devastou o país. Os primeiros haitianos cruzam a Tríplice Fronteira – Brasil, Colômbia e Peru – para entrar no Brasil por Manaus solicitando o pedido de refúgio.

A pesquisa realizada pelo OBMigra sobre o perfil dos haitianos no Brasil revelou que estes são em sua maioria jovens de 20 a 40 anos, com um forte incremento do número de mulheres. Estas estão no mercado de trabalho formal em um percentual maior que o masculino, configurando um crescimento de 303% contra 247% da presença masculina nos anos de 2012 a 2013. Os migrantes possuem uma qualificação e ensino médio em torno dos 39%, além dos que possuíam ensino superior. Destaca-se que, apesar de uma qualificação, estão ocupando postos de trabalho aquém dos que executavam no Haiti. Dentre os segmentos estão setor de serviços, produção de bens e serviços industriais e vendedores. Todavia, observa-se um número expressivo de analfabetos, que aumentou em 979% de 2012 para 2013. Os rendimentos expressam-se entre um e dois salários-mínimos. Outro dado importante na pesquisa refere-se aos processos judiciais e extrajudiciais de tráfico de pessoas e trabalho escravo, especificamente no estado de São Paulo:

o modo como a sociedade receptora constrói a noção do outro e a sua inserção nesta sociedade, demonstra a hierarquia de nacionalidades: aqui no Brasil os imigrantes haitianos e haitianas são imigrantes-trabalhadores, com documentação (visto e carteira de trabalho) e, portanto, são braços para o trabalho (BAENINGER, 2018, p. 368, grifos da autora).

Ressaltamos que, embora as estratégias do capital para uma maior exploração do trabalho seja a utilização da força de trabalho de migrantes, este aspecto não elimina a maior exploração do trabalho de nacionais. Compreender,

portanto, as particularidades dos periféricos na periferia é analisar as formas laborais imbricadas por aspectos da formação social brasileira racista e patriarcal que reverbera sobre o conjunto da classe trabalhadora, os aspectos estruturais do capitalismo de flexibilização do trabalho, expropriação dos direitos, informalidade e terceirização. Como nos mostra Villen (2015, p. 50), “talvez a particularidade da força de trabalho dos periféricos na periferia tende a se revelar na combinação de aspectos ligados à sua condição de imigrante [...] com todo o processo de imigração imposto”.

Alguns estudos (BAENINGER *et al.*, 2016) têm demonstrado que a vida das mulheres haitianas no Brasil é permeada de preconceitos e discriminação racial, visto que se trata de refugiadas negras. Além disso, a ausência do governo no atendimento à população haitiana tem dificultado o acesso às políticas sociais, nos remetendo a refletir que estas são construídas a partir do perfil de desejados e indesejados.

Segundo o jornal G1⁵, entre os anos de 2010 e 2018 encontram-se no estado 3.556 haitianos e 119 venezuelanos, enquanto maiores nacionalidades. A Secretaria de Educação do Estado aponta um número maior de haitianos com aproximadamente 6.000 haitianos, dos quais 2.000 vivem em Cuiabá e Várzea Grande e 300 na região de Sorriso, os outros estariam situados em Lucas do Rio Verde e Sinop. No ano de 2018, 385 desse total de migrantes estiveram, por intermédio da Pastoral do Migrante e da Superintendência Regional de Trabalho de Mato Grosso (SRTb/MT), inseridos no mercado de trabalho com carteira assinada. Um outro levantamento feito pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) mostra que em 2016, 1.063 pessoas foram empregadas formalmente em Mato Grosso, em 2017 foram 1.185 imigrantes colocados no mercado com carteira assinada e 385 no primeiro semestre de 2018. Quantas mulheres no mercado de trabalho formal os dados revelam? Em que condições estão submetidas?

Estando territorialmente no Centro-Oeste do país, o estado, segundo dados censitários do IBGE, possuindo um dos maiores polos agroexportadores do país, concentrando a produção e exportação de soja e com uma concentração das atividades laborais no setor de serviços com rendimento médio de 2.145,00. O estado possui cerca de 3.303.122 habitantes distribuídos em 141 municípios com a

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/08/10/mt-acolheu-3556-haitianos-e-venezuelanos-nos-ultimos-8-anos-diz-relatorio.ghtml>.

terceira maior área territorial do país, compondo a Amazônia Legal e tendo como a divisa oeste a Bolívia. Assim, trazemos a importância de pensar o estado na divisão de fronteiras territoriais como atrativos para migrantes nos fluxos de circulação migratória de entrada e saída dos países.

Destacamos que a entrada de haitianos, segundo Magalhães (2017) no estado ocorreu a partir de 2012, onde entram em número de 7000 haitianos para trabalhar na Copa do Mundo, visto que a capital do estado, Cuiabá, era uma das sedes. Deste número, 3000 fixaram residência na capital mato-grossense e no município vizinho, Várzea Grande. Em pesquisa realizada por Beninger (2017), entre os anos de 2011 e 2014, estiveram no mercado de trabalho formal 94 migrantes em 2012, tendo este número elevado para 2.151 em 2014. Todavia, com a inserção de migrantes no estado, há uma ausência de estudos que retratem os dados sobre os locais de trabalho, rendimentos bem como a mediação com a divisão sexual e racial do trabalho.

No caso específico de Mato Grosso, em especial, em Cuiabá, assim como em outros estados, observa-se que os (as) migrantes encontram, ao chegar, são subempregos, locais insalubres, altas jornadas de trabalho, xenofobia e racismo. Além disto, Magalhães (2017), Baeninger (2017) apresentam relatos de situações de trabalho de migrantes haitianos que sobrevivem com uma refeição, dormem no chão, encontram-se em atividades laborais insalubres, marcado por um cenário de racismo e xenofobia. Magalhães (2017) aponta em seu estudo o uso frequente da associação de migrantes haitianos a “macacos”, solicitação de brasileiros pedindo¹² a expulsão dos migrantes sob acusação de ocuparem vagas de trabalho de nacionais; o que nos motiva a compreender as particularidades de Mato Grosso a partir de traços coronelistas, patriarcais e racistas, mas também de resistências e as como esses aspectos asseveram as condições de classe, gênero e raça.

No caminho traçado, buscamos reconhecer que os traços da formação brasileira têm enraizado desigualdade, exploração e opressão, o que exige de nós, o esforço teórico-político que parte do entendimento da colonização do nosso país, em que o escravismo deixou marcas profundas nas relações sociais. Cabe a esta pesquisa descortinar de forma crítica a roldana que move este viés conservador que tem se atualizado na nossa sociedade. Na particularidade dos fluxos migratórios têm se utilizado do trabalho de migrantes, sobretudo das mulheres, para reforçar sua estrutura patriarcal e racista.

Reportagens e estudos têm mostrado que ao se referir a população haitiana, estes são tratados a partir da figura do indesejado, do “outro”, denotando xenofobia e racismo⁶. Os exemplos ficam evidentes no cotidiano quando reportagens demonstram como a população denomina uma ala hospitalar de “haitiana” no Hospital Municipal de Pronto Atendimento de Cuiabá ou o bairro Eldorado conhecido como “haitizinho” por ter residências, bares⁷ e espaços frequentados majoritariamente por haitianos e africanos (GUIMARÃES, 2017)

Além disto, Magalhães (2017), Baeninger apresenta relatos de situações de exploração do trabalho de migrantes haitianos que sobrevivem com uma refeição, dormem no chão, encontram-se em atividades laborais insalubres, marcado por um cenário de racismo e xenofobia. Magalhães (2017) aponta em seu estudo o uso frequente da associação de migrantes haitianos a “macacos”, solicitação de brasileiros pedindo⁸ a expulsão dos migrantes sob acusação de ocuparem vagas de trabalho de nacionais; o que nos motiva a compreender as particularidades de Mato Grosso a partir de traços coronelistas, patriarcais e racistas, mas também de resistências e as como estes aspectos assevera as condições de classe, gênero e raça.

Em Mato Grosso, a realidade apresentada parece ainda nebulosa aos dados enquanto a realidade da informalidade, dos setores de serviços, trabalhos domésticos e informalidade nos “saltam aos olhos”. As imagens cotidianas são expressões singulares de um processo estrutural das relações patriarcais de gênero, raça e classe e reproduzidas pela divisão sexual e racial do trabalho. Portanto, é necessário elucidar a estreita relação da migração de mulheres com a situação de pobreza a que estão submetidas, pois estas são as que mais padecem com as multidimensionalidades do empobrecimento, com os altos índices de analfabetismo e natalidade e, são elas as mais discriminadas e violentadas.

⁶ Ver a tese O “eu” confronta o “outro”: o que (re)velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos as mídias e redes sociais de Maristela Abadia Guimarães. 2017. Universidade Federal de Mato Grosso.

⁷ Bar reduto cultural de haitianos e africanos em Cuiabá. Disponível em: [Goo.gl/v8XIJQ](https://goo.gl/v8XIJQ) Publicado em 30 jan. 2016.

⁸ Em um texto extraído de um jornal de Mato Grosso, Magalhães (2017) traz o recorte de como os haitianos são percebidos: “Os imbecis [...] agora ocupados em negriciar o Brasil pensam que se justificam com o argumento de que também os ianques estão vindo para cá. Que maravilha! Então vamos ficar assim: de um lado, a elite cheirosa, rica, bacana, dourada e de olhos azuis; de outro, a negra cecerenta e fodida do Haiti e alhures. [...]. Convenhamos: não dá!”.

Esse contexto suscita alguns questionamentos em relação ao tema, que podem ser interessantes para pensar o Brasil e o estado do Mato Grosso: Qual o papel das mulheres e da raça nestes fluxos migratórios? Quais as condições de trabalho para as migrantes? Quais são as motivações para a vinda das mulheres do sul global para o Brasil e mais especificamente para o estado de Mato Grosso? Quais os fluxos e rotas que as mulheres migrantes do sul global fazem no Brasil para buscarem mercado de trabalho? Quem são as mulheres que migram? Quais os aspectos da realidade e formação social brasileira que reverberam sobre as mulheres deslocadas? Quais são as políticas migratórias construídas pelo Estado brasileiro e por Mato Grosso? De que forma o capital tem se apropriado desta expropriação e da exploração do trabalho feminino e racializado de migrantes nos fluxos Sul-Sul? Quais as determinações produtivas e reprodutivas do trabalho das mulheres que particularizam a migração das haitianas em Mato Grosso?

Em face das questões expostas, constitui-se como objetivo geral: Investigar as determinações produtivas e reprodutivas do trabalho das mulheres que particularizam a inserção das migrantes haitianas no mercado de trabalho em Mato Grosso. Deste, apresentam-se como desdobramentos que compõem os objetivos específicos: a) Compreender como a mobilidade humana particulariza-se a partir da crise capitalista atual e seus impactos no contexto migratório sul-sul; b) Contextualizar os aspectos sociais, econômico, políticos e culturais da formação social brasileira que particularizam a migração para o país e para as mulheres trabalhadoras; c) Contextualizar os marcos legais, os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais da migração haitiana no Brasil e na especificidade de Mato Grosso; d) Investigar como o estado de Mato Grosso insere-se como lócus da migração de circulação e como a migração de mulheres no contexto dos fluxos sul-sul, expressa a dinâmica de exploração, dominação e expropriação, a partir dos aspectos de classe, gênero e raça.

A escolha por analisar as particularidades da relação entre trabalho e migração feminina haitiana em Mato Grosso justifica-se por ser o fluxo migratório uma expressão da questão social⁹ que se amplia e se aprofunda no cenário atual,

⁹ A questão social" implica um conjunto de contradições que resultam da relação capital e trabalho e que provocam manifestações políticas por parte dos explorados, resistindo às condições em que trabalham e que vivem. Esta torna-se evidente no período de expansão industrial capitalista no século XVIII, a fim de explicar o fenômeno crescente do pauperismo que ocorria inversamente à produção de riquezas materiais e sociais, aumentando a desigualdade social (NETTO, 2001). Tratava-se de uma

como demonstrou os dados acima. Arelado a isto, compreendemos que as particularidades da formação social brasileira, de traços colonizadores. Patriarcais, racistas, reverberam sobre a constituição do mundo do trabalho e das relações de gênero e de raça e são constitutivas da particularidade do estado mato-grossense.

Neste sentido, as motivações sociopolíticas para este estudo realizam-se por atualmente, Mato Grosso concentrar-se como um dos lócus para o mercado de trabalho para migrantes bem como um local de circulação destes – além de São Paulo, Acre, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal - visto que desde 2012, tem recebido haitianos e mais recentemente, Venezuelanos.

Ademais, como destaca Fontes (2010, p.18), “as consciências singulares não são formatadas como se fossem módulos isolados, são tão sociais quanto os seres que as sustentam”. No sentido desta consciência, este projeto apresenta relevância sociopolítica como aspectos subjetivos.

A aproximação teórica com as categorias de mobilidade humana e divisão sexual e racial do trabalho permitiu-me identificar minha trajetória pessoal com a situação das mulheres migrantes, visto que também sou migrante. Saí do estado do Ceará para trabalhar na capital de Mato Grosso, e até então não tinha me apropriado conscientemente de que essa locomoção fazia de mim uma sujeita deslocada do seu lugar, portanto “estrangeira” no outro. Aqui não quero tecer um comparativo igualitário com as mulheres que migram nas péssimas condições de vida em busca de algo melhor para si e para as famílias, mas retratar que, no campo singular, os aspectos de opressão/dominação e intolerância apresentaram-se prismados no fato de eu ser mulher da classe trabalhadora, bissexual e nordestina, reverberando nas formas de xenofobia, machismo, patriarcado e heterossexismo cotidianas, amalgamadas da estrutura capitalista e patriarcal.

A inserção como trabalhadora na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi, entretanto, quem propiciou o contato direto com migrantes haitianas

nova dinâmica fundada pelas relações de desigualdades engendradas no capitalismo, que criou de um lado, meios para o desenvolvimento de riquezas, e de outro, o empobrecimento, inversamente proporcional à força de trabalho. Faz-se necessário, portanto, determinante para a acumulação capitalista, que haja um investimento elevado em tecnologias para que o tempo de trabalho socialmente necessário seja reduzido na elaboração de mercadorias, aumentando assim o capital constante de forma que diminua a necessidade da força de trabalho, ocasionando uma população sobrando e empobrecida, disponíveis as mais diversas formas de exploração da força de trabalho. Escassez ocasionada pela sociedade burguesa traz uma outra característica, que são seus desdobramentos sociopolíticos, podendo levar a sua superação, caso seja superada a exploração do trabalho e a propriedade privada.

residentes na cidade de Cuiabá, visto que estas estão como terceirizadas nos serviços de limpeza da Instituição e na paralisação das atividades destas, devido ao não pagamento pela empresa por três meses, pudemos realizar um contato inicial. Uma outra aproximação ocorreu quando pude participar como facilitadora de debates sobre Trabalho e Autonomia, no Centro Burnier de Fé e Justiça¹⁰, que me possibilitou aproximação com mulheres de diferentes nacionalidades, que encontraram no Centro um espaço para ampliação da formação profissional, bem como alternativa para se inserirem no mercado de trabalho.

Além disso, em meu cotidiano profissional, tenho encontrado trabalhadoras haitianas em diversos espaços laborais, principalmente nos de limpeza, de diaristas e de faxineiras, o que me fez atentar para essa situação mais detidamente. A reflexão teórica realizada na pesquisa de dissertação de mestrado sobre a relação entre trabalho, escolarização e renda feminina nos anos de 1980 a 2010 me forneceu alguns elementos teóricos para essa aproximação inicial à realidade dessas mulheres trabalhadoras migrantes.

A disciplina de Tópicos Especiais – Migrações Internacionais¹¹, cursada no 1º semestre de 2019, na UnB, ministrada pelo professor Yannis Papadopoulos, e os debates aí ocorridos cumpriram importante papel para que o objeto da pesquisa começasse a se delinear, visto que houve uma maior apropriação com a temática das migrações. Com a realização das leituras durante a disciplina, alguns debates teóricos se mostraram importantes para pensar o tema das haitianas no mercado de trabalho mato-grossense, tais como o da mobilidade humana, redes sociais e o papel da divisão sexual e racial do trabalho na migração. Questão que consideramos de fundamental importância, visto que o capital se apropria dos afazeres reprodutivos e produtivos a menores custos para expropriar e explorar a força de trabalho das mulheres. A isto soma-se o fato de se tratar não apenas de mulheres, mas racializadas e de origens étnicas diversas, que sofrem cotidianamente as

¹⁰ O Centro Burnier Fé e Justiça localiza-se em Cuiabá e surgiu em 1995 com o fito de desenvolver atividades de assessoramento e defesa dos direitos humanos. Desde 2011 realiza atividades de capacitação e ações sociais junto aos movimentos sociais.

¹¹ A ementa da disciplina consistiu em discutir sobre os movimentos migratórios durante o período moderno. A partir da colonização das Américas no século XVI, discutirá os principais movimentos populacionais internos e internacionais até o nosso tempo. É importante entender os vários “fatores de repulsão e atração” em cada caso e o impacto de fenômenos globais, como a industrialização, o colonialismo e a globalização. Assim, estudaremos as sucessivas ondas de migração transatlântica, a migração da Ásia e da África, as ondas de refugiados resultantes das duas guerras mundiais, as guerras locais e as crises políticas e o processo de descolonização durante o século XX. E por fim, a realidade no início do século XXI e o lugar do Brasil como país receptor.

refrações do machismo, patriarcado, racismo e xenofobia. Ou seja, além de aspectos que desqualificam o trabalho, pois estão nos campos mais flexíveis, ainda são acrescentados os aspectos supracitados. Desta feita, as experiências acadêmicas e pessoais consubstanciam-se em aprofundar o entendimento das mediações entre trabalho feminino e migração.

Há de se destacar que as produções bibliográficas acerca da migração haitiana em Mato Grosso ainda são incipientes, principalmente no que se refere ao estudo de mulheres e trabalho. No levantamento bibliográfico inicial realizado, encontramos estudos sobre mídia, educação e saúde, que são “Estudo de Caso de Haitianos em Cuiabá-MT: Reflexões Críticas Sobre o Processo de Ensino-Aprendizagem do Português”, outro denominado “A Representação Social do Trabalho e a Saúde dos Migrantes Haitianos em Cuiabá (MT)”, um terceiro sobre “A Cooperação Técnica Brasil e Haiti Como Instrumento de Afirmação de Direitos: Repercussões e Possibilidades e Narrativas de imigrantes haitianos em Cuiabá: formação escolar e profissional como perspectivas de inserção social” . Diante das produções de tese e dissertações, observamos que há uma ausência de debates acerca das mulheres haitianas e da divisão sexual e racial do trabalho. Neste sentido, apresentamos este projeto como importante para adensar aos debates acadêmicos e militantes no que concerne ao estudo da mobilidade humana, fluxos migratórios sul-sul e migração de mulheres, enovelados a partir da classe, relações patriarcais de gênero e raça.

Diante do apresentado, esta tese foi direcionada a partir do seguinte ponto de partida: Como se configura o mercado de trabalho para mulheres migrantes haitianas em Cuiabá nos anos de 2012 a 2020?

Para tanto, partimos da seguinte hipótese: Os traços da formação brasileira aprofundam a precarização do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres migrantes e expressam a particularidade da dinâmica de expropriação, exploração e dominação do sistema capitalista-racista-patriarcal,

Cabe, por fim, destacar que no momento de construção desta tese, fomos mundialmente afetadas por uma pandemia que matou no Brasil mais de 600 mil pessoas. A irresponsabilidade e ausência governamental junto a propagação de *fake news* do governo que espriam na nossa sociedade discursos sobre ‘gripezinha’ e anti-vacina, produziu além de mortes, o aumento da desigualdade e da fome, afetando ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora.

Partimos do pressuposto de que o capitalismo, para promover a acumulação do capital, promoveu expropriações massivas a partir da capacidade de mobilizar força de trabalho em escala mundial, açambarcando questões raciais, de gênero, étnicas e de classe, motivou-nos para a realização desta tese, qual seja: a compreensão de que as mudanças operadas no processo de reestruturação produtiva do capitalismo ampliaram as formas de exploração do trabalho, intensificando os fluxos migratórios entre países periféricos, agravaram as condições de vida da classe trabalhadora e dos aspectos que marcam a condição de gênero, sexo, raça, sexualidade, nacionalidade e faixa etária.

Consideramos que a pesquisa se justifica não somente por uma necessidade de maior produção teórica acerca do tema, mas pela necessidade militante-política de tornar visível a temática do trabalho feminino a partir da teoria social crítica. Nesse sentido, buscou-se, primordialmente, contribuir para a produção de conhecimentos crítico-reflexivos sobre a relação entre trabalho e migração de mulheres haitianas em tempo de inserção e aumento do fluxo migratório de haitianos no Brasil e no Estado mato-grossense bem como apresentar subsídios teóricos que possibilitem ampliar o debate e instrumentalizar a sociedade, a universidade e os movimentos sociais com uma análise aprofundada de tais questões e, assim, possibilitar a materialização de estratégias na luta contra a exploração e opressão. Desta feita, a pesquisa parte da apresentação do caminho de investigação e de exposição, apontando elementos e técnicas utilizadas no decorrer da tese. Relata ainda as modificações no percurso da pesquisa, desenhado anteriormente na qualificação do projeto, remodelado ante a crise pandêmica que nos possibilitou encontrar na Casa Pastoral do Migrante de Cuiabá os dados para a elaboração desta. Destacamos ainda que este caminho foi atravessado por inconsistência de dados e ausências de elementos que subsidiariam o texto.

No segundo capítulo realizamos notas sobre a divisão sexual e racial do trabalho, compreendendo que esta é a mediação que perpassa toda a pesquisa. Após isto, entendemos a necessidade de apresentar os debates teóricos e dados sobre o mercado de trabalho brasileiro. Por último, abordamos elementos da migração feminina e as implicações para a vida e trabalho das mulheres migrantes para que adiante retomemos o debate no capítulo referente a mobilidade haitiana.

No terceiro capítulo traçamos um panorama sobre a migração no contexto de crise estrutural capitalista que tem se utilizado das expulsões de camadas da classe trabalhadora para auferir mais lucros, diante do aumento do desemprego e do rebaixamento dos salários. Destacamos que este cenário revela uma remodelação dos fluxos migratórios ante uma política de contenção de fluxos. No segundo momento apresentamos que a mobilidade haitiana é fruto de um processo histórico de desigualdades que impele a população a uma constante mobilidade, sobretudo os homens. No terceiro tópico buscamos apresentar a chegada dos haitianos e a necessidade de uma agenda política migratória que conferiu a estes uma particularidade que é o visto humanitário. Com esse debate buscamos destacar elementos da formação socio-histórica brasileira e seus rebatimentos sobre a construção das políticas migratórias.

No quarto capítulo apresentamos os dados da pesquisa extraídos a partir dos dados fornecidos pelo Centro Pastoral para Migrantes que nos possibilitou realizar uma leitura da realidade da mobilidade haitiana nos anos de 2013 a 2019. Consideramos os elementos de rotas de chegada, motivações, perfil dos haitianos, mercado de trabalho e ocupação na cidade. As discussões sobre mercado de trabalho para as haitianas em Cuiabá ocorre com a mediação da formação socio histórico haitiana e brasileira. Nas considerações finais, destacamos as principais discussões realizadas nesta tese e apresentamos sugestões de futuros debates para a Política Social.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESUISA E DA EXPOSIÇÃO

Em tempos de intensificação do neoliberalismo, da reconfiguração do mundo do trabalho, das perdas substanciais e ataques aos direitos da classe trabalhadora, o campo da ciência e da tecnologia tem sido afetado pela redução orçamentária, pelo produtivismo acadêmico e pela exaltação do negacionismo como fonte de conhecimento, defendido e espriado, sobretudo pelos governos de extrema direita.

Nas denominadas áreas da “perfumaria”, como diria Saffioti (2004), os ataques proferidos a produção do conhecimento têm sido direcionados ao combate a “ideologia de gênero” em uma verdadeira “caça às bruxas”. Não obstante, são recorrentes a invisibilidade e a naturalização histórica das opressões de gênero, raça, etnia e sexualidades na ciência que se estabelecem a partir de uma visão eurocêntrica e masculina. Assim, esse combate a ideologia de gênero não se trata apenas de discursos de ódio, mas de um aparato ideológico dominante que dissemina e evidencia os traços machistas, patriarcais e racistas da nossa sociedade, empreendidos centralmente às mulheres e à população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTQIA+). (BIROLI, 2018).

Adensam-se a este cenário os desafios de realizar qualquer pesquisa em um contexto pandêmico em que o aprofundamento das desigualdades, da pobreza e das incertezas, inclusive sobre os dias vindouros estão presentes no cotidiano da população, escancarando os limites desse sistema perverso e desumano da sociedade capitalista. Durante os anos de 2020 e 2021, o Brasil totalizou mais de 600 mil mortos. Desta feita, realizar uma pesquisa neste contexto é além de uma tarefa árdua, um compromisso teórico e político com e para a classe trabalhadora.

A construção de uma pesquisa de cunho teórico-político feminista, anticapitalista, antirracista, antissexista requer além de expor as bases materiais concretas da subordinação das mulheres, foco desta tese, construir ações de transformação. Nesta direção, implica em descortinar as dominações/explorações, indo além da aparência dos fenômenos (HIRATA, 2004; CISNE, 2014). Para esta tese nos fundamentamos nas análises feministas por compreender que estas revelam que as experiências e atividades entre homens e mulheres no âmbito do trabalho são desiguais e têm base material na sociabilidade capitalista, racista e

patriarcal que conformam as relações de opressão, dominação e exploração como mediações para entendimento histórico e concreto das relações sociais. Não se trata, portanto, de incorrer “armadilha da dicotomia entre relações gerais e específicas” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 151).

Partimos, assim, da análise de que todo e qualquer fenômeno do cotidiano expressa-se na estrutura social e requer o entendimento a partir dos aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos calcados sociabilidade que vivemos. A necessidade de conhecer a realidade realiza-se por uma ampla leitura de mundo que é dinâmica e contraditória, uma ação diante dos novos questionamentos e respostas que surgem neste caminhar. A práxis, enquanto atividade humana, busca a apreensão dos elementos que constituem o objeto em investigação que, em interação com a realidade, produz conhecimento, mas também o aparecimento de novos problemas. Portanto, atividade teórica só vai existir em relação a atividade prática. (KOSIK, 2010; NETTO, 2009; MINAYO, 2006).

A pesquisa, neste sentido, é um instrumento de aproximações sucessivas com o movimento dinâmico e contraditório do real que nos possibilita compreender de forma parcial e histórica o fenômeno inserido no cotidiano, por meio de dados e teoria, da sistematização de ações e da interpretação. Nesta direção, para realizar a pesquisa é preciso que se estabeleça um método de investigação e de exposição, técnicas e instrumentos que desvelem um determinado fenômeno.

Em face dessa compreensão, este estudo apresenta como proposta de método de análise a perspectiva da teoria social crítica, a qual possibilita observação e apreensão da processualidade do movimento do real a partir da articulação das categorias: historicidade, dialeticidade, contradição e mediação, abrangendo a totalidade de fenômenos que interligam a esse real, para, sobretudo, transformá-lo. Implica, sobretudo, em sair da mera aparência que se mostra o objeto, e investigar as relações e determinações com os quais interage calcadas nas condições materiais em que mulheres e homens vivem. Como dispõe Araújo (2001, p. 262), “O real, espaço de vida e prática dos homens (acrescentamos e mulheres), não está pronto, acabado, está sempre sendo criado e (re)pondo novas possibilidades para a atividade social”.

A nossa orientação constrói-se, neste sentido, pelo direcionamento da teoria social crítica, em que a realidade é compreendida de forma multifacetada, permeada por contradições que são determinadas na e pelas relações sociais, que rebatem e

são reverberadas por aspectos de classe, sexo e raça. É na perspectiva da totalidade que buscaremos analisar nosso objeto de pesquisa, não de forma isolada, mas na sua relação com aspectos que formam relações sociais mais amplas, que implicam em compreendermos como relações sociais estruturais de exploração, dominação e apropriação reverberam nas relações sociais de classe, sexo e raça, apresentando elementos das suas contradições, mediações, possibilidades e expressões na realidade concreta.

No âmbito desta, optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, permitindo compreender a realidade como uma construção social da qual o próprio investigador participa. O conhecimento e os dados resgatados não se reduzem a fatos isolados, pois ela “trabalha com o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes” (MINAYO, 2006, p. 21).

Neste sentido, estruturamos procedimentos e técnicas que para esta tese, ao nosso ver, são fundamentais:

1. A pesquisa bibliográfica e revisão de literatura que buscaram traçar a reconstrução teórico-metodológica do nosso objeto de estudo por meio da análise das categorias: mobilidade humana, divisão sexual e racial do trabalho, Estado e Políticas Sociais e exploração e dominação.

2. A Pesquisa e análise de documentos referente às políticas migratórias implementadas no Brasil.

3. A aproximação com a realidade das mulheres haitianas em Mato Grosso por meio da análise de dados.

Quanto ao estudo bibliográfico este foi ancorado nas das categorias supracitadas. E aqui dois pontos merecem destaque sobre a temática acerca da mobilidade humana. Um primeiro demonstra que as leituras realizadas revelam a existência de uma extensa bibliografia que perpassa por várias correntes teóricas e políticas. E desta feita, compreendemos que os deslocamentos não são fatores apenas de aumento demográfico, de atração e repulsão, como afirmavam as teorias clássicas da migração, tampouco são apenas frutos de aspirações individuais em busca de melhores condições de vida e trabalho e as experiências das redes migratórias, como retratam as correntes neoclássicas (CASTLES, 2010).

Os fluxos migratórios fazem parte de uma totalidade, a produção e reprodução da sociedade burguesa que têm suas determinações nos campos econômicos, sociais, culturais e políticos, portanto engendrados a partir do

movimento contraditório da história que rebatem sobre a reorganização geopolítica dos espaços e sujeitos, implicados pela classe, gênero e raça e nacionalidade. Para esta pesquisa, nos propomos a analisá-la a partir da perspectiva crítica que compreende que esta particularidade está inserida nas relações sociais capitalistas, sendo os fluxos humanos permeados por mediações e contradições que revelam este fenômeno no âmbito material e subjetivo das migrantes.

Um segundo e talvez mais importante ponto para esta tese é que apesar dos debates profícuos no âmbito da pesquisa e investigação sobre a temática da mobilidade humana, percebemos que existe uma invisibilidade nas discussões acerca de gênero, raça e classe.

E, foi diante desta observação, que a proposta inicial da pesquisa se construiu. No plano das ideias, gostaríamos de aprofundar o estudo sobre as condições de trabalho e vida das mulheres haitianas em Mato Grosso bem como apreender a particularidade do fenômeno analisando a partir de mediações outras, como trabalho, patriarcado, exploração, racismo, xenofobia e machismo para além do material bibliográfico existente e de análise de dados. A proposta desenhada era realizar dois momentos de entrevista que nos possibilitariam uma aproximação com a realidade das haitianas. O primeiro diálogo seria estabelecido com os/as coordenadores/as das entidades que prestam atendimento inicial às haitianas que chegam ao Estado de Mato Grosso, dentre elas, Centro Burnier e Pastoral da Migração, situados em Cuiabá no intuito de realizar um mapeamento dos locais de encontros, reuniões das mulheres que possibilitasse um contato inicial com as sujeitas da pesquisa. E um segundo momento, as entrevistas seriam realizadas com as trabalhadoras haitianas a partir de um roteiro de entrevistas semiestruturadas com pontos que dialogassem com os objetivos da tese.

Todavia, durante a elaboração, o surgimento da crise sanitária nos colocou um desafio de repensar o campo na forma supracitada. Este fato ocorreu inicialmente pelo fechamento imediato das instituições que nos levariam às entrevistadas durante do ano de 2020, impossibilitando o mapeamento dos locais de encontro das haitianas. E, com o agravamento da pandemia não seria viável pensar e executar qualquer entrevista, compreendendo a segurança e saúde das sujeitas em questão. Com o retorno das atividades essenciais em Cuiabá, conseguimos no dia 22 de outubro de 2020 estabelecer um diálogo inicial com a coordenadora de projetos e a assistente social da Pastoral da Migração de Mato Grosso. Acreditamos

que este momento inicial nos possibilitaria compreender a dinâmica migratória atual em Cuiabá e a possibilidade de repensarmos as técnicas e metodologias da pesquisa. Neste sentido, alguns pontos foram apresentados:

- A chegada de haitianos no Estado ocorre a partir de 2013;
- A dificuldade na língua poderia não facilitar o acesso às mulheres haitianas.
- Os aspectos culturais poderiam ser um “afastamento” maior para as entrevistas, pois, segundo o que nos foi informado é que as haitianas eram mais “fechadas” do que as venezuelanas, por exemplo.
- Antes da pandemia, houve novos fluxos com a chegada de Venezuelanos no Estado e os trabalhos passam a ser voltados para a esse público
- Antes da crise sanitária e durante esta, muitos migrantes retornaram ao Haiti ou atravessaram fronteiras até o México, na tentativa de ir para os Estados Unidos ou para a Europa. E aqui cabe um destaque que o Haiti sofre outra catástrofe climática em agosto de 2021 e um ataque político ao então Presidente do País em julho do mesmo ano, ocasionando uma nova travessia de haitianos.

Diante das situações que nos foram postas neste momento revemos o recorte temporal que havíamos estabelecido no projeto para pensarmos o estado de Mato Grosso, modificando de 2010 a 2020 para 2013, embora enquanto contexto histórico de maior entrada de haitianos consideramos os dez anos da chegada destes no Brasil, corroborando com a análise de Handerson (2015), que nos apresenta os períodos da inserção e circulação destes no País, caracterizando que de 2010 a 2013 houve a chegada dos haitianos, de 2014 a 2016 permanência, e deslocamentos dos haitianos a partir do Acre.

Embora algumas definições de técnicas e de leituras sobre a temática fossem sendo desenvolvidas no processo investigativo da pesquisa, o agravamento do cenário e as incertezas nos fizeram repensar a possibilidade de realizar a pesquisa de campo, pois um aspecto apontado nos chamou atenção: “em que condições as haitianas permanecem em Cuiabá quando pensamos o mercado de trabalho, quando pensamos o cenário atual? E mais, ainda, de que forma elas

estiveram aqui?”. Diante do exposto, optamos por construir uma pesquisa baseada em levantamento e análise de dados que se baseou na investigação e nas análises de haitianas no mercado de trabalho brasileiro e particularmente mato-grossense, buscando compreender suas complexidades e desafios que estas enfrentam.

Para tal alcance realizamos um levantamento da pesquisa documental¹² e levantamento de fontes secundárias a partir da elaboração de um roteiro de análise com pontos que nos permitisse adentrar ao nosso objeto em questão, que é o mercado de trabalho para as mulheres haitianas. Deste modo, dividimos os caminhos da investigação para depois entramos na exposição da seguinte forma:

1. Trajetória da Migração: Haiti é aqui!

Iniciamos uma análise de elementos no intuito de apresentar a os caminhos feitos por haitianas e haitianos, traçando elementos da trajetória que vão desde a história do país de origem até a chegada ao Brasil e, mais especificamente, Mato Grosso. Compreendemos que este caminho nos permite compreender rotas, trajetórias, redes migratórias, principais fluxos, legalidade/irregularidade, acesso à documentos e a moradia. A construção baseou-se prioritariamente no trajeto e seus percalços. Os dados foram inicialmente obtidos por meio da investigação em plataformas como Obmigra, Polícia Federal, ACNUR, Relatório Cáritas, Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça e Segurança, Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Aqui destacamos que uma mediação que se fez presente para o percurso foi a construção histórica de elementos que conformam a sociedade brasileira referente a migração. Neste sentido realizamos a análise de legislações migratórias, tanto no âmbito nacional, como do estado de Mato Grosso. Buscamos, neste sentido elencar algumas leis como: Estatuto do Estrangeiro (6815/1980), Nova Lei da Migração (13445/2017), Portaria Interministerial de Visto Humanitário, Portaria 666/2019. Destacamos ainda que algumas destas leis versam sobre as mudanças legais e constitucionais que nos traz novas mediações aparecem como mercado de trabalho e cidadania para migrantes.

Buscou-se ainda estabelecer a construção de um contexto histórico a partir da análise de jornais e revistas eletrônicos nos anos supracitados que

¹² O processo de coleta de dados para a análise documental “está restrita a documentos ou não, constituindo o que se pode denominar como primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 176).

evidenciassem a importância do Mato Grosso e de Cuiabá para os fluxos migratórios. Partimos da premissa de que essa reconstrução a partir da mídia nos permitiria adentrar a elementos de contradição, tais como a capital do estado é um *lócus* econômico importante para a região, embora não seja uma cidade fronteiriça, o que estabelece particularidades a este fluxo. Ademais, a capital mato-grossense é a cidade que tem mais haitianos, totalizando aproximadamente 3000 migrantes conforme a Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI-MT).

2. Mercado de trabalho: Haiti não é aqui!

A análise de dados secundários buscou nesta etapa compreender a particularidade do nosso objeto que é o mercado de trabalho de mulheres migrantes no contexto estudado. Para tal foi imprescindível a análises obtidas no censo demográfico possibilitando estabelecer reflexões e sínteses de elementos importantes para a tese como, gênero, raça, classe, nacionalidades e rendimentos. Essas fontes congregam ainda com as variáveis sociodemográficas dos haitianos o que nos permite desvelar dados sobre sexo, raça, faixa etária, nível de escolaridade, ocupação, setor de atividade, condições de emprego e renda e, estabelecer um paralelo com a força de trabalho de nacionais. Às análises do censo foram acrescentados micro dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Esses elementos formam um conjunto que situam a particularidade haitiana no mercado de trabalho, sobremaneira investe nos subsídios de análises da força de trabalho feminina migrante, expondo que os traços da formação brasileira têm recaído sobre as mulheres em sua totalidade.

Aqui apontamos que esta coleta de dados não atende por completo os interesses da pesquisa, mas nos oferece mediações para que possamos entender o contexto e os elementos da contradição, visto que fenômeno da mobilidade é dinâmico e complexo.

3. Atravessamos fronteiras?: mulher, preta, migrante!

No intuito de apreender a realidade do nosso objeto de estudo que são as mulheres migrantes haitianas, o nosso caminho centrou-se nas condições do mercado de trabalho em Cuiabá. Nesta direção, realizamos um levantamento de dados a partir dos documentos fornecidos pela Pastoral da Migração no intuito de realizar as sínteses de algumas variáveis, como: escolarização, raça, ocupação

realizada anteriormente e no momento do cadastro, maternidade, rendimento, família, faixa etária. O instrumental utilizado nos fornece também elementos para pensar a trajetória destas e a constituição de redes migratórias que podem permitir com que elas avancem na travessia para outros lugares, retornem ou decidam permanecer no Brasil.

Ademais, as variáveis apresentadas constroem mediações com traços da formação sócio-histórica brasileira. Compreendemos que, embora a instituição não nos forneça dados de uma totalidade da migração de mulheres haitianas em Cuiabá e o mercado de trabalho, o Centro Pastoral para Migrantes torna-se um lócus importante para a pesquisa, pois é o 1) primeiro lugar buscado pelos migrantes para firma-se na cidade, 2) viabiliza as documentações necessárias para permanência no país, 3) socializa informações e 4) articula contato de empresas e instituições governamentais para inserção de migrantes no mercado de trabalho.

Desta feita, a busca por aproximações sucessivas com a essência dos fenômenos irá guiar todo o percurso metodológico dessa pesquisa, seu método, instrumentos, técnicas de coleta e as análises dos dados que buscarão sintetizar o caminho de ida e de volta, na busca incessante pelo desvendamento do real.

Diante do exposto, o processo investigativo, que busca compreender esta roldana da realidade, não pode ser expresso no campo da neutralidade, pois, visto deste prisma, ele corrobora para que a nebulosidade do conhecimento se espalhe por meio do enraizamento de ideais conservadores, nas marcas de suas opressões e na tentativa de justificar e naturalizar as desigualdades existentes na sociedade, encobrindo a luta de classes e atendendo aos interesses do capital. A ciência é essencialmente política. Desta feita, a pesquisa é um compromisso teórico e político em construir conhecimento para a emancipação dos sujeitos e sua realização requer a escolha de um percurso metodológico que apresente o método, a natureza da pesquisa, os instrumentos e técnicas que se pretende desenvolver na análise de dados.

2.1 Traçando rotas, revendo caminhos: o material da pesquisa

O primeiro momento em que estive com uma haitiana foi em uma padaria famosa de Cuiabá que havia reaberto recentemente. Lugar de requinte, com

mercado e café dentro e lado de fora, um pilar com setas indicando direções para diversos países. Eu, apaixonada por café, entrei. Pedi algo para a moça que se virou e mostrou para outra a bebida que eu estava pedindo. Sentei-me, tentando compreender que ali se tratava de mulheres que não falavam a mesma língua que eu. Uma delas apareceu e recolheu o que já havia consumido. Desejei um bom dia sem sucesso de respostas. No caixa, havia uma outra mulher falando português. Saí de lá, mas aquela cena não saiu de mim. O estudo dedicado sobre trabalho me fez querer retornar outras vezes. Continuei sem conseguir conversar com elas. Não se tratava de silêncio, mas de outros aspectos que só viria a entender depois de iniciar os estudos. Quanto às mulheres, as que não falaram eram migrantes haitianas, trabalhadoras negras. E este ‘nó’ diz muito sobre os percalços da pesquisa.

Ao comentar o episódio com amigos cuiabanos, descobri que a padaria já havia sido multada por explorar trabalhadoras migrantes haitianas¹³. Inquieta, voltei lá outras vezes e tentei questioná-las sobre nome e tempo de residência na cidade. Sempre atrás dos carrinhos de limpeza, nada me foi falado a não ser uma expressão com a cabeça que revelava um ‘aqui não’. Se não fosse naquele espaço, onde seria? Com o olhar mais atento, passei a enxergar haitianas em vários lugares que frequentava: universidade, academia, cafés, e em todos eles, o mesmo silêncio. Com o tempo entendi que os silenciamentos destas mulheres eram muitos: racismo, xenofobia, patriarcado, e que a barreira que existia entre nós ia muito além de uma língua diferente da minha, de forma que para chegar até elas eu teria que buscar alguém que me ajudasse a transpô-la.

Lembrei de uma pessoa que conheci no projeto de extensão que outrora trabalhei na OIT, e que estava desde 2019 no Centro da Pastoral Para Migrantes em Cuiabá. Ao relatar da minha pesquisa e suas dificuldades, ela me informou que poderia conseguir o contato das haitianas, pois já havia trabalhado com elas. Assim, ao tempo em que me preparava para entrar em campo, resolvi aprofundar leituras sobre migração para pensar em no roteiro para a pesquisa, desenhado durante a qualificação do trabalho e que tinha como objetivo compreender a realidade das haitianas em Cuiabá. O primeiro passo a ser dado seria pensar e realizar as entrevistas.

¹³ Ver <https://www.geledes.org.br/trabalhadora-que-era-modelo-no-haiti-denuncia-padaria-de-cuiaba/> Acessado em dezembro de 2017.

Todavia, jamais imaginávamos que em 2020 teríamos uma pandemia que se alastraria pelo mundo e que tem perdurado. No segundo mês de crise sanitária no Brasil, um desafio estava imposto para nós pesquisadores. A dificuldade se apresentava com as instituições e estabelecimentos que foram fechando as portas por falta de EPI'S. Sem garantir a segurança das trabalhadoras, dos trabalhadores e usuárias/usuários era impossível aprofundar a realidade. Assistíamos ainda o Presidente da República negar a importância da ciência ao dizer que a COVID-19 não passava de uma 'gripezinha'.

Embora, de início, o bloqueio das 'atividades não essenciais' tivesse um prazo determinado, a permanência de índices elevados e crescentes de casos de contágio, internações e mortes, mostrou que o isolamento demoraria mais do que o imaginado, de forma que o contato outrora pensado para conversar e conhecer as haitianas tornou-se uma enorme dificuldade. A saída encontrada foi me aprofundar em leituras sobre a temática a fim de que o aspecto teórico desse embasamento para concretude da realidade apresentasse suas contradições. Apesar da pandemia, acrescenta-se o fato de que durante este período, eu estava morando em Brasília o que, mediante a impossibilidade de realizar viagens por conta das condições sanitárias, não me permitiu um contato efetivo com as sujeitas da pesquisa bem como me tirou a possibilidade de observá-las em seus lugares de moradia, trabalho e lazer. Eu começava, de certa forma, a ver a pesquisa me escapando entre os dedos.

Ademais, as conjunturas apresentadas pela crise sanitária mundial vão instaurando uma nova dinâmica na mobilidade humana, caracterizada pelo retorno de muitos migrantes aos seus países de origem, ou ainda no deslocamento para outros que lhes oferecem melhores condições de vida. Esta nova dinâmica se apresenta como uma questão para mim, pois 'se as haitianas se movem, como farei o que havia proposto na tese? Ainda existiriam haitianas em Cuiabá?'. Tais questionamentos foram tomando espaço na vida da pesquisadora e concluí que estudar mobilidade requer a compreensão de que o nosso objeto é movimento. Às vezes, as condições estão a nosso favor, mas tudo pode mudar. E foi o que aconteceu com esta pesquisa.

Todo esse turbilhão de acontecimentos e questões, me fizeram retornar a Cuiabá no final de 2020. Ao chegar, resolvi entrar em contato com a pessoa que conhecia, do Centro Pastoral para Migrantes. Entendi que neste momento, ir por

este caminho seria o mais viável considerando que; 1) Era este o primeiro local de acolhimento em que as migrantes haitianas chegavam na capital mato-grossense; 2) Neste local eu tinha conhecidos que poderiam me ajudar a estabelecer um primeiro contato com as mulheres haitianas; 3) diante do alto fluxo de venezuelanos que ocorria no país, era uma das poucas instituições que estaria aberta.

Dito isto, o contato com essas “pessoas chaves” foi estabelecido em novembro de 2020 através de um diálogo presencial, cujas interlocutoras ocupavam os cargos de coordenadora de projetos e assistente social da Pastoral. A primeira conversa foi estabelecida e perdurou por duas horas, o que me permitiu entender a nova realidade que se apresentava na capital. A primeira observação era de que com a pandemia muitas pessoas poderiam ter ido para outros países, além de outras que já o tinham feito antes disto. Fui alertada que seria melhor estabelecer contato com venezuelanos, já que estes chegavam em maior quantidade naquele momento. Além disso, me foi observado que as haitianas para além de não falarem o português, vinham também de uma cultura que as tornava muito mais fechadas para o diálogo do que as venezuelanas. Nas palavras das minhas interlocutoras, as haitianas “não se abriam facilmente”. Naquele momento, ainda na intenção de manter o objeto de estudo proposto para a tese, disponibilizei-me a ter um/a intérprete que facilitaria o nosso diálogo e perguntei quando poderia conseguir os telefones para que pudesse me aproximar. No entanto, uma delas pediu para que eu fosse conhecer inicialmente à pastoral, o que só viria a acontecer em outubro de 2021 diante do agravamento do contexto da pandemia.

Neste ínterim surge o que chamo de elemento dificultador da pesquisa: o momento em que a pesquisadora se funde com o objeto. Tratava-se de mulheres em deslocamentos. Eu também estava desterritorializada. Eu estava marcada pelos atravessamentos que a mobilidade havia posto a mim nos últimos anos. Os episódios de xenofobia a cada leitura realizada faziam com que eu revivesse experiências sentidas na pele como ‘pessoa moradora do mundo’. O sotaque, a cultura diferente, as ‘distâncias’ e as violências vivenciadas nos tornavam, de certo modo, deslocadas.

O que nos unia? Quais aspectos nos separavam? Estas questões permeavam cotidianamente minha cabeça e a cada tentativa de respostas, sentia-me atravessada, cortada, o que quase me fez desistir deste estudo. E quanto mais eu buscava me distanciar, mais eu vivenciava esses sentimentos, estavam em cada

passo dado. Após enfrentar esses mares turbulentos, e com muita leitura, compreendi que eu precisaria superar essas dificuldades através do aprofundamento teórico e resolvi voltar a escrever.

Na tentativa de responder às questões, compreendi que o que poderia me aproximar dessas mulheres era sermos mulheres trabalhadoras em deslocamento e a xenofobia experienciada em cada lugar passado. Outro elo que acrescento no texto, permeado de leituras e vivências cotidianas, é este que perpassa a vida de todas nós mulheres, o patriarcado. Este aspecto, embora um tanto invisibilizado na investigação de dados que realizei, se mostrou sempre presente, haja vista a evidente ausência destas mulheres nos espaços da cidade, se comparada, em quantidade, à presença de homens da mesma nacionalidade nestes mesmos espaços. A presença e quantidade de homens haitianos que se observa nos espaços cuiabanos é grandemente maior e mais respeitada que a de mulheres haitianas, ou seja, o aspecto do patriarcado é chão concreto da realidade, fruto da história calcada nas relações sociais.

E quais seriam então os elementos particulares às mulheres haitianas? Muitos aspectos: a cultura, a linguagem, a ausência de direitos, de cidadania, de políticas sociais; mas o principal elemento, a raça. Racismo e patriarcado tornam-se, portanto, elementos cruciais para pensar a migração de mulheres haitianas em Cuiabá.

Diante destes questionamentos e de uma cabeça fervilhando já havia entendido o que Conceição Evaristo em um de seus contos do livro "Olhos d'água" expressa por meio de uma das narradoras: "escrever é uma maneira de sangrar" e acrescenta "escrever funciona para mim como uma febre incontrolável que arde, arde, arde..." (EVARISTO, p.67). Embora o conto trate de um pacto de amigos jovens pretos periféricos de não morrer pela violência vivenciada no cotidiano, o que a narradora apresenta é: uma das formas de não morrer é escrever.

O caminho que encontrei de não deixar com que esta tese findasse, foi relatar, de algum modo, aquilo que também me atravessava ao ouvir, ler e reler sobre mulheres migrantes. Portanto este texto evidencia as fissuras enfrentadas por um período adverso, tanto por conta de uma epidemia global, quanto por grandes desafios no aspecto pessoal.

Nesta direção, retomei o contato inicial com a coordenadora de projetos em outubro de 2021. O objetivo era rever as possibilidades reais de realizar as

entrevistas com as haitianas, onde ela sinalizou que tinha contato com algumas mulheres, bem como gostaria de conhecer o Centro Pastoral Para Migrantes (CPM) e pegar os dados de haitianos que passaram na instituição. Todavia, antes de oficializar o percurso anteriormente traçado, estive em um evento com o diretor do CPM, onde pudemos dialogar sobre o objeto da tese. Este alertou-me que o fluxo de haitianos na cidade de Cuiabá inicia a partir de 2012, redefinindo o tempo pré-estabelecido na tese que seria a partir de 2010.

Aqui cabe destacar que o país aplicava, nesse período, a vacinação em massa para combater o coronavírus que já havia se desmembrado em outras variantes, afetando de forma menos invasiva aquelas/aqueles que já haviam tomado as duas doses da vacina. Neste contexto, a possibilidade de diálogo com as haitianas se ampliava bem como a de conseguir dados com as instituições de forma presencial. Todavia cabe destacar que ao tempo em que há liberação para a retomada de diversas atividades, o descaso do governo e a difusão do negacionismo encobria a importância da ciência na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores deste país, não só com a campanha anti-vacina, mas também com a redução de investimentos na área da ciência e tecnologia.

Em novembro de 2021, ainda em pandemia e com os devidos cuidados, consegui ir ao Centro para conhecer o local e as possibilidades da pesquisa. Nesta primeira visita, fui apresentada ao espaço¹⁴, que possui uma estrutura física extensa, com salas para os trabalhadores da instituição, espaços para alojamento de migrantes, banheiros, cozinha e o espaço paroquial. Observei ainda que havia mulheres, homens e crianças advindos de Cuba e da Venezuela alojadas no CPM. Logo após, fui conversar com a assistente social da instituição sobre a pesquisa e quais caminhos pretendidos naquele momento, oficializando posteriormente o acordado junto ao diretor da Instituição, o que culminou na abertura de caixas institucionais (autorização em anexo).

A profissional apresentou-me a um instrumento denominado Plano Individual de Atendimento (PIA) que continha os tópicos: “Informe Socioeconômico” e “Serviço ou Tipo de Atendimento Outorgado”. Destaco que estes documentos estão em formato físico na Instituição, distribuídos em caixas e que passaram a ser digitalizados em 2020, compondo um sistema de informações do Centro. Abro um

¹⁴ A estrutura do CPM será apresentada no segmento 04 deste texto.

parêntese para pontuar algo que entendi como “desconfiança” nestes primeiros diálogos, visto que estaria analisando a instituição e tabulando dados que, de certo modo, poderiam ter sido, majoritariamente, preenchidos por uma colega de profissão. Entendi que a confiança seria, dia após dia, um elemento central para trilhar novos caminhos, não só com os profissionais, mas com a dinâmica da casa que me levariam a desvelar o que estava dito e não dito nos documentos.

O início da sistematização de dados ocorreu durante os meses de janeiro e fevereiro de 2022, totalizando quarenta dias. Destaco aqui que a ideia inicial era recolher o que necessitava em torno de dez dias. Todavia, o caminho foi modificado no primeiro dia quando fui direcionada para uma sala onde estavam os documentos arquivados da instituição. Embora eu tenha conhecido a estrutura da Pastoral anteriormente, eu não havia adentrado ao que denomino aqui de ‘sala de arquivos e documentos’ e só consegui entender que a minha rota de pesquisa mudaria, quando comecei a abrir a primeira caixa.

2.2 Entre a sala de arquivos e a cozinha: montando um quebra-cabeça com peças faltando

Foram mais de 40 dias em uma sala dividindo o espaço com pastas que contém arquivos, relatórios, documentos, uma pequena biblioteca e materiais de expediente que, por vezes, dividiam a mesa comigo.

O primeiro passo dado foi entender e separar o que precisaria. Resolvi iniciar com uma caixa que datava dos anos de 2003 a 2011. Embora não fossem os anos estabelecidos para a pesquisa, resolvi verificar se não havia migrantes advindos do Haiti nos anos de 2010 e 2011 – período pré-estabelecido - ou até mesmo anteriormente. Ao abrir os documentos da CAIXA 01 encontrei dados e quadros de atendimentos da Pastoral dos anos de 1980 a 2012. Observei que, durante esse período, o Centro cumpriu um papel de acolhimento de pessoas em deslocamento oriundas de migrações internas.

Este perfil começa a se modificar nos anos de 2011 e 2012. De acordo com os PIA’s encontrados na CAIXA 02 referente ao ano de 2011, foi quando começaram a receber os primeiros migrantes internacionais, conforme exposto na Tabela 01. Embora ainda em pequena quantidade, os dados demonstram que as pessoas em

mobilidade internacional começam a chegar na Pastoral neste período. Observei ainda que o indicador dado pelo diretor condizia com que os dados apresentavam: os haitianos apenas entram em Cuiabá no final de dezembro de 2012.

Como falado anteriormente, a mudança de rota na pesquisa começa a se estabelecer quando, após compreender que não havia inserção de haitianos na instituição até 2012, resolvemos estabelecer que abriríamos as caixas referentes aos anos de 2012 a 2019 e que o ano de 2020 seria referenciado pelo que constava no sistema eletrônico da Pastoral. Nesta direção, listamos o total de 08 caixas que continham PIAS, duas destas condizem ao primeiro e ao segundo semestre de 2013, ocorrendo o mesmo com o ano 2018, estabelecendo assim, o que poderíamos chamar de “pico dos fluxos migratórios em Cuiabá” de haitianos e de venezuelanos, respectivamente.

Além das caixas supracitadas havia uma outra referente aos ofícios de 2013 enviados e recebidos pela Pastoral, o que nos deu um panorama da inserção de haitianos no estado e no município, visto que os mesmos tratavam a situação vivenciada a partir da chegada destes no Centro e as solicitações para outras instituições. Acrescentam-se nestes ofícios uma breve história institucional e alguns relatórios de atendimento de anos anteriores.

Na CAIXA 03 referente ao semestre de janeiro a julho do ano de 2013, percebi que os PIAS encontravam-se separados por meses em envelopes e que, em cada mês havia um quadro com as seguintes informações: 1) **Total de pessoas atendidas/dia**, apresentando numericamente a quantidade de atendimentos diários, fossem eles para tratamento, refeições, ajudas ou informações. 2) **Total de pessoas atendidas/mês** que juntavam todos os tipos de atendimentos por mês; 3) **Pessoas em tratamento**, sejam migrantes nacionais ou internacionais e 4) **Famílias**. Cabe destacar ainda que um elemento dificultador aparece aqui: em alguns anos e meses estes quadros não estavam preenchidos. Um outro elemento importante a considerar também foi o acréscimo do item **mulheres atendidas** a partir de 2014.¹⁵

O que me levou a considerar estes quadros para a pesquisa, já que anteriormente eram apenas os PIAS? Ao sistematizá-los em uma tabela para análise, percebi que a dinâmica de atendimento da instituição começa a ser modificada, visto que em 2013 os pontos ‘atendimento para pessoas em tratamento’

¹⁵ No ponto seguinte apresentamos alguns desafios de análises impostos pela pesquisa a partir destes dados.

aparece numericamente, mas provavelmente, ainda seja referente aos migrantes internos, o que se transforma com os poucos dados, ou a inexistência deles, nos anos seguintes. Um outro aspecto importante a ser considerado, como já citado, foi a inclusão do ponto “mulheres atendidas” a partir de 2014, o que pode representar um aumento quantitativo destas, mas também um possível levantamento para projetos sociais. Neste momento, as primeiras inconsistências de dados começam a aparecer, pois não consegui verificar se ‘família’ e ‘mulheres atendidas’ são considerados aspectos diferentes no quadro da instituição.

A partir da elaboração das tabelas com os quadros de atendimentos, resolvi retomar o trabalho com os PIAS por meio da sistematização de pontos. Ao deparar-me com a estrutura do PIA manual, compreendi, inicialmente e talvez ingenuamente¹⁶, que a tarefa de sistematização de dados seria “fácil”, visto que, não haviam tantos pontos e que o sistema eletrônico traria elementos mais precisos que estariam, aparentemente, tabelados. Nesta direção, construí um quadro a ser preenchido com os dados que constavam no PIA, que me ajudaria na leitura da realidade.

Cabe destacar que dados como: motivações para deslocamento, onde estão os filhos e motivos pela vinda, seguiam um mesmo padrão de respostas. Outros pontos foram respondidos em alguns PIA nos primeiros anos (2013 e 2014), mas estavam ausentes em outros, o que pode ter se dado pela mudança na equipe técnica no decorrer dos anos, ou ainda pelo preenchimento ter sido feito, em momentos de maior fluxo migratório, por diversos trabalhadores da instituição.

Nesta direção, construí uma tabela base em que constam os seguintes pontos:

1. Ano da Tabela
2. Idade
3. Sexo
4. Estado Civil
5. Filhos
6. Nível de Escolarização

¹⁶ Aqui trago a ingenuidade, não pela incompreensão do que é o levantamento de dados na pesquisa, mas para demonstrar que nosso objetivo inicial na Pastoral estava direcionado em dois caminhos. O primeiro de levantar dados sobre a chegada de haitianos e mercado de trabalho feminino em Cuiabá e o segundo de conseguir o contato com as haitianas residentes na capital. O que não imaginávamos era que a complexidade de elementos nos faria rever o percurso da pesquisa.

7. Profissão
8. Data de entrada de saída do CPM
9. Destinos
10. Benefícios (tipo e renda)
11. Serviços ofertados pelo CPM (refeições, pernoite, ajuda e valor)

No plano do ideal, o objetivo era sistematizar os formulários que contivessem a nacionalidade dos haitianos e das haitianas. Todavia, depois de mais inteirada dos instrumentais presentes nas caixas, entendi que isto seria impossível diante da quantidade existente de papéis que somavam, apenas na CAIXA 03, em torno de 400 planos. O que nos levou a entender que estes números poderiam aumentar ou reduzir de acordo com a dinâmica dos fluxos migratórios, do atendimento da casa e da organização de acolhimento na cidade. Assim, eu não conseguiria prever a não ser analisando folha por folha, dado por dado.

Apropriada destas informações, o primeiro passo foi elaborar um quadro que permitisse: 1) contabilizar a quantidade de pessoas advindas do Haiti, 2) separar os PIAS de atendimento por homens e mulheres. Como entendi que seriam mais de 2000 Planos Individuais, optei pela escolha de analisar 20 planos por ano que iriam de 2012 a 2019. A escolha dos Planos foi pautada naqueles que contivessem o maior número de informações descritas, inclusive os que constavam **prontuários de atendimentos**. Aqui cabe dizer do árduo trabalho de separar os PIAS por nacionalidade e gênero, folha por folha, caixa por caixa, traria um mundo de caminhos para a pesquisa que estava ali, diante de mim. Para não perder qualquer informação, resolvi registrar, o que resultou em torno de 1500 fotos de dados da instituição. Destaco ainda que optei por trabalhar apenas com os dados impressos que abarcam os anos de 2013 a 2019.

Aos poucos, por meio da leitura dos dados, a realidade da chegada e da vivência da população haitiana em Cuiabá ia sendo delineada como um quebra-cabeça do qual eu sei que faltarão peças, visto a complexidade e dinamicidade que ela possui. Um desafio sobrepunha-se às análises. Como eu iria reconstruir a história deles? E foi nestas passagens por caixas, que um 'mapa da mina foi encontrado'. Escondida atrás das outras tantas, havia uma pasta com um formato maior de nome 'HAITI'. Para minha surpresa, ao abrir, encontrei reportagens de jornais dos anos de 2013 a 2017 sobre haitianos em Cuiabá. Recortes sobre chegada, mercado de trabalho, preconceitos. Uma diversidade que permitiu-me ir

colocando as peças em seus lugares. Eu já havia feito pesquisas na internet, mas não havia encontrado este material. São páginas das quais utilizo como fonte para esta pesquisa e que estão organizadas por ano no quadro a seguir por ano e nome da reportagem. Após o quadro elaborado, construí uma outra tabela com trechos das matérias. Ao finalizar, considerei que os principais temas tratava-se de trabalho, racismo, xenofobia e políticas sociais.

TABELA 1 – REPORTAGENS DE JORNAIS EM MT SOBRE HAITI– ANOS 2013 A 2017.

ANO	JORNAL	REPORTAGEM
2013	A Gazeta – 24 de dezembro	Haitianos COMPARTILHAM SAUDADE e a fé no futuro
2014	Diário de Cuiabá – 24 de março	Gueto haitiano em Cuiabá
	Diário de Cuiabá – 23 e 24 de março	Na “Vila Haitiana” mora a esperança
	A gazeta – 10 de abril de 2014	Instituições não se separam
	A gazeta – 10 de abril de 2014	Sem estruturas para haitianos
	A gazeta – 10 de abril de 2014	Saúde desmente informações sobre ebola
	A gazeta – 25 de abril	Acre ‘deporta’ haitianos
	A gazeta – 1 e 2 de maio	Governo quer definir plano
	Diário de Cuiabá – 05 de maio	Agora, os Senegaleses
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio de junho	Estrangeiros enfrentam dificuldades
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio de junho	Projeto tenta amenizar problema
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio de junho	Atendimento básico é dificultado pelo idioma
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio de junho	Falta de conhecimento gera preconceito
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio de junho	Haitianos não são únicos estrangeiros
	Diário de Cuiabá – 22 e 23 de junho	Cultura e Costume, o grande desafio
	A Gazeta – 15 de junho	Haitianos buscam emprego
	A Gazeta – 15 de junho	Qualificação pode dar resultado
	Circuito Mato Grosso – 23 a 2 outubro	Edição Órfãos da Copa: 1.Haitianos clamam por assistência 2. Permanência é uma bandeira 3.Organização pede ajuda 4. Outro lado
	Diário de Cuiabá – 19 de outubro	Falta amparo a haitianos
	A Gazeta – 21 de dezembro	Mais haitianos devem chegar
	A Gazeta – 21 de dezembro	Promessa é de altos salários
A Gazeta – 21 de dezembro	‘Boom’ não segurou empregos	
2015	A gazeta – 01 e 02 de janeiro	Haitianos vieram para ficar
	Diário de Cuiabá – 03 a 05 de janeiro	MT hoje tem assistência hoje a grupo de haitianos
	Diário de Cuiabá – 03 a 05 de janeiro	Inserção no mercado é mais difícil para migrantes
	Diário de Cuiabá – 11 de março	Índios e haitianos são alvos fáceis

	Diário de Cuiabá – 21 e 22 de junho	A luta dos haitianos para estudar
	Folha do Estado – 10 de agosto	Número de haitianos dispara e chega em 5 mil
	Folha do Estado – 10 de agosto	Salários baixos são entraves aos migrantes
	Diário de Cuiabá – 24 de agosto	O senho precário da liberdade
	Folha do Estado - 10 de dezembro	Situação de haitiano vira alvo de denúncia
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Saudade aperta, mas esperança se renova
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Oportunidade de trabalho escassas
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Haitianos e Brasileiros – Tradições parecidas
2016	A gazeta – 3 de fevereiro	Entidade também atende refugiados
	Folha do Estado – 18 de março	Haitiano, que ficou paraplégico, quer um abrigo
	A gazeta – 20 de março	Homem atira e fere 4 haitianos em um bar
	A gazeta – 25 e 26 de março	Haitianos lutam para conquistar espaço e respeito
	A gazeta – 25 e 26 de março	Um povo e suas inúmeras lutas
	Diário de Cuiabá – 26 de março	Haitianos em Cuiabá começam organização
	A gazeta- 20 de março	Palco aberto para celebrar o Haiti
	Diário de Cuiabá – 25 e 26 de junho	Haitianos deixam Cuiabá
	Diário de Cuiabá - 25 e 26 de junho	Au revoir, Cuiabá
	A gazeta – 08 de julho	Haitianos que não chegaram
	Circuito Mato Grosso – 20 a 2 outubro	Sofrimento...Esperança
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Haitianos se unem numa grande família
2017	Diário de Cuiabá – 08 de fevereiro	Famílias de haitianos não conseguem vaga em creche
	Diário de Cuiabá – 09 de fevereiro	Haitianos fora das creches já somam 20
	Diário de Cuiabá – 11 e 12 de fevere	Prefeitura promete vagas para haitianos
	Diário de Cuiabá – 06 e 07 de maio	Desemprego é o novo drama para os haitianos

FONTE: elaborada pela Autora

Neste momento, eu entendi que catalogar todos estes novos dados junto aos outros já citados, demandaria de mim mais tempo e trabalho do que o imaginado, e assim passei a ir cotidianamente ao Centro. Durante 40 dias estive no período matutino e vespertino, o que me possibilitou uma experiência muito rica. Aos poucos a dinâmica institucional e a particularidade da realidade migratória iam sendo apropriados por mim. Quanto mais começava a compreender, mais o caminho parecia estar longe.

Comecei a perguntar sobre o que lia nos prontuários. Algumas respostas eram mais fáceis de serem dadas, já para outras, era preciso criar confiança. E isso ficou muito evidente quando percebi que as/os trabalhadoras/trabalhadores da Pastoral começavam a ter interesse (e diria que desconfiança) no que eu estava fazendo. Assim como muitos migrantes, eu era a 'pessoa de fora' da rotina da instituição, mais de fora até mesmo do que as e os migrantes. Lembro de que em algumas manhãs, o diretor entrava na sala em que eu estava e dizia: "Tem muito

trabalho ainda, ein?! São muitas caixas!”. Em outros momentos observava que muitos diálogos não eram tidos na minha frente.

Dentro daquela sala, com muitos quadros, números e sistematizações, as questões iam aparecendo. Muitas dores também. Os relatos de violência, extorsões, pobreza permeavam o escrito, e o não escrito no papel e no meu computador. Atravessar não era fácil e nem seria. Muitas narrativas eram de mulheres. Muitas mulheres estavam naquele momento na instituição, sejam como abrigadas, como passantes, ou como trabalhadoras. Muitas batiam na porta anterior à sala que eu estava todos os dias.

Diante do que as folhas indicavam e do que eu estava vivenciando, compreendi que o CPM seria o foco principal de informações da tese e o caminho a ser atravessado, mudando assim, a rota da pesquisa. Todos os dias, os diálogos estabelecidos nas idas à Pastoral, a realidade experienciada no cotidiano no lócus iam me tornando mais curiosa. Todavia, era necessário estabelecer confiança. E foi na cozinha que os diálogos foram sendo estabelecidos. Aos poucos, as trabalhadoras iam questionando a minha presença ali e o que eu havia encontrado. As funcionárias de maior tempo (as da cozinha e limpeza) relatavam as experiências com as mulheres haitianas e as particularidades das venezuelanas, cubanas. Falavam de cada uma pelo nome e características.

Evidente que estas conversas não foram realizadas sem receio e que, a meu ver, só foi possível pelo tempo passado na Pastoral, pelo almoço partilhado e pelas vivências e experiências partilhadas. A cada almoço (e pós-almoço) conseguia subsídios para pensar onde colocar ‘as peças’ com os dados que tinha em mãos bem como a abertura para novas questões. Após as refeições, passávamos um tempo em ‘descanso’ e foi neste ‘tempo livre’ que percebi que os olhares estranhos foram aos poucos dando espaço às falas sobre os problemas e dinâmicas institucionais. E foi esse novo olhar delas para comigo, que me possibilitou participar de dois momentos de atividades, como uma espécie de ‘troca’ pela pesquisa.

O primeiro destes ocorreu no dia 07 de fevereiro de 2022, com o objetivo de realizar um cadastramento para vales alimentação oferecidos pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹⁷, para as venezuelanas e os venezuelanos.

¹⁷ O cadastro refere-se ao Programa de Transferência Monetária da OIM Brasil para aquisição de alimentos e itens não alimentares 2022 (IOM COVID-19 Strategic Reponse and Recovery Plan 2021-2022) e objetiva distribuir vales alimentação para migrantes advindos da Venezuela em situação de

O segundo aconteceu nos dias 09 e 10 de fevereiro e consistiu na entrega de 100 (cem) cestas básicas oferecidas pelo Ministério Público de Mato Grosso à população haitiana. A atividade foi dividida em dois dias pelo período da manhã e separada por grupos de 50 pessoas, majoritariamente mulheres, selecionadas pelo período que haviam recebido o último benefício, cerca de três meses antes desta data. Este foi o contato que tive com o maior número de mulheres do Haiti. Embora não tenha conseguido um diálogo extenso com elas, pude fazer algumas observações que serão perpassadas no decorrer do trabalho.

São mulheres que andam em grupo e que, pela proximidade de suas residências, fornecem informações umas às outras, e é desta forma que elas vão chegando à Pastoral mesmo sem terem sido comunicadas, na expectativa de que seu nome possa estar na lista. Algo que já tinha sido comentado nos almoços na Pastoral, e pude observar, é que estes grupos de mulheres, estão sempre buscando estratégias para suprir suas necessidades materiais, dentre elas, modificar os cabelos. Um outro ponto observado é que quase nenhuma delas falava português, sabiam o essencial que era “a identidade”, já que só precisavam disso para assinar os formulários. Além disso, era visível que a grande maioria escrevia o nome com muita dificuldade.

Com os dados em mãos e após estas vivências, percebi que não seria um caminho fácil a percorrer e entendi que era preciso redesenhá-lo, visto que não havia tempo hábil para dialogar com as haitianas. Embora compreendesse a importância desta técnica de pesquisa para adensar ao trabalho elementos sobre a realidade da migração, alguns obstáculos para além do tempo se sobrepunham e se apresentavam, como por exemplo a dificuldade de dialogar com estas mulheres visto que eu não falava crioulo, e o receio da pandemia que ainda estava latente. Destaco ainda que estive em contato com a Associação de Haitianos por várias vezes, mas não consegui agendar um encontro, pois nessa época houve o falecimento da mãe do presidente da Associação. Sendo assim, os elementos encontrados no Centro da Pastoral da Migração de Cuiabá tornaram-se os principais para a construção desta tese.

2.3 Dificuldades, inconsistências de dados e ‘alternativas’ encontradas

Ainda sobre os achados da pesquisa destacamos o que para nós, pesquisadoras, é um elemento desvelador do movimento investigativo da realidade, mas que apresenta no chão concreto do campo interventivo um complexo, pois impacta na efetivação dos serviços. Ao irmos distribuindo os dados em quadros, planilhas e escritas, observamos que alguns elementos poderiam apresentar uma determinada inconsistência nos dados e que interferem no perfil dos atendimentos:

1) Nos **PIAs**: observamos que os Planos de 2013, momento em que se iniciam o fluxo de atendimentos de haitianos, as informações eram mais detalhadas. Deles conseguimos extrair caminhos a respeito de rotas de chegada, atendimentos, encaminhamentos para moradia, de saúde e de trabalho, data de entrada e saída da casa. Todavia, isso vai se reconfigurando no ano seguinte quando observamos que os atendimentos pareciam ser feitos por todos da equipe. O que pode estar ligado ao aumento do fluxo de entrada na Casa e a ausência de uma política migratória que desenhasse uma rede de atendimento. Enfatizamos aqui essa observação, pois percebemos que há uma diferença quanto ao preenchimento em campos que consideramos importantes para análise. Todavia destacamos que, como será demonstrado no ponto sobre perfil de atendimento, os Planos podem ser preenchidos de acordo com a necessidade institucional, sobretudo no que concerne ao orçamento e parcerias institucionais, havendo assim uma redução de preenchimento de determinados campos. Observamos que em certos momentos, foram preenchidos apenas os campos que entendemos como obrigatórios. Assim, campos que para nossa pesquisa eram fundamentais como ‘quantidades de filhos, com quem estão, quadro familiar e o campo das observações’ nem sempre foram devidamente preenchidos.

2) Encontramos nas pastas um documento denominado de ‘**Relação de Pessoas Atendidas por ordem de chegada**’. Trata-se de um documento numérico em que constavam as seguintes informações: a) pessoas atendidas por dia; b) pessoas atendidas no mês; 3) pessoas para tratamento 4) pessoas para o Projeto Ação Integrada. 5) Famílias; 6) Mulheres. Estes Relatórios estavam organizados junto aos PIAs de forma mensal. Destacamos que, como já citado, os pontos que se referem às mulheres atendidas passam a ser contemplados a partir de 2014 quando

há uma maior entrada de mulheres migrantes haitianas na instituição, sejam elas solteiras ou acompanhadas da família.

Foi ao desenhar esta tabela que localizamos algumas inconsistências nos dados. A primeira refere-se aos atendimentos por dia e por mês. Consideramos que os atendimentos diários se referiam a alimentação diante do número discrepante quando comparado às pessoas atendidas ao mês. Um outro fator aparece quando olhamos para os itens família e mulheres. Diante disto, algumas questões nos foram colocadas: as mulheres estavam sendo contabilizadas no campo família ou vice-versa? Quem determinaria o que seria 'campo família', os homens ou as mulheres? Estaríamos falando de que tipo de família? As respostas dessas perguntas, não obtive, mas no caso haitiano, abordaremos mais à frente.

Verificamos que havia a ausência de dados mensais nos Relatórios o que dificultou algumas sistematizações. Outro ponto que observamos foi o aparecimento dos mesmos nomes de pessoas atendidas nos meses seguintes, o que pode representar a permanência por mais de um mês desta pessoa na instituição, principalmente após a chegada de haitianos e haitianas na capital de Mato Grosso, mas também pode ser uma estratégia encontrada pela instituição para conseguir financiamento de projetos, bem como doações para os migrantes. Sobre estes últimos, constavam nos PIAs que muitos migrantes ao mudar-se da Pastoral para a residência, levavam alguns equipamentos e mantimentos ora doados ao Centro.

3) Outro ponto fundamental refere-se ao componente **raça** que foi invisibilizado nos documentos. Todavia aparece em relatos onde os migrantes apresentam situações sobre o racismo, preconceito e xenofobia.

3 “LEVÁVAMOS A CASA NAS COSTAS”

No livro “Minha casa é onde estou”, Igiaba Scego, autora somali, ao tentar reconstruir a sua história, retrata dois lugares experienciados por ela no decorrer da vida. Um onde vive intensamente enquanto sujeita migrante e outro em que ela busca a sua história. A narrativa é feita por meio da reconstrução da história do seu passado e da sua família que é atravessada por deslocamentos. É no espaço da casa onde a narradora, ao solicitar o de um desenho do mapa da cidade onde seu povo tem origem, identifica o ser e o estar em ambos os lugares, mesclando sentimentos e vivências que foram e são atravessados por um contexto político e social, mas também marcado por preconceitos.

Na literatura em questão, a casa aparece não como um espaço físico, apenas, mas também como pertencimento. Trata-se do lugar onde são contadas as histórias e as lembranças que permitem a construção do ser e do existir no mundo, bem como a possibilidade de ultrapassar os limites físicos, culturais e sociais. Refere-se ainda à ocupação na e da cidade. É o constante limbo do sair e permanecer da vida das migrantes. Saída que pode representar a possibilidade de se retirar aspectos de violência, racismo, patriarcado, mas também de permanecê-las invisíveis. Assim como ficar pode ser encontrar novos caminhos, mas também manter as velhas práticas estruturais da nossa sociedade. O que a autora nos sinaliza é que para nós mulheres, a casa continua nas costas.

Ao trazer o livro de Scego para o início desta tese, consideramos que os deslocamentos de muitas mulheres são realizados com a ‘casa nas costas’, visto que, sair de casa não possibilita a quebra com estruturas construídas socialmente que consolidam cotidianamente papéis sociais naturais de rebaixamento da condição de vida e de trabalho de nós mulheres.

Partindo disso, o que buscamos nesta pesquisa não foi apenas desenhar mapas que apresentam as histórias e as rotas das muitas mulheres que se deslocam, mas dar visibilidade as que fazem a travessia com “a casa nas costas”. A casa, que não está no sentido figurado, é construída a partir da estrutura das relações patriarcais e racistas que enraizadas na nossa sociedade, tem como mediação a divisão sexual e racial do trabalho e que é mais um peso nas costas. Nesta direção apresentamos neste capítulo como construímos o problema de

pesquisa, depois apresentamos a divisão sexual e racial do trabalho que compreendemos que é a mediação que perpassa toda a pesquisa. Sinalizado isto, iniciamos o debate atual sobre a migração feminina e as implicações para a vida e trabalho das mulheres migrantes. Por último adentramos nos aspectos metodológicos da pesquisa.

3.1 Das inúmeras travessias: a divisão sexual e racial do trabalho

Analisar a migração de mulheres haitiana para o Brasil com vistas a inserção no mercado de trabalho nos põe um desafio teórico de contextualizar a realidade deste objeto em uma perspectiva totalidade que compreenda a problemática a partir das determinações históricas, sociais e econômicas que estruturam as relações sociais capitalistas-racistas-patriarcais e que tem na divisão sexual e racial do trabalho mediação fundamental para expropriar a classe trabalhadora.

Consideramos que, embora os estudos sobre migração tenham avançado, existem alguns passos oscilantes no caminho. Ao nosso ver, há uma dificuldade em realizar uma investigação e exposição sobre a mobilidade haitiana para o Brasil contextualizando-a os elementos nossa formação sócio-histórica. Para nós, estes impactam diretamente no modo de vida e de trabalho da população migrante no país. Há, na atualidade uma vasta literatura sobre a mobilidade das mulheres, todavia, no tocante aos migrantes negras, encontramos algumas dificuldades visto que algumas análises trazem os dados apenas de forma quantitativa e quando o fazem qualitativamente, poucos relacionam, a imbricação classe, gênero e raça.

Na lacuna que versa sobre a questão racial concordamos que é preciso apontar e avançar nestas ausências que versam sobre “a subserviência do colonizado aos padrões ditos científicos das metrópoles dominadoras” (MOURA, 1988, p.18). Esta visão colonizadora, ressaltamos, não diz respeito só a raça, mas ao gênero também. E é esse o nosso maior desafio!

Partimos, assim, das relações sociais dentro da sociabilidade capitalista que se baseiam na exploração da força de trabalho de uma classe sobre a outra e que se apresenta no capitalismo de forma fragmentada, alienada. Em acordo com SOUZA-LOBO (2011) consideramos que a classe é heterogênea e diversa em sua composição permeada pelo gênero, raça, etnias e nacionalidade e que essa

diversidade cumpre um papel primordial para a acumulação e reprodução capitalista, ao utilizar-se dessas diferenças para expandir e explorar por meio, por exemplo, do rebaixamento dos salários da classe trabalhadora.

O capitalismo ao fundamentar as relações entre os indivíduos, ou seja, relações sociais, o faz sob a base da propriedade privada e exploração do trabalho. Para tal, reproduz ideologicamente a naturalização e desvalorização da diversidade humana. (SANTOS e CISNE, 2018; IASI, 2016). Cabe destacar que é a ideologia que justifica ações de poder e violência, representando determinados interesses hegemônicos.

A alienação não é o mesmo que ideologia e dela se diferencia substancialmente. A alienação que se expressa na primeira forma de consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psíquico. A ideologia agirá sobre esta base e servirá de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para estabelecer-se subjetivamente (IASI, 1999, p.24)

No caso das mulheres, sujeitas deste estudo, as subjugam a patamares de trabalho com baixa remuneração, acrescido a atividades realizadas gratuitamente na esfera doméstica e dos cuidados que gera, portanto, invisibilidade e que se aprofundam quando associados a elementos raciais.

Outro cuidado teórico está em não separarmos as ditas relações específicas com as gerais, mas sim apreender de que modo recaem às mulheres uma exploração particular e como se articula a elementos de raça e classe no contexto capitalista.

A articulação entre classe e essas determinações não é contraditória nas lutas ditas específicas. Primeiro, porque dentro da ordem metabólica do capital essas dimensões não se dão nem se encontram dissociadas do seu metabolismo, mas dentro de sua ideologia e de sua reprodução com fins voltados para assegurar os interesses das classes dominantes; segundo, porque lutar pela extinção das desigualdades, opressões e exploração, enfim, lutar por emancipação plena, liberdade, exige a defesa de valores libertários – que não cedam espaço para a existência de preconceitos, discriminações, subordinações – antes, garantem aos sujeitos sociais o direito à livre expressão de suas subjetividades (CISNE, 2012, p. 88).

Não se trata de analisar as particularidades, atomizando os indivíduos em identidades culturais, deslocados das relações sociais, tampouco cindir a análise da exploração enquanto aspecto econômico e o da opressão como campo das ideologias e valores. (SANTOS e CISNE, 2018; HAIDER, 2019). É tarefa da análise crítica desvelar as mediações que revelam as assimetrias entre o gênero e a raça, que ao nosso ver é um complexo uno e indizível, fruto da produção e reprodução

social e que tem subordinado corpos, sobretudo das mulheres negras, bem como, é fundamental compreender como esses valores se constroem, se enraízam e se dissipam na sociedade, mas também como eles elaboram dialeticamente resistências.

E aqui nos cabe a atenção teórica de não cairmos no que Haider (2019) chama de “armadilha da identidade”, ou seja de separarmos as ditas relações específicas com as gerais, compreendendo as identidades como distante da concretude da vida material. Devemos, segundo o autor, buscar analisar como uma exploração particular se manifesta na prática dos indivíduos, os valorando e como estes se estruturam em condições materiais concretas como o controle dos corpos, dos desejos, e do tempo trabalho e na construção de desigualdades.

As análises aqui empreendidas não ocorrem sem um plano de fundo que é a necessidade do capital de explorar de forma mais acentuada o trabalho feminino e principalmente racializado, utilizando sobremaneira uma ideologia que busca manter/conservar um modelo de sociedade baseado na tradição e na família nuclear heteronormativa-patriarcal-racista e que tem encontrado no cerne desta divisão formas de reproduzir e perpetuar as desigualdades. Nos cabe assim, analisar como as subordinações históricas e desiguais presentes na vida dos sujeitos sobretudo de mulheres encontram terreno para a sua exploração e opressão.

Enquanto aspectos estruturais da nossa sociedade, o patriarcado e o racismo, construídos historicamente, apresentam-se no campo da aparência como desigualdades abstratas e não como diferenças e cumprem uma função de manutenção e reorganização da ordem capitalista por meio do sistema de opressões e exploração e se perpetuam na nossa sociedade por meio de ações de ódio, xenofobia, higienismo, eugenia, violência, machismo, etc. (CISNE & SANTOS, 2018, DAVIS, 2009).

São esses valores que apoiados em um falseamento da realidade que bravejam contra a ideologia de gênero, o comunismo, o feminismo e o marxismo cultural, reiterando reiteram os discursos pró vida e familistas que mascaram o controle dos corpos, dos desejos, do valor e tempo trabalho e que tem transformado as lutas da classe trabalhadora em inimigo. Na busca incessante da exploração e dominação que se reaviva cotidianamente uma ideologia que quer manter/conservar um modelo de sociedade baseado em valores religiosos, na tradição e na família

nuclear heteronormativa-patriarcal que tem como modelo de homem e de humanidade homem branco, europeu, heterossexual e burguês.

O patriarcado e o racismo, se adensam ao sistema capitalista e cumprem uma função primordial de manutenção e reorganização da ordem capitalista por meio de um sistema de opressões, exploração e dominação, intensificando as posições acerca dos espaços consideradas como destino.

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo 'mulher', em si, sem especificação de dessa fusão, não tem sentido ou tem sentido um racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso a desumanização que a colonialidade de gênero implica.” (LUGONES, 2020, p. 60).

O patriarcado, enquanto complexo heterogêneo, organiza de forma hierárquica a vida privada e pública, estabelecendo uma fronteira entre estas esferas, impondo aos corpos determinados espaços, que implicam desvantagens às mulheres¹⁸, restringindo estas ao espaço do lar, a política de afetos e de cuidados e que expõe o trabalho de mulheres ao lugar da domesticidade, a família monogâmica e a violência contra mulher (CISNE e SANTOS, 2018).

Quando pensamos o Brasil esse aspecto não é novo. Ele vem desde a colônia passando as mulheres que estavam na casa grande de escravizadas para trabalhadoras e que se trata de uma rede complexa de relações sociais que se mantem inalterada.

O patriarcado é regido pelo controle (do corpo, da procriação, do trabalho e da criatividade) e medo, que ao se combinarem, estruturam aspectos ideológicos que naturalizam as assimetrias entre os gêneros. É neste terreno que a violência de gênero se instaura

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFIOTTI, 2001, p. 1).

¹⁸ Indicamos que, durante o texto, quando denominamos mulheres, estamos nos referindo não essencialmente o sexo biológico feminino, mas a construção social, portanto, a travestis e transexuais.

Outros aspectos estão associados como o controle dos corpos e a instauração do medo, deliberando aos homens e ao Estado a apropriação destes e a deliberação sobre os direitos sexuais e reprodutivo que desempenha um modelo normativo pautado heteronormatividade compulsória, como controle da procriação e a criminalização do aborto (BIROLI, 2020). Segundo levantamento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria nos primeiros nove meses de 2021, foram apresentados 7 projetos de lei na Câmara dos Deputados que buscam impedir a interrupção da gravidez, mesmo nos casos autorizados em lei.

A imposição binária busca, ao exercer o controle do corpo para a reprodução de filhos, garantir a força de trabalho e a da propriedade privada por meio da herança aos filhos de sexo masculino. Essa obrigatoriedade é imbuída de valores que desvalorizam o feminino inferioriza o que não for heterossexual como sendo a “única possibilidade aceitável de expressões e vivências afetivas-sexuais” (CISNE e SANTOS, 2018, p.44). Nesta direção a heterossexualidade compulsória não está apenas na vontade e desejos no campo individual, mas revela as construções no interior das relações sociais, organizando as atividades de acordo com os sexos e o controle social dos corpos.

Outro elemento de análise importante para a nossa discussão refere-se ao racismo que se instaura na modernidade a partir da ideia da inferioridade da população negra com base na “ciência”.

No sistema escravista, o negro era tratado como ‘coisa’, era retirado as suas potencialidades e habilidades humanas, o que contribuiu para uma prática hierárquica de uma raça sobre a outra. E como diz Clóvis Moura (1983, p. 124) essa desumanização do corpo negro contribuiu para construir um ethos da formação social do Brasil. Para ele, “o escravismo ainda hoje é o período da nossa história social e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente” Quando pensamos a formação brasileira, Beatriz Nascimento (2021, p.48) acrescenta que “o escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes”.

À população negra reverbera o modo a produção capitalista que se apropria da sua “inferioridade” e atrela o uso da violência para uma maior exploração dos

trabalhadores, da marginalização, dos impactos do desemprego, dos empregos análogos à escravidão, a falta de acesso é alvo de projetos higienistas e com o desenvolvimento das cidades é direcionada às margens.

(...) o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (ALMEIDA, p. 22).

Este pilar estrutural da sociedade capitalista-racista-patriarcal é condição para a perpetuação do poder e da violência, sobretudo aos corpos negros. Segundo Davis (2009, p. 16) “a punição social é aceita por ser aplicada principalmente aos/as negros/as”.

Assim, este sistema capitalista-patriarcal-racista sustenta as bases da divisão sexual e racial do trabalho, o limite da esfera política, do conhecimento e da apropriação dos corpos, reestruturando-se de acordo com a necessidade da reprodução capitalista (CISNE, 2014; FEDERICCI, 2013; SAFFIOTI, 2013). Trata-se de uma complexidade das relações sociais que se mantém inalterada que tem se perpetuado pela mediação da divisão sexual do trabalho e tem feito com que essa naturalização seja forma de exploração das mulheres por meio da reprodução da força de trabalho e da exploração do trabalho desvalorizado das mulheres que é indispensável a acumulação capitalista.

Quando situamos a divisão sexual e racial do trabalho como elemento de mediação desta tese, indicamos inicialmente que esta divisão que não tem nada de natural, possui como base dois elementos principais, o racismo e o patriarcado, que não se dissociam, ao contrário imbricam-se, estão enovelados, ganhando contornos particulares no capitalismo. O sistema capitalista-patriarcal-racista enquanto dominação/exploração só pode assim se realizar nas relações sociais que se estabelecem no trabalho, na relação entre os indivíduos e são mediadas por antagonismos e exploração de uma classe sobre a outra. Classe essa que é heterogênea em sua composição.

A divisão sexual do trabalho se apresenta de forma assimétrica e se molda historicamente designando aos homens as atividades relacionadas a esfera de produção e, portanto, portadora de valores e às mulheres às reprodutivas. Destacamos que não se trata de trabalhos que distinguem os gêneros somente, mas a forma como eles se estrutura e impõe as carreiras e salários. Como construção

histórica, ela se modifica, mas mantem dois princípios organizadores: de hierarquia, que atribui maiores valores as atividades que se referem a figura masculina e separação entre o que é trabalho feminino e masculino. Contudo, cabe destacar que a divisão sexual do trabalho se reproduz e se recria tanto na esfera da produção quanto na da reprodução.

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (KÉRGOAT, 2010, p. 67).

Portanto, a divisão sexual do trabalho, assim como as outras formas de divisão do trabalho, não são um dado rígido e imutável, apesar de seus princípios organizadores permanecerem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho etc.) variarem no tempo e espaço (op. cit.).

De um ponto de vista histórico, a estruturação social atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar a passagem que esta noção de trabalho doméstico não é nem a-histórica nem transitória; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atua, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção. (KÉRGOAT, 1989, p. 95).

O que se tem é uma divisão na esfera da produção considerada território masculino, e da reprodução, que se expressa na procriação e no cuidado com os seres humanos, destinada ao feminino. Tem-se de fato, a figura masculina como provedora e a feminina relacionada com os afazeres do lar com o cuidado com os filhos. A partir das condições objetivas e subjetivas dos papéis que ocupam socialmente e do modo desigual como são construídas as relações, as mulheres não possuem acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos bens, de maneira geral. Esta construção social que define o que é ser mulher e o que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas.

Um outro ponto a se destacar sobre esta divisão é entender que sua acepção vai além do campo da desigualdade entre homens e mulheres, visto que essas desigualdades são sistemáticas e tem sido utilizada para hierarquizar as

atividades. (Hirata e Le Doaré,1999). Outro aspecto que permeia a discussão da divisão sexual do trabalho é a apropriação e controle do trabalho pelos homens, dos instrumentos e o acesso a eles, pois lhes permitem uma maior produtividade, poder e controle sobre a produção. Além disso, o controle sobre a matéria e tecnologia aprofunda as desigualdades. (TABET,2005).

Na mediação com a divisão sexual do trabalho, a ideologia racista atende lógica de opressão e exploração da força de trabalho assim como o patriarcado faz com a desvalorização do trabalho feminino. Essa desvalorização ocorre no trabalho remunerado, ao rebaixar os salários e, portanto, gerar mais lucros. No âmbito reprodutivo são as mulheres negras, em sua maioria, que sustentam a reprodução da força de trabalho por ser considerado um atributo natural e que não precisa ser pago. No caso do Brasil, pensar o trabalho doméstico, é compreender que estes possuem traços da colônia escravista, que é reatualizado nos tempos atuais e, tem relegado essa ocupação, majoritariamente às mulheres negras. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2018), o trabalho doméstico remunerado é composto de 92% de mulheres, das quais 63% são mulheres negras.

Quando analisamos as condições de trabalho das mulheres negras vemos que estas estão nos postos mais precarizados, informais, somando em torno de 40% da população do país neste tipo de trabalho, subalternizadas e precarizadas.

A tese pseudocientífica de que a população negra era naturalmente inferior há muito foi derrubada. Entretanto, o racismo se mantém porque cumpre uma função social, na qual a supremacia da branquitude continua a autorizar a exploração, a dominação e a opressão contra os outros. (EURICO, 2018, p.520-521).

Consideramos que a divisão sexual do trabalho não é a mesma para todas as mulheres. Ela é determinante da posição desigual entre os homens e mulheres, mas que produz esta cisão junto a outras variáveis. Como já nos alertava Lélia González (2020, p.42) “tratar da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico do discurso masculinizado e branco”.

Nesta direção, cabe afirmar que a divisão sexual e racial do trabalho impacta sobre os corpos e sobre a raça e para a sua análise a noção de enovelamento implica que as relações sociais de classe, gênero e raça são indissociáveis, reproduzindo-se mutuamente, delimitando também suas singularidades: “É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma

imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p. 100). Portanto, são as categorias contraditórias inseridas nas e pelas relações sociais estruturantes complexas e dinâmicas, imbricadas no nó analítico.

Na mesma direção de Saffioti (1992) utilizaremos nesta tese o conceito de nó para analisar a simbiose entre classe, gênero e raça como constitutivo de um sistema único da dominação-exploração no sistema capitalista-patriarcal-racista que se relacionam entre si, sem se sobrepor, levando em consideração o movimento da realidade, pois “cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos” (SAFFIOTI, 2004, p.125). Na realidade concreta, elas são inseparáveis, pois se transformam, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado de ‘patriarcado-racismo-capitalismo’ (SAFFIOTI, 1987, p. 60) que são reproduzidas nas relações sociais históricas, material e ideopolítico, de dinâmico e complexo. Sendo indissociáveis, a ruptura com a ordem capitalista pressupõe, portanto, formas de enfrentamento com o capitalismo, o racismo e o patriarcado.

Com o aumento da desigualdade social e a intensificação da exploração da classe trabalhadora, aprofunda-se a situação de dominação – exploração sobre a mulher. Assim, podemos afirmar que o sistema do capital articula exploração do trabalho com dominação e opressão e se apropria da lógica e valores do sistema patriarcal e racial. Assim, a divisão sexual e racial do trabalho não é apenas uma divisão por ramos ou atividades, mas “princípio organizador da desigualdade do trabalho” que se apresenta em outras esferas sociais articulando produção e reprodução do trabalho (SOUZA-LOBO, 2011).

Enquanto elementos chaves desta tese, estes nos possibilitam compreender que os impactos nas experiências migratórias das mulheres possuem dimensão material e histórica na reprodução das relações assimétricas de gênero, raça e classe. No caso das mobilidades humanas, as hierarquias construídas conformam-se desde os países de origem, às travessias e aos destinos e diferenciam-se nas motivações, na inserção no trabalho, na construção e efetivação de políticas migratórias, nas decisões de quem irá migrar, nas construções de redes, tornando os fluxos migratórios multidimensionais.

Na perspectiva crítica que embasa nossos estudos compreendemos que o sistema de exploração, opressão e dominação que subjuga as mulheres a

patamares de naturalização ou de invisibilidade está ancorado em bases materiais e concretas da realidade capitalista-racista-patriarcal. Os debates acerca da divisão sexual e racial do trabalho, apresentando-a como uma mediação que permeia toda a relação entre trabalho, raça e gênero é de suma relevância para compreendermos análises acerca do trabalho feminino no contexto contemporâneo.

3.2 O mercado de trabalho feminino no Brasil

As discussões acerca do trabalho feminino e do seu papel na produção social não são recentes. Todavia, atinge outros patamares a partir do contexto de crise estrutural que assolava a classe trabalhadora mundialmente. A partir de 1970, os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais exigem profundas transformações no âmbito estatal, no mundo do trabalho na produção e reprodução do capital o que ocasionou (e tem asseverado atualmente) o desemprego estrutural, a acentuação das desigualdades sociais e a miséria, dentre outros.

Outra transformação presente no mundo do trabalho é o aumento massivo da presença e permanência das mulheres nos mais diversos ramos das atividades econômicas. Como Antunes (1999) afirma, a feminização do trabalho, ou seja, o aumento do trabalho feminino no mundo não foi concomitante a melhoria da sua condição de vida tampouco da sua condição de gênero.

Todavia, a vasta literatura sobre trabalho feminino tem nos mostrado que o trabalho feminino se consolidou com a emergência da sociabilidade capitalista, que transformou as mulheres em contingente da classe trabalhadora assalariada. Federici (2017) faz uma recuperação histórica da transição do feudalismo para capitalismo e sua articulação com o patriarcado e o colonialismo. A autora desvela em sua obra “O Calibã e Bruxa” que as relações de dominação e exploração patriarcais foram constitutivas para o desenvolvimento capitalista e que a expropriação como elemento constitutivo da acumulação primitiva ocorreu além do roubo e da violência de bens e do cercamento das terras comunais. A apropriação dos corpos e dos saberes das mulheres consolidaram elementos fundamentais que instituíram atividades domésticas não remuneradas, separação dos saberes e o controle da reprodução em uma verdadeira “caça às bruxas”, privatizando o trabalho,

que configurou o cerne para sustentação capitalista da divisão desiguais de trabalho, sendo o Estado o regulador então da força de trabalho.

No capitalismo, o papel da família foi reestruturado a partir das necessidades do cuidado dos filhos e da reprodução humana, todavia a torna assalariada, já que o salário do homem era insuficiente. Embora a mulher tenha saído para as fabricas trabalhando em torno de mais de 10 horas por dia, suas atividades domésticas não foram desenvolvidas e compartilhadas em coletividade com toda a família, sendo ela responsável. ‘O capitalismo carregou para sobre os ombros da mulher trabalhadora um peso que a esmaga; a converteu em operária, sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe’ (KOLLONTAI, 2015, p. 05).

A mulher casada, a mãe que é operária, seu sangue para cumprir com três tarefas que pesam ao mesmo tempo sobre ela: dispor das horas necessárias para o trabalho, o mesmo que faz seu marido, em alguma indústria ou estabelecimento comercial; dedicar se depois, da melhor forma possível, aos afazeres domésticos e, por último, cuidar de seus filhos (KOLLONTAI, 2015, p.04).

As mudanças operadas com o advento do capitalismo industrial não fizeram senão tornar evidentes as funções econômicas das mulheres (SAFFIOTI, 1976). Na sociedade capitalista, tais esferas se separam fisicamente, a produção se realiza no espaço público e a reprodução no espaço privado, no espaço doméstico. Contudo, cabe destacar que a divisão sexual do trabalho se reproduz e se recria tanto na esfera da produção quanto na da reprodução (KÉRGOAT, 2009).

Esta divisão, conforme apresentado no tópico anterior, compõe as desigualdades, exploração e hierarquias que sustentam as relações sociais no capitalismo no que se refere ao sexo como o controle dos corpos por meio de sujeições e disciplinamento e o trabalho doméstico. Mediadas pela divisão sexual e racial do trabalho, as atividades de produção e de reprodução no sistema capitalista, apresentam-se na desigualdade e separação dos espaços, corpos e lugares e atribui de acordo o gênero e a raça, valor superior ao que é exercido pelos homens brancos e inferioridade às mulheres com mais intensidade às negras.

No sistema capitalista marcado pela opressão e dominação essas assimetrias são apropriadas para obtenção maiores lucros, pois sendo “inferiores aos homens” recebem salários baixos e se submetem a condições de trabalho precarizadas e sem garantias trabalhistas.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, na atualidade, é estabelecida, de acordo com Bruschini *et al.* (2012), por “avanços e permanência”. Observa-se, de um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina, e de outro, a má qualidade dos tipos de trabalho em que se empregam as mulheres. No Brasil¹⁹, houve uma triplicação de mulheres na população economicamente quando comparado os anos de 1970²⁰ com os anos 2000 adensados a uma maior escolarização e mudanças nos rendimentos, o que modificou, de certa forma, a face do trabalho. Todavia, nos últimos anos o cenário tem sido reconfigurado com duros ataques a classe trabalhadora com uma perversidade de medidas de austeridades que atingem sobremaneira às mulheres. A precarização e a perda de direitos diminuem o acesso dessas a políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), creche para os filhos, assistência social e educação bem como prevê o esmagamento dos empregos e o corte de investimentos em políticas de combate à violência contra mulher.

Os avanços realizaram-se, de uma parte, a conquista de bons empregos, de acesso a carreiras e ocupações que antes eram pertencentes essencialmente à figura masculina, como postos de gerência e diretoria, que atualmente, encontram-se ocupados por parte das trabalhadoras mais escolarizadas. Acrescenta-se a isto, mudanças nas lutas políticas, na visibilidade no campo teórico referentes aos estudos das mulheres, na ampliação dos direitos (CISNE, NOGUEIRA, 2004). De outra, a permanência com o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. Outro fator que recai sobre a figura feminina e que não

¹⁹ No Brasil, o chamado processo de “feminização do trabalho” deu-se a partir dos anos 1980, com o aumento da presença e permanência das mulheres nos mais diversos ramos de atividades. Paralelamente a este fenômeno, os estudos de gênero surgem através do movimento feminista com o objetivo desnaturalizar e historicizar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, afirmando que essas relações são construções sociais determinadas pelas e nas relações sociais.

²⁰ Não se pode negar o crescimento do trabalho feminino nos anos anteriores. Nogueira (2012) ressalta que os dados deste período apresentam alguns limites de critérios de aplicação na atualidade, pois as categorizações de algumas funções desempenhadas pela população apresentavam-se, muitas vezes, unindo segmentos que deveriam estar separados.

Neste período, as mulheres se encontravam nos ramos de atividade pouco diversificados como agricultura (35%), serviços domésticos (33%), costura (20%), indústrias têxteis (5,3%) e outros serviços (6,7%). Em 1960, com a expansão industrial, apresenta-se um elevado contingente da força de trabalho feminina neste setor, atingindo 17,9% do total de trabalhadores, aumentando em 3,2% o que se apresentava na década anterior. Em 1970, o contingente da massa feminina trabalhadora conseguiu alcançar 21% da população economicamente ativa. Contudo, a demarcação de tempo na década de 1990, presente neste trabalho, torna-se expoente, pois ela está associada às mudanças socioeconômicas e culturais que ocorrem de forma mais expressiva no Brasil com a mundialização do capital e que atinge diretamente à classe trabalhadora. A presença do trabalho feminino se apresenta já no censo de 1900, com 45,3% trabalhadoras contra 54,7% de homens que compunham a força de trabalho.

modifica é a responsabilidade pelas atividades dentro de casa e pelos cuidados com os filhos e demais parentes. Todavia, as experiências, trajetórias, salários, acessos e qualificações são atravessados pela raça e classe. O que se teve foi a inserção das mulheres em profissões precárias, trabalhos temporários e informais junto a desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário e na dificuldade da sua integração e participação em associações e sindicatos. É indubitável que algumas mulheres tenham se inserido em empregos antes tidos como de “domínio masculino”, sejam nos setores de grandes empresas ou nas chefias em forças de segurança, por exemplo. Porém, esse alcance em trabalhos de níveis salariais mais elevados não retira das mulheres sua “obrigação” com os afazeres domésticos e com o cuidado com os filhos. O trabalho doméstico não remunerado, caracterizado como não produtivo, calcado na reprodução da família, ou seja, na manutenção das casas, no cuidado aos filhos, pessoas idosas e com deficiência, possibilitou e permite ainda que os homens busquem o trabalho remunerado, livrando-os destas responsabilidades e rebaixando a mão-de-obra feminina. Essas atribuições desiguais impactam nas trajetórias profissionais, no acesso a escolarização e à política (BIROLI, 2020).

Embora os dados e estudos demonstrem uma intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, observamos que a reestruturação produtiva apresenta um paradoxo no que concerne ao gênero e a raça: aumentam o número de mulheres trabalhadoras no mercado, mas elas estão nos espaços mais flexibilizados e precarizados, especialmente as que compõem o segmento mais pauperizado, majoritariamente negras, situadas essencialmente nos países de economia periférica. este aumento não está atrelado à ruptura com as tarefas domésticas:

no contexto de reestruturação do capital, observa-se que as mulheres não são um simples exército industrial de reserva, pois há um “crescimento simultâneo da taxa de atividade feminina e da precariedade do emprego”, seja pelo aumento do emprego em tempo parcial (Europa, Japão) seja pelo aumento do trabalho informal, como é o caso do Brasil. São empregos instáveis e precários sob a lógica de acumulação do capital com sua dinâmica de expulsão/integração das(dos) trabalhadoras(es) à produção capitalista e que, mediante sua flexibilização, estimulam a contratação de força de trabalho, sobretudo a feminina (HIRATA, 1997, p. 17).

Como Antunes (1999), Nogueira (2004) e Yannoulas (2011) afirmam, a feminização do trabalho, ou seja, o aumento do trabalho feminino no mundo não foi concomitante à melhoria da sua condição de vida, tampouco da sua condição de

gênero. O que se teve foi a inserção das mulheres em profissões precárias, trabalhos temporários e informais junto à desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário e na dificuldade da sua integração e participação em associações e sindicatos:

Assiste-se a uma dupla transformação paradoxal do trabalho, porque ela parece ir em sentido oposto; de um lado, a implicação do sujeito no processo de trabalho e, de outro, a precarização do emprego, com o desenvolvimento de formas flexíveis de trabalho e o crescimento do desemprego. Este último movimento é grande e globalizado, e parece dizer respeito às mulheres, em primeiro lugar, enquanto a implicação requerida pelos novos modelos de organização do trabalho parece dizer respeito tendencialmente aos assalariados do sexo masculino das grandes empresas industriais dos países do Norte (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 10).

Cabe destacar que o que estamos denominando de feminização nesta tese perpassa pela discussão trazida por Yannoulas (2011) sobre o modo como as mulheres têm acesso ao mercado de trabalho. Ao apresentar uma distinção entre feminização e feminilização como categorias distintas, em que esta refere-se ao aumento quantitativo em determinadas profissões e ocupações, enquanto aquela demonstra o aspecto qualitativo de inserção feminina no mercado de trabalho, aponta que são também, complementares, portanto, a feminização inclui a feminilização e que tem impactos para a divisão sexual e racial do trabalho. A autora ainda destaca que “com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados)” (YANNOULAS, 2011, p. 284).

Embora encontrem-se ocupando, em maior quantidade, espaço na esfera produtiva, o papel construído historicamente às mulheres não foi alterado no que concerne às responsabilidades e atribuições inerentes à esfera reprodutiva: os serviços domésticos continuam sendo atribuição feminina.

Hirata e Le Doaré (1999) ressaltam a vulnerabilidade da mulher no mercado atual e destacam que a flexibilização, o crescimento da precarização e a informalidade do trabalho são sexuados, pois atingem mais profunda e diretamente a força de trabalho feminina. As autoras apontam que as atuais mudanças no mundo do trabalho não só perpetuam como agravam as desigualdades sociais ligadas ao gênero¹. Para as autoras,

Assiste-se a uma dupla transformação paradoxal do trabalho, porque ela parece ir em sentido oposto; de um lado, a implicação do sujeito no processo de trabalho e, de outro, a precarização do emprego, com o desenvolvimento de formas flexíveis de trabalho e o crescimento do desemprego. Este último movimento é grande e globalizado, e parece dizer respeito às mulheres, em primeiro lugar, enquanto a implicação requerida pelos novos modelos de organização do trabalho parece dizer respeito tendencialmente aos assalariados do sexo masculino das grandes empresas industriais dos países do Norte. (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 10).

Em 2020, segundo dados da Pnad Contínua, 7,1 milhões de mulheres estavam em busca de trabalho, das quais 4,4 milhões delas eram negras. Os números ainda revelam que, embora as mulheres sejam 53% da população economicamente ativa, elas ocupam 43% do trabalho formal e 51% dos desocupados e 64% fora do mercado de trabalho. Em termos de desigualdades de gênero e raça temos que no trabalho formal, as mulheres compõem 43% destas ocupações enquanto os homens estão em 57%. Destas, 20,4% são negras e 22,1% são brancas.

No caso da população migrante, objeto de nosso estudo, analisamos que o fator nacionalidade afeta o trabalho oferecido às mulheres. O Relatório Anual de 2020 elaborado pelo Obmigra, retrata que no ano de 2011, no Brasil, no trabalho formal, apenas 30,3 % eram exercidos por mulheres migrantes e em 2019, decresce para 29,5%. Os dados situam que em 2016 as migrantes com emissão de carteira assinada eram, majoritariamente, da nacionalidade haitiana com 46% e o cenário modifica-se, diante da crise na Venezuela, para 63% para as advindas deste país. Estes dados demonstram que a precarização e a informalidade é um fato na vida das migrantes e que as políticas migratórias vinculadas ao trabalho se comportam de acordo com os fluxos entre os países e a necessidade da mão de obra.

É válido ressaltar que o sistema capitalista se apropria da subordinação das mulheres para obter mais lucro, pois sendo “inferiores aos homens”, estão sujeitas a receber salários baixos, se submeter a condições de trabalho precarizadas e sem garantias trabalhistas, além de sofrerem a desvalorização das atividades por elas realizadas, e de se fazer invisível o trabalho doméstico, majoritariamente feito por mulheres. Sobre essa perspectiva, Nogueira (2004, p. 67) aponta que “no mundo produtivo contemporâneo um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina é o de serviços”.

No que refere à informalidade, as mulheres brancas encontravam-se em termos numéricos em torno de 49% da população em comparação a 51% dos homens. As mulheres negras estão em maiores desvantagens compondo 30,3% da população que exercem este tipo de trabalho comparadas ao percentual de 18,2% das mulheres brancas. Os homens negros estão em 32,5% enquanto os homens brancos estão em 18% (PNAD, 2020). Adensa-se a este cenário, os dados do IBGE²¹ que retratam que a taxa de desemprego no Brasil afeta majoritariamente as mulheres com 16,4% em relação a 11,9% de homens e mais de 30% da população negra em detrimento de 11,5% de pessoas brancas.

Observamos que os dados supracitados constatarem que o período da pandemia aprofundou o cenário da divisão sexual e racial do trabalho, afetando diretamente a vida das mulheres negras, afetadas pelo crescimento do desemprego e da precarização do trabalho. A pesquisa intitulada “Sem parar: o trabalho e vida das mulheres na pandemia”, elaborada pela Gênero e Número e pela SempreViva Organização Feminista, mostrou que 40% das mulheres entrevistadas em 2020 disseram que a crise pandêmica afetou o sustento da casa e destas, 55% eram mulheres negras que apontaram que dentre as maiores dificuldades estava em pagar o aluguel e as contas básicas.

A divisão sexual e racial do trabalho estrutura a desigualdade social e tem como mediação a dimensão racial compreendida pela discriminação e exploração da população negra. A ideologia racista atende a uma ideologia de opressão e exploração da força de trabalho assim como o patriarcado faz com a desvalorização do trabalho feminino. Essa desvalorização ocorre no trabalho remunerado, ao rebaixar os salários bem como no âmbito reprodutivo, pois são essas camadas populacionais que sustentam a reprodução da força de trabalho.

Destacamos que, embora seja uma atividade que seja ‘comum’ às mulheres, as condições de classe e raça têm implicações distintas. As condições de vida da mulher trabalhadora são diferentes da condição de vida da mulher burguesa e isso também está intrínseco nas relações raciais. Como já nos alertava Safiotti (2013, p. 133) as mulheres da classe dominante dispõem “concreta e livremente a força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”.

²¹ Fonte: <https://www.generonumero.media/domesticas-desemprego-mulheres/>. Acessado em: 20 de setembro de 2021.

No que concerne a estrutura racial, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho não pode ser analisada sem recuperarmos os aspectos históricos da sociedade brasileira desde o período colonial construída a partir de uma hierarquia baseada na dominação dos donos da terra, portanto do poder econômico e político, sob os escravos. Existiam também os trabalhadores livres que viviam em condições precárias. O patriarcado pautado na hierarquização do poder dos senhores de engenho, sobretudo sobre a mulher, constitui, assim, elemento estruturador da formação brasileira (SAFIOTTI, NASCIMENTO, 2021).

Nesta hierarquização, coube as mulheres brancas o papel de esposa e mãe.²² Às mulheres negras foram relegadas atividades no campo produtivo, na casa grande e nas atividades vinculadas ao engenho, no campo e no papel sexual²³.

Além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de trabalho interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2021, p. 56).

Cabe destacar que esta estrutura hierárquica patriarcal e racista se mantém mesmo com a modernização e industrialização da sociedade brasileira a partir dos anos de 1930, embora, com uma maior flexibilidade. São essas estruturas, como já vimos nos debates anteriores que vão demarcar espaços e pessoas a quem estão destinados. O mercado de trabalho é um desses lugares que conformou as mulheres, sobretudo as negras, a trabalhos precários e, portanto, invisíveis. Essa 'herança escravocrata' marca os corpos das mulheres negras até os dias atuais em trabalhos domésticos, em postos mais flexíveis e de menor rendimento e como trabalhadoras rurais, demonstrando como os mecanismos patriarcais e raciais se remodelam.

²² Saffioti no livro "A mulher na sociedade de classes" apresenta de forma profícua o debate sobre a hierarquização da sociedade colonial e expõe as contradições vivenciadas pelas mulheres.

²³ "A exploração sexual de que a mulher negra foi vítima por parte dos senhores, determinada principalmente pela moral cristã portuguesa, que atribuía à mulher branca das classes mais altas o papel de esposa ou de "solteirona", dependente economicamente do homem e limitada - quando esposa - ao papel de procriadora - ou seja, sua vida sexual restringia-se à posterior maternidade-, fez com que a liberação da função sexual masculina recaísse sobre a mulher negra ou mestiça. Por seu lado, os mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação dessa exploração sexual através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça "primitiva" a faz mais desreprimida sexualmente, facilita-se a tarefa do homem de exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico (NASCIMENTO, 2021, p. 64-65).

Vamos dimensionar esses traços quando analisamos os dados do IBGE (2019) referente a escolarização. Embora mais escolarizadas que os homens, o rendimento destas não se deu de acordo com a sua profissionalização, estando em torno de 25% em média em relação aos homens. Este cenário é aprofundado quando analisamos a partir do envelhecimento de raça e gênero, pois as mulheres brancas apresentam mais vantagens em relação aos homens negros e estão mais próximas de trabalhos para homens brancos. Na base piramidal, são as mulheres negras que se encontram mais pauperizadas.

Ademais, recai sobre as mulheres negras a dificuldade na inserção no mercado de trabalho diante dos baixos níveis de escolarização, visto que elas são as que mais experimentam as desigualdades educacionais. A exigência educacional é um componente para o mercado de trabalho que opera também com base na raça, definindo quem é passível ou não de estar em determinados tipos de trabalho. (CARNEIRO, 2011; NASCIMENTO, 2021)

As mulheres que têm acesso as posições de poder no mundo do trabalho são as que tem mais acesso a instrução/educação formal denotando as desigualdades de gênero e de raça e apresentam ainda um paradoxo, embora mais instruídas ganham menos ou ocupam posições menos favoráveis que os homens.

No que concerne à população que ocupa o setor de empregados domésticos, dados do IBGE, apresentam que no ano de 2019 esta categoria era representada por 6,2 milhões de pessoas. Estes dados ainda revelam que houve uma redução da categoria, ocasionado pelo envelhecimento da população e pelo aumento do desemprego, que tem afetado sobretudo mulheres jovens e pessoas negras. Em termos percentuais, a população deste setor caiu para 19,2%, o que representa 5,05 milhões em 2020.²⁴

Um outro dado refere-se ao crescente número de mulheres chefes de família, ou seja, são únicas ou principais responsáveis pela renda familiar e em sua maioria são chefiadas por mulheres negras, totalizando 63% das casas com filhos de até 14 anos, com uma renda per capita de com US\$ 5,5 *per capita* ao dia, cerca de R\$ 420 mensais. Em relação à média nacional que é de 25% de toda a população abaixo da linha da pobreza, observamos que as mulheres negras representam mais do que o dobro populacional e totalizam mais de 7,8 milhões de pessoas que vivem

²⁴ Fonte: <https://www.generonumero.media/domesticas-desemprego-mulheres/>. Acessado em: 20 de setembro de 2021.

em casas chefiadas por mulheres negras em detrimento de 3,6 milhões das chefiadas por mulheres brancas, segundo IBGE. Para a população negra, os agravantes são mais aprofundados com a ausência de coleta de lixo, saneamento básico e água encanada, totalizando 41,8% das residências.

Outro aspecto em relevo para entendermos como o capitalismo tem utilizado das condições assimétricas da divisão sexual e racial do trabalho para uma maior exploração do trabalho feminino, ocorre pela apropriação do tempo livre das mulheres, conduzindo-o majoritariamente como 'destino natural' para atividades de cuidado já que não possuem jornadas definidas, sem remuneração, em sua maioria e modificando, inclusive as trajetórias de vida. Segundo Ferreira (2018) em sua pesquisa de doutorado revela que, o tempo livre das mulheres cumprem uma função que deveria ser ofertada pelo Estado por meio de políticas sociais. O exemplo da fila de espera de hospitais e postos de saúde, analisado pela autora demonstra que o tempo expropriado das mulheres é ao mesmo tempo elemento fundamental para a reprodução das relações sociais e mediação das ações do Estado que tem sido intensificado com os desmontes das políticas sociais²⁵, bem como a invisibilidade social do tempo captura as mulheres da classe trabalhadora mais pauperizadas.

O tempo expropriado da vida da mulher para a reprodução social é compreendido "[...] como parte das atribuições femininas, determinadas pelas relações de poder e gênero" (ÁVILA, 2009. p. 13), o que gera uma dupla jornada de trabalho. Essas relações são vistas como obstáculos para o desenvolvimento simultâneo da vida pessoal e profissional da mulher em que, muitas vezes, tem que se submeter a escolher entre o âmbito privado e o público.

Sobre o tempo nas atividades domésticas, observamos que as atividades de cuidado e os atendimentos das demandas cotidianas recaem sobre as mulheres. Conforme já citado anteriormente, mais de 64% das mulheres realizam atividades não remuneradas e se situam fora da força de trabalho, o que representa que não estão trabalhando nem buscando emprego. Os dados do IBGE revelam que 93%

²⁵ As políticas sociais, principalmente a de saúde e de assistência social, de orientação familista dos serviços endossa um aparato embasado na divisão sexual do trabalho que naturaliza os papéis dos sujeitos e as ações estatais apropriam-se destes papéis da reprodução privada e do tempo improdutivo para efetivar suas ações. (FERREIRA, 2018) No caso da saúde, as mulheres são as principais usuárias, seja na busca dos serviços para si ou para familiares e a precarização das políticas impacta sobre estas que ampliam seu tempo "livre" na busca de serviços para manutenção do cotidiano das famílias.

das brasileiras fazem trabalho não remunerado diante de 82% dos homens, ou seja, somos nós as responsáveis pela manutenção das atividades cotidianas como comer, lavar, alimentar e de cuidados. Ademais, com a crise pandêmica observamos que a responsabilidade com as atividades de cuidado dificultou a procura de trabalhos remunerados, segundo pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” (GÊNERO E NÚMERO, 2021).

Embasadas por uma suposta naturalização das atividades, as qualidades “ditas” femininas possuem um aparato ideológico apreendidas desde a infância na família que desconsideram o treinamento das mulheres e não as valoriza como trabalho especializado, o que justifica os baixos salários. Um outro aspecto que permeia a discussão da divisão sexual do trabalho é a apropriação e controle do trabalho pelos homens dos instrumentos e o acesso a eles, pois estes permitem maior produtividade, poder e controle sobre a produção. (TABET, 2005).

A não qualificação do trabalho feminino, os critérios que definem esta (des)qualificação, o atributo de naturalidade aplicado às características exigidas à força de trabalho feminina, por isso mesma não consideradas como qualificação profissional, remete novamente à divisão sexual do trabalho e à relação entre trabalho doméstico e treinamento informal da força de trabalho feminina.” (SOUZA-LOBO, 2011, p.129).

Os dados apresentados demarcam que a situação de desigualdade na relação entre trabalho remunerado, não remunerado, tempo de trabalho, rendimentos atinge de forma desigual as mulheres negras.

Deste modo, faz-se necessário compreender que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações para a produção e reprodução do capital, que desenvolve uma maior exploração sobre o trabalho feminino, tanto nas esferas públicas como nas privadas. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização das mulheres na reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada a um menor custo, e, na esfera pública, pela desvalorização, exploração e subordinação no mundo produtivo:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas de seu trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho para os seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as

condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 1999, p. 108-109).

A migração feminina está relacionada ao enlace com aspectos de desigualdade estruturadas pela divisão sexual e racial do trabalho que põem as mulheres a encontrar a alternativa de migrar a busca para melhorar a condição de vida de si mesma e dos familiares. Pensar em migração feminina é pensar em seus diversos aspectos, tais como: as consequências dos movimentos migratórios sobre a autonomia feminina; as práticas familiares transnacionais e a maternidade a distância; as cadeias globais de cuidado e o trabalho doméstico; e as instituições e políticas migratórias como reprodutoras de desigualdades.

A crescente mobilidade de mulheres que migram para países da Europa é acompanhada pela feminização da pobreza. Empreendemos que a migração feminina está associada à feminização do trabalho e da pobreza. Contudo, não podemos pensar nas mulheres migrantes como uma construção uniformizada, mas compreender que são atravessadas pelas relações de gênero e raça, bem como também exige a reorganização na esfera da reprodução, visto que muitas deixam seus filhos para cuidar dos filhos de outras mulheres. Pedone (2017, p. 440) retrata que:

apesar de aceitar-se, no plano econômico que a transferência transnacional do trabalho reprodutivo é uma consequência a nova estratificação do mercado de trabalho em nível mundial e gera uma demanda por mão de obra feminina que tem incrementado os movimentos Norte-Sul (**acrescentamos Sul-Sul**), o paradoxo nos lembra que as mulheres migrantes deixam seu papel de cuidadora no local de origem para migrar e cuidar de crianças, idosos e casas em troca de um salário.

A autora afirma que a feminização do trabalho também feminiza a vida. As famílias e os locais necessitam cada vez mais dos recursos das mulheres e das atividades que geram remessas pelas mulheres migrantes, visto que as atividades reprodutivas têm implicações econômicas, sociais e políticas tanto nos países de chegada como nos de origem, pois são elas que asseguram a continuidade do sistema produtivo. Nos países de origem elas têm que realizar arranjos que assegurem seu papel na reprodução durante a migração, que envolve, na maior parte, sobrecargas e responsabilidades nas tarefas para outra mulher do grupo familiar ou para filhos mais velhos, podendo gerar uma maior desigualdade socioeconômica na família. Nos locais de destino, estas mulheres enfrentam aspectos jurídicos, trabalhistas para poder ter o direito de viver em família, além das

condições precárias de sobrevivência, como alimentação e moradia. A autora afirma que estes aspectos não são isentos de contradições, o que exige redefinições e estratégias sucessivas para a migração.

Neste sentido, compreendemos que a divisão sexual do trabalho é fundante para a intensificação dos fluxos migratórios entre os países periféricos no contexto do novo ciclo de expansão do capital, tendo como expressões a expropriação, a exploração e a dominação.

Na América Latina há uma forte precarização do trabalho que diferencia dos trabalhos no Norte global, afetando, principalmente, as mulheres, apesar de serem as mais absorvidas pelos empregos criados. A mulher latino-americana trabalhadora encontra-se nos trabalhos informais, com salários menores que os homens e sem nenhum tipo de proteção social (NOGUEIRA, 2004). O aumento do trabalho por tempo parcial gera, principalmente, uma exacerbada desigualdade de salários entre os sexos, como também afirma Hirata (2001, p. 145):

Ocupado majoritariamente [...] por mulheres, e significando um salário parcial, ele agrava as disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico no interior do casal. [...], ele se encarnou na figura do trabalho informal, sem nenhuma proteção social. [...] Nos dois casos, tempo parcial e trabalho informal, trata-se – sobretudo no que diz respeito aos empregos fora do setor público e particularmente no comércio e nos serviços – de trabalhos frequentemente instáveis, mal remunerados, com uma possibilidade quase inexistente de formação, de promoção e de carreira [...]

Batia e Busse (2001) trazem alguns aspectos importantes para pensar a migração feminina na América Latina. Um primeiro ponto aborda que há uma trajetória histórica de migração nesses países. Em 1930, pós-crise, eram locais que recebiam migrantes em busca de trabalho e se acentuaram após a Segunda Guerra Mundial. Entre os anos de 1960 e 1980, houve uma saída de pessoas latino-americanas para a Europa e Estados Unidos (EUA) em busca de trabalho. Além disso, a urbanização possibilitou um aumento na escolarização e diminuição nas taxas de natalidade, e o mercado de trabalho nas áreas metropolitanas atrairia as mulheres, em específico as que estavam no setor doméstico e de serviços.

A flexibilização dada após 1980 levou a um aumento do trabalho das mulheres e uma mobilidade delas para o mercado de trabalho tanto dentro dos próprios países que residiam como para outros, todavia em sua maioria para trabalhos terceirizados e parciais. É importante lembrar, no entanto, que a situação da região não é homogênea: enquanto na América do Sul a porcentagem de

mulheres migrantes ultrapassa a dos homens (50,8%), no Caribe (49,4%) e na América Central (49,5%) ainda predomina a migração masculina.

A isto soma-se a questão de serem não apenas mulheres, mais racializadas e de origens étnicas diversas, que são atingidas cotidianamente pelos aspectos e refrações de sociedades fundadas no machismo, patriarcado, xenofobia. Ou seja, além de aspectos que desqualificam o trabalho, pois estão nos campos mais flexíveis, ainda são acrescentados os aspectos supracitados.

Estes aspectos permitem compreender que o capitalismo, para promover a acumulação do capital, promoveu expropriações massivas a partir da capacidade de mobilizar força de trabalho em escala mundial, açambarcando questões raciais, de gênero, étnicas e de classe.

No que concerne à migração por atividades laborais, observa-se uma relação estreita entre fluxos de pessoas e trabalho e que as rotas estão de acordo com a dinâmica do capital, que constrói e destrói postos de trabalho. Quanto à especificidade do gênero, observa-se que muitas mulheres migram com perspectivas da proposta laboral e, principalmente, o sustento familiar, mas que ainda permanecem “invisíveis” na migração. De um lado, porque a presença masculina já confere a imagem de homens trabalhadores e, de outro, porque os empregos que as mulheres conseguem se inserir são, em sua maioria, nos setores de serviços ou mesmo estão sem ocupação, denotando a precariedade do trabalho.

Quanto a relação com a pobreza, conclui-se que as que possuem rendimentos mais baixos são as mais atingidas pelo modelo econômico e cultural vigente, pois são exploradas, oprimidas e discriminadas tanto pelo sexo como pela classe, estando no limite da sobrevivência com relação às suas necessidades básicas. Um exemplo disso é a alimentação. As mulheres pobres priorizam, em geral, a alimentação dos maridos e dos filhos. Por isso, elas sofrem mais com a subnutrição do que os homens que pertencem à mesma classe. Percebe-se que, quanto ao trabalho feminino, a tentativa de conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo se dá devido à necessidade de complementar a renda familiar. Isso se deve também à ausência de um Estado que garanta o direito efetivo das mulheres, o que as leva a ter jornadas de trabalho mais longas que as dos homens:

O desemprego feminino, mas também o desemprego masculino em setores tradicionais, multiplicou a pressão exercida sobre as mulheres para encontrar formas de garantir a sobrevivência doméstica. A produção alimentos de subsistência, trabalho informal, emigração, prostituição. Todas

essas atividades adquiriram uma importância muito maior como opções de sobrevivência para mulheres (SASSEN, 2003 p. 51).

Quanto à pobreza, Yasbek (2005) observa que embora seja importante a diversidade de parâmetros utilizados para se determinar o conceito de pobreza, através da renda, não se pode deixar de considerar a pobreza como um fenômeno multidimensional e relativo. Assim, a pobreza se caracteriza pelas múltiplas determinações: políticas, econômicas, de raça, etnia, gênero, culturais, religiosas, dentre outras. Com isso, a renda não pode ser considerada o viés determinante para a concepção de pobreza:

A pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. Martins mostra que a pobreza, muito mais que falta de comida e de habitação, é *“carência de direitos, de possibilidades, de esperança”*. Considera vergonhosa essa forma de pobreza, *“que é a pobreza de direitos”* (YASBEK, 2004, p. 62).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), 70% dos pobres do mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado no cenário das migrações internas e externas, enquanto sujeitos autônomos, na perspectiva de melhores condições de vida para si, e nos casos daquelas que são mães, para seus filhas e filhos. Esta informação confirma o papel assumido pelas mulheres no que se refere à responsabilidade com os filhos e sustento.

Consideramos, então, que as múltiplas dimensões da pobreza e a diversidade nos modos de manutenção das famílias atingem diretamente às mulheres, que se encontram nas famílias monoparentais femininas como figuras centrais. Desta forma, compreendermos que não basta considerar apenas a privação de renda, mas também a dinamicidade da vida familiar, que vai muito além do aspecto financeiro, implicando em acesso ao trabalho com qualidade, à remuneração adequada, à melhoria dos serviços públicos e aos equipamentos públicos, tais como: serviços de saúde, escolas e previdência.

Diante do exposto, observamos que as mulheres que migram, principalmente aquelas que encontram a mobilidade como alternativa a melhoria de condições de vida de pobreza e trabalho, estão submetidas as mais diversas situações de vulnerabilidade, começando pelo deslocamento territorial destas para outros espaços, o que não significa dizer que haverá melhoria na sua condição de vida. Outro fator são os meios de manutenção destas nesse novo espaço, como o

acesso aos direitos e cidadania, a exemplo, direitos ao trabalho de forma legalizada, acesso a políticas públicas, como saúde e assistência.

Esses fatores associados à xenofobia, à discriminação e ao preconceito contribuem para desencadear acessos desiguais acesso às políticas sociais e de trabalho²⁶ que tem na base de sua sustentação as assimetrias de classe, gênero e raça e é na busca de desvelar como se estruturam essas hierarquias que direcionamos esta tese.

3.3 Je suis ici, ainda que não queiram²⁷! As mulheres na migração

A migração enquanto fenômeno social expresso na sociabilidade capitalista contemporânea tem revelado outros aspectos como a feminização das migrações e a feminização da pobreza. Debates estes que não ocorrem sem um pano de fundo que é a necessidade do capital de explorar e apropriar de forma mais acentuada o trabalho feminino, principalmente de mulheres negras. Ao rebaixar o valor do trabalho pela condição de gênero, sexo, raça, sexualidade, nacionalidade e faixa etária em uma suposta ideia de naturalização das tarefas, cria lugares, identidades e trajetórias a que estão sujeitados homens e mulheres na nossa sociedade.

Partimos do entendimento de que deslocamentos devem ser analisados pela mediação dos aparatos estruturais que permeiam a sociabilidade capitalista, bem como os fatores subjetivos que fazem indivíduos, grupos e famílias pensarem nos fluxos migratórios como uma alternativa. Contudo, observamos que os debates acerca da migração invisibiliza e ainda têm escondido a mulher como parte desse processo.

Os debates teóricos sobre migração feminina ganham notoriedade a partir do contexto em que há um aumento da participação qualitativa e quantitativa das mulheres no mercado de trabalho e com os desdobramentos dos estudos feministas que passam a questionar a mobilidade das mulheres. Os dados da ONU (2019) revelam que as mulheres correspondem a aproximadamente metade dos 272

²⁶ Mesmo estando firmado em processos jurídicos-políticos o direito de migrar, é importante destacar que a migração coloca em questão princípios garantidos pelo Estado como o direito de migrar presente na declaração universal dos Direitos Humanos de 1948, no Art. 13: “Todo o indivíduo tem o direito de circular livremente e escolher a sua residência no interior de um Estado. Todo o indivíduo tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”.

²⁷ Retirado da música de Luedji Luna – “Um corpo no mundo”

milhões (47,9%) de pessoas que vivem e trabalham fora dos seus países de origem e nascimento. Quanto a feminização da migração, esta refere-se à maior participação qualitativa e quantitativa da participação das mulheres, demonstrando que há um aumento numérico de mulheres nos fluxos migratórios, bem como, algumas autoras denominam que essa presença qualitativa se dá na relação autônoma da mulher que escolhe migrar em busca de melhores condições de trabalho e de estudos (MOROKVASIC, 2002).

Antes disso, as discussões sobre a temática pautavam-se em uma visão androcêntrica, em que a abordagem dos papéis sociais era feita pelo binarismo masculino e feminino e pelos papéis atribuídos de produção e reprodução. Os estudos retratam que o modelo representativo do sujeito migrante era o do tipo econômico, ou seja, produtivo e referenciado na figura masculina. Portanto, a face central migratória tinha o migrante masculino como símbolo e pautava-se na figura de um modelo “ideal” de migrante preferencialmente homem, branco, heterossexual que buscava melhores condições de vida e trabalho no deslocamento.

Cabe destacar que o papel feminino nos fluxos foi inicialmente retratado a partir da diferenciação entre os sexos, todavia não abarcavam uma análise mais rigorosa sobre as diversas variáveis, tais como taxas e inserção em empregos, formação de redes sociais, aspectos familiares. Às mulheres cabiam na travessia e nos lugares de chegada, a partir de estudos que não as incorporam como partícipes ativas do processo, acompanhar a família e cuidar do lar e dos filhos, “pois encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades, implicava em ignorar complexidades e heterogeneidades (BAENINGER, PERES, 2017, p.05) do fenômeno migratório.

A partir da década de 1980, há uma incorporação dos estudos de gênero, desmistificando o papel da mulher nos fluxos, a adaptação aos países, o cotidiano, as redes migratórias e a divisão sexual do trabalho (BAENINGER e PERES, 2017), compreendendo que, no processo migratório, homens e mulheres vivenciam de modos diferenciados, reconstroem ou reafirmam relações de poder e de hierarquia (CASTRO, 2006).

O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes

fatores melhor fundamentam as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo. (BOYD & GRIECO, 2003, p. 61)

O debate acerca da presença das mulheres nos fluxos migratórios foi suscitado por outros debates de gênero no âmbito do trabalho, na esfera da reprodução humana e no cenário político a partir de 1980. A luta e produção dessas mulheres focaram no enfrentamento ao discurso conservador que naturalizou as atividades desenvolvidas pela figura feminina como destino natural: ser mãe, dona de casa e responsável pelos cuidados com os filhos. A efervescência dessas manifestações veio atrelada aos questionamentos sobre sexualidade, reprodução sexual, mercado de trabalho (GROSSI, 1998; NOGUEIRA, 2004). A participação feminina nas lutas sociais em todos os países gerou um intenso debate sobre as condições de classe e gênero.

De fato, essas assimetrias apresentaram uma mudança na compreensão das condições de vida e trabalho das mulheres nos fluxos migratórios, “indo além das descrições de diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançaram no sentido de compreender as experiências das mulheres em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho (BAENINGER, PERES, 2017, p.02). Portanto, a partir de 1980 temos assistido a um aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios, denominado de feminização das migrações.

Há mais de 40 anos, as mulheres representavam cerca da metade dos migrantes no mundo. No que se refere à migração latino-americana e caribenha, as mulheres migrantes que viviam nos Estados Unidos somavam, em termos absolutos, dois milhões em 1980. Em 2010, já totalizavam dez milhões. Na Espanha, o número de migrantes mulheres somava, em 2001, 464 mil, passando a 1,4 milhões em 2011 (ROSAS, 2013, p.131).

Observamos ainda que os aspectos que se referiam às mulheres na teoria das migrações, não analisavam as multidimensionalidades como inserção laboral, redes familiares, acesso a políticas públicas e direitos, envios de remessas, as assimetrias entre o gênero, a raça e a classe no percurso migratório e nas atividades de produção e reprodução. (MOROKVASIC, 2002). Assim, compõe o desafio atual das teorias das migrações, sobretudo das feministas, desvelar e visibilizar a participação das mulheres enquanto sujeitas do processo migratório.

Embora as análises que inferem a participação das mulheres na migração tenham desdobrado alguns limites, outras ainda põem em questão a visibilidade da

participação das mulheres nos fluxos migratórios. Em sua maioria, prevalecem os aspectos subjetivos, dentre eles a melhoria nas condições de vida e de trabalho e a busca de autonomia, demonstrando ausência de mediações dadas a partir da estrutura capitalista que tem se utilizado do trabalho das mulheres, em específico, das migrantes para auferir maiores lucros. Há ainda uma tendência em apontar a migração feminina em estudos de dados estatísticos, deslocadas de uma leitura da realidade, aparecendo como acompanhantes da figura masculina ou para a reunificação familiar.

Outro ponto crucial para o entendimento deste fenômeno é a construção de paradigmas que se desenvolveram a partir dos estudos feministas e das migrações internacionais que explicam as migrações femininas a partir do trabalho de cuidados (HOCHSHILD, 2000, TONHATI, 2019) e que se tornaram hegemônicos nos estudos e no entendimento dos fluxos migratórios, o que torna um desafio para as análises das mulheres que se deslocam pelos fluxos Sul-Sul.

Os estudos feministas que pautaram a migração analisaram-na a partir do aumento considerável da participação das mulheres na esfera produtiva a partir de 1980, principalmente nos países da Europa, e a não responsabilização masculina pelas atividades reprodutivas, cabendo a outras mulheres realizá-las. A crise da reprodução que atingiu a classe trabalhadora com os cortes nos orçamentos e o recrudescimento dos direitos sociais, impactou diretamente a população feminina que as impeliu a buscar trabalho para aumentar a renda familiar. Às atividades domésticas ficaram a cabo das mulheres dos países do sul deslocaram-se para o norte para desempenhar as atividades de cuidados que centrada no trabalho de cuidados reforça os papéis binários de gênero e associa as tentativas de explicar os deslocamentos femininos a partir da reprodução de trabalhos vinculado a divisão sexual do trabalho. Neste caso, o trabalho de mulheres migrantes, pobres, negras do sul global foram incorporados no norte global e como destaca Handerson (2019), as necessidades das mulheres do norte se fundem com o cenário de precarização de mulheres do sul global.

A despeito da migração de mulheres tenha surgido atrelada ao trabalho global de cuidados e mais recente circulação de cuidados, é preciso resgatar que as análises desses paradigmas são abordadas de forma hegemônica a partir de uma compreensão de mobilidade a partir dos fluxos Sul-Norte e são produzidas majoritariamente por pesquisadores/as que se dedicam para e no Norte global

Essa lente investigativa faz com que o paradigma predominante, para explicar as migrações femininas, relacione essas diretamente à demanda e inserção laboral em atividades de reprodução dos papéis de gênero, dentro da perspectiva do cuidado. Como por exemplo, exercendo as funções de empregadas domésticas, enfermeiras, cuidadoras de idosos (TONATHI e MACEDO, 2020, p.111).

Quando analisamos o mercado de trabalho dos países periféricos, sobretudo o Brasil, temos acordo com as autoras supracitadas que retratam que as características que os países do norte apresentavam para atrair as migrantes para o mercado de trabalho de cuidados é semelhante ao que temos na realidade brasileira em 2010. Todavia, uma particularidade se apresenta neste caso, o mercado de trabalho doméstico aqui é ocupado por brasileiras, sobretudo mulheres negras, não requerendo, necessariamente mulheres migrantes como foi o caso europeu. De acordo com dados da PNAD (2018), o trabalho doméstico remunerado é ocupado majoritariamente por mulheres, totalizando 92% dos 6,2 milhões de empregados nesta área. As trabalhadoras possuem baixa escolaridade e 3,9 milhões são negras. Acresce-se a isto o fato de que continuam trabalhando de forma não remunerada em casa, o que gera uma sobrecarga de trabalho exaustiva e invisível.

A análise aqui empreendida deve ser descortinada com o aprofundamento dos traços da formação sócio-histórica brasileira que tem relegado às mulheres, sobretudo as negras a esfera de cuidados e do lar o que evidencia resquícios da estrutura colonial do nosso país que calcificou a dominação e exploração de uma raça sobre a outra. Notamos ainda que há uma incipiência no debate de raça nos fluxos migratórios, visto que muitas análises ficam no campo da análise quantitativa dos dados. Como nos alerta Clóvis Moura (1983), vivemos mais tempo de escravidão do que de libertação e devemos assim, nos debruçar sobre os efeitos do colonialismo escravista no Brasil, as suas contradições e implicações na realidade brasileira.

Outra particularidade a ser considerada nos fluxos Sul-Sul é que a migração ainda é masculinizada, não só nos deslocamentos, mas na inserção no mercado de trabalho e na vida social. Dentre os postos de trabalho ocupados por imigrantes no país, os homens ocupam aproximadamente 70%. Apesar do número de mulheres imigrantes ter aumentado nos últimos anos, como vimos com os dados do STI, e estarem em busca de emprego, como demonstrado, pelo aumento da emissão de

carteiras de trabalho (CTPS), elas ainda ocupam menos de 30% dos postos de trabalho formais dentre a população imigrante. (OBMIGRA, 2020)

Diante disso algumas perguntas direcionam o nosso estudo: o que particulariza o trabalho no Sul global? O que as fazem migrar para o Brasil? Quais as ocupações que ocupam? Quais os elementos que diferenciam a migração de haitianos e das haitianas?

Embora se constitua como uma perspectiva paradigmática de análise dos fluxos migratórios femininos, não é o intuito desta tese retomar os aspectos que fazem as mulheres do Sul migrarem para o norte global, mas considerar as particularidades dos denominados novos fluxos migratórios que se remodelam a partir do eixo Sul-Sul, como é o caso da população haitiana e venezuelana que chegam ao território brasileiro. Todavia é preciso ir além das rotas. Entendemos assim que os traços da formação brasileira direcionam para uma análise desta particularidade.

Outro ponto para a compreensão das mobilidades é que estas vão apresentar formas e motivações particulares de acordo com os momentos históricos e que impactam de forma singulares nos indivíduos que estão imbricados por aspectos de classe, raça, gênero, orientação sexual e nacionalidade.

No caso das mulheres, a mobilidade não pode ser compreendida apenas por fatores individuais e de estratégias familiares, mas que as 'expulsões' tem sido funcionais ao sistema capitalista que, ao se apropriar e explorar, as mulheres, utiliza da divisão sexual e racial do trabalho para auferir maiores lucros e, no contexto de crises, ganha contornos irreversíveis, visto a face perversa do capital (SASSEN, 2004).

Para tal análise, consideramos que, nos últimos anos, a massa da população disponível para o mercado de trabalho intensificou-se devido a expropriação materializada pela mundialização do capital que altera as condições de vida e de trabalho, na medida em que seus impactos se verificam não apenas na economia, mas influenciam também a organização socioeconômica, política e cultural da sociedade. O modo de produzir, distribuir e acumular bens materiais atrelados à relação de produção e reprodução do capital também são transformados, acentuando a concentração de renda e a pobreza.

Consequentemente ampliam-se as desigualdades sociais inerentes à conjuntura capitalista, numa estreita relação entre ampliação da riqueza e,

contraditoriamente, da pauperização. Este cenário ocasiona um aumento no fluxo migratório (forçados ou não), o que modifica as relações com as cidades e meio ambiente e as relações sociais, encontrando barreiras linguísticas, culturais, geográficas, étnicas, religiosas, sexuais, dentre outras. Assim, a mobilidade humana deve ser compreendida por uma totalidade de fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e não apenas como mobilidade territorial e geográfica.

A análise da crescente feminização da migração não pode estar deslocada de outros dois aspectos postos no cenário contemporâneo e que rebatem sobremaneira as mulheres, que é a feminização do trabalho e da pobreza. As discussões acerca do trabalho feminino e do seu papel na produção social não são recentes²¹. Contudo, é a partir das análises do capitalismo contemporâneo que o trabalho das mulheres emerge como uma das formas de superexploração da classe trabalhadora pelo capital de um lado, e de outro, a denominada feminização do trabalho aparece como resultante da luta feminista.

Portanto, a migração feminina está relacionada ao conjunto de desigualdades, que põe as mulheres a encontrar a alternativa de migrar a busca para melhorar a condição de vida de si mesma e dos familiares. Pensar em migração feminina é pensar em seus diversos aspectos, tais como: as consequências dos movimentos migratórios sobre a autonomia feminina; as práticas familiares transnacionais e a maternidade a distância; as cadeias globais de cuidado e o trabalho doméstico; e as instituições e políticas migratórias como reprodutoras de desigualdades.

O deslocamento das mulheres pode ser ocasionado por diversos fatores, dentre eles a fuga de guerras, de casamentos, desastres naturais, perseguições por etnias, religiões, questões políticas ou pela busca de trabalho. Ou seja, a migração não pode ser percebida apenas como um fator individual tampouco como uma característica de incapacidade de governos. Para Sassen (2003) deve-se observar os países receptores e seus contextos econômicos e sociais de políticas restritas, pois não é apenas a incapacidade de países de origem que fazem as pessoas migrarem, não temos uma visão unilateral da migração. Assim, os fluxos são produzidos por uma rede de relações não apenas econômicas, mas sociais, que perpassam a transnacionalidade e a relação dos Estados-nação com o capitalismo. (SASSEN, 2003).

Dentre os fatores que ocasionam o fluxo migratório estão: melhores condições salariais nos países de destino em contraposição à satisfação e à aspiração por consumo frustrada nos países de origem; a demanda por mão de obra não qualificada nos denominados países desenvolvidos – a fim de baratear os custos e aumentar os lucros do capital – em comparação ao desemprego e à informalidade. Lembramos ainda que, embora outros fatores impulsionem o processo migratório, na sua base, em quase todas as situações, as condições materiais e econômicas estão presentes.

Sassen (2003) destaca dois aspectos a se considerar na análise do fenômeno da migração feminina: o do tráfico de pessoas e as atividades laborais em que as mulheres passaram a ocupar na mobilidade no contexto de uma economia das migrações contemporâneas a partir de sua atuação em trabalhos domésticos ou em ocupações profissionais de alto nível nas cidades globais. Diante disto, são as mulheres migrantes negras que são impelidas a estarem no trabalho doméstico e no setor de cuidado. São atividades que demandam mais tempo do que a de trabalhadoras locais, com um salário baixo, longas jornadas de trabalho e quando migrantes indocumentadas ganham menos ainda.

Atreladas a estes fatores que reforçam a divisão sexual e racial do trabalho, as condições de vida destas nos países de origem as mobilizam ao deslocamento, embora muitas trabalhadoras tenham a sua condição de vida agravada nos países de chegada. (JOSEPH & HANDERSON, 2015; VILLEN, 2015). Muitas mulheres são submetidas a longas jornadas de trabalho, algumas trabalhadoras moram no mesmo espaço do trabalho, com longas jornadas em troca de alimentação e moradia, sofrendo abusos e violências (DUTRA, 2012).

Boyd e Grieco (2003) abordam as assimetrias entre homens e mulheres acontecem no que eles nos diferentes estágios da migração. No período pré-migratório as hierarquias e papéis se diferenciam entre os sexos no país de origem. No atravessamento das fronteiras as diferenças podem ser apresentadas nas políticas migratórias tanto dos países de origem como de destino e que diferem nas experiências de atravessamento, nas estratégias, nas necessidades dos mercados de trabalho e nos estereótipos. E ao chegarem no país de destino, à forma como os mercados de trabalho, as famílias e as políticas compreendem esses papéis. As trajetórias migratórias das mulheres estão relacionadas não só aos percursos traçados, mas a aspectos subjetivos de melhoria das condições de vida bem como

rearranjos na estrutura familiar tais como a planejamentos diante das múltiplas atividades desempenhadas por esta.

Observamos ainda que o perfil da mulher migrante tem sido modificado marcado pela presença de mulheres solteiras e jovens que em busca de melhores condições de vida e trabalho optam pela proposta migratória como saída para o aumento das desigualdades (MOROKVASIC, 2002; MARINUCCI, 2007; BAENINGER 2012, 2017, 2018). Este aumento de mulheres solteiras ou que migram sozinhas, sem companheiros ou filhos é ocasionado pela reconfiguração no mercado de trabalho que tem assolado a classe trabalhadora com a diminuição de postos de trabalho, a precarização, flexibilização e informalidade. Com a escassez de empregos para os membros da família, podem ocorrer mudanças na estrutura familiar que colocam à disponibilidade os deslocamentos de mulheres na busca de melhores condições de vida (MOROKVASIC, 2002).

Os dados apresentados no Relatório anual de 2020 do OBMIGRA, destacam que nos anos de 2010 a 2020, no Brasil, apenas 22% das 268.674 mulheres registradas justificaram seu deslocamento por reagrupamento familiar. Ainda nesse mesmo documento, 64% disseram ser solteiras e com faixa etária entre os 15 e 40 anos, 24% tinham entre 15 e 25 anos e 43% tinham entre 26 e 40 anos.

Os dados supracitados nos permitem analisar que a migração feminina no Brasil é jovem e tem outras motivações como escolarização, fugas de conflitos, de situações vulneráveis, de aspectos ambientais, mas que pode ser também um projeto familiar, visto que só uma pessoa da família teria condições de fazer o deslocamento, seja irregular ou não. A decisão de quem vai migrar encontra-se nas justificativas de que são as mulheres as mais disponíveis a “doar e sacrificar” o seu tempo em favor da melhoria de condições de vida da família. Amparada nas relações classe, gênero e raça, ocorrem as formas distintas de organização em torno dos deslocamentos, o permanecer no local a qualquer custo, seja físico, emocional e sexual e a definição dos sujeitos impelidos às travessias (ROSAS, 2015).

Não podemos deixar de destacar que a migração masculina trouxe e traz mudança no comportamento para as mulheres, visto que estas têm de assumir papéis e responsabilidades diferentes do que eram antes dos homens migrarem, gerando uma mudança na posição familiar e social bem como apresentam uma sobrecarga de trabalho. As condições para o deslocamento são diversas, multifatoriais e conjugam aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da

sociabilidade de determinado tempo histórico. Retratamos ainda as particularidades históricas que, no contexto global do capital, abrange refugiados, deslocados econômicos e migrantes, mas também uma reconfiguração através das análises de classe, relação patriarcal de gênero, raça/etnia.

Quanto à participação destas no mercado de trabalho, os estudos têm demonstrado que as mulheres migrantes estão situadas nos polos do mercado de trabalho: qualificado e não qualificado (VILLEN,2013; SASSEN, 2006). Este, ocupado majoritariamente por mulheres negras advindas, prioritariamente, de países do Sul global. O que se denomina de trabalho não qualificado caracteriza-se por atividades realizadas em setores precarizados, informais e mal remunerados como o emprego doméstico, o setor de cuidados e de serviços e concentram particularmente em mulheres não-brancas.

As mulheres estão vinculadas à esfera do cuidado de idosos e crianças de outra família, enquanto seus filhos ficam aos cuidados de outras mulheres. Algumas deixam seus filhos nos lugares de origem e recorrem às redes de apoio (DUTRA, 2013). A migração é, neste sentido, uma estratégia de sobrevivência em que a escolha migratória não perpassa necessariamente pela autonomia feminina, mas como uma estratégia familiar e que, portanto, pode gerar uma confusão entre migração feminina e migração familiar.

Muitas mulheres têm um papel importante econômico não apenas nos lugares para os quais migram, mas para os lugares dos quais saíram, pois enviam remessas de dinheiro para sua família. As mulheres, devido aos novos arranjos familiares e a entrada no mercado de trabalho modificam, por vezes, as experiências familiares, realocando papéis, já que ficam entre provedoras e co-provedoras. Todavia, embora chefes de família, sabemos que as relações de poder, diante da estrutura patriarcal, quase nada muda nas relações familiares.

As remessas têm um lugar importante na mobilidade feminina, pois geram tanto nos países de origem como nos de chegada, pois naqueles as famílias precisam da remuneração para assegurar a sobrevivência bem como pagar outras mulheres que ficam responsáveis pelas atividades de cuidados. Todavia, esta movimentação pode indicar uma maior vulnerabilidade para as mulheres migrantes, visto que com os salários baixos, muitas ficam endividadas e/ou submetidas a abuso e exploração (DUTRA, 2017).

Apesar do número considerável de mulheres que migram para trabalhos qualificados, a migração feminina é vista como um dos “fatores que fortalecem a precarização do trabalho das mulheres” (HIRATA, 2004, p. 29), com uma concentração em trabalhos informais, análogos à escravidão, prostituição e de tráfico de mulheres (SASSEN, 2003). A ocupação em cargos qualificados dá-se, muitas vezes, sobre a imposição pelas empresas no discurso para a estabilização da carreira. Todavia, essas migrantes em trabalhos mais bem remunerados e de elevados postos ainda são a minoria, visto que muitas não estão legalizadas nos países e acabam em empregos mal remunerados, informais e pouco qualificados, a exemplo dos trabalhos domésticos e serviços gerais.

Quanto às trabalhadoras qualificadas, como destaca o estudo de Villen (2015) sobre os polos de qualificação do trabalho de migrantes no Norte e sul global, referem-se a mulheres que se deslocam para os países do norte global e que representam um baixo índice em termos quantitativos, principalmente no que concerne a ocupação em cargos mais valorizados e de direção. A autora afirma que, mesmo com diplomas e especializações, as migrantes são mal remuneradas quando comparadas com trabalhadoras nacionais, ou perdem os cargos, promoções e funções anteriores ao entrarem na mobilidade, bem como há um índice de desistência diante da dificuldade de conciliar o emprego, migração e vida familiar. Todavia, “a imposição da mobilidade, em muitos casos, impede a continuidade ou promoção em razão do desafio de conciliar a mobilidade com a vida familiar” (VILLEN, 2016, p. 10).

No que concerne ao trabalho qualificado, às mulheres migrantes presentes nestas atividades nos países do Norte Global encontram-se em minoria, exercendo cargos que exigem maior qualificação e nos de direção, todavia, estão em condições de remunerações mais baixas quando comparadas com as trabalhadoras nacionais. Este fator pode ser agravado pois, por estarem em deslocamento, “a imposição da mobilidade, em muitos casos, impede a continuidade ou promoção em razão do desafio de conciliar a mobilidade com a vida familiar” (VILLEN, 2015, p. 10) e muitas não continuam ou perdem promoções no trabalho por não conciliarem a mobilidade com a vida familiar.

Destacamos que houve um aumento de mulheres solteiras ou que migram sozinhas, sem companheiros ou filhos, o que pode ser analisado diante da reconfiguração no mercado de trabalho em que os trabalhos se limitam para alguns

membros familiares e isto tem impactos sobre o entendimento dos deslocamentos femininos. Os dados apresentados no Relatório anual de 2020 do OBMIGRA, destaca que nos anos de 2010 a 2020, no Brasil, apenas 22% das 268.674 mulheres registrada, justificaram seu deslocamento por reagrupamento familiar. Ainda nesse mesmo documento, 64% disseram ser solteiras e com faixa etária entre os 15 e 40 anos, 24% tinham entre 15 e 25 anos e 43% tinham entre 26 e 40 anos.

Os dados supracitados nos permitem analisar que a migração feminina no Brasil é jovem e tem outras motivações como escolarização, fugas de conflitos, de situações vulneráveis, de aspectos ambientais, mas que pode ser também um projeto familiar, visto que só uma pessoa da família teria condições de fazer o deslocamento, seja irregular ou não. A decisão de quem vai migrar encontra-se nas justificativas de que são as mulheres as mais disponíveis a “doar e sacrificar” o seu tempo em favor da melhoria de condições de vida da família. Amparada nas relações classe, gênero e raça, ocorrem as formas distintas de organização em torno dos deslocamentos, o permanecer no local a qualquer custo, seja físico, emocional e sexual e a definição dos sujeitos impelidos às travessias (ROSAS, 2015).

A condição de exploração do trabalho feminino tende a se intensificar com a irregularidade de algumas migrantes, que tem os salários mais baixos, jornadas de trabalho mais extensas, desemprego e muitas são submetidas a prostituição e tráfico de mulheres. E, por estarem sem documentos, têm maiores dificuldades de acessar políticas públicas e os setores de serviços (DUTRA,2013).

As migrantes em situação irregular vivem em um conjunto de violação de direitos, estando mais suscetíveis ao recrutamento, transporte e alojamento sob ameaça, coação e engano, dívida, retenção de documentos, pressão psicológica, maus tratos físicos, assédio sexual, humilhação e estupro. A mobilidade e a insegurança deixam mais suscetíveis a situação de violência e de doenças. As mulheres, adolescentes e população LGBTQIA+ estão mais sujeitas aos estupros, violação, exploração, extorsão na travessia e nos lugares de chegada (UNHCR, 2015).

Beninger (2012) alerta sobre a crescente mobilidade de mulheres que migram para países da Europa, mas também que esta é acompanhada pela feminização da pobreza. Contudo, não podemos pensar as mulheres migrantes como uma construção uniformizada, mas compreender que são atravessadas pelas relações de gênero e raça, bem como também exige a reorganização na esfera da

reprodução, visto que muitas deixam seus filhos para cuidar dos filhos de outras mulheres. Pedone (2017, p. 130) retrata que:

apesar de aceitar-se, no plano econômico que a transferência transnacional do trabalho reprodutivo é uma consequência a nova estratificação do mercado de trabalho em nível mundial e gera uma demanda por mão de obra feminina que tem incrementado os movimentos Norte-Sul (**acrescentamos Sul-Sul**), o paradoxo nos lembra que as mulheres migrantes deixam seu papel de cuidadora no local de origem para migrar e cuidar de crianças, idosos e casas em troca de um salário.

A autora afirma que a feminização do trabalho também feminiza a vida. As famílias e os locais necessitam cada vez mais dos recursos das mulheres e das atividades que geram remessas pelas mulheres migrantes, visto que as atividades reprodutivas têm implicações econômicas, sociais e políticas tanto nos países de chegada como nos de origem, pois são elas que asseguram a continuidade do sistema produtivo.

Nos países de origem elas têm que realizar arranjos que assegurem seu papel na reprodução durante a migração, que envolve, na maior parte, sobrecargas e responsabilidades nas tarefas para outra mulher do grupo familiar ou para filhos mais velhos, podendo gerar uma maior desigualdade socioeconômica na família. Nos locais de destino, estas mulheres enfrentam aspectos jurídicos, trabalhistas para poder ter o direito de viver em família, além das condições precárias de sobrevivência, como alimentação e moradia. A autora afirma que estes aspectos não são isentos de contradições, o que exige redefinições e estratégias sucessivas para a migração.

Nesta direção, a divisão sexual e racial do trabalho é, pois, fundante para a intensificação dos fluxos migratórios entre os países periféricos no contexto do novo ciclo de expansão do capital, tendo como expressões a expropriação, a exploração e a dominação. Ocupa também a importância fundamental da divisão sexual e racial do trabalho no papel da migração, visto que o capital se apropria dos afazeres reprodutivos e produtivos a menores custos para expropriar e explorar a força de trabalho das mulheres. Estes aspectos permitem compreender que o capitalismo para promover a acumulação do capital promoveu expropriações massivas a partir da capacidade de mobilizar força de trabalho em escala mundial, açambarcando questões raciais, de gênero, étnicas e de classe.

A isto soma-se a questão de serem não apenas mulheres, mais negras e de origens étnicas diversas, que são atingidas cotidianamente pelos aspectos e

refrações de sociedades fundadas no machismo, patriarcado, xenofobia. Ou seja, além de aspectos que desqualificam o trabalho, pois estão nos campos mais flexíveis, ainda são acrescentados os aspectos supracitados.

É importante destacar a crescente demanda por trabalho doméstico, exigindo mão de obra feminina tanto para os serviços de limpeza quanto de cuidados de crianças e idosos (SASSEN, 2003, p. 50):

Neste sentido, “mulheres e imigrantes” emergem como o equivalente do proletariado, um proletariado que se desenvolve fora dos países de origem. Além disso e, por outro lado, as exigências da força do mais alto nível profissional e gerencial, nas cidades globais, são tais que os modos atuais de lidar com tarefas domésticas e estilos de vida se tornam insuficiente. Como consequência, estamos observando o retorno das chamadas “classes de servidão”, compostas principalmente por migrantes e mulheres migrantes.

No que concerne às mulheres e pobreza, conclui-se que as mulheres de baixa renda são as mais atingidas pelo modelo econômico e cultural vigente, pois são exploradas, oprimidas e discriminadas tanto pelo sexo como pela classe, estando no limite da sobrevivência com relação às suas necessidades básicas. Um exemplo disso é a alimentação. As mulheres pobres priorizam, em geral, a alimentação dos maridos e dos filhos. Por isso, elas sofrem mais com a subnutrição do que os homens que pertencem à mesma classe. Percebe-se que, quanto ao trabalho feminino, a tentativa de conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo se dá devido à necessidade de complementar a renda familiar. Isso se deve também à ausência de um Estado que garanta o direito efetivo das mulheres, o que as leva a ter jornadas de trabalho mais longas que as dos homens.

No que concerne à pobreza, Yasbek (2005) observa que embora seja importante a diversidade de parâmetros utilizados para se determinar o conceito de pobreza, através da renda, não se pode deixar de considerar a pobreza como um fenômeno multidimensional e relativo. Assim, a pobreza se caracteriza pelas múltiplas determinações: políticas, econômicas, de raça, etnia, gênero, culturais, religiosas, dentre outras. Com isso, a renda não pode ser considerada o viés determinante para a concepção de pobreza. Como “expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência” (YASBEK, 2004, p. 62).

Constata-se, então, que as múltiplas dimensões da pobreza e a diversidade nos modos de manutenção das famílias atingem diretamente às mulheres, que se encontram nas famílias monoparentais femininas como figuras centrais. Portanto, compreendemos que não basta considerar apenas a privação de renda, mas também a dinamicidade da vida familiar, que vai muito além do aspecto financeiro, implicando em acesso ao trabalho com qualidade, à remuneração adequada, à melhoria dos serviços públicos e aos equipamentos públicos, tais como: serviços de saúde, escolas e previdência.

Somadas essas questões de exploração do trabalho à divisão sexual e racial observamos que há uma sobrecarga das mulheres, em específico as racializadas. No exemplo das haitianas, Joseph & Handerson (2015) abordam que o racismo e a xenofobia fazem com que mulheres mudam frequentemente de emprego. Assim, a questão racial é um elemento importante para entender como esses aspectos reverberam no aumento da exploração do trabalho, visto que há uma valorização fenotípica em alguns lócus laborais em detrimento de outros e nas desigualdades salariais.

A condição de exploração do trabalho feminino tende a se intensificar com a irregularidade de algumas migrantes, que tem os salários mais baixos, jornadas de trabalho mais extensas, ou ao desemprego e muitas são submetidas a prostituição e tráfico de mulheres. As situações como ausência de documentação submetem as mulheres a uma maior condição de exploração devido a migração irregular (DUTRA,2013b), além disso por estarem sem documentos tem maiores dificuldades de acessar políticas públicas e os setores de serviços.

Com a pandemia, se acentua a condição da precarização do trabalho para migrantes. Se em tempos anteriores estes já ocupavam setores informais, nestes dois últimos anos, estão no desemprego e sofrendo com o empobrecimento. Estima-se em torno de 6.000 venezuelanos vivendo em locais de acolhimento e 3.000 em assentamentos informais ou nas ruas. Muitos acabam vivendo em situação de rua ou voltando para o início da integração, que é o centro de acolhimento, pois não conseguem pagar aluguel. Até mesmo o acesso ao auxílio emergencial enquanto estratégia encontrada para minorar o cenário agravado é dificultado aos migrantes na burocracia, no acesso aos protocolos e na dificuldade de acesso à informação adequada.

As mulheres migrantes são as mais afetadas, pois estão majoritariamente em serviços de cuidados, considerados como serviço essencial e, portanto, não podem se ausentar nem fazer o isolamento. Neste momento de medidas de combate ao COVID-19, as estratégias de 'ficar em casa' foram acompanhadas do aumento da violência contra mulher e quando se trata da população migrante, muitas não conseguem denunciar, pois não falam a língua ou por aspectos culturais.

Lembrando que são nos tempos de crise que se acentuam os discursos de ódio, xenofobia e racismo. No âmbito da saúde, observamos falas do migrante quem rouba a vaga e isso se afina com o aumento do desemprego.

Diante do exposto, observamos que as mulheres que migram, principalmente aquelas que encontram a mobilidade como alternativa a melhoria de condições de vida de pobreza e trabalho, estão submetidas as mais diversas situações de vulnerabilidade, começando pelo deslocamento territorial destas para outros espaços, o que não significa dizer que haverá melhoria na sua condição de vida. Outro fator são os meios de manutenção destas nesse novo espaço como o acesso aos direitos e cidadania, a exemplo, direitos ao trabalho de forma legalizada, acesso a políticas públicas, como saúde e assistência. Todavia, o que vemos é a negação da cultura, ausência de documentos, entendimento da língua originária, afetando a condição humana.

As consequências sobre as mulheres se agudizam com o Estado neoliberal, como demonstra Hirata (2004) ao abordar que as políticas neoliberais acarretam na desregulamentação, privatização e subcontratação laboral. A subcontratação, pelas condições negativas de trabalho impostas às mulheres, conforma o maior contingente de trabalhadoras inseridas nestas relações de trabalho, em vários setores. Esses fatores associados à xenofobia, à discriminação e ao preconceito contribuem para o desencadear do processo excludente de acesso às políticas sociais e de trabalho. Como nos alerta Nascimento (2021, p. 52) "a ideologia em que repousa o preconceito não está dissociada do nível econômico ou jurídico-político [...] integra-se e está cumulada numa determinada sociedade, juntamente com outros níveis estruturais".

A precariedade das relações de trabalho consubstancia o nó entre o gênero, a classe e a raça. Esse nó simbiótico, como aborda Saffioti (1994), é um fator preponderante para pensarmos as mediações para esta análise, visto que são as

migrantes racializada que sofrem cotidianamente preconceitos, racismo e a xenofobia, o que as leva a mudança frequente nos espaços de trabalho.

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. [...] Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma - a norma branca. A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. [...] implicam um processo de naturalização, pois são aplicado a todos os membros do mesmo grupo que chegam a ser vistas/vistos como “a/o problemática/o”, a/o “difícil”, a/o perigosa/o”, a/o preguiçosa/o” [...]. Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo (KILOMBA, 2019, p.76).

Assim, a questão racial enquanto elemento estrutural da sociedade reverbera no aumento da exploração do trabalho, visto que há uma valorização em alguns lócus laborais em detrimento de outros e nas desigualdades salariais.

Constatamos assim que a mobilidade de mulheres é constituída de múltiplos fatores que vão desde a decisão de migrar à chegada no país. Permeada pela estrutura patriarcal, a dupla dimensão de ser mulher e ser migrante é atravessada pelas relações de classe, gênero e raça, que as expulsam de seus lugares na busca de melhores condições de vida. Embora a travessia não seja homogênea a todas, são as mulheres mais pauperizadas que mais padecem com as desigualdades impostas pelo capitalismo. O aumento de mulheres migrantes ocorreu como fatores já anteriormente mencionados devido à necessidade de fatores como busca de trabalho para sustentar a família, bem como necessidade de estados.

Contudo, o que vamos ver é que quando as mulheres migram, o que se tem é uma acentuação da sua condição com o processo de exploração da mão de obra mais barata, e as colocam em trabalhos em níveis precários e inferiores aos homens e que tem relação com a ausência de políticas sociais para esta população e com a formação sócio-histórica brasileira.

4 “EU SOU UM SER, UM CORPO. TENHO COR, TENHO CORTE E A HISTÓRIA DO MEU LUGAR²⁸”

O debate sobre mobilidade humana e a migração requer uma análise a partir das determinações estruturais e conjunturais da sociabilidade capitalista. Para tal, faz-se necessário compreender que o cenário das crises capitalistas, sobretudo de 2008, toma uma proporção inédita de expansão e valorização do capital e recoloca a necessidade da reconfiguração geopolítica do espaço e da produção que é parte constitutiva dos elementos de reorganização do capital de flexibilização, reestruturação produtiva e neoliberalismo.

É neste cenário que as expulsões de massas de trabalhadores, que, disponíveis para o mercado de trabalho, estão na atualidade, mais intensificadas e permeada de barreiras, não só territoriais, mas xenofóbicas e racistas que rebatem nas formas mais precarizadas e flexíveis de atividades laborais em que os migrantes estão subjugados e que, acentuam-se e agravam-se quando permeadas pelo gênero e raça.

Neste sentido, buscamos neste capítulo compreender a categoria migração como múltipla e diversa no campo das Ciências Sociais, tornando-se necessário um aprofundamento da categoria.

No segundo momento tratamos de compreender a migração haitiana, partindo da formação histórica do país em que suas particularidades levam a população a uma constante mobilidade. Esses aspectos nos permitem entender as motivações que mudam os fluxos dos haitianos em 2010 para o Brasil.

No terceiro tópico buscamos apresentar que com a chegada dos haitianos, o país foi impelido a reordenar sua política migratória. Para chegarmos neste debate, realizamos um breve resgate histórico sobre a formação sócio-histórica brasileira e seus rebatimentos sobre a construção das políticas migratórias. Ressaltamos que ao longo do estudo, tecem-se necessárias aproximações com a particularidade da formação brasileira no intuito de contribuir com as mediações que nos permite desvelar a organização do mundo do trabalho e sua relação com a divisão sexual e racial do trabalho, marcados historicamente pelos traços conservadores do

²⁸ Retirado da música de Luedji Luna – “Um corpo no mundo”

machismo, patriarcado, clientelismo, coronelismo e racismo e os impactos que tem na população em mobilidade.

4.1 Migrações no contexto Sul-Sul: a necessidade da expansão capitalista pelo mercado de trabalho de migrantes

São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que atravessam ou deslocam-se pelas fronteiras geográficas do mundo. Dos que sobrevivem ao atravessamento em barcos, por terra e aéreos estão os refugiados, migrantes forçados e os com vistos humanitários. O deslocamento não se referem somente a mudança geográfica, a passagem de um lugar para outro, mas a uma linha tênue entre o ficar e o partir. São mulheres, homens, crianças que enfrentam cotidianamente as fronteiras do capitalismo, da xenofobia, do racismo e do patriarcado. São os “sem”. Sem nome, pátria, lugar, cidade, casa, direitos e cidadania.

Os deslocamentos são, pois, constitutivos do capitalismo que, na busca da extração de mais valor e expropriação intensificada dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, tem exigido a mão de obra de trabalhadores migrantes nos diversos países, especificamente de mulheres, principalmente as racializadas, devido ao custo do trabalho mais baixo, ao ritmo mais intensificado e à compreensão de que a reprodução das outras vidas humanas, expressa nos cuidados com a casa e com o lar, são atributos naturais femininos.

Como determinação capitalista, a migração tem sido aprofundada pela atual crise capitalista de 2008. marcada pelo aumento da parcela de pessoas desempregadas e pauperizadas que expulsas de seus territórios tem sido utilizada para o aumento da exploração da mão de obra capitalista.

No que concerne à migração laboral, devemos considerar as mudanças na demografia e as necessidades do mercado de trabalho; as crises capitalistas e o desemprego que atingem os países de forma diferenciada e um elemento último, que são as redes criadas nos países pela família e cultura (DUTRA, 2013). Este cenário tem impacto sobre a vida e o trabalho de homens e mulheres, intensificado e diferenciado em virtude da divisão sexual e racial do trabalho. Em consequência, as mulheres migrantes estão concentradas nos trabalhos mais precários e passam por vários tipos de violação e discriminação, bem como falta de proteção jurídica e

acesso aos direitos. Muitas migrantes ficam sujeitas a trabalhos informais nos países de chegada devido à dificuldade de permissão de residência ou trabalho

Inicialmente, é importante destacar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, considera a migração uma atividade humana e um direito humano de mobilidade prevista no art. 13, inciso 2º, segundo o qual “todo ser humano tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Se é fato que a mobilidade humana sempre existiu, não se trata somente de um ato de deslocamento humano sobre os espaços. É preciso entender que a intensificação da mobilidade humana das últimas décadas, na qual a migração é uma das suas expressões, é determinada pelo conjunto estrutural de efeitos do capitalismo no mundo, que ocasiona o aumento da pobreza e da violência em larga escala, bem como pelas medidas restritivas legais elaboradas pelos Estados nacionais.

A OIT (2009) considera que existem três formas de deslocamento humano: migração, contrabando de migrantes e tráfico de pessoas. Por migração, a OIT compreende o deslocamento autônomo de pessoas para residir em outro lugar, esta pode ser documentada, também conhecida como migração legal ou indocumentada, chamada de clandestina ou ilegal. No que se refere ao contrabando de migrantes, ocorre naqueles casos em que as pessoas impedidas de migrar recorrem à ajuda de outras pessoas ou de organizações. Nos casos em que a migração acontece por meio do engano, coerção, coação ou abuso da situação de vulnerabilidade, com o objetivo de explorar ou escravizar, define-se como tráfico de pessoas.

A migração como um aspecto da mobilidade humana é entendida, assim, como um fenômeno complexo e multifacetado e apresenta, de acordo com os processos históricos, sociais, culturais e políticos, formas diversas de fatores que mobilizam o deslocamento de pessoas, os fluxos, as redes migratórias, a reorganização socioespacial. Assim, a migração humana trata-se do deslocamento de pessoas para outros espaços, que pode realizar-se em caráter permanente, temporário ou circulatório, voluntário ou forçado, interno ou internacional.

Hoje a migração, em muitos casos, não é um processo linear, mas feita de desvios, retornos, idas e vindas. A multiplicação dos lugares na migração não é aleatória, constitui ou acaba formando uma estratégia, na qual os espaços são considerados como recursos, num processo cumulativo. A circulação dos indivíduos e de bens e informações que lhes são associados, em diferentes espaços articulados entre si, criam uma dinâmica territorial complexa. BAENINGER E SOUCHAUD (2007, p. 4).

A temática da mobilidade humana suscita uma diversidade de paradigmas e teorias que vão desde as abordagens clássicas das migrações, com os estudos sobre demografia e deslocamento territorial – que denotam naturalização²⁹ dos fluxos de pessoas e sustentados por aspectos de atração e repulsão dos lugares (SANTOS, 2014), bem como a teoria neoclássica que aborda a migração como responsabilidade individual, relegando ao indivíduo a carga pela sua própria reprodução. Ambas as perspectivas epistemológicas estão embasadas pela “lógica utilitária e individualista e o progresso da humanidade resultem em visões do processo migratório que operam no universo da economia política empirista e positivista e nos marcos da ordem burguesa” (SANTOS, 2014, p. 6).

Estudos mais recentes, entretanto, vêm abordando os “novos fluxos” e os sujeitos da migração por meio de características como formas múltiplas, intensificação de mobilidade espacial, migrações transnacionais, exigência de mudanças no papel dos Estados frente a intensificação da mobilidade e o papel das políticas públicas. Trata-se de deslocamentos que vão além de países de origem e de destino, mas contam com uma dinamicidade e variedade de formas de comunicação, circulação, redes e serviços.

Diferentemente do aconteceu na virada do século XIX para o século XX, com a ocupação do território das Américas pelos europeus, a migração contemporânea conta com um panorama mais complexo, pois se trata de uma diversidade de origens, destinos, fronteiras, trajetórias. Esses primeiros fluxos do século XIX e XX exigiram das Ciências Sociais estudos sobre esse fenômeno e atualmente, diante dos novos fluxos, requerem da Sociologia uma abordagem com reformulações e inovações de conceitos e categorias. Essa heterogeneidade nos remete a concordar com Castles (2010), de que uma teoria geral da migração é impossível, visto que não há um marco conceitual uníssono como ponto de partida,

²⁹ A migração como consequência natural do período do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização e urbanização foi demonstrada por autores clássicos como Malthus, Durkheim e Weber. Todavia, no século XX, na migração para as Américas, passa a revelar critérios de seleções individuais, como sexo, idade, atividade profissional, remetendo-se ao migrante como problema, bem como a explicar os fluxos, que levam os indivíduos a se deslocarem a partir de um único sentido, ou seja, demonstrar as motivações individuais do deslocamento de países pobres para ricos, tais como capital humano, análises custo benefício. Esses aspectos citados reeditam-se na atualidade, apropriados pela ideologia dominante através do discurso da autonomia dos sujeitos, empoderamento de mulheres que migram, dentre outros (SANTOS, 2014).

tampouco as motivações homogêneas que asseverem as motivações que levam as pessoas a migrarem.

Algumas questões devem ser levadas em conta no debate da temática, tais como a interdisciplinaridade, o controle por parte do Estado-nação, a complexidade, diversidade de mobilidade e contexto. Como destaca Castles (2010, p. 16):

Os fatores econômicos são importantes, mas dificilmente são suficientes para se entender qualquer experiência específica. Complexidade também implica diversidade: se há tantos fatores, as possíveis combinações tornam-se infinitas, o que, por sua vez, aponta para o papel crucial do *contexto* – os vínculos entre migração e outras relações econômicas, sociais, políticas e culturais vigentes em lugares específicos numa determinada conjuntura histórica.

Neste sentido, os estudos devem ter um “enraizamento” (CASTLES, 2010) com os diversos âmbitos da sociedade (econômico, social, político e cultural), partindo da “discussão da complexidade, interconectividade, variabilidade, contextualização e das mediações multiniveladas da transformação global” (CASTLES, 2010 p. 4).

Portanto, a concepção da mobilidade humana utilizada neste projeto, que tem como expressão a migração, é constituído por aspectos sociais e econômicos que imbricam “três ordens de mobilidade: mobilidade física, mobilidade centrada no trabalho e mobilidade social” (SANTOS, 2014, p. 7) inseridas em uma totalidade de determinações que não desmembram apenas em aspectos individuais ou na busca por desenvolvimento, mas em como o capital tem se apropriado das migrações para expropriar a força de trabalho, compreendendo esta como constitutiva do capitalismo.

Nos últimos anos, os estudos sobre mobilidade têm revelado a intensificação dos fluxos migratórios internacionais ocasionados pelos efeitos da mundialização do capital, que se apresenta através da crise sistêmica e civilizatória do modelo, a fim de agregar mais valor, gerando uma maior circulação de bens e serviços através da abertura dos mercados e a transnacionalização do capital, sendo amparados pela inovação tecnológica e a redução dos custos nos transportes. Dentre outros aspectos que caracterizam este momento, destacamos a ampliação das redes internacionais dos países envolvidos, uma diversidade étnica, um aumento expressivo de mulheres que migram (BASSO, 2003), pessoas que trabalham sem regulamentação judiciária, refugiados, asilados e movimento migratórios temporários:

Dados demonstram que 75 milhões de pessoas vivem fora do país em que nasceram. Isso significa que uma em cada 35 pessoas é migrante, o que corresponde a 2,9% da população mundial. A intensidade do fenômeno pode ser elucidada levando em conta que, em 1910, o número de emigrantes era de 33 milhões, ou seja, 2,1% da população planetária (MARINUCCI e MILESI, 2005, p.05).

É preciso ter em conta que a migração e os elementos da força de trabalho de migrantes não são partes isoladas, mas, sim, articuladas com um processo amplo de estratégias de acumulação do capital, que é acompanhada pela reorganização do capital a partir dos anos de 1970 e traz imbuída a acumulação flexível, reestruturação produtiva e o Estado neoliberal.

A organização da sociedade após 1970 traz como elemento principal conglomerados de poder político, econômico e cultural sem alguma centralidade territorial, mas presente em todos os países, é a desterritorialização, que acena não somente blocos ou empresas, mas também indivíduos. O processo de concentração de capitais aumenta, agora não mais na figura de um proprietário, mas de forma difusa, em que esse “grupo” não precise estar em um mesmo espaço. Os grandes grupos e blocos econômicos movimentam-se conforme a necessidade do mercado, ocasionando grande instabilidade aos países que não possuem o mesmo poder, condição de inserção e participação na sociedade mundial (FONTES, 2010).

O Estado neoliberal teve como marcos de expansão o Consenso de Washington e apresentou medidas de cunho neoliberal a serem adotadas em sua integralidade: redução de gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, desregulamentações econômicas e trabalhistas, investimento estrangeiro direto e privatização das estatais.

A intensificação de reestruturação produtiva e do projeto neoliberal realizou-se modo específico no Brasil, em que a flexibilização e as formas de trabalho foram permeadas pelo sistema fordista de produção, ainda dominante no país, combinando os padrões produtivos e tecnológicos a uma superexploração da força de trabalho, acarretando uma precarização acentuada da força de trabalho, principalmente utilizando as assimetrias de gênero e raça/etnia.

O capital necessariamente cria, em um primeiro momento, um ambiente físico à sua própria imagem unicamente para destruí-lo depois, quando busca expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções para as crises de superacumulação que o afetam ciclicamente” O

desenvolvimento capitalista é história da destruição criativa (com todas as suas consequências sociais e ambientais negativas) escrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo” (HARVEY, 2003, p. 13).

Para Harvey (2014), a reestruturação produtiva não trouxe só um reordenamento do mercado de trabalho, mas, também, das relações familiares, alterando práticas cotidianas e mentalidades, como sexualidade, maternidade, concepções de família. Ou seja, os ajustes promovidos pelo capital no espaço-tempo que tem o fito de manter a dinâmica de acumulação não ocorrem apenas no nível da produção, mas, no da reprodução social.

Podemos ver como exemplo as migrações de mulheres que se deslocam do sul global para Europa, para trabalhar no mercado do cuidado, denominadas cadeias globais de cuidado, que são baseados em trabalhos de assistências a idosos, famílias e crianças, muitas vezes não remuneradas. Essas cadeias carregam uma rede de cuidadoras, já que uma mulher tem que se encarregar dos filhos das emigrantes no país de origem, uma outra que cuida dos filhos da que cuida dos filhos da emigrante e a outra é a emigrante que cuida dos filhos das trabalhadoras que recorrem a este trabalho (FERRERIRA, 2017).

Com a crise, o grande capital desenvolve uma expansão da esfera financeira e, atrelada a essa expansão, houve uma tendência da abertura de fronteiras pelos Estados nacionais para o capital especulativo, a fim de atrair excedente mundial:

A financeirização da economia representa um marco no capitalismo contemporâneo assim como os demais processos, não é um fato isolado nem ocasional, mas tem na sua origem a força de uma lei do desenvolvimento capitalista: a concorrência. A intensificação da concorrência é uma consequência direta do período de euforia expansionista, dos massivos reinvestimentos do capital na produção e no comércio. Por sua vez, esta intensificação gera insegurança e impõe riscos indesejáveis, daí a fuga dos capitais para as esferas especulativas (SOUSA JR., 2001, pp. 86-87).

O capital, sob a hegemonia financeira, precisa promover a desregulamentação econômica, as fronteiras nacionais e constituir condições para sua acumulação: aumento de juros, redução de gastos fiscais e diminuição da força de trabalho. E os capitais mundialmente articulados necessitam de estados locais para impor suas políticas. Assim, os grupos transacionais articulados a instituições financeiras exercem o comando da acumulação. Configuram-se um bloco imperial formado por Estados-nação hegemônicos, entidades intergovernamentais e privadas

(Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), grandes corporações e empresas monopolistas transacionais.

Os estados nacionais apresentam-se, no processo de expansão da financeirização, através de posturas contrárias ao demonstrado no período do *Welfare State*, como o de posturas protecionistas, ao abrir suas fronteiras para o capital especulativo, a fim de atrair o excedente mundial. Esta nova postura dos Estados nacionais ocasionou uma diminuição com os gastos estatais, principalmente no âmbito social, através da redução dos encargos salariais, a fim de captar recursos para o capital financeiro especulativo, a partir do aumento dos juros. A concentração de grandes conglomerados econômicos se dispersa pelos continentes e países, conforme o movimento do mercado e dos interesses financeiros, determinando maneiras de submissão dos Estados, e envolve não só aspectos do mundo do trabalho, mas a remodelação das cidades, políticas e os modos de construção subjetivas e cultural, dispersando referências e dissolvendo aparentemente fronteiras.

Neste sentido, problematizamos a mobilidade social dentro do território global, que se promove “sem fronteiras”, realiza-se em um permanente movimento de contradição entre a liberdade absoluta para o mercado capitalista transnacional e o impedimento de ir e vir das pessoas em busca de trabalho e oportunidades, consolidando a assertiva de que o deslocamento das pessoas está condicionado à demanda do capital dada pela expropriação para auferir maiores lucros, não somente a aspectos subjetivos.

O aprofundamento da desigualdade social gerada no contexto o processo de mundialização do capital intensificando o aumento das desigualdades sociais e enfraquecimento dos Estados-Nações (ANTUNES, 2000), e a diminuição das fronteiras entre os países, principalmente com a formação de blocos regionais, a migração apresenta-se como forma de enfrentamento da pobreza dos países em desenvolvimento, principalmente para pessoas do sexo feminino. O relatório de Desenvolvimento Humano 2014 (PNUD, 2014) aborda a existência em torno 200 milhões de migrantes no mundo, e que estes migrantes representam uma parcela vulnerável da população, tendo direitos precários, sofrendo com o potencial da violência.

Em tempos que fronteiras tecnológicas e de informação são deslocadas para atender à transnacionalidade do capital, modificando a dinâmica socioespacial

e geográfica, pessoas são barradas, através de políticas restritivas em diversos países. A circulação de mercadorias transita sem restrição alguma, enquanto fluxos de humanos só se realiza com a demanda do capital. Este cenário demonstrando a face perversa, desumana e contraditória do capitalismo que utiliza da sua expansão e concentração de riquezas para derruir fronteiras que impeçam a circulação de mercadorias ao tempo que impede as pessoas de se deslocarem. “Existem inúmeras pessoas deslocadas, armazenadas em campos formais e informais de refugiados, os grupos convertidos em minorias nos países ricos e que são amontoados em prisões e os homens e mulheres em boas condições físicas que estão desempregados e armazenados em guetos e favelas”. (SASSEN, 2016, p. 11).

Vale destacar que migração de pessoas e mercadorias, no atual cenário, realiza-se de modo intensificado a partir de um paradoxo em que, ao tempo em que fronteiras tecnológicas e de informação são destruídas para atender à transnacionalidade do capital, modificando a dinâmica socioespacial e geográfica; pessoas são barradas de transitar livremente, por meio de políticas restritivas dos estados nacionais. Enquanto as mercadorias transitam sem nenhuma restrição, os fluxos de humanos só se realizam pela demanda do capitalismo. Exemplo disso é o controle de fronteiras recriado na União Europeia e a intensificação destas nos Estados Unidos a partir de 2010, utilizando medidas antidemocráticas e racistas e denominando os imigrantes como raízes do problema. (BAENINGER, 2017)

Um outro aspecto que constrói o modo de ser destrutivo do capitalismo mundializado é a inserção de novos elementos no mundo do trabalho, através da reestruturação produtiva e da acumulação flexível. Esta é marcada, por um lado, pela alta tecnologia, os novos padrões de organização e gestão da força de trabalho, a estrutura produtiva flexível. De outro, as relações de empregos que garantiam os direitos dos trabalhadores eram onerosas para o Estado e para o capital, havendo a necessidade de retração dos gastos públicos. A saída encontrada pelas forças socialmente dominantes foi a flexibilização da produção e do trabalho e a desregulamentação das relações de trabalho. Diante disto, o capital pode recorrer à força de trabalho em qualquer lugar do globo, de acordo com seu interesse de qualificação, existências de recursos naturais, podendo deslocar a produção de menor tecnologia e complexidades para regiões cuja força de trabalho e recursos produtivos tenham menor valor. Portanto, deslocando pessoas, mercadorias e espaços (SASSEN, 2003)

Esta está assentada no investimento estrangeiro, nas novas regiões que tomaram impulso com a emergência e implantação da nova indústria de processamento para exportação. Dentro deste contexto, a imigração é um processo em que o investimento estrangeiro direto não é uma causa, mas é a própria estrutura da nova economia reorganizada pela acumulação flexível que cria certas condições para a emigração emergir como opção (SASSEN, 2003, p. 10).

O exército industrial de reserva cada vez mais mundializado regula o preço da força de trabalho, comprimindo os salários locais, e fornece ao capital um contingente populacional disponível (MARX, 2013), encontrando na força de trabalho disponível migrante um sustentáculo, visto que este, ao precisar vender sua força de trabalho para suprir necessidades básicas, vê-se subsumido a condições extenuantes de trabalho, de jornadas extensas para enviar remessas à família no país de origem ou para a manutenção da sua reprodução no local de estadia, e que se realiza de forma mais intensificada sobre o trabalho feminino. Neste sentido, a mão de obra do trabalho de migrantes efetiva-se em uma maior exploração e em atividades altamente precarizadas, a exemplo indústria têxtil, frigoríficos, construção civil e às mulheres os serviços domésticos, em sua maioria (VILLEN, 2015).

Assim, a força de trabalho de migrantes é funcional ao capital e existe num paralelo entre a necessidade de manutenção da população migrante, ao tempo da sua descartabilidade em épocas de crise. E em tempos neoliberais, falar de trabalho de imigrantes é compreender que em sua maioria são os deslocados dos países periféricos (VILLEN, 2015).

Para manter constante a exploração, o modelo de administração flexível busca despadronizar a produção. A administração flexível flexibiliza o produto, a a produção, desterritorializando o processo produtivo, a circulação de mercadorias e pessoas, a forma de contratos e ainda atinge o conteúdo ético e ideológico da classe trabalhadora, ao flexibilizar sua subjetividade (HARVEY, 2014).

As políticas do capitalismo mundializado dos últimos anos tem gerado não só uma maior concentração de renda, mas há uma “nova lógica de expulsões”. Conforme Sassen (2016), pessoas, empresas e lugares que estão sendo expelidos do centro da ordem econômica e social, sobretudo um contingente da população pobre de suas terras, empregos e moradias. As expulsões, dadas a partir de 1980, advém da mudança de áreas para operações econômicas essenciais e que se desmembram de um lado áreas de baixo custo e parca

regulamentação, onde predominam a terceirização de trabalhos e serviços, e de outro, cidades globais, que se estabelecem enquanto redes centrais de poder e suprimem as divisões regionais entre os espaços. Portanto, o aumento do número de pessoas deslocadas está relacionado à intensificação das desigualdades, desemprego, pobreza e encarceramento:

Além disso, existem inúmeras pessoas deslocadas, armazenadas em campos formais e informais de refugiados, os grupos convertidos em minorias nos países ricos e que são amontoados em prisões e os homens e mulheres em boas condições físicas que estão desempregados e armazenados em guetos e favelas. [...] Em suma, o caráter, o conteúdo e o local dessas expulsões variam enormemente, atravessando estratos sociais e condições físicas no mundo inteiro (SASSEN, 2016, p. 11).

A utilização da força da mão de obra de migrantes é um dos principais aspectos da desvalorização da força de trabalho, pois representa uma reserva que permitiu enfrentar as demandas capitalistas de acumulação e produção dada pela diminuição do custo de trabalho e pela mão de obra flexível, imbricada em situações de subordinação e vulnerabilidade.

No cenário atual, a mão de obra de migrantes é utilizada como forma de reorganização do trabalho e de recomposição através da substituição do emprego formal estável pelo informal, colocando em concorrência trabalhadores imigrados e nacionais. Cabe destacar que o capital se apodera dessa forma de exploração do trabalho para desvalorizar o valor da mão de obra e reestruturar a produção de mais-valia via subcontratação, terceirização. Esta reorganização requer um uso crescente de trabalhadores imigrados, que os utiliza para um mercado fragmentado e flexibilizado e atrelam as reconfigurações de desigualdades, discriminação de raça, gênero e nacionalidade, submetendo-os às condições mais precárias, mais exploradas.

Todavia, a crescente mobilidade humana não se trata de migrações espontâneas, mas de um processo sistemático de expulsões que são gerados e necessários para reprodução desigual da economia global, sendo, portanto, a migração uma das formas de expulsão que asseveram o cotidiano da classe trabalhadora no capitalismo mundializado e financeirizado (SASSEN, 2016).

É sabido que a forma concreta de existência do capital dá-se pela extração de mais-valor através do trabalho livre, isso gera uma permanente produção de valor pelo trabalho, sua subalternização pelo pagamento, que mascara o sobretrabalho, tornando as taxas de exploração travestidas pela lucratividade. Para

extrair cada vez mais valor, os proprietários os fazem ampliando ou diversificando o processo produtivo – aumentando o tempo, intensificando a produtividade ou combinando os dois. Assim, a expansão das relações sociais capitalistas requer que as condições a que submetam os trabalhadores sejam elásticas, e a expropriação é uma destas formas (FONTES, 2010).

A mundialização do capital tende a impelir as diversas formas de expropriação através das massas de trabalhadores, que têm, sob a forma de violência, retiradas suas condições de sobrevivência, disponibilizando-se frequentemente às condições desfavoráveis do mercado de trabalho e a qualquer mercado, em qualquer país ou a qualquer custo, estando disponíveis as “mais variadas formas de exploração de mais valor e para as mais diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores” (FONTES, 2010 p. 45). A autora destaca que, mais de 50% da população depende do mercado de forma parcial ou integral, visto que estão “despossuídas dos meios para assegurar a sobrevivência e em competição acirrada para garantir a subsistência”:

De acordo com o “Relatório sobre a proteção social no mundo 2014-2015” 5, desde 2008 o número de trabalhadores desempregados cresceu em 30,6 milhões e 899 milhões ganham menos de US\$ 2 por dia. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), dos 7 bilhões de habitantes no mundo, dois terços vivem com até US\$8,00 por dia; um bilhão com até US\$1,00, e outro bilhão com até US\$ 2,00 (FONTES, 2010, p. 50).

A lógica de expulsões e expropriações traz intrínseco o aumento das desigualdades, bem como as cadeias de transação, tais como: políticas elementares, financeirização, políticas de austeridade. O crescimento econômico e a extração e destruição massiva do ambiente e das condições da vida humana são coexistentes no *ethos* do capitalismo avançado (FONTES, 2010; SASSEN, 2016).

Harvey (2003) assinala que a lógica do capitalismo neoliberal institui o que denomina de acumulação por despossessão; a emergência de um novo imperialismo pautado nos deslocamentos de espaço para a abertura de novos mercados, por meio de políticas neoliberais de privatizações e pressões de organismos multilaterais, como FMI e Organização Mundial do Comércio (OMC). As novas formas de internacionalização dos mercados no capitalismo no mundo rebatem na mobilidade da força de trabalho.

Diante da crise, os migrantes estão subjugados ao mercado de trabalho temporários, flexíveis e sem estabilidade ou proteção social, visto que a força de

trabalho de migrantes, principalmente indocumentada, adapta-se à lógica de acumulação ampliada do capital. Consideramos que a utilização da força da mão de obra de migrantes é útil a uma maior exploração do sistema capitalista, pois se refere a uma mão de obra reserva, portanto, com custos menos elevados do que o do trabalhador nacional, possibilitado pela flexibilidade, irregularidade, violação de direitos e múltiplas violências, o que permite uma maior extração de valor, que é descartada em qualquer cenário de crise.

O lugar do outro é comum a todo migrante ainda mais na condição de ilegal, caracterizando 'ideal do trabalhador flexível', que é afetado primeiramente pelas condições de crise econômica no desemprego, rebaixamento de salário e inserção no mercado de trabalho. O lugar do outro se realiza em conjunto com as relações de gênero e raça, ou seja, os marcadores de diferença nas relações sociais operam em conjunto com a divisão sexual e racial do trabalho, sendo funcional para o rebaixamento dos salários, maior precarização, fragmentação política, sendo necessárias para a produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Estes aspectos têm implicações reais e dramáticas na vida dos sujeitos, pois explora a força de trabalho, aprofundando as expropriações a toda velocidade, intensificando as desigualdades e comprometendo a vida social dos trabalhadores, além de reduzir as formas de resistências. Neste sentido, o que temos é um alargamento veloz da disponibilidade de trabalhadores que modificou o mundo do trabalho, desmembrando em deslocamentos e migrações humanas, tornando-se um desafio político contemporâneo. A desregulamentação dos direitos trabalhistas, o aumento do desemprego e a exploração da força de trabalho, apresentados pela terceirização e a informalidade, constituem pilares de manutenção da lógica perversa dominante atual.

Aos migrantes recaem condições mais precárias de trabalho atreladas a um racismo institucional, que cria leis restritivas e punitivas, bem como ao racismo, que incide sobre os aspectos morais, culturais e materiais de trabalho e habitação e o racismo do Estado (BASSO, 2003). O que há são atribuições de valores negativos disseminados essencialmente ao migrante não qualificado que incidem e são funcionais à exploração e à opressão. Cabe destacar que o sustentáculo da flexibilidade é a divisão sexual e racial do trabalho, que mantém trabalhadores que estão permanentemente dispostos a vender sua força de trabalho sob condições que

parcela da população nacional pode rejeitar; as figuras são o migrante e a mulher (BASSO, 2003).

Dados da OIM demonstram que 232 milhões de pessoas migraram para toda parte do mundo em 2013, dentre estas a maior parte era mulheres. Todavia, o crescimento quantitativo de homens e mulheres que se deslocam é apenas umas das dimensões que abarcam a complexidade do fenômeno das migrações internacionais.

Cabe destacar que a absorção precarizada de contingentes determinados como mulheres e população negra é um traço estrutural do capitalismo, variando de acordo com contexto histórico, assim como é estrutural que estes contingentes sejam tratados como categorias subalternas a partir da naturalização dos seus corpos e sexos:

fatores de ordem naturais tais como sexo e etnia operam como válvulas de escape num sentido de alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

Outra questão a ser considerada refere-se as dimensões envolvidas no processo de mobilidade humana é constituída, a saber: a mobilidade física, a mobilidade centrada no trabalho e a mobilidade social. O debate acerca da mobilidade do mundo do trabalho, no qual abordamos para este projeto, é compreendido pela totalidade de determinações, dos quais o capital expropria e explora o trabalho. Esta compreensão perpassa pelo debate de migração, pois entendemos que este é constitutivo do contexto econômico, político, social e cultural, reverberado pelas determinações históricas da sociedade capitalista sobre a mobilidade humana. Assim, a análise de migração não implica no entendimento de um único aspecto, seja individual, de satisfação de necessidades, ou de geração de desenvolvimento nos diversos espaços, mas, sim, derivada do trabalho. Portanto, problematizaremos para este texto a migração como aspecto do trabalho inserido na dinâmica capitalista contemporânea (SANTOS, 2014).

A migração deve ser analisada como resultado das relações em que os países de imigração e emigração estabelecem no contexto de globalização, balizadas pelos aspectos econômicos, sociais e políticos, bem como compreender a dinâmica relacionada a formações coloniais e neocoloniais. Essas mediações fazem

parte de um enlace que vai incidir no recrutamento direto dos trabalhadores por parte dos Estados ou dos empregadores. Assim, as migrações produzem transformações no cenário político, econômico e social dos países, desafiando as relações entre Estados e indivíduos, na perspectiva de garantia de cidadania, concepções de fronteiras, acesso a direitos e políticas públicas (SASSEN, 2004). Este debate deve estar relacionado aos de racialização, capitalismo, colonialismo e estruturas de dominação, tampouco deixar de abordar questões de classe, gênero, raça.

Um outro fenômeno que chama atenção é a multidimensionalidade dos fenômenos migratórios, realizada a partir dos fluxos de países Norte-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul, já que a literatura clássica das migrações abordava os deslocamentos como lugares de chegadas e saídas: “Os fluxos migratórios passaram a ser vistos não mais como fluxos bilaterais e com prevalências unidirecionais, mas com realidade transnacional, incluindo deslocamentos, atividades e espaços transnacionais” (DURAND E LUSSI, 2015, p. 47).

Com a crise capitalista de 2008, observa-se novos contornos nos fluxos migratórios. Até meados de 1990, os fluxos eram caracterizados pelo eixo Sul-Norte, em que se destacam a busca para mão de obra mais barata nos países do norte global, já em 2008, a reconfiguração capitalista intensifica os fluxos não só apresentando um retorno dos migrantes aos países de origem, ou seja, emigração para os países do sul como um aumento dos deslocamentos no sentido Sul-Sul. Dados da Universidad de San Andrés (UDESA) (2012) mostram que 74 milhões de migrantes em 2012 tenham migrado sentido Sul-Sul, e deste número, que totaliza 35% das migrações internacionais, 80% foram entre países vizinhos.

Há uma relação entre o crescimento dos fluxos migratórios, a pobreza e os países em desenvolvimento, assim como a feminização de circuitos transfronteiriços, de acordo com Sassen (2003) que podem estar atrelados a fatos ilegais, como tráfico para fins sexuais, ou legais, a exemplo de busca por trabalho informal. A autora afirma que

prostituição e a migração derivada da pesquisa de emprego está crescendo em importância como formas de ganhar a vida. Os trabalhadores do tráfico ilegal e especialmente mulheres, meninos e meninas para a indústria do sexo estão crescendo em importância como formas de obter renda (SASSEN, 2003, p. 44).

Os migrantes em situação irregular vivem em uma condição de violação de direitos, em alguns casos, extrema. Eles/as ficam suscetíveis à extorsão e facilmente sujeitos a abusos e exploração³⁰ por parte de seus empregadores/as, agentes de migração e autoridades corruptas. Em dados analisados na pesquisa, encontramos em um dos jornais, a autuação de coiotes que extorquiam os haitianos para o Brasil e Mato Grosso.

uma investigação da Abin concluiu que a rede de coiotes que trazem imigrantes haitianos para o Brasil já faturou cerca de 180 milhões. ao todo 38 mil deles entraram no Brasil nos últimos 4 anos. a porta de entrada deles é o Acre. de lá para cá imigrantes ilegais se espalham por outros estados, inclusive Mato Grosso (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2015).

Por medo de serem descobertos/as ou expulsos/as, não utilizam dos serviços de assistência quando necessitam, embora contribuam, com seus trabalhos, no consumo local e impostos para o desenvolvimento econômico destes países

É preciso que considerem o contexto de luta e os compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mas é também necessário que se discutam quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais ancoradas em direitos humanos; é preciso reconhecer, nesse contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição e entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico produtiva em escala global (PATARRA, 2005, p.02).

Segundo dados do Relatório Anual de 2019 sobre Imigração e Refúgio no Brasil realizado pelo OBMIGRA, o Brasil registrou entre os anos de 2011 e 2018 em torno de 774,2 mil imigrantes, compostos majoritariamente venezuelanos e haitianos e que não representam 1% da população que reside no país. Estima-se ainda que existam um número maior em situação de irregularidade.

Os dados apontaram ainda que mais de 90% dessa parcela dos imigrantes trabalha 44 horas semanais ou mais, com média de 1,5 salário-mínimo mensal, indicando uma situação precária dessa mão de obra, em geral com qualificação bem superior à necessária para exercício das funções às quais os imigrantes são

³⁰ Exploração aqui considerada dentro da perspectiva econômica marxista, que implica no estudo do processo de trabalho, da mercadoria e sua comercialização, e do lucro. O sistema capitalista se estrutura com base na propriedade privada, que gera lucro e a acumulação através da exploração da força de trabalho das/os trabalhadoras/es (MARX, 1998).

encaminhados ou obtêm acesso. O perfil dos que entram no país são de jovens, do sexo masculino, com nível de escolaridade médio e superior.

Esse cenário enseja, assim, grandes questões acerca de como as políticas sociais contemplam (ou não) o acesso a direitos, à universalidade em que consiste o papel do Estado, mais especificamente quando estas vulnerabilidades são identificadas. Todavia, estamos falando de um Estado sob forte influência neoliberal, pautado na minimização de seu papel interventor, principalmente nas políticas sociais. Proporcionando rebatimento direto sob a oferta dos serviços públicos à população por meio do sucateamento destes serviços. Neste sentido, o estudo acerca do fenômeno das migrações, principalmente dos novos fluxos, requer uma análise dada a partir da perspectiva de totalidade e de contradição.

A mobilidade de pessoas explicita assim um processo de regulações por parte do Estado, ampliado dado através de instrumentos legais e práticas discursivas. Dentre os aspectos que podemos ver, é o controle de fronteiras a partir de medidas de vigilância através da ideia de combate ao terrorismo e a imigração indocumentada. O discurso neoliberal de livre circulação de pessoas e mercadorias é revestido para aqueles e aquelas que podem ou não migrar travestido de valores como segurança e controle da nacionalidade. Quanto ao aspecto de controle de fronteiras, destaca-se que esta representa não apenas os limites geográficos, mas o alcance da soberania do Estado, estando assim vinculada ao entendimento de segurança nacional e controle deste contra ameaças externas (SANTOS, 2002).

Com a crise estrutural do capital os países têm dificultado e restringindo a entrada de migrantes através de leis migratórias punitivas, discriminatórias e repressivas. Na perspectiva de diminuir as rotas migratórias, os Estados Nação, principalmente da Europa, adotam medidas cada vez mais rígidas e severas, ultrapassando as situações de deportação, inadmissão ou repatriamento dos indivíduos indesejados (SANTOS, 2022). As fronteiras passam a ser campos de batalhas, simbolizadas por muros de segurança, a exemplo do que separa os Estados Unidos do México³¹, na trama dos que são desejáveis ou não a entrar nos países.

³¹ As restrições de circulação de pessoas intensificam-se nos países europeus e nos Estados Unidos nos anos de 1980, diferenciando as pessoas em cidadãos legais, com direito à entrada e circulação daqueles irregulares, que estão sem ou não têm todos os documentos exigidos. Nos EUA, a abertura das fronteiras está vinculada aos fluxos da economia. Todavia, desde o ocorrido em setembro de 2001, há uma associação entre migração, tráfico e terrorismo.

A produção da ilegalidade apresenta-se como estratégia para criar uma indústria lucrativa da migração (coiotes, contrabandistas, traficantes, empresários, redes de tráfico, empresas multinacionais), ao tempo em que se constitui como aparato jurídico e político de limites dos Estados-nação reforçados em portos, aeroportos, estradas etc. Os limites impostos pelas fronteiras apresentam também o limiar no que concerne a gênero, raça, etnia, classe e geração. Embora outros fatores impulsionem o processo migratório, na sua base, em quase todas as situações, as condições materiais e econômicas estão presentes. Essa afirmação é facilmente confirmada ao observarmos as estatísticas internacionais que assinalam o crescimento das desigualdades tanto entre os países, quanto entre estados, despertando, assim, o interesse migratório.

Os muros de contenção, as políticas migratórias restritiva, a negação de direitos fundamentais e o aumento expressivo de mortes nas travessias, não apenas, da população migrante que demonstra uma política de morte para os indesejáveis na sociedade que quando não executados, estão no estado de mortos-vivos, os invisíveis. A necropolítica, como diz Mbembe (2016) requer um Estado que atenda escrupulosamente as demandas do poder econômico, realocando ou eliminando os que não interessam ao lucro do capital.

Ademais, o “uso do território e não o território em si” requer constante revisão teórica pelo caráter de pureza imposto pela modernidade que colocam as fronteiras como zonas essencialmente de segurança” (SANTOS, 2002, p. 15), todavia, estas são margens políticas e espaços geográficos de interação e aspectos dinâmicos da organização social, política e econômica. A lógica de fronteiras como espaços geopoliticamente de segurança nacional reduz a aceção na transição de pessoas, mercadorias, bens e serviços. A ideia de área de ameaças encontra força no discurso ameaçador, principalmente de migrantes.

No que concerne à migração, a segurança nacional se fundamenta na ameaça real as instituições estatais, já a segurança pública vincula-se à repressão de práticas criminosas, que, neste caso, estão relacionadas aos crimes transfronteiriços. Na atualidade, a prática migratória tem ganhado sentido político e jurídico, pois tem sido reduzida a uma questão de segurança sobre a pessoa do migrante, não sobre os aspectos de prevenção e controle transfronteiriço, delimitando o caráter da dimensão humana de deslocamento a práticas ameaçadoras, requerendo do Estado aparatos normativos que tratem de controle

migratório, critérios de documentos e seletividade. E se não há ameaça real, as justificativas remodelam-se para a segurança humana ligada à pobreza e aos impactos econômicos (BAENINGER, 2012).

Neste contexto, o Estado delimita o tipo de pessoa ultrapassa ou não a esfera fronteiriça, deportando de forma violenta os sujeitos, exemplo de seleção de ingresso de pessoas, legalização ou restrição de vida cível. O controle é política de controle seletiva dos Estados da mobilidade humana, que está vinculado muito mais às estratégias de segurança pública do que a fatores que objetivamente ameacem a segurança nacional. Portanto, a criminalização das migrações encontra nos dispositivos legais e nos discursos formas de interpelar a mobilidade humana por meios de estrutura de repressão e controle.

Um exemplo evidente disto é o que estamos vivenciando com a pandemia COVID-19. A crise sanitária trouxe impactos irreversíveis para o mundo com milhões de mortes, impactando a população trabalhadora, sobretudo de países periféricos. A pandemia escancarou o lado perverso do capitalismo com o aumento significativo de filas de pessoas com fome, sem trabalho e renda, apontando para o aprofundamento de um aumento nos fluxos migratórios futuros.

As primeiras medidas a serem tomadas pelos Estados deram-se com o aprofundamento de políticas de contenção de fluxos com a criação de mais barreiras, muros e fronteiras sob o julgo do sujeito 'suspeito'. É o migrante quem vai trazer e levar a doença. Observemos que restrição de fronteiras não se realiza com medidas de segurança para alguns tipos de migrantes que entram no países sem restrições, inclusive de medidas protetivas na quarentena como a medição de temperatura, o isolamento social. Ademais, pandemia tem assumido um papel de uma argumentação de controle de migração e hierarquização das movimentações sob o discurso e de que a ameaça vem de fora, embora saibamos que fechar fronteiras tem demonstrado que não garante a proteção das pessoas.

No Brasil, o governo Bolsonaro instituiu desde o dia 16 de março de 2020 o isolamento social tomado medidas por via de fechamento de fronteiras em pelo menos 15 medidas interministeriais. Um exemplo destas foi a Portaria 222 de maio, revogada pela Portaria 319, que trata dos fechamentos de fronteiras e cita, de certo modo, aquelas e aqueles que pode entrar ou não no país, ou seja, os que estão em regularidade. Todavia apresenta particularidades a população venezuelana, pois prevê que as/os que estejam fora do Brasil, mesmo que tenham

cônjuges e residências no país não possam adentrar; embora, não haja controle interno dos fluxos intermunicipais e estaduais.

As crises políticas afloram a xenofobia e a intolerância, que se associam às políticas restritivas de controle migratório pelos Estados. Com a crise de 2008, a restrição de entrada de migrantes volta com maior intensidade, especialmente nos países europeus. Os migrantes sofrem uma série racismo institucional³² advindas de políticas migratórias, a exemplo da permissão de residência subordinada ao mercado de trabalho, bem como discriminações cotidianas manifestadas no acesso ao emprego, atribuições de tarefas, salários.

a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p. 27).

É neste cenário que os fluxos se remodelam, o que na atualidade tem sido denominado de ‘novos fluxos’. Bábic (2017), ao tratar de migrações referentes ao Sul-Sul, situa a emergência de análise nos espaços acadêmicos e políticos, visto o considerável aumento dos fluxos, e demonstra que as narrativas eurocêntricas reverberam a dificuldade em apreender o sentido das migrações entre os países do Sul. Para a autora, a dificuldade para a abordagem Sul-Sul apresenta-se diante de alguns fatos, dentre eles, na ausência de definição do que seria o “Sul”³³, na insuficiência de dados qualitativos e quantitativos nas instituições e em estudos, bem como na limitação em literatura que tenha o foco sobre migração nestes países, visto que estes, em sua maioria, abordam estudos de caso em um país ou região ou são financiados por organismos internacionais. No que concerne à migração, as análises tendem a comparar as semelhanças e diferenças entre Norte e Sul, sendo as do sentido Sul-Norte tratadas como mais importantes.

A compreensão de continuidades, rupturas e escalas de migração nestas áreas do Sul se daria, portanto, na conexão da sua definição enquanto fluxo, história

³² O racismo institucional abarca a relação com o Estado e o funcionamento das instituições tendo como aporte a raça. As políticas, o desenho institucional e as relações de poder não são ações comportamentais, mas se materializam em quem ocupa postos de trabalho, cargos do governo, a mídia, o jurídico, entre outros (ALMEIDA, 2019; EURICO, 2018)

³³ Para a autora, as definições do Sul encontram-se relacionadas às análises relacionadas ao Norte e nas características do desenvolvimento humano, econômico e demográfico, dadas pelo Produto Interno Bruto *per capita* e pelo Índice de Desenvolvimento Humano. A ONU identifica o Sul em cinco regiões: África, América do Sul, Caribe, Ásia, com exceção do Japão e Oceania, exceções da Austrália e Nova Zelândia.

e padrões, políticas e perspectivas. Quanto à perspectiva histórica, requer olhar para os fluxos migratórios iniciados pelas rotas mercantis, a perspectiva laboral, incluindo a escravidão, o tráfico de escravos, a colonização europeia ³⁴, bem como o período pós-colonial, marcado pelos processos econômicos e políticos globais, mas que reescrevem padrões anteriores.

Quanto aos padrões do sentido Sul-Sul, estes são determinados pelo contexto social, econômico, político e cultural dos países em questão, dentre elas a pobreza, rendimentos diferentes, rendas, condições de vida, casamentos, questões políticas, adversidades ambientais, dentre outros aspectos que facilitam a mobilidade sazonal. Outro aspecto é a feminização da migração para estratégias de sobrevivência da família e a necessidade dos mercados de trabalho, visto que são estas as mais exploradas e as que estão em empregos terceirizados mais flexíveis e ainda são relegadas às atividades no âmbito da reprodução.

No que concerne às políticas, estas situam-se mais nas migrações qualificadas ou de gestões de fluxos internacionais. Já as novas perspectivas dão-se a partir de olhares diversos, como desenvolvimento, gênero, transnacionalidades, cuidados, redes migratórias. Este debate demonstra a complexidade que são as teorias das migrações.

4.2 “A pérola das Antilhas”: breve histórias das migrações haitiana

Exposto o fenômeno da migração atual e a sua complexidade teórica e real, buscamos fazer uma breve análise sobre a migração haitiana, pois a contextualização nos possibilita compreender as nuances que permeiam a mobilidade desta população para o Brasil.

Localizado na região caribenha, o segundo maior País da região, o Haiti possui um território de cerca de 27.750 km². Possui uma população de 11,3 milhões de habitantes de maioria é negra, com a porcentagem de 95%. A expectativa de vida é de 63,6 anos de idade e de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2018) possui um índice de Desenvolvimento Humano de 0,503. São duas as línguas oficiais, o crioulo e o francês. A religião oficial é católica

³⁴ Período da mobilidade humana caracterizado pelo trabalho forçado ou de mecanismos indiretos de trabalho.

com 95%, todavia o vodú é a religião tradicional e oficialmente reconhecida, em 2003. Tem a renda per capita de 1,9 dólares e sua economia principal é a agricultura (açúcar, banana, manga, legumes e milho). Considerado o país mais pobre das Américas, é atravessado pela violência, pobreza, desigualdade social e instabilidade política.

A história não contada sobre a Revolução Haitiana é pacto da ideologia dominante de apagamento da história e luta dos povos que os tornaram a primeira colônia no mundo a realizar uma revolução feita pelas mãos de mulheres e homens negras e negros que culmina na independência do país. Invisibilidade esta, que não se realiza apenas no caráter ideológico, mas que tem se adensado aos bloqueios econômicos, políticos e sociais para aprofundar as desigualdades no país, gerando uma 'migração permanente'. Os custos disto são altos para a população considerada mais pobre das Américas. Nesta direção fizemos um esforço teórico para demonstrar, em breves linhas, que a mobilidade é, portanto, elemento constitutivo histórico deste país.

A primeira colonização haitiana, realizada por espanhóis no século XIV, usurpou e dizimou a população indígena que se concentravam em torno de cerca de 300 a 500 mil habitantes, passando para 50 mil habitantes, "sofrendo os males da colonização: extermínio, doenças desconhecidas, trabalho forçado nas minas, fome, entre outros (JAMES, 2010, p.19). Em 1665 o lado oeste da ilha passa a ser ocupado pelo domínio francês e expande seu poder total no século XVII.

Sob o domínio dos franceses, o país teve um destaque em dois aspectos que se imbricam. O primeiro trata-se da sua afluência na economia açucareira, mas que para ela existir, confluíu no segundo ponto que é a utilização de trabalhadores escravizados, consolidando-se como o maior mercado de tráfico negreiro, com cerca de meio milhão de escravos (SILVA, 2014) e o a colônia mais rica da França, conhecida como "Pérola das Antilhas"³⁵ (ANDRADE, 2019; GUIMARÃES, 2017).

As autoridades francesas buscavam sistematicamente incentivar as divisões entre os negros, diferenciando-os de acordo com a cor da pele, mas vários homens continuavam a procurar concubinas (...). O código de 1685 permitia aos chamados mestiços as mesmas prerrogativas que os brancos, inclusive de terem seus próprios escravos e serem grandes proprietários de terras. A prática criou diferenciações sociais e econômicas que em parte se expressavam pela cor da pele, favorecendo o surgimento de uma camada

³⁵ No século XVII, a colônia produzia 40% da riqueza nacional da França com a exploração de café, açúcar, anil e algodão em grande escala (ANDRADE, 2019).

de proprietários mestiços. Esse poder econômico e o controle do poder político que dele decorria foram sempre fundamentais para distinguir as classes sociais (ANDRADE, 2019, p. 18).

Esta citação nos possibilita analisar a formação social da ilha a partir da constituição racial da população do Haiti, formada, majoritariamente, por escravos e escravos e desproporcionalmente colonizadores apresentado numericamente pela proporção de 1 branco para 12 escravos, como retrata Batista (2019) em seus estudos sobre o país. Acrescenta-se, o papel da mestiçagem na construção da pirâmide social visto que eram um grupo de pessoas livres, com formação e muitos eram possuidores de propriedade e de escravos, o que os possibilitou determinados privilégios econômicos e políticos.

As primeiras revoltas de insatisfação deram-se pelas crescentes contradições do sistema colonial e pelo aprofundamento das desigualdades raciais. Adensa-se a estes fatores, os aspectos externos advindos após a Revolução Francesa (1789 - 1799). As primeiras rebeliões ocorrem com as reivindicações de direitos civis e políticos para a população negra que culminaram em aprisionamentos e em práticas aversivas. A religião vodu é um exemplo de prática considerada a época como criminosa e proibida. Com a chegada de Toussaint Louverture que se torna um líder e o apoio militar de britânicos e espanhóis, a metrópole francesa se vê impelida pela luta do povo negro e decreta a abolição da escravatura nas colônias francesas em 1794, tornando o Haiti o primeiro país a trazer a liberdade para homens e mulheres escravizadas.

Anos após, no Haiti, Toussaint é declarado presidente e “criou um sistema monetário para facilitar as operações financeiras das regiões, (...) tentou introduzir plantações para superar a pobreza da ex-colônia” (ANDRADE, 2019. P 25). Ao saber disto, Napoleão Bonaparte, declara batalha no país, apoiado por espanhóis e por parte da população mestiça proprietária de terras e “incapaz de aceitar um governo de negros” (ANDRADE, 2019, p.25). A experiência vivenciada em outra colônia francesa, Martinica, de restauração da escravidão fez com que os generais de Toussaint recomeçassem uma revolução. Jean Jacques Dessalines vence o exército e declara a Independência em 1804.

A revolução haitiana ocorreu de 1791 a 1804 e tornou-se a primeira revolução contra o sistema colonial realizada pelo povo negro escravizado. Dessalines buscou reestabelecer a economia do país com medidas econômicas que afetavam diretamente a camada de mestiços, mas sobretudo, uma estrutura de

dominação colonial de concentração de terras, tais como a nacionalização da terra. Insatisfeitos, o governo foi acusado de abuso de poder e corrupção.

As lutas posteriores entre grupos concorrentes da classe dominante, com ou sem participação popular, as disputas entre clãs políticos não mudaram fundamentalmente o regime econômico-social. Sob essa base pode-se compreender em grande parte a instabilidade política e social e o quase permanente estado de insurreição e tumultos dos primeiros anos de história haitiana, refletindo as divisões sociais e econômicas da ainda indeterminada identidade nacional do novo país e de suas camadas dirigentes. Esses antagonismos estruturais apareciam sob formas variadas e complexas nas divisões entre falantes de francês e de créole, entre negros e mestiços, em suas diversas variantes, entre grupos religiosos católicos e voduns, entre influências africanas e europeias e, principalmente, entre proprietários e trabalhadores (ANDRADE, 2019, p.31-32).

Cabe destacar que este momento histórico que demarca a formação do país não foi acompanhado pela mudança de vida da população. As restrições dos demais países e o receio de que a revolução haitiana se espalhasse pelas outras colônias³⁶ foi dado com o bloqueio econômico, social e político que perdura nos tempos atuais. O isolamento social deixou o país mais empobrecido e desigual, mas sobretudo invisibilizado. Após a independência, o cenário colonial não é modificado pelos governos que sucederam composto por uma elite agrária-exportadora negra que manteve a exploração da mão de obra camponeses.

As estrofes musicalizadas por Caetano Veloso que dizem “rezem pelo Haiti, pensem no Haiti” nos incita a olhar para a história deste país e a importância enquanto primeiro país negro a lutar pela liberdade e se tornar independente da metrópole; mas também a compreendermos que quando “os homens exercem seus poderes” a expropriação, exploração e o racismo são basilares para manutenção ideológica colonial europeia por longos períodos.

Com o aumento da instabilidade política e os sucessivos golpes, o Haiti é ocupado militarmente em 1915 pelos Estados Unidos justificado pela incapacidade de se autogovernar, de conter as violências na busca de estabelecer uma ‘missão civilizatória’ no país. Aqui cabe dizer que ao tempo em que retiraram a autonomia dos povos e governos, os EUA se transformaram no maior mercado consumidor da produção agrária haitiana de banana, café e açúcar. Assim, a economia haitiana era

³⁶ Guimarães (2017) em sua tese aponta que o receio das lutas haitianas e das ideias de libertação das colônias das metrópoles espalharem era tamanha que chegou ao Brasil. Nos estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco foram registradas o temor que ecoava do fenômeno ocorrido no Haiti pelos senhores de engenho de perderem seus escravos. A autora ressalta que o apagamento histórico deste momento se trata de “um levante negro vitorioso. No entanto, os livros didáticos de História do Brasil não trazem esses fatos. Eles são encontrados a partir de busca específica sobre a nova historiografia tanto do Brasil como do Haiti.” (GUIMARÃES, 2017, p.101)

forjada por uma elite agrária a mando da exportação e por outro lado, pela agricultura familiar fundada nas terras do Estado ocupadas pelos camponeses.

Estas comunidades tornaram-se entraves para a expansão econômica e abastecimento da produção exportadora. A saída na época encontrada pelos EUA foi criar formas de expulsão destas das terras incentivando a migração. Batista (2019, p. 77) aponta que “o Haiti passa a exportar mão-de-obra para países Latino-americano, chegando a 130 mil imigrantes concentrados nos países de Cuba e República Dominicana.”

Em 1935, as tropas militares ‘deixam o Haiti sem sair’, já que continuaram mantendo o poderio econômico e político. Com a retirada, manteve-se a pequena burguesia agrária dependente dos capitais estrangeiros, sobretudo, com altos investimentos e empréstimos, gerando uma dívida estatal que recaiu para a população que se viu mais empobrecida.

De acordo com Contiguiba³⁷ (2014) outro aspecto gerado pela ocupação estadunidense foi a formação do denominado ‘sujeito haitiano’, caracterizado por traços de não civilidade e não humanidade e que carrega uma construção ideológica aversiva a identidade nacional que marca a cultura e as crenças do país, ocasionando, ainda nos tempos atuais, práticas xenofóbicas e racistas.

Ademais, a formação do Haiti foi atravessada por governo autoritário que colocou a classe média, composta funcionários públicos, no poder político e militar, opondo-se aos privilégios da elite agrária. Este cenário produziu uma instabilidade na sociedade, de modo que a população mais afetada foram os camponeses.

A sociedade haitiana, na década de 60, era composta por quatro classes sociais: 1) a elite mulata e urbana – também denominada de burguesia pela literatura acadêmica – que tradicionalmente exerceu o monopólio do Estado e do poder econômico, não ultrapassava 2% da população; 2) a classe média negra, composta em sua maior parte por assalariados, representava aproximadamente 4% da população; 3) o proletariado urbano, composto por trabalhadores temporários, informais e desempregados, correspondia a 6% da população; 4) os camponeses, aproximadamente 88% da população, constituíam a classe mais desfavorecida de todas, embora a economia haitiana dependesse quase inteiramente de sua força de trabalho (Contiguiba, 2014, p. 71).

³⁷ O autor apresenta que um dos aspectos aversivos ao ‘haitiano’ está ligado a religião Voduísta, trazida pelos africanos na colonização das Américas, foi assim como outras de matrizes africanas, considerada satânica. “os haitianos ficaram marcados pelo estigma de serem pertencentes a uma terra dominada por negros, portanto, por gente sem nenhuma classe, desclassificados” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2016, P. 126)

Cabe destacar que este período ditatorial, que compreende os governos do Papa Doc François Duvalier (1957-1971) seguido dos seu filho, Baby Doc Jean-Claude Duvalier (1971-1986), gerou uma intensificação dos fluxos migratórios de haitianos. De acordo com Silva (2014) o perfil dos deslocados compreendiam entre estudantes universitários, comerciantes, pessoas com melhor poder aquisitivo que buscavam sair da instabilidade política e econômica do país. Destacamos ainda que a ditadura ocasionou uma crise econômica e política que aprofundaram a instabilidade já vivenciada desde o período colonial. Mesmo com a tentativa de reestabelecer o governo, sobretudo, com expectativas democráticas, o cenário que se apresenta no intervalo dos anos de 1986 a 2018, foi o aprofundamento deste cenário a exemplo passagem de 21 presidentes nestes anos no Haiti.

O retorno dos Estados Unidos ao Haiti ocorre em 1990 sob o comando da Organização das Nações Unidas – ONU na ‘missão de pacificação’, denominada de Força Multinacional, que se efetivou diante do aumento dos conflitos entre grupos políticos distintos e da instabilidade econômica, sobretudo na busca de impedir a construção de um poder tomado pelo povo. Ademais, “o antigo aparato policial-militar (do Haiti) transformara-se em base para a luta de gangues e grupos armados privados, isolando e intimidando as organizações populares que apenas começavam a se consolidar (ANDRADE, 2019, p.287). Por trás disto, não podemos esquecer que se tratou de uma política intervencionista dos EUA para firmar o seu poder imperialista, tendo a ONU contribuído para tal.

Dentre as intervenções feitas pela ONU, a imposição de sanções econômicas foi efetivada com os embargos a produtos no país, provocando o aprofundamento das condições já experienciadas na ilha. Dentre os bloqueios estiveram a suspensão de recursos para financiar os pequena produção agrícola. que gerou um aumento nos fluxos migratórios. A saída encontrada foi realizar medidas de reajustes econômicos com a redução dos serviços públicos, privatização das estatais, barateamento da força de trabalho com o aumento da terceirização dos serviços e ataques a produção camponesa³⁸ bem como a repressão aos

³⁸ “Aprofundou-se a destruição do meio ambiente e dos recursos naturais de que o país dispunha, restando apenas 2% da sua cobertura vegetal florestal ainda intacta. Em relação aos mananciais de água, dos onze existentes, apenas dois mantinham produção. Uma devastação que avançava na medida em que mais de 70% da energia utilizada no país tinha como fonte o carvão vegetal, sendo que a importação de petróleo e derivados cobria apenas 20% do consumo. Os colonos franceses tinham desmatado 200 anos antes cerca de 50% das florestas. Para pagar a dívida do século XIX, o Haiti exportou madeira em grandes proporções. Com a ocupação dos EUA em 1915 ingressaram no

movimentos sociais. Este cenário reforçou o empobrecimento da população que, em 2004, possuía a renda per capita 15% mais baixa que a média da América Latina, expectativa de vida de 46 anos, 40% das pessoas tinham acesso a água potável e o analfabetismo chegava a 45%.

Diante das sucessivas crises políticas e golpes de Estado que acometeram anos seguintes, uma nova intervenção militar é realizada no país com a deposição do então presidente Aristide³⁹. O golpe militar instaurado marcava a continuidade das políticas imperialistas bem como a tentativa de evitar uma aliança do governo haitiano com os de Cuba e Venezuela. Destacamos ainda que as tropas militares forma rejeitadas por setores importantes da Ilha. “Em vez de enviarem um exército de médicos, professores, agrônomos, os governos de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Guatemala e outros, aceitaram a desonrosa tarefa de ocupar o país” (ANDRADE, 2019, p 306).

A missão de paz, denominada de Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), iniciou em 2004 e perdurou até 2017 por decisão do Conselho de Segurança da ONU. Contou com a intervenção de vários os países latino-americanos, dentre eles o Brasil⁴⁰ que comandou a missão sob a chefia do general Augusto Heleno Pereira, com mais de 1.200 militares, ampliando seu número após o terremoto que acomete o país em janeiro de 2010. A participação brasileira na missão ocorre durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva na tentativa do “suposto resgate do espaço protagonista na América do Sul da diplomacia brasileira” (ANDRADE, 2019, p 324).

Com característica mais violenta do que pacífica, a missão objetivava estabelecer a defesa e a promoção dos Direitos Humanos e garantir apoio ao processo político do país, conforme Resolução 1542. Todavia, por trás da estratégia militar – que utilizava mais de 2/3 do orçamento -, estava um plano econômico e político que buscou impedir as mobilizações que aconteciam no país, bem como aprofundar as privatizações, a exploração de uma mão de obra barata e o controle

país as empresas agrícolas que obtiveram grandes extensões de terra e ampliaram o desmatamento”. (ANDRADE, 2019, p. 293)

³⁹ A intervenção que ocorrera em fevereiro de 2004 foi marcada por um golpe de estado. O caráter antidemocrático realizado com a ocupação militar estrangeira foi fruto de inúmeras reclamações dos países vizinhos.

⁴⁰ Cabe destacar que esta não era a primeira vez que o Brasil estivera em ações na região. Em 1965, durante a Ditadura civil-militar, o governo ajudou aos Estados Unidos na intervenção para conter os movimentos em prol do governo progressista da República Dominicana.

das minas de bauxita, desconsiderando que quase 70% da população dependia da agricultura para sobreviver.

Deste modo, era evidente que o ambiente de insegurança em todos os âmbitos da vida social proporcionava a mobilidade da população das Ilhas haja vista os interesses econômicos na mão de obra barata e sem direito, usada sobretudo pelas empresas multinacionais com o incentivo da criação de zonas francas. Segundo Andrade (2019), uma costureira ganhava um dólar por hora de trabalho na capital Porto Príncipe, o que seriam nos EUA em torno de 16 dólares. Ainda acrescenta que

Existiam então três grandes zonas francas no Haiti. Na zona da cidade de Porto Príncipe, estavam instaladas 49 fábricas que empregavam cerca de 20 mil operários. Em uma fábrica coreana, trabalhadores recebiam cerca de 3 dólares diários, quando uma refeição na cidade custava o mesmo valor. A jornada de trabalho era de 10 a 12 horas diárias. Os tecidos da fábrica eram exortados para os EUA e Canadá (ANDRADE, 2019. p. 310).

Diante deste cenário, o que vemos é que a missão de paz que traria recursos a serem usados para investir no combate à pobreza, redesenhou outro destino: financiar o mercado internacional. As disparidades eram gigantes: segundo país mais desigual do mundo, educação privada, altos índices de desnutrição, fome e miséria. Ademais, a violência experienciada pelos haitianos com altos índices de morte, estupro e repressão dado pelo aumento das tropas brasileiras trouxe também elementos da luta e disputas políticas contrárias ao que estava sendo imposto. Embora silenciados pelo governo, brasileiro⁴¹ que não respondeu as pressões da sociedade haitiana e brasileira, há em 2008 diversas tentativas de organizações, sindicatos e universidades de informar e solicitar a retirada das tropas brasileiras do Haiti. Em acordo com Andrade (2019, p. 335), a permanência do exército no Haiti como solução para a crise política e econômica que só poderia ser dado pelos 'de fora', "alimentou posicionamentos conservadores e xenófobos dentro do Estado brasileiro". Durante a tese iremos demonstrar isto.

A crise vivenciada no país se aprofunda com o terremoto de 2010 que apresentou um cenário de devastação. Foram em torno de 316 mil pessoas mortas e um milhão e meio ficaram desabrigadas, escolas, hospitais, portos e aeroportos destruídos, gerando o deslocamento de mais de 600 mil pessoas da capital Porto

⁴¹ Em carta enviada ao gabinete da Presidência de Lula, Carta de Josué, há relatos das atrocidades vividas e solicitação de retirada das tropas na Ilha. No documento elaborado pelo haitiano David Josué há ainda questionamentos sobre o silenciamento e apagamento do governo brasileiro no que concerne a intervenção.

Príncipe. Como saída, os EUA e a ONU propuseram a criação de um Comitê Interino para a Reconstrução do Haiti (CIRH) que se sobrepôs as demandas propostas pelo governo haitiano que havia elaborado um plano de reconstrução do país, com proposições que buscavam investir nas áreas de educação, saúde e moradia. Segundo Andrade (2019) apenas 8,5% dos recursos solicitados foram enviados ao país e esses números modificam a exemplo do investimento na área de transporte do qual o pedido era de 180 milhões de dólares e foram cedidos 840,1 milhões. Ainda segundo o autor, a tragédia humanitária causada pelo terremoto foi aproveitada pelo governo dos EUA para aprofundar o caráter neocolonial na busca de atender aos interesses econômicos, tornando-se um negócio lucrativo às empresas estadunidenses, 'passando por cima' inclusive do papel da MINUSTAH, que seria de manter contato com as organizações locais, mas que não o fez. Neste momento, os soldados ainda levaram ao país a cólera que aprofundou caos vivenciado, contaminando milhares de pessoas e matando quase 10.000 haitianos.

Cabe destacar que as tentativas de recuperação do país foram feitas pelos próprios haitianos, mas a tragédia era sem precedentes com

Mais da metade da população com menos de 18 anos e 52% das crianças e adolescentes, cerca de 3 milhões de pessoas, vivendo abaixo da linha de pobreza. Aproximadamente 75% das despesas nacionais em educação eram pagas diretamente pelas famílias. Também 21% dos recém-nascidos estavam abaixo do peso, e apenas 50% das crianças eram vacinadas, sendo que mais de 20% sofriam problemas de desnutrição crônica. Não havia nenhuma política social para as crianças, expostas ao tráfico e à venda de drogas, à exploração do trabalho infantil e à prostituição. As denúncias de venda de órgãos de crianças por meio de redes de orfanatos exigiam apuração e respostas urgentes. As mulheres haitianas eram também submetidas a uma situação cada vez mais difícil. Estavam nas ruas cozinhando, vendendo medicamentos, carnes, frutas, roupas usadas, tudo o que se pudesse fazer para comercializar e buscar mínimos recursos de sobrevivência. Os direitos humanos estavam sendo diariamente violados em todos os níveis com a presença das tropas de ocupação. Muitos foram vítimas, inclusive de soldados acusados de crimes de estupro (ANDRADE, 2019. p. 3347-348).

Adensa-se a este contexto, a fome e as desigualdades, sobretudo da população que ainda vivia em acampamentos após o terremoto e que não recebiam ajuda governamental. Com as condições de vida agravadas, acirram-se as manifestações populares, inclusive contra a presença da MINUSTAH que utilizava da repressão, violência e os crescentes abusos, inclusive sexuais, maus tratos para com a população que exigia a retirada da tropa brasileira do país. A missão encerra-se em 2017 e podemos considerar que a história do Haiti é marcada pela mobilidade

e que a presença do exército aprofundou as condições de vida. Estes elementos são basilares para a compreensão da saída da população do país.

Diante da breve exposição histórica sobre e em acordo com os autores Andrade (2019), Handerson (2017) e Guimaraes (2017), consideramos que a migração haitiana é parte constitutiva da formação do país e se desenha, em termos explicativos, em três momentos: a primeira, entre 1915 e 1935, durante a intervenção americana no país; a segunda durante o período ditatorial de 1965 e 1985 e a terceira que ocorre em 2010 e coincide com o fator ambiental do terremoto. Cabe destacar que para esta pesquisa nos deteremos a migração contemporânea que é momento em que os haitianos chegam a Cuiabá/MT.

4.2.1 Notas sobre a migração haitiana para Brasil

A chegada massiva de haitianos para o Brasil ocorreu a partir de 2010 ante as condições retratadas nas linhas anteriores. Cabe lembrar a inserção no estado brasileiro foi alavancada por fatores externos, como restrição e contenção de fronteiras para migrantes, mas também internos, como a forçosa entrada política do Brasil no Haiti ocorrida no governo Lula e a reorganização geopolítica que insere o país como central para a economia mundial.

No que se refere aos fatores externos, a expansão imperialista norte americana sob o país que resultou no aumento das desigualdades, expulsando a população de seu território, já que sobreviviam com menos de 4 dólares per capita bem como o recrudescimento das fronteiras dos países do Norte. Adicionadas a estes estão também os aspectos políticos, educacionais, culturais, estratégias geográficas e sociais, sobretudo. Outros elementos devem ser destacados para demonstrar o interesse pelo Brasil, dentre eles proximidade com a Guiana Francesa, e também, uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França. Além disso, a participação do Brasil, como já citado, com as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). (ANDRADE, 2019; GUIMARAES, 2017)

Para nós, o mais importante é sinalizar que a entrada da população haitiana vai exigir no âmbito nacional mudanças nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. No plano do imediato, a exigência que a contradição desta

população expunha (e expõe) açambarca a necessidade de um mercado de trabalho no país e uma política migratória que avançasse nos mais diversos aspectos, visto que a última elaborada datava do período ditatorial.

Essas 'exigências' ocorreram diante de imagem que vinculava o Brasil a um país em expansão sobretudo nos governos neodesenvolvimentistas⁴² (2003-2016), inclusive propagada pelas tropas brasileiras no Haiti. Como destacou também Handerson (2005, p 85) a circulação de informações segundo as quais, no País

O migrante ganha moradia e alimentação gratuita além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2. 000 a U\$ 3. 000 mensais. Somando a tudo isso o acontecimento de 12 de janeiro de 2010, o terremoto foi mais um motivo, dentre outros, a impulsionar a mobilidade haitiana para mais um lugar que até então demonstrava, aos olhos internacionais, "estar comprometido" no cenário político, econômico, educacional, da "estabilização" e do "desenvolvimento do Haiti", do ponto de vista dos representantes dos governos haitiano e brasileiro.

Acrescenta-se a estas a criação de um imaginário de Brasil receptor. Esta ilustração acolhedora do "país da esperança e do futebol", ficou conhecida pelos haitianos diante da participação da MINUSTAH no país, que embora violenta, levou ao Haiti a imagem de um país em desenvolvimento. Agregavam-se ainda as repercussões da política externa do governo Lula, a perspectivas de trabalho advindas das grandes obras a serem implementadas no Brasil com a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas em 2016 e hidrelétricas, tornando o estado brasileiro rota de destinos⁴³ de países sul-americanos e caribenhos. Embora as pesquisas realizadas demonstrem que o Brasil não era o lugar de destino dos deslocados do Haiti, mas proximidade com a Guiana Francesa o tornou um corredor marinho para chegar a França ou outros países. (GUIMARÃES, 2017)

O papel político e econômico importante no cenário internacional e a abertura em relação aos haitianos, inclusive no aspecto da hospitalidade, destacando a imagem de um País sem preconceitos nem racismo. A imagem do país acolhedor e da esperança é fruto da dissipação ideológica de uma suposta

⁴² O neodesenvolvimentismo marca segundo mandato do governo Lula (2007-2010), momento experienciado pelo aumento das taxas de crescimento econômico e uma 'tímida' melhora nos indicadores sociais. De acordo com indicador do IPEA, embora tenha tido uma melhoria no emprego formal do período, a precariedade do trabalho e a informalidade é mantida, inclusive impactando mais as mulheres. Para maior aprofundamento sobre o período denominado de neodesenvolvimentismo e a crítica ver Castelo (2012)

⁴³ Nos anos de 2011 houve um incremento de 50% de migrantes de outros países no Brasil comparado com 2010 que tinha um quantitativo de 960 mil migrantes aumentando para 1,466 milhão no ano seguinte. (COGO, BADET, 2013).

democracia racial que se pauta em um mito que legitima práticas discriminatórias e racistas. No caso do Haiti, vamos assistir isso na violência cotidiana, nas práticas xenofóbicas, na exploração do trabalho e nas políticas migratórias.

O mito da democracia racial além de ocultar a existência de um racismo no país, oculta a desigualdade racial, as múltiplas violências e as lutas históricas existentes na realidade e na contradição capitalista-patriarcal-racista. Este mito fundador, como denomina Chauí (2007, p. 8) reconfigura valores do passado através de ideologias de ser um país de um “povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual mesmo quando sofredor” além de um país sem preconceitos, e “acolhedor para quem deseja trabalhar”.

Neste sentido, problematizamos a ideia de mito racial vislumbrando que os trabalhadores migrantes são os que são acometidos por ataques xenofóbicos, preconceituosos, racistas e sexistas cotidianamente.

a divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação uma e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem (CHAUI, 2007, p.89).

Assim, essas características da história colonial permanecem e se reconfiguram, deixando marcas nas desigualdades que atingem diferencialmente as mulheres em relação aos homens, aos negros em relação aos brancos, às e aos nativos/as em relação às e aos migrantes.

Todavia, o ideário construído de um país acolhedor da migração, dado pela imigração europeia, branca e civilizada no século XIX, que descartou e invisibiliza a vinda da população negra e parda para o País, traz ao cenário atual o olhar para o migrante, no caso os indesejados: “a experiência com uma sociedade racista e xenófoba: a nova imigração para o Brasil se refere a uma imigração não-branca e oriunda de países periféricos” (BAENINGER, 2018, p. 369).

Na elaboração desta tese, compreendemos que a discussão sobre democracia racial no contexto atual requer a apropriação de outras mediações que nos darão subsídios para pensarmos sobre avanços e limites da mobilidade no país, inclusive haitiana. Abrimos um parêntese aqui para expor brevemente alguns elementos da formação brasileira que implicam na exploração, dominação e

opressão do trabalho de migrantes no país desde a colônia até os dias atuais e que reverberam em práticas e políticas ora de cunho autoritário, ora democrático.

O primeiro elemento a se destacar sobre formação sócio-histórica é que os traços que conformam o moderno se (re)constrói por meio do arcaico (FERNANDES, 2006) e suas particularidades são permeadas, assim, por características enraizadas na escravidão, colonialismo e patriarcado que se reconfiguram, mas que, contraditoriamente, também é marcada por lutas e resistências.

No que concerne a migração, os primeiros fluxos migratórios no Brasil se iniciam no contexto histórico colonial com o tráfico da população negra advinda da África e que explorou a mão de obra escrava para a acumulação. A sociedade colonial foi marcada pela presença de dois polos hierárquicos: senhores donos da terra e pessoas escravizadas que reverbera nos dias atuais na forma como a sociedade brasileira é organizada.

Os primeiros projetos para a vinda de migrantes para o Brasil ocorrem no século XX, na tentativa de branqueamento da sociedade. A chegada⁴⁴ de italianos, portugueses e espanhóis atendia a necessidade de um ideário de nação que vai se utilizar desta mão de obra para atender a um mercado interno crescente, visto que a abolição legal da escravidão apresenta a mão de obra de trabalhadoras e trabalhadores negras/negros não integrados a sociedade brasileira enquanto trabalhadores livres; ao tempo em que, utiliza-se da miscigenação da população para chegar mais próximo ao modelo ideal de humanidade pautado no homem branco. Pretendia-se com esses projetos apresentar “uma espécie de mestiçagem redentora, que se lograria a partir de algumas políticas públicas concernentes à imigração; de algumas certezas da ciência que apostava na seleção - branca - dos mais fortes, e com alguma fé.” (SCHWARCZ, 2011, p. 228).

Cabe destacar que essa ‘mistura’ tem um caráter político e ideológico que resvala ainda hoje no mito da democracia racial⁴⁵ e em como este conforma espaços distintos e hierárquicos. Como salienta Carneiro (2011, p 66), “o intercuro sexual [...] seria o principal indicativo da nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre as mulheres negras e indígenas”.

⁴⁴ Estima-se que até meados de 1930, aproximadamente quatro milhões de pessoas em sua maioria, de Portugal, Itália, Alemanha e Japão tenham chegado ao Brasil.

⁴⁵ Expressão cunhada por Gilberto Freyre para retratar sobre a ideologia nacional do período pós-escravidão de ‘integração’ do negro a sociedade, por meio de um ‘melhoramento da raça’.

Todavia, esconde a ideologia nacional que hierarquiza e conforma lugares. A formação da identidade nacional brasileira e da América Latina foi construída pela violência dos senhores feudais brancos contra as mulheres negras e indígenas, resultando na miscigenação. Neste sentido, é a violência sexual colonial a estruturadora de todas as opressões de gênero e raça:

O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira. A apropriação sexual da mulher branca pelo homem negro na contemporaneidade nos termos colocados por Joel Rutin funda o mito da ascensão social do homem negro escondendo através do subterfúgio da primazia estética e social da mulher branca o desejo de pertencimento e de aliança com um mundo restrito aos homens brancos no qual para adentrar homens negros em suposto processo de ascensão social utilizaram-se de mulheres brancas como avalistas (CARNEIRO, 1995, p. 545).

Esses aspectos renovam-se no imaginário social, dado pela estruturação do mito da democracia racial, e retificam aspectos de opressão e exploração que coisificaram e objetificaram pessoas, especificamente mulheres negras. “São mitos e preconceitos através dos quais a sociedade atual tenta justificar a exclusão da mulher de determinadas tarefas e mantê-las assim no exercício quase exclusivo de seus papéis tradicionais” (SAFFIOTI, 2013, p. 230). A construção de nação de embranquecimento “esconde a tentativa de dar continuidade ao quadro racial dominante, é um modo sofisticado de apresentar sob a forma de paternalismo o preconceito de quem não pode negar uma origem que repudia (NASCIMENTO, 2021, p.49).

Todavia, as ideias revolucionárias despertadas por estes, bem como a sua não assimilação ao projeto nacional de branqueamento e de ideal de trabalhador, marca a imagem do migrante como perigo, como indesejável, o que remonta a própria construção migratória no Brasil.

Essa separação entre migrante desejável ou não perdura durante o governo Vargas em 1930 bem como a lógica utilitarista de uso desta mão de obra para o projeto em desenvolvimento no país. O impedimento da entrada de migrantes de acordo com a raça ou origem pode ser observado no Decreto-lei nº 406, promulgado em 4 de maio de 1938 que evitava a inserção dos indesejados, limitando em apenas 2% a quantidade de estrangeiros no país. Os desejados eram qualificados pela necessidade do trabalho na agricultura do país. Os inválidos, ciganos ou os que não contribuiriam com a economia nacional eram proibidos de entrar no Brasil.

Uma mediação importante de ser feita foi a utilização da exploração força de trabalho migrante, inclusive de deslocados internos, para a construção e desenvolvimento capitalista do país, sobretudo para a ocupação territorial das regiões Norte e Centro Oeste que ocorre no cenário em que se articulam elementos de setores arcaicos e modernos junto a exportação de produtos para as economias centrais. A articulação entre a burguesia nacional e setores da oligarquia agrária e que se manteve na consolidação do setor terciário e industrial (FERNANDES, 1981), requerendo assim, a ampliação do projeto de industrialização e urbanização bem como a exclusão da participação política da classe trabalhadora. No Governo Vargas (1930-1945) com o Estado novo apregoava um viés nacionalista e assim a política migratória de cunho xenofóbico, estruturava o Estado que previa a lógica discriminatória e restritiva.

Com o golpe civil-militar de 1964 as medidas restritivas retomam mais forte. Neste período a segurança nacional como aspecto ideológico dissipa-se. Cabia ao executivo identificar e combater os perigosos e inimigos. Aqui o cidadão restringe-se à ideia de nação. Com as repressões mais acentuadas do estado autocrático é instaurado um decreto 66.869/1970 que coíbe mais efetivamente a entrada de migrantes no intuito de preservar a segurança nacional e realizar uma seleção étnica (OLIVEIRA, 2017).

Cabe destacar que durante o denominado milagre econômico - modelo de desenvolvimento econômico-social implementado no país em 1970 que ocorreu diante de um endividamento externo, reforçando o papel dependente do capitalismo internacional, atrelado a uma alta concentração de renda de um lado e de outro, no aumento das desigualdades - os projetos vinculados a expansão da fronteira agrícola que ocasionou uma mobilidade interna no país. Os projetos visavam povoar as terras da região amazônica, realizada pela expropriação das terras dos indígenas, favorecendo grandes latifundiários, inclusive no Mato Grosso (SÁ, 2010, CABRAL, 2019). Outro elemento contraditório que marca este período é a utilização do trabalho de migrante internos que ocorre em um paradoxo, pois embora o plano de segurança nacional fosse de contenção de ideias revolucionárias que se espalharam internacionalmente, os migrantes eram necessários para a expansão capitalista dada pela industrialização e assalariamento no país.

O fluxo migratório interno passou a atender não somente a necessidade de expansão e ocupação territorial do país incentivadas por propagandas governamentais, mas para 'acalmar' as disputas que ocorriam no Sul e Sudeste do país, sobretudo com a importância dos movimentos sociais (SÁ, 2010, CABRAL, 2019). Mobilizados, a população desempregada e disponível para o mercado passa a se deslocar para os grandes canteiros de obras, frutos também do aumento da industrialização que ocorria no país. Ademais, há também um crescimento dos denominados boias-frias que se deslocam para o campo para o trabalho temporário. É neste contexto que a capital de Mato Grosso se constituiu, portanto, como 'corredor de passagem' para os que se deslocavam até a região Norte do país (SÁ, 2010, CABRAL, 2019).

Observamos que o que aconteceu no período foi a necessidade da ocupação territorial do país como medida de proteção do avanço das lutas sociais e uma 'ausência-presença' quanto a política migratória. Ausência diante da garantia de direitos à população em deslocamento, seja ele interno ou externo e, uma presença quando se refere ao trato da segurança e da ordem, que se estenderá aos dias atuais, a exemplo da legislação migratória do período e das políticas de segurança.

É possível concluir que, no caso de Mato Grosso, o processo histórico de ocupação territorial foi marcado por raízes fixadas num modelo de desenvolvimento concentrador, excludente e violento, que explorou e ainda explora trabalhadores em atividades ligadas à pecuária, nos latifúndios de milho, soja e algodão e outras. São lavouras gigantescas, que integram a chamada agricultura de commodities, na qual Mato Grosso desponta como potência nacional (SILVA, 2021, p.184).

Com o fim do "milagre brasileiro" e a espiral inflacionária do país, houve um decréscimo no número de migrantes, com o fluxo sendo retomado pós anos 1990, e o País despontando como destino atrativo para migração a partir dos anos 2010 (OLIVEIRA, 2017). Dados do IBGE, apontaram que em 1970 os números de estrangeiros no Brasil eram de 1.082.045. Em 1980, esse número diminuiu para 912.848 e em 2000 com 431,319, voltando a crescer em 2010 com o número de 510.060 estrangeiros e naturalizados no país.

Apenas em 1980 que o país por intermédio do ministério da justiça elabora um projeto de lei que prevê normatizar os fluxos migratórios. O acúmulo culmina no Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815/1980, que se pautava na segurança nacional com o intuito de proteger as instituições dos inimigos externos e internos.

Observemos que como o próprio nome diz o migrante era tratado como estrangeiro e isso demarcava que ao chegar poderia causar perigo, mas também implicar isto no país, disposto no art. 7º do Estatuto, em que a entrada de estrangeiros pode ser negada se considerada nociva a ordem pública e aos interesses nacionais (BRASIL, 1980). Todavia, há uma perspectiva utilitarista do migrante no que concerne a mão de obra especializada, conforme disposto no art. 16 em que a entrada de migrantes especializados é permitida para “vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

Observa-se que a migração no País era neste período tida como uma ameaça pelo motivo de desordem, justificando, assim, as normas legais implementadas no período de autocracia. Dentre as legislações, a Lei Nº 6815/1980, reuniu as normas e criou o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), objetivando monitorar os fluxos de migração na busca de trabalho (OLIVEIRA, 2017). A ideologia que cria o migrante como perigo no cenário brasileiro soma-se assim a elementos do estado autocrático-burguês.

Os anos posteriores que demarcam a Lei supracitada são marcados por grandes lutas sociais e a necessidade de mudanças no cenário político e econômico, o que rebate diretamente na necessidade de discussão sobre migração na agenda política do Brasil, já que muitos brasileiros residiam no exterior em péssimas condições para retornar ao País, bem como a entrada irregular de migrantes e famílias, de forma que não havia controle do governo diante da limitação das normativas existentes no País.

Em termos históricos, destacamos que a política migratória foi construída pelo Estado brasileiro autocrático burguês com o viés da segurança nacional, mas que atualmente tem se reconfigurado na perspectiva de ampliação dos direitos humanos com a Nova Lei da Migração. Todavia, esses avanços vêm atrelados ao viés do Estado neoliberal, que engessa os direitos e torna a política seletiva e focalizada e ainda traz imbuídas as particularidades de um estado dito dependente com características fortemente marcadas por uma estrutura agrária, racista e patriarcal e que tem rebatimento sobre a vida dos sujeitos. É importante reconhecer que as formas de dominação historicamente construídas pelo colonialismo são

determinantes para o estabelecimento da sociabilidade brasileira com traços do mandonismo, da xenofobia e do racismo.

Ante o exposto retomemos a chegada da população haitiana para entendermos que a inserção destes modificam, de certo modo, as políticas migratórias brasileiras.

Neste primeiro momento, rota seguida pelos haitianos, para o Brasil, foi realizada com saída de Porto Príncipe, passando pela República Dominicana e Panamá. Destas duas, alguns deslocam-se para o Equador e outros para o Peru, pois não exigem vistos para entrada destes. Destes dois últimos países, deslocam-se por trajeto terrestre ou fluvial para a fronteira brasileira. É assim que chegam a Tabatinga (AM) e Brasiléia (AC). Cabe destacar que os primeiros haitianos que chegaram ao país solicitaram a condição de refugiado. Com o aumento do fluxo nas fronteiras do Acre e da Amazônia, o governo é impelido a pensar a política migratória (HANDERSON 2017; GUIMARÃES, 2017).

A entrada dos haitianos no Brasil realizou-se, inicialmente, por meio da solicitação de refúgio junto à Polícia Militar, o que lhes garantiu direitos de cidadãos brasileiros, podendo tirar a carteira de trabalho e, Cadastro de Pessoa Física (CPF), após isto seguiam para a análise do status de refugiado no Comitê Nacional de Refugiados (CONARE). As solicitações de refúgio no Brasil, dentre eles haitianos, passou de 966 casos em 2010 para 33.865 em 2017, ou seja, “a fronteira brasileira, espaço predominante, até então de trânsito entre os países vizinhos, se tornou porta de entrada de imigrantes haitianos (BAENINGER, 2018, p. 364). Todavia, esse tramite burocrático era demorado e limitava o acesso a garantias básicas, como saúde e educação, bem como a inserção em trabalhos formais, demonstrando o despreparo da política migratória brasileira, que não apresentou política de acolhimento.

Após a análise de processos, o CONARE compreendeu que a solicitação na condição de refúgio não podia ser efetivada, visto que este pressupõe indivíduos em condição de perseguição, e o que ocorreu no Haiti tratava-se de catástrofe generalizada, repassando para o CNIg, que formula políticas de imigração e soluciona casos omissos no que diz respeito à imigração – a condição dos haitianos e das haitianas no País. Em 2013, as solicitações de refúgio continuaram em um número expressivo de 17.703 autorizações para residência e 7.500 haitianos já haviam recebido residência permanente (BAENINGER, 2018).

Assim, o CNIg decreta a permanência por razões humanitárias via Resolução Normativa Nº 97/12, que regula o visto permanente por razões humanitárias, autorizando haitianos e haitianas a se deslocarem legalmente com o fito de trabalhar e estudar, acresce-se a permissão de todos os que solicitaram residência ao CNIg. Esta resolução previa um limite de vistos anuais para 1200 pessoas com validade de cinco anos que condicionava ao migrante comprovação de trabalho, sendo a concessão intermediada pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Vale destacar que para se obter visto de residência no Brasil anteriormente, deveria se cumprir: a) ser cônjuge de um cidadão brasileiro ou residente permanente no Brasil; ou b) ser membro imediato (dependente) da família de um cidadão brasileiro ou residente permanente no Brasil (HANDERSON, 2015).

Todavia, o cenário da RN limitou não apenas a entrada de haitianos, mas o apoio humanitário, assim como não previu a inserção ilegal no País, impactando na vida dos migrantes que não tinham requerido à embaixada o visto na mudança de cenário. Este fator marcou uma distinção das políticas migratórias quanto ao acolhimento, apontando diferenças nas condições de tratamento (HANDERSON, 2015). Além disso, extrapolaram os números de haitianos que buscavam ingressar no Brasil. Em 2013, o governo retirou da Resolução Normativa a limitação de imigrantes e acresceu a prorrogação da Resolução Normativa até 2015, tendo este outro alargamento.

Cabe destacar que uma particularidade se apresenta quando se trata da condição enquanto migrantes no caso haitiano: o visto humanitário. A justificativa encontrada pelo CONARE, órgão receptor vinculado ao Ministério da Justiça, foi considerar que a chegada destes se deram por motivações socioeconômicas e ambientais, o que não atendia aos critérios exigidos na condição de refugiado estabelecido pelo órgão, como estar fora de seu local de origem por motivos de perseguição, ameaça por motivações de raça, religião, nacionalidade ou política. Embora constasse em documento elaborado pela ACNUR que refugiados são, inclusive, pessoas que saíram de seus países de forma compulsória por violência, conflitos armados e violação dos direitos. Todavia, não foi este o entendimento do órgão que remeteu o problema para o CNIg. (BAENINGER, 2018; MAGALHAES, 2017).

A demora na concessão do visto humanitário reverberou sobre a condição de vulnerabilidade dos imigrantes, inclusive pelo não acesso ao mercado de trabalho formal. Todavia, foi a partir do visto que estes passaram a obter os documentos necessários para regulamentar-se no País, permitindo-os entrar no mercado de trabalho, que, segundo o OBMigra, em 2013, das 17.703 autorizações para trabalhar no Brasil, 7.598 eram haitianos e os restantes distribuídos entre outras nacionalidades, configurando a nacionalidade com maior presença no mercado de trabalho.

Fruto de vários debates, o visto humanitário apresenta elementos que o particularizam e o diferenciam da condição de refugiado, revelando seu caráter restritivo e discriminatório. Se pensarmos no acesso aos direitos⁴⁶, a população haitiana não esteve englobada. Um exemplo foi durante a entrada massiva destes no país e a concessão anual de até 1.200 vistos, ocasionando uma demora na legalização dos migrantes.

Após ser questionada, o CONARE pede reforço ao CNIg que reforça o documento supracitado, mas abre condições de permanência com a edição da e que decide Resolução Normativa nº 97, de 12/01/2012, que retrata que o migrante haitiano pode ficar com o documento por 5 anos, ter carteira de trabalho e solicitar permanência definitiva ao comprovar atividade laboral. “Inicialmente, a Resolução permitia duas leituras: a produção de uma possibilidade de legalização dos haitianos no país e, ao mesmo tempo, a restrição da chegada de novos migrantes.” (HANDERSON, 2017, p. 35).

De acordo com Guimarães (2017) o visto humanitário passa a ser utilizado no Brasil como fortalecimento de uma imagem de país onde não há discriminação, mas que por trás esconde o racismo institucional presente na construção das políticas migratórias, que diferencia os desejáveis dos indesejáveis e que recoloca uma condição que não é nova no nosso país, mas estrutural, o racismo.

A particularidade aos haitianos, ao nosso ver, ganha viés paradoxal no Brasil no que concerne ao visto humanitário: o aspecto burocrático é instituído para legalizar ao tempo em que escancara o racismo, impedindo a entrada de migrantes

⁴⁶ Dentre outros direitos assegurados estão o de obter a legalidade de forma gratuita; não ser discriminado pelas autoridades governamentais e pela sociedade; não sofrer punições por em trada irregular no país; receber a documentação provisória assegurada pela legislação: Protocolo Provisório, CPF e Carteira de Trabalho; ter os mesmos direitos e a mesma assistência básica de qualquer outro estrangeiro que resida legalmente no país. Dentre outros estão: o acesso aos serviços de saúde pública e educação, direito ao trabalho e à liberdade de culto (ACNUR, 2012).

advindos de um país pobre e majoritariamente negro e condicionando sua permanência ao trabalho. Conforme expressa na Resolução:

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 2º – O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º – Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Na tentativa de dar respostas, o governo seguiu em acordo com o que despontava no cenário internacional, de regularizar os migrantes residentes no País, mas diante das leis existentes, essa solução não atendia aos sujeitos, sequer condições básicas. Outra tentativa de saída encontrada foi que o CNIg tentasse normatizar as questões que surgissem, produzindo assim um emaranhado normativo.

Entendido o cenário mundial, que colocava o Brasil como um dos lugares procurados para a mobilidade de pessoas, o governo assinou acordos internacionais, em 2004, que garantiam a proteção e os direitos dos migrantes, reverberando, assim, entre avanços e retrocessos no que concerne a política migratória brasileira (SPRANDEL, 2012).

Apesar de alguns debates terem sido efetivados entre avanços e retrocessos sobre a política migratória, apenas em 2017 foi sancionada uma nova lei de migração, a Lei Nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017). Esta representa um avanço referente à política, pois acaba com o Estatuto dos Estrangeiros, que objetivava a segurança nacional e açambarca os migrantes já residentes no País, os que querem vir, bem como os brasileiros que emigraram para outros países, na tentativa, principalmente, de assegurar os direitos desses sujeitos.

Dentre outros aspectos a nova lei avança no âmbito da garantia da universalidade, a indivisibilidade, o repúdio à xenofobia, o racismo, a promoção de

entrada regular e de regularização documental, a garantia do direito à reunião familiar, a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares, a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas, o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais e direitos sociais.

Na contramão desta amplitude, a atual lei de migração brasileira, embora reconheça a não prática criminalizatória da migração e sua agenda dos direitos humanos, apresenta muitos dispositivos de controle, a exemplo da concessão de vistos, critérios para a residência. Um outro exemplo refere-se à dificuldade de acesso à atenção básica de saúde, à educação formal dos migrantes, à burocratização do acesso à documentação para o exercício da cidadania, à escassez de políticas públicas de cultura e lazer, à inércia do poder público. A atual lei de migração brasileira, a exemplo 13.445/2017, embora reconheça a não prática criminalizatória da migração e sua agenda dos direitos humanos, apresenta muitos dispositivos de controle, a exemplo da concessão de vistos, critérios para a residência. Um outro exemplo refere-se à dificuldade de acesso à atenção básica de saúde, à educação formal dos migrantes, à burocratização do acesso à documentação para o exercício da cidadania, à escassez de políticas públicas de cultura e lazer, à inércia do poder público.

Cabe destacar que esta lei é fruto da luta dos e pelos direitos dos migrantes construída pelos diversos setores da sociedade desde a redemocratização brasileira realocou o lugar de Estrangeiro ao migrante. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha instituído este como sujeito de direito, observamos que com a Nova Lei da Migração em 2017 há uma maior efetivação dos princípios constitucionais que fundamentam a política migratória. Dentre outras conquistas, houve a transformação do conselho nacional de imigração CNIg em Conselho para os Refugiados em 2017 como órgão de decisão participativa. Retomando ao que diz a lei, no que concerne aos direitos, o artigo 4º da Lei, estabelece garantias aos migrantes, assegura: direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional; direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, dentre outros. Observa-se, a mudança das leis dos períodos distintos e que traz, com a dos últimos anos, avanços para a integração do migrante ao País.

Todavia, não podemos analisar a lei sem entender que ela está dentro de uma materialidade na realidade histórica que é o neoliberalismo. Enquanto conjunto de aparatos legais estrutura a ideologia estatal que vai ao encontro dos ditames promovidos pela estrutura produtiva e reprodutiva que preconizam o esvaziamento das lutas sociais e a redução do Estado com relação à responsabilidade perante as políticas sociais, jogando para a sociedade civil, em nome da solidariedade, o contorno das refrações da questão social. Nesse sentido, as “reformas” objetivam viabilizar novas condições econômicas e políticas que fortaleçam o poder hegemônico do capital. A contrarreforma do Estado brasileiro “representa uma escolha político-econômico, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos” (BEHRING, 2003, p. 198).

Destacamos que ao tempo em que a nova lei migratória entra em vigor, o cenário brasileiro é atravessado por uma crise econômica, social e política em que o conservadorismo passa a ser o cerne para sua saída, efetivamente com as eleições que elegem o atual presidente Jair Bolsonaro em 2018 desponha de um cenário que não está deslocado dos interesses capitalistas internacionais para a acumulação e recomposição das taxas de lucro. Enquanto projeto capitalista, o conservadorismo açambarca os diversos espaços do cotidiano apresentando seus traços embasados no moralismo, irracionalismo, autoritarismo, na defesa de valores e instituições tradicionais e que atrelados aos interesses de uma hegemonia burguesa dominante, tem derruído as lutas, os direitos e as conquistas da classe trabalhadora.

Denominada de “guinada regressiva”, a política migratória ganha novos contornos com o atual governo Bolsonaro (MENDES & MENEZES, 2019). Um ano e meio antes de sua eleição, a Nova Lei da migração aprovada em 2017, fruto das lutas pelos direitos das pessoas migrantes demarca um marco para a mobilidade ao instaurar que migrar é um direito fundamental, sobrepondo-se ao Estatuto do Estrangeiro de 1980 que estabelecia como parâmetro a segurança nacional vigente até os dias atuais.

Jair Bolsonaro (2019) retoma a lógica securitária ao ressaltar que a entrada e permanência de migrantes deve ter como base vigilância e controle além de ir em desencontro com a legislação presente. Cabe ressaltar que o discurso do atual presidente sob essa lógica vem de outros tempos. Em 2015 ele já afirmava que

migrantes e refugiados são a "escória do mundo"⁴⁷. Em 2018, o pré-candidato já defendia a revogação da legislação atual e abertura de campos de refugiados para os venezuelanos recém-chegados em Roraima⁴⁸.

O período de eleições do atual presidente coincide com alguns fatos na América Latina: crise na Venezuela e inserção massiva deste no Brasil por Roraima. Utilizados como discurso para atacar a esquerda brasileira, o candidato associou diretamente a crise da Venezuela à possível vitória do governo petista. Das candidaturas à presidência no período quatro apresentaram planos de governo ou material de campanha, dentre eles Haddad, Boulos, Vera Lúcia e Jair Bolsonaro. Enquanto os primeiros referem-se ao deslocamento e às ações para o conjunto de migrantes, o atual governo falava em libertar os cubanos do programa Mais Médicos e suas famílias. O discurso ainda colocava os migrantes como um mal a combater⁴⁹. (MENDES & MENEZES, 2019).

A base de sustentação do pré-candidato lança um documento que requer uma política migratória mais restritiva dos países que não alinhavam com os ideários brasileiros. Neste caso, a interpretação subjetiva deveria ser utilizada para impedir a entrada e permanência de pessoas advindas de países islâmicos, da Síria e Venezuela. Cabe lembrar que o candidato na época pelo partido de Bolsonaro ao governo de Roraima, Antônio Denarium, apresentou em seu plano de segurança pública a questão migratória sob o viés de controle de fronteira.

Na contramão dos direitos humanos, inclusive como premissa internacionalista, a proposta de segurança nacional é de fazer a defesa de um Estado soberano sob o viés de construção de política criteriosa.

No que concerne a política migratória, o primeiro ato de ir no sentido contrário ao que estava previsto na nova Lei ocorre no primeiro dia como presidente ao destituir o país do pacto Global pela Migração Segura, Ordenada e Regular⁵⁰. O pacto trata-se de um acordo com 164 países, construído em 2016 e aprovado em

⁴⁷ Jair Bolsonaro em 2015 no evento sobre Justiça Criminal em Goiânia

⁴⁸ Chegados em milhares pelo estado de Roraima, venezuelanos apresentam impasses sobre a política migratória do governo de Bolsonaro que, durante os anos, continuou com a operação Acolhida do Ministério da Defesa em conjunto com as agências das Nações Unidas.

⁴⁹ Em entrevista à Folha de São Paulo em 2018, o pré-candidato defendia a abertura de campos de refugiados para os venezuelanos ao situar que "os mais pobres estão vindo para o Brasil". Nós já temos problemas demais aqui".

⁵⁰ Por meio de nota no *twitter*, Ernesto Araújo, já havia anunciado a saída do país do Pacto Global, referindo-se à migração como um problema local e não mundial. Ao tratar dessa forma retira a perspectiva de compreensão da mobilidade como estrutura do capitalismo.

assembleia geral da ONU, que visa assegurar os deslocamentos de forma multilateral por meio de 23 metas, dentre elas o combate ao tráfico humano. Os autores avaliam que a saída do país do pacto atrasa a nossa experiência histórica. Após dois meses e meio, o atual governo formaliza um decreto que previa o visto unilateral para países que dispensam a entrada de migrantes dos EUA, Canadá, Japão e Austrália, desconsiderando o princípio de reciprocidade de brasileiros que querem migrar para esses países. Questionado sobre isso pela câmara dos deputados e pelo Senado, a resposta veio pelo filho, Flávio Bolsonaro, que reiterou que muitos brasileiros vivem no exterior de forma não documentada (MENDES & MENEZES, 2019; WERMUTH, 2020, SPRANDEL, 2018).

O governo Jair Bolsonaro passa então a cumprir uma agenda de contrarreformas submetidas ao capitalismo imperialista que combinam estratégias de reestruturação produtiva, reformas no mundo do trabalho e de caráter ideológico neoliberal que para aumentar a valorização tendem a aprofundar a dependência dos países periféricos, como o Brasil, na divisão internacional do trabalho.

Um outro aspecto de aversão ao migrante é o discurso oficial de segurança nos decretos 666/2019 sob o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro que versa sobre o migrante como “perigo”, podendo este ser impedido de entrar no país, ser repatriado e deportado. Sob o viés da deportação sumária, destacamos que há uma espécie de seleção do migrante premente no discurso de desejável e do indesejável. Este é aquele considerado como o suspeito, sob a lógica. Como já observado nos discursos anteriores do governo há um foco de países que não são desejáveis como “senegaleses, haitianos” (SPRANDEL, 2018).

Observemos que a visão de ameaça e perigo do atual governo não só retoma ao aspecto securitário anterior como reforça o discurso conservador, racista e xenófobo em âmbito mundial. Alinhado com o governo Trump e outros governos da direita, a política migratória passa a se desenvolver sob a lógica securitária, passa se desenhar a partir do trânsito e permanência dos sujeitos. A construção de muros e fronteiras como proteção retoma o lugar do “outro”. Cabe destacar que a portaria supracitada foi criticada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas por ser arbitrária, pelo termo usado de pessoa “perigosa” e pelo desrespeito a acordos internacionais.

Destacamos que o projeto do governo Bolsonaro se adequa às exigências capitalistas de acumulação capitalista, atendendo aos interesses dominantes

imperialistas. Cabe destacar que a função do Estado não é só restabelecer o viés econômico e político, mas atender a uma lógica e retórica dominante, que no viés neoliberal, agrega-se ao viés conservador. A manutenção do controle ideológico torna-se, assim, a espinha dorsal do governo Bolsonaro por meio de fake News, elementos conservadores usados por meio de preconceitos e xenofobia.

Consideramos que em termos de aparência, os deslocamentos das e dos haitianas e haitianos nos parecem um fenômeno atual diante do aumento expressivo destes no Brasil. Embora nos conforme uma 'normalidade' a sua presença, ela é marcada por traços que constituem a nossa formação sócio-histórica. Ademais, destacamos que a denominada migração haitiana não é recente. A mobilidade deste povo é fruto da violência histórica do pacto colonial que expropriaram as terras da população originária, cometeram genocídio destes povos e de forma violenta, transformaram o país no maior mercado de tráfico negreiro e que, atualmente tem aprofundado e renovado a exploração e as condições de vida e de trabalho, em nome o lucro capitalista, expulsando-os de seus lugares. Analisar a migração contemporânea haitiana no Brasil nos exige olharmos para trás, ou seja, descortinarmos e escancaramos a história deste país, mas também a nossa e entendermos em que momentos há pontos de encontros e desencontros na formação sócio-histórica destes países.

5 PAU FINCADO OU PAU RODADO?: o Haiti em Cuiabá.

Existe uma expressão em Cuiabá que as pessoas recebem quando vem de outros lugares e estabelecem residência fixa na cidade, que ‘pau fincado’. Eu, por exemplo, sou uma delas. Pau rodado são aquelas que passam um tempo na capital, mas não fincam raízes aqui. Àquelas que são cuiabanas ‘nascidas e criadas’ são denominadas de cuiabanas ‘tchapa e cruz⁵¹’. Essas adjetivações possibilitam lugares de pertencimento, identidade, cultura e acessos, mas, por outro lado, podem demarcar posições, hierarquias que resvalam em aspectos de preconceitos, xenofobia e racismo. Os símbolos, seus significados que constroem junto a economia e a política, o lugar

Nesta direção construímos este tópico considerando os dados analisados e que nos possibilita compreender as rotas, motivações, perfil, mercado de trabalho para as sujeitas da nossa pesquisa. A pergunta que é título deste tópico, por ora passa a ser respondida ou não, já que é difícil compreender os sujeitos em movimento e suas nuances.

5.1 O Centro da Pastoral Para Migrantes de Cuiabá.

Trazemos este tópico com o objetivo de apresentar o Centro Pastoral para Migrantes do município de Cuiabá, entendendo que este foi o lócus onde encontramos os dados fundamentais para realizar nossa pesquisa, como já demonstrado acima. Todavia, alertamos que algumas dificuldades para análise e construção deste tópico ocorreram diante do material escasso no trato com a história da instituição. Desta forma, realizamos aqui uma tentativa de construir a história

⁵¹ Segundo o historiador Suelme Fernandes em entrevista para o jornal “O BOM DA NOTÍCIA” em 2021, os termos ‘tchapa e cruz’ porque era onde nasciam as crianças. Na Santa Casa da Misericórdia tinha um berçário e as freiras colocavam uma chapa que tinha uma cruz para identificação das crianças nascidas em Cuiabá. Já na década de 80, com a chegada dos imigrantes, começaram a diferenciar as crianças nascidas fora da cidade, que eram chamadas de pau rodado. A expressão é devido ao fato dos caules que caem no rio Cuiabá. Eles vão girando e parando nas curvas dos rios. Já o pau fincado é a pessoa que chegou de outra cidade, mas que ficou e criou ‘raízes na cuiabania’. Ver em <https://www.obomdanoticia.com.br/cidades/revisar-em-homenagem-ao-aniversario-de-cuiaba-historiador-suelme-fernandes-explica-sobre-linguajar-cuiabano-e-questao-do-pertencimento/108609>. <Acessado em 08 de janeiro de 2022>.

deste lugar a partir dos elementos coletados em jornais e ofícios encontrados nas caixas.

O Centro Pastoral para Migrantes está localizado na Avenida Jurumirim, número 2785, no Bairro Carumbé, em Cuiabá. Fundado em 17 de agosto de 1980, a então denominada Fundação do Centro de Pastoral para Migrantes foi criada pela Arquidiocese de Cuiabá e pela Congregação dos Missionários de São Carlos. Trata-se de uma entidade filantrópica vinculada a Igreja Católica que objetiva realizar atendimento aos migrantes bem como garantir a efetivação dos Direitos Humanos.

A implementação do Centro contou como o apoio do Poder Público e surgiu como projeto da Congregação Escalabriniana. Tinha o objetivo de atender as demandas advindas dos deslocamentos ocorridos a partir de 1980, ou seja, acolher as famílias migrantes das regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil, que iam rumo à chamada Amazônia Legal. Tal história se explicita em ofício enviado em 2010 à antiga Central Elétrica de Mato Grosso (CEMAT):

A Igreja de Cuiabá, sensibilizada pelo drama deste grande contingente de famílias, que em muitos casos, de forma desordenada, deslocava-se para ocupação do estado do Mato grosso e toda região da chamada Amazônia legal; através da Congregação Escalabriniana, propôs-se a um atendimento e acompanhamento a estes migrantes. Em agosto de 1980, ocasião em que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lança a Campanha da Fraternidade com o tema da migração, os missionários Escalabrinianos, como gesto concreto, iniciam um trabalho de acolhida, orientação e encaminhamento junto a estes sonhadores de uma terra de liberdade, que lhes pudesse oferecer "leite e mel"; forma-se então uma parceria entre a Arquidiocese de Cuiabá com particular atenção e apoio de Dom Bonifácio, a Congregação dos Missionários Escalabrinianos, Secretaria de Assistência do município de Cuiabá e Secretaria de Assistência do Estado. (OFÍCIO CPM, 2010).

Observamos nos relatórios deste período que o perfil das pessoas que buscavam a Pastoral era (e ainda são) em sua maioria trabalhadores e famílias que buscavam emprego na cidade ou no interior do Estado (RELATÓRIO CPM, 2013).

Cabe destacar ainda o papel das organizações da sociedade civil à época, dentre eles as organizações não governamentais e as entidades filantrópicas como mecanismos de atuação na retaguarda dos movimentos populares e na luta pelo controle democrático, sobretudo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Populares. A participação primada pela sociedade civil buscava trazer uma nova relação entre estado e sociedade enquanto mecanismo de controle democrático das políticas em um contexto de mobilização e tentativa de ampliação da participação no planejamento e gestão das políticas sociais. (BRAVO; DAGNINO,

2002). Isto se realiza, por exemplo, no trato com a mobilidade incentivada por meio da campanha da fraternidade instituída na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1980 que tem como tema 'migração'.

Todavia não podemos deixar de sinalizar que este tempo histórico é seguido de contradições que impactam no trato das organizações da sociedade civil de cunho popular, sobremaneira a partir dos anos de 1990 e que se estende aos tempos atuais⁵². Assistimos no país avanços no que concerne a Carta Magna de 1988 ao tempo que os avanços neoliberais estão em curso no país e que atacam não somente a atuação e ampliação destas organizações no que se refere aos serviços e direitos sociais, mas que reconfiguram o papel dessas que passam a ter importância crucial para lidar com as expressões da questão social, sobretudo no âmbito de reprodução ideológica dominante.

O cenário de 1990 exige um conjunto de estratégias para sair da crise capitalista, dentre elas o Estado neoliberal passa a implementar um conjunto de contrarreformas que ganha seu contorno particular no Brasil e que carrega traços conservadores da formação brasileira. No plano estatal, as medidas de cunho neoliberal se espraiam na contrarreforma por meio da privatização dos serviços públicos, focalização de programas para os setores mais empobrecidos e redução dos orçamentos e investimentos nas políticas sociais.

O que há é a redução do papel estatal na intervenção com o que é público, ao tempo que amplia sua intervenção no mercado. A 'diminuição' da sua função no âmbito social passam a operar nas formas de gestão com modelos de padrões gerenciais da administração pública, na mercantilização dos serviços e na transferência de serviços públicos para os setores privados e que encontra terreno sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso (SOUZA FILHO & GURGEL, 2016).

A saída encontrada foi descentralizar, flexibilizar e modernizar o aparelho estatal. O ideário neoliberal impõe o trato com as políticas sociais pautadas na

⁵² A conjuntura que marca a reabertura democrática no na América Latina e no Brasil é apresentada Dagnino, Alvarez, Escobar (2000) através da análise de projetos políticos distintos, mas que se utilizam de discursos semelhantes. Um projeto alçado na democracia participativa e o outro projeto neoliberal. Os autores retratam que enfatizam o discurso participativo, mas a ideologia neoliberal se apropria de termos e ressignifica o conceito de sociedade civil e participação, enfatizando essencialmente a lógica do Terceiro Setor. Essa ressignificação do termo sociedade civil surge a partir dos organismos multilaterais na busca de abordar a importância da democracia e da governabilidade, denomina de "confluência perversa", que desmobiliza e despolariza os espaços participativos.

privatização, focalização e descentralização. Neste sentido, reconfigura-se o papel do Estado para com a prestação de serviços sociais e realoca sua função para o mercado ou para os setores públicos não estatais, denominado de 'terceiro setor'⁵³ (BEHRING,2003). Este abrange entidades sociais, organizações não governamentais, inclusive as entidades filantrópicas e assistenciais, investindo em um ideário de sociedade civil 'solidário', do 'bem comum', esvaziado de conflitos de classe e de projetos societários existentes.

O que há é uma desresponsabilização do Estado no trato com as expressões da questão social, responsabilizando a 'sociedade civil' para tal. O papel estatal passa a ser de agente estimulador do capital e a sociedade civil aparece destituída de críticas e dos antagonismos, sendo assim utilizada para conformar o cenário vivenciado. Com o agravamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, o voluntariado, empreendedorismo e responsabilidade social aparecem como a 'salvação' para problemáticas pontuais da sociedade, mas sobretudo, como tentativa de nublar as contradições existentes.

Assistimos assim, ao retorno de práticas tradicionais como a refilantropização, a moralização dos problemas, ao assistencialismo, práticas fragmentadas e pontuais e focalização dos atendimentos, despolitizando a questão social. Os projetos são movidos pelo interesse privado em detrimento do público e como o atendimento refere-se a grupos específicos, pautam-se em critérios de elegibilidade e seletividade. Ademais, com a redução do Estado, diminui-se as despesas e investimentos em políticas sociais, o que gera sucateamento nos serviços, precarização do trabalho e do atendimento.

Entendemos a importância do CPM no atual contexto como um espaço de atendimento, acolhimento e luta para ampliar os direitos da população migrante, mas não podemos desconsiderar o contexto histórico e os elementos contraditórios das entidades filantrópicas que culminam em práticas que individualizam e moralizam as expressões da questão social e que culpabilizam os sujeitos pela sua condição de vida, moralização esta que não pode ser dissociada do seu conteúdo político, cultural e ideológico. Encontramos em um dos ofícios enviados que o Centro tem

⁵³ O terceiro setor aparece como uma estratégia para nebulizar do que seria a sociedade civil na concepção gramsciana. Esta atua na contrarreforma do Estado como oposição e esfera autônoma do Estado. Pede-se a aceção gramsciana de sociedade civil enquanto âmbito de disputa hegemônica da luta de classes pelo consenso para transformar em um aglomerado de indivíduos que neutralizam os projetos antagônicos em nome da solidariedade e voluntariado.

como uma de suas finalidades: “caracterizar a missão própria no mundo da mobilidade humana através do serviço evangélico e missionário aos migrantes em Cuiabá” (OFÍCIO ENVIADO CPM, 2014).

Consideramos que este aparato teórico é importante para compreender como os aspectos históricos supracitados impactam no trato com a política migratória que tem colocado desde os primórdios o trato desta expressão para as entidades filantrópicas, sobretudo as pastorais e que nos tempos atuais, temos vivenciado o aprofundamento dos desmontes das políticas sociais.

5.1.1. Objetivos e ações do Centro

No que concerne aos objetivos, finalidades e ações institucionais, o Centro inicia suas atividades no intuito de realizar a acolhida e a orientação dos migrantes, e fornecer à sociedade informações sobre o ‘fenômeno migratório’, bem como atuar no combate ao Trabalho Escravo e no auxílio aos trabalhadores resgatados em situações degradantes no Estado de Mato Grosso. Observamos que as ações vão sendo ampliadas no decorrer dos anos posteriores, diante da mudança de perfil de atendimento (ver ponto 3.2.2) e da conjuntura que impacta na remodelação das ações da Casa.

Destacam-se que as atividades desempenhadas pela Pastoral desde a sua instauração, são:

O Centro de Pastoral para Migrantes além de dar atendimento aos migrantes na sede, preocupa-se com a realidade da Mobilidade Humana existente em Cuiabá e região, agindo como centro propulsor na defesa e garantia dos direitos e valores do migrante, no resgate da cultura e costumes e no fortalecimento da cidadania (RELATÓRIO CPM, 2014).

Um outro ponto é o auxílio da casa no que concerne a regularização dos migrantes no país por meio de informação e contatos com a Polícia Federal, órgão que regulariza a entrada e saída no País. Observamos durante os 40 dias em que realizamos os levantamentos de dados que houve uma intensa procura de migrantes para regularizar os documentos, dentre eles haitianos, mas sobretudo venezuelanos. O fluxo realiza-se por meio de um pré-cadastro feito na Pastoral que identifica as ausências ou não de informações e logo após é enviado para a Polícia Federal. A regulamentação dos documentos é o que possibilita o acesso destes à direitos

básicos, cidadania, trabalho regulamentar e que diminuam as possibilidades de exploração e trabalho escravo.

Além disso, o Centro busca oferecer alimentação, roupas, descanso e encaminhamento para o trabalho no período em que o migrante está na casa. É salutar dizer que para a permanência na casa, devem pactuar de regras coletivas, tais como limpeza do espaço familiar e coletivo, ajuda na cozinha, horários de entrada e saída dos quartos. Observamos que estes acordos são mediados pela divisão sexual do trabalho, visto que são em sua maioria as mulheres que realizam estas atividades. Ademais, constam em diversos planos, que a saída destes da instituição deu-se com as doações de mantimentos e de materiais (colchões, armários e fogões), o que possibilitou uma reorganização inicial da vida em Cuiabá.

Outras ações são desenvolvidas no âmbito de articulação com a rede de atendimentos, dentre elas, sabemos que a Pastoral “acolhe as demandas advindas da Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá, Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, terminal Rodoviário, caminhoneiros e outros” (OFÍCIO ENVIADO, 2014). A necessidade de articulação com outras esferas, foi explicitada em ofício encaminhado e ressalta a necessidade de articular uma rede de atendimentos no trato com o aumento das desigualdades.

O perfil dos migrantes atendidos atualmente no Centro de Pastoral para Migrantes, é de pessoas que vivem sob a instabilidade, são pessoas que não possuem qualificação do ponto de vista profissional, andam sozinhas e normalmente não são alfabetizadas. Dentro desta caracterização podemos citar os migrantes itinerantes, um bom número dos temporários como catadores de raiz e sementes, canavieiros, tarefeiros, trabalhadores de empreitada, carvoeiros e outros. É claro, não podemos esquecer os migrantes, que em grande número hoje, rompem fronteiras e se deslocam para outros países para buscar fora o que lhes é negado aqui em sua própria pátria.

Resgatar o senso de cidadania e co-responsabilidade, estimulando o migrante a tornar-se agente de sua própria história, bem como sensibilizar a sociedade em relação ao fenômeno das migrações; buscamos parcerias com instituições, movimentos sociais e ações desta instituição. (OFÍCIO CPM, 2010)

O Centro busca promover debates e sensibilizar a população quanto à temática da mobilidade. Ademais, realiza cursos, oficinas e palestras para os migrantes. Destaco que durante a permanência na instituição questionei quais os esforços realizados nesta direção para a população em mobilidade, sobretudo as mulheres, já que havia encontrado em uma das caixas fotos da realização de um curso de português para haitianos. Foi relatado que houve cursos de geração de

renda para haitianas. A proposta foi incentivá-las na fabricação de biscoitos “cueca virada”, típico cuiabano, mas que contivessem elementos da culinária haitiana, como o amendoim, embora não tenha sido uma ação bem sucedida pelas baixas vendas e pela adesão das mesmas. Uma outra ação que tem sido ampliada é a Padaria que atualmente está instaurada na sede Pastoral e é conduzida por migrantes, majoritariamente, venezuelanas e venezuelanos. Ademais, há tentativas de articulação permanente com os Institutos Federais e Universidades para ofertas de cursos de língua portuguesa, pois permite o contato com a língua do país bem como a possibilidade da busca de trabalho e integração comunitária.

Todavia, as dificuldades apresentadas para executar as ações esbarram-se no acompanhamento dos migrantes que possuem residência na capital, sobretudo porque a rede que deve ser constituída pelas políticas sociais possui limites quanto ao entendimento do ‘fenômeno migratório’ atual e as particularidades de cada lugar, capacitação, investimentos e equipamentos que abordem de forma transversal e integral essa população. Em uma reportagem do jornal Diário de Cuiabá de 2015, o padre que era presidente do Centro relata as dificuldades da Pastoral em conduzir ações. Para ele ‘o CPM ainda é inexperiente no atendimento a estrangeiros’.

Acrescem-se a isto os preconceitos e xenofobias cotidianas. Este conjunto de elementos, junto a outros que não conseguiremos qualificar aqui,

faz com que os migrantes locais considerem o CPM como referência para suas necessidades diversas, sejam nas áreas da saúde, da assistência social, do trabalho, da moradia e outras, além das especificidades no que tange ao perfil do público: homens, mulheres, crianças e adolescentes, LGBTQ+, trabalhadores e trabalhadoras, e pessoas doentes e em situação de vulnerabilidade social. (PISTÓRIO; VITALIANO, 2019, p. 58)

Ademais, enquanto entidade filantrópica há ainda uma limitação orçamentária, em termos de recursos humanos e materiais que impacta sobre a prestação de serviço.

5.1.2 De deslocados internos aos migrantes internacionais: a mudança do perfil dos atendimentos da Casa.

Observamos durante as análises dos documentos encontrados nas caixas e nos dados que há uma mudança no perfil de atendimento do Centro, numericamente e em relação a nacionalidade.

Nos anos de 1980 a necessidade por parte do Estado brasileiro de ocupação do territorial é instituído pela industrialização e êxodo rural, o que deslocou pessoas internamente no país, segundo as análises de Pistório e Vitaliano (2019). Os migrantes que chegavam a Cuiabá e que buscavam a pastoral até meados de 2010 eram deslocados internos que passavam ou se fixavam na cidade na busca de trabalho. Em um dos relatórios analisados, temos que o perfil de atendimento na Pastoral até meados de 2014 foi

Hoje (2014), se tivéssemos que traçar um perfil de uma parcela significativa dos migrantes, que buscam apoio e acolhida nesta casa, podemos afirmar que se constituem de pessoas que vivem sob o signo da instabilidade, migrantes marcados pela falta de perspectivas, não acalentam grandes sonhos a exemplo daqueles que por esta casa passaram num passado recente, são pessoas sem qualificação do ponto de vista profissional, andam sozinhas e normalmente não são alfabetizadas. Dentro desta caracterização podemos incluir os migrantes itinerantes, os mendigos, um bom número dos temporários como catadores de raiz e sementes, canavieiros, tarefeiros, trabalhadores de empreita e outros.

Ainda sobre o perfil de migrantes na Casa no intervalo de anos de 1980 até 2013, mais precisamente, o Relatório datado do ano de 2014 apresenta que o perfil era de pessoas advindas do interior de Mato Grosso e de outros lugares na busca de trabalho. Segundo consta no documento,

A população do interior do Estado, dada à falta de uma política agrária justa, de geração de emprego, de saúde e educação de qualidade, entre outras, continua migrando para as médias e pequenas cidades, em busca de melhores condições de vida. (RELATÓRIO CPM, 2014)

Em outro ofício consta que

As pessoas que procuram a casa são, em sua maioria, trabalhadores ou famílias de trabalhadores que buscam empregos aqui ou no interior, em fazendas. Normalmente não tem qualificação profissional (...). Atendemos ainda trabalhadores egressos de situações de trabalho escravo e Degradante encaminhados pelos órgãos competentes. (OFFÍCIO CONVITE, 2010)

Em ofício enviado à Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano no ano de 2010, a Pastoral relata que foram atendidas em torno de 200 mil pessoas desde a sua criação, totalizando em média de 40 a 50 pessoas por mês.

No quadro 1 as autoras supracitadas fazem um levantamento de dados a partir do quantitativo de atendimentos realizados no Centro Pastoral para Migrantes em Cuiabá.

TABELA 2 - ATENDIMENTOS REALIZADOS DE 1980 A 2018.

ANO	Nº MIGRANTES ATENDIDOS
1980-2002	199.979
2003	1.000
2004	994
2005	1.026
2006	591
2007	404
2008	404
2009	462
2010	385
2011	486
2012	488
2013	1.635
2014	874
2015	944
2016	520
2017	543
2018	1.046
Total	211.781

Fonte: (Pistório; Vitaliano, 2019) Dados internos, Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá-MT.

Em análise sobre o Plano de Atendimento do ano de 2011, observamos a mudança no perfil de atendimentos, tanto no aspecto quantitativo quanto de nacionalidade e isso vai ser apresentado nos anos seguintes. Na referida tabela há a entrada de migrantes internacionais, dentre eles, os migrantes haitianos, colombianos e outros.

TABELA 03 – MIGRANTES INTERNACIONAIS/ PIA ANO 2011/ PASTORAL DA MIGRAÇÃO

IDADE	SEXO	ESTAD CIVIL	FILHOS	NÍVEL ESCOL	PROFISSÃO	PROCEDÊNCIA
44	M	S	1	20 GRAU CO	MOTORISTA	COLOMBIA
17	M	S	0	DIREITO - INC	SINF	PERU
27	F	SINF	SINF	5 ANO	ARTESÃO	EL SALVADOR
69	M	SINF	SINF	20 GRAU CO	APOSENTADO	ARGENTINA
27	M	S	0	5 ANO	ARTESÃO	EL SALVADOR
38	M	S	0	30 GRAU	ADV, PROF	CONGO
23	M	S	0	SUP ENGINDUST	ASSISTENTE LOJA	PERU
-	M	S	0	20 GRAU CO	MEDICO	BOLIVIA
30	F	S	SINF	SUP	MEDICA	BOLIVIA

FONTE: elaborada pela Autora. Plano Individual de Atendimentos/ 2011

De acordo com a Tabela 01 os primeiros migrantes vieram de países da América Latina, que pode ser justificado com a crise econômica de 2008, remodelando os fluxos migratórios para a direção sul-sul, já explicitado no capítulo anterior.

Observamos que o perfil de inserção de migrantes neste primeiro momento era composto majoritariamente de homens, com intervalo etário de 17 a 69 anos. Observa-se ainda a diversidade de profissões bem como o grau de escolaridade situado no intervalo entre ensino médio e ensino superior. Embora em menor quantidade, consideramos presente a entrada de mulheres neste primeiro momento do fluxo migratório.

Retomando a tabela 1, podemos constatar que existem dois anos de maior fluxo quantitativo na casa, sendo eles os anos de 2013 e 2018. Nestes, ocorreram fluxos intensos de populações advindas da América do Sul e do Caribe para o país, que foram se dissipando pelos estados. No primeiro ano (2013), esse movimento foi caracterizado pela entrada de haitianos e no segundo (2018), de venezuelanos. No jornal DIÁRIO DE CUIABÁ de 2014, “o padre coordenador da pastoral explica que os haitianos estão em fase de acomodação”. Neste mesmo jornal traz que “a casa do migrante funciona há mais de 30 anos pela igreja católica e tem capacidade de 57 pessoas. Há pouco mais de dois anos quando começaram a desembarcar os primeiros haitianos a casa vem funcionando com lotação máxima”.

Ambos os processos migratórios (Haiti e Venezuela) ocorreram por motivações ‘semelhantes’, e aqui não se trata de compará-los, visto que tempos históricos distintos devem ser analisados pela ótica das suas particularidades. Consideramos que aspectos como o empobrecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras, o encarecimento da vida e as más condições econômicas desses países, compõem as sínteses dessas motivações. Todavia, no Haiti, acrescentamos além dos aspectos já citados, o terremoto que assolou o país em 2010. Ademais, no Brasil, as grandes obras preparatórias de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, estavam gerando muitos empregos. Acrescenta-se aqui, a política governamental adotada neste momento de receber estes migrantes não como refugiados, mas com visto humanitário. Diferentemente, pessoas vindas

da Venezuela chegaram diante de uma crise econômica e política e foram recebidas pelo estado brasileiro com o status de refugiado.

De acordo com Pistório e Vitaliano (2019) no ano de 2018, dos 1.046 migrantes atendidos pela Casa, 60% destes eram venezuelanos, 33% de haitianos, 4% cubanos e 3% de outros países como Colômbia, África, mas principalmente da América do Sul. Ainda segundo as autoras,

a instituição tem recebido de maneira sistemática, desde abril de 2018, venezuelanos encaminhados pelo governo federal do Brasil e pela ONU, por meio do Programa Nacional de Interiorização, sendo que em 2018 foram cinco grupos de interiorização recebidos, que somaram mais de 150 pessoas, sem contar a demanda que busca a instituição de forma espontânea. (PISTÓRIO E VITALIANO, 2019, p. 57)

Compreendemos ainda que, a relação entre sonho e mudança de vida expressa no texto e que tem na migração uma de suas alternativas, não pode ser considerada deslocada da realidade em que vivemos, pois o que há é um agravamento da condição de vida e trabalho da população, fazendo com que muitas pessoas se desloquem de seus espaços de origem em busca de melhores condições.

Diante do exposto, concluímos que houve uma mudança no perfil de atendimento da Pastoral a partir de 2011, com a chegada dos migrantes internacionais e que teve sua inauguração com alta demanda haitiana. A ocupação do espaço pelas diversas linguagens, cultura e necessidades socioeconômicas vai exigir, de certo modo, uma mudança nas ações da Casa bem como vai atrelá-la ao local principal de acolhimento aos deslocados na capital mato-grossense, o que nos permite inferir que, a chegada destes requer uma transformação não apenas no perfil, mas na cidade e nas políticas migratórias e para tal, devemos considerar quem são os sujeitos em mobilidade. No caso deste estudo, as haitianas e os haitianos.

5.2 Traçando rotas: a chegada em Cuiabá

Durante a escrita do projeto de tese uma questão aparecia, para mim, recorrente: o que as trouxeram até Cuiabá? Quais os motivos? Estas perguntas rodavam na minha cabeça, pois era difícil compreender as rotas feitas por pessoas que entram pela fronteira do norte do país e desembarcavam na região Centro

Oeste, sobretudo, em uma capital que não faz fronteira com outros estados. Cabe destacar que há uma cidade próxima a fronteira, Cáceres, que faz limite com a Bolívia, mas que esta não era parte da rota dos haitianos.

As primeiras hipóteses estabelecidas era que muitos chegavam a partir de uma rede migratória que 'indicavam' os melhores caminhos para o mercado de trabalho e que, se não estivesse atenta e atentos, isso desembocaria na possibilidade de inserção de trabalho escravo. Este último era um dos 'receios' de ser um achado da pesquisa e talvez o caminho para encontrar as haitianas. Veremos que há dados sobre este elemento.

Como começar? Por onde começar? Partimos do entendimento que o melhor caminho para compreender o que levaria a nossa tese, era entender a chegada dos haitianos em Cuiabá. A partir disso, as motivações, a realidade destes e o mercado de trabalho. Reiteramos que nossa pesquisa é sobre mercado de trabalho, todavia, ao analisar os dados, não teria como chegar a este aspecto da realidade sem entender as outras mediações. Ao nosso ver, seria fragmentar o movimento do real e não o particularizar.

Nesta direção, encontramos nas reportagens de jornais bem como nos pontos "Procedência", "Motivações" e "Observações" do Plano de Atendimento, os caminhos que nos levariam onde planejamos. Embora tenhamos visto em capítulos anteriores que a inserção dos haitianos no país ocorreu desde 2011, os primeiros registros que encontramos na pesquisa que realizamos da entrada destes em Cuiabá aconteceram em 2013.

No que concerne a rotas das e dos haitianos e haitianos até Cuiabá, os dados demonstram momentos distintos de fluxos e que apresentamos dividido em dois períodos de para melhor entendimento. Um que se dá no período de 2013 a 2015, ou seja, de chegada e outro de 2016 a 2019 que se caracteriza pela saída para outros estados, ou pela adaptação e pelo retorno a capital de Mato Grosso.

Neste **primeiro momento**, observamos que a procedência destes até Cuiabá ocorria pela saída dos estados do norte do país, majoritariamente das cidades de Rio Branco e Nova Brasília⁵⁴. Encontramos estas rotas relatadas em PIAS de mulheres haitianas. De acordo com o documento:

⁵⁴ De acordo com as pesquisas realizadas sobre haitianos no Brasil, estas duas cidades receberam o maior contingente de migrantes advindos do Haiti.

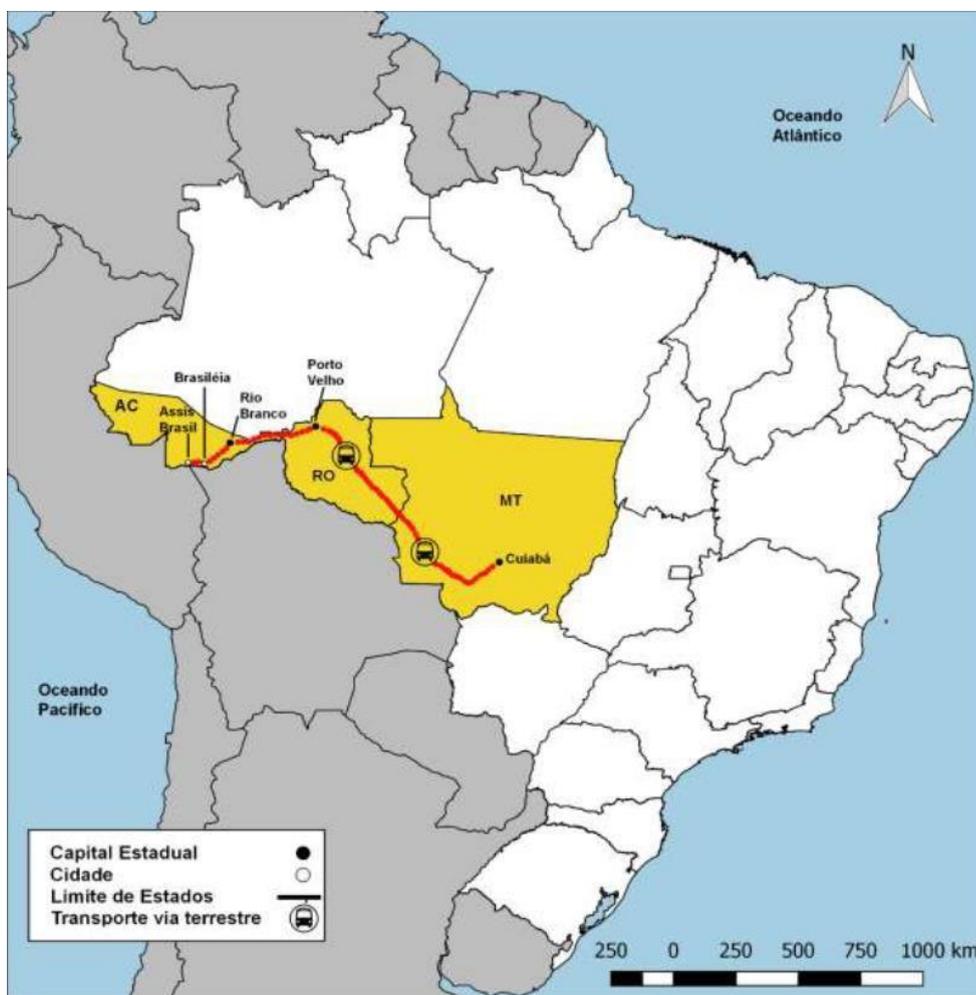
Antes de vir passou 01 ano no Equador, entrou pelo Brasil pelo Acre na cidade de Nova Brasileia. Informou que assim que chegou no Acre ficou sabendo que em Cuiabá havia muito emprego” (PIA, 2014).
Entrou no Brasil pelo estado do Acre, ficou 2 meses em Nova Brasileia onde ficou sabendo que em Cuiabá havia muito emprego” (PIA, 2013).

Observamos que a rota traçada por estes foi estabelecida de acordo com a perspectiva laboral diante das obras da Copa do Mundo e da propaganda do estado. No caso de Cuiabá, por ser uma das sedes do evento mundial, exigia-se da cidade e do poder Público uma reestruturação para poder sediar o evento, o que se tornou um atrativo para os migrantes. Ademais, as ofertas de trabalho de empresas privadas de prestação de serviços e de construção para as obras ou outros serviços das cidades de Cuiabá e Rondônia chegavam ao Acre por meio dos representantes destas empresas na busca de mão de obra, o que segundo Batista (2019), o que possibilitou a chegada de haitianos para a capital de Mato Grosso.

A rota do Acre ao Mato Grosso, figura 01 reproduzida da dissertação de Batista (2019) foi enfatizada pela propaganda que eles vão receber um salário inicial de 2 a 3 mil reais, o que nem é perto da realidade, conforme relata nos jornais do tempo. (A GAZETA, 2015). Ainda sobre isto, encontramos no jornal Circuito de Mato Grosso de 2015 enquanto meio de propagação que vai dizer que ‘A copa é a principal forma de mão de obra para os haitianos.’

Todavia, não foi isto que eles encontraram aqui, pois os custos de vida eram elevados e não havia estrutura para acolher tampouco empregos para todos. Ainda sobre a ‘propaganda enganosa’ no jornal ‘A Gazeta’ de dezembro de 2015, tem-se que “foi vendido que Cuiabá havia um boom de construção civil e o estado não estava preparado. Faltavam muitos empregos para as pessoas aqui.

FIGURA 1 – ROTA MIGRATÓRIA ENTRE OS ESTADOS DO ACRE E MATO GROSSO.



Fonte: BATISTA (2019)

Como já apresentado na Tabela 01 do tópico anterior, concluímos que no ano de 2011 não existia alguém desta nacionalidade. Nos dados que compilamos da Pastoral, Tabela 4⁵⁵, teremos que estes só aparecem em 2013, totalizando 739 migrantes haitianos e que este número reduz quase pela metade no ano seguinte, seguindo em declínio até o último ano que analisamos quando em 2019 apenas 19 migrantes haitianos são atendidos pela Pastoral. Encontramos na análise de um dos jornais da cidade, um trecho que aborda a diminuição de atendimentos da Pastoral que retrata que ‘após três anos da chegada de haitianos, ainda tentam se adaptar. (...) o ritmo diminuiu nos últimos três meses, despencando de uma média de 50 para

⁵⁵ A realização desta tabela foi dada a partir dos elementos encontrados nas caixas. Separamos a quantidade de haitianos dos outros migrantes e depois separamos a quantidade de homens e de mulheres advindos do Haiti.

10 por semana, segundo dados da coordenadora da Casa do Migrante” (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2015).

TABELA 4 - TOTAL DE HAITIANOS NO CPM

Total de Haitianos acolhidos na CPM							
Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	739	390	326	95	83	79	18

FONTE: elaborada pela Autora.

Ainda sobre a chegada dos haitianos, de acordo com o Observatório de Migração – OBMIGRA (2015), viviam em 2011 em Cuiabá, 577 migrantes. Em 2012, 892 com um aumento para 1.573 em 2013, o que demonstra um crescimento de 76,3% em relação a 2012. No que concerne aos haitianos, o observatório apresenta que estes chegam à capital mato-grossense em 2012 com o total de 07 pessoas; e em 2013, totalizam 350 migrantes.

Ao traçarmos um paralelo entre os dados ofertados pelo Obmigra e os que contabilizamos em nossa pesquisa, observamos que há uma discrepância percentual de mais de 50% do total de deslocados advindo do Haiti, o que ao nosso ver, pode ser explicitado 1) diante das falhas nos fluxos de atendimentos que ainda estavam se configurando à época, ou seja, cabia à Pastoral o acolhimento destes; 2) o CPM ter recebido migrantes irregulares, o que explica, de certo modo, o primeiro ponto; 3) os dados apresentados pelo Centro abarcarem aqueles que não ficaram apenas em Cuiabá, mas que se espalharam pelo estado e foram contabilizados.

Uma outra inconsistência de dados se apresenta quando olhamos o intervalo dos anos de 2013 a 2015. De acordo com os dados da Tabela 02 há uma diminuição de migrantes. Todavia, no jornal Folha do ano de 2015, encontramos uma reportagem intitulada “Número de haitianos dispara e chega em 5 mil”. Neste mesmo jornal, encontramos que “A SETAS afirma que a migração de haitianos cresceu 150% nos últimos dois anos” e este crescimento é confirmado pela Pastoral no mesmo impresso que diz que há dois anos o número girava em torno de 2000 haitianos’. Ainda sobre os dados, a Polícia Federal aponta que Mato Grosso tinha 8.919 migrantes.

Diante do exposto, sinalizamos que o elevado número se refere ao estado, visto que cidades como Sinop, Várzea Grande, Alta Floresta recebem estes migrantes. Informamos ainda que a inconsistência pode ser dada diante dos dados coletados para esta pesquisa que se limitaram aos Planos de Atendimento.

Acreditamos que podem existir outros documentos que incorporem mais informações sobre os haitianos e que, talvez, não conseguimos acessar na Pastoral. De acordo com autores que estudam migração, há uma dificuldade metodológica de dar conta da totalidade que aborda sujeitos em movimentos. Todavia, reiteramos a importância da análise dos dados, pois são eles que nos possibilitam compreender determinadas particularidades.

Retornando a Tabela 4, observamos que o declínio de atendimentos dos anos de 2013 a 2019 dão-se por alguns fatores que se apresentam nas análises dos estudos sobre migração haitiana. Dentre eles estão: que o momento da chegada dos haitianos em Cuiabá é marcado por uma presença considerável destes diante das ofertas de empregos criadas com as obras para a Copa do Mundo e que a redução nos anos seguintes se dá por uma redução na oferta de trabalho, sobretudo nos setores de serviços. Além disso, consideramos que a possível efetivação e construção de redes na cidade fez com que muitos migrantes não necessariamente busquem a Pastoral como ponto de apoio, o que reduz o número de atendimentos (BATISTA, 2019).

O declínio no número de atendimentos pode ser entendido ainda diante do entendimento das políticas migratórias da cidade e das redes de atendimento aos migrantes, diminuindo os papéis executados pelo Centro, que se centra nos últimos anos, sobretudo, com o objetivo de regularizar a situação destes no país. Ademais, colocamos como hipótese que, a redução numérica, a partir de 2018, pode ter sido dada pelo não registro de haitianos na Instituição, já que o momento exigia uma maior atenção no acolhimento de venezuelanos. Esta não pode se confirmar, pois ao questionar aos profissionais, em um dos diálogos informais, sobre este declínio de atendimentos, estes informaram que muitos haitianos migraram para outros lugares, o que reduziu a necessidade destes na Pastoral. Todavia, observamos que os Planos preenchidos de 2018 e 2019 quase não tinham muitas informações, o que diferenciava dos PIAs referentes aos venezuelanos.

Ainda em relação a chegada dos haitianos e a motivação para Cuiabá, no período denominado de 'primeiro momento' (2013-2015), os dados que obtivemos em outros PAIS enfatizam a importância das obras da Copa para a chegada dos deslocados do Haiti à Cuiabá. A imagem da cidade como local de "muito emprego" apresenta-se de forma nos relatos abaixo:

Veio para Cuiabá porque ficou sabendo que aqui havia muito emprego devido a copa do mundo. Segundo o mesmo necessita ficar nesta instituição, pois não tem condições financeiras para pagar hotel ou aluguel e nem mesmo morar com parente ou amigos.” (PIA, 2014).

o jovem em questão falou que veio para o Brasil em busca de maiores oportunidades, pois em seus país há poucas oportunidades de crescer profissionalmente. Conseguiu comprar passagem com ajuda de familiares com a promessa de que quando conseguisse um trabalho devolveria o dinheiro emprestado. Relatou também que tem um filho de 3 anos que precisa de sua ajuda. Veio para Cuiabá pois ficou sabendo que havia muito emprego devido a copa do mundo. Necessita ficar na pastoral pois não tem dinheiro para pagar aluguel ou hotel” (PIA, 2014).

Todavia, podemos destacar que Cuiabá, de acordo com os Planos analisados, não eram o destino final para muitos que adentravam na cidade. De acordo com os dados obtidos, Santa Catarina e São Paulo apareciam como ponto final, o que pode ser justificado pelos primeiros deslocamentos já existentes desta população migrante no país, bem como pela imagem do sul do país como maior possibilidade. (ALBUQUERQUE JUNIOR,).

Em outro ponto do PIA denominado de ‘ENCAMINHADO POR’ conseguimos compreender uma ‘rota interna’ de como eles chegaram à instituição. A maioria dos dados encontrados nos anos de 2013 a 2015 tratam que estes chegam pelo Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá e que são levados ao CPM por táxis. Entendemos que os novos fluxos migratórios na cidade instauram uma espécie de rede de atendimento.

Sobre os relatos dos PIAS, podemos reiterar a importância da Pastoral como espaço de acolhimento na cidade para os migrantes recém-chegados, sobretudo diante da ausência de uma rede de familiares e amigos ainda não constituída na cidade, bem como a ausência de recursos financeiros e materiais em que estes chegam aqui e que os impossibilitam de pagar aluguel ou estadia em outro lugar (BATISTA, 2019; GUIMARAES, 2017).

De acordo com os relatórios encontrados na instituição e em reportagens de jornais, a estadia destes na Pastoral estava condicionada a conseguir um emprego na cidade ou em outros locais. Nos dados encontrados, obtivemos que neste primeiro momento, eles chegavam a ficar em torno de 45 dias. Na instituição, eram ofertadas alimentação e vestimentas e quando saíam, alguns recebiam com recursos básicos de doações, como colchão, fogão.

Cabe destacar a dificuldade, neste momento, de readequação institucional para atendimento aos migrantes. Encontramos esta afirmação no jornal ‘A Gazeta’

de 2015. 'Conforme a coordenadora do Centro de Direitos Humanos não estamos conseguindo atender nem os haitianos que temos hoje, imagine os que vierem mais'.

O **segundo momento** (grifo nosso) que entendemos situar os anos de 2016 a 2019, ocorre concomitante a um outro movimento, que caracteriza a saída de muitos de Cuiabá, mas também um retorno. Quanto à saída da cidade cuiabana ela se dá por motivos de aumento do desemprego depois de finalizados os eventos das obras da Copa, deslocando-se para o Haiti ou para outras cidades e países. Em reportagem encontrada no Diário de Cuiabá de 2016 com o título 'Au revoir, Cuiabá' há uma explicitação do que evidenciamos quanto à mobilidade neste período. De acordo com o jornal,

os mais de 2000 migrantes haitianos que migraram para Cuiabá não veem mais a oportunidade de reconstruir a vida. a maior delas estaria na falta de trabalho. sem emprego, o sustento estaria ficando cada vez mais difícil. Aqueles que há quase seis anos fizeram o trajeto para vir para Cuiabá estão fazendo as malas e indo para outros países e muitas vezes voltando para casa (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2016).

O jornal Circuito Mato Grosso do mês de outubro de 2015 trata do deslocamento para outros lugares após a Copa. Segundo o impresso, "após os festejos da Copa parte dos imigrantes encontram-se desempregados e sem assistência do governo". A situação se aprofunda porque muitos não conseguem o visto de permanência de imediato, o que dificulta para conseguir empregos em outros lugares.

O jornal ainda retrata que 'cerca de 5000 haitianos deixaram o Mato Grosso. Deste número, 80% são homens". Observamos que se confere ao migrante homem a imagem de que tem mais facilidade para deslocar-se. Todavia, diante da crise que acometeu o Brasil, a alternativa encontrada, para muitos, foi retornar à Cuiabá, pois muitos aqui tinham uma rede de amigos e familiares que tinha ficado. Além destes fatores, temos os que retratam que "aqui é mais rápido para retirar os documentos e ficar legalizado no país" (PIA, 2017).

Podemos ainda afirmar que a mesma motivação da saída de Cuiabá, torna-se uma das causas para o retorno a cidade já que não há necessidade por parte dos empregadores da mão de obra de migrantes os fazem retornar para onde estão as redes familiares e de amigos (BATISTA, 2019). Aqui destacamos que esta 'nova fase de adaptação, inclui nascimento dos filhos e integração ao mercado de trabalho" (A GAZETA, 2015), ou seja, há o estabelecimento na cidade de 'um pau

rodado', já que minimamente estruturado, ele permanecerá na cidade cuiabana. Destes casos que apontamos acima, a chegada desta população tem como procedência, em sua maioria, o Haiti, o Chile e São Paulo.

Assim o que consideramos que existiram duas rotas que se diferenciam completamente dos primeiros haitianos que chegam em Cuiabá. A primeira que vem majoritariamente das cidades de Nova Brasília e de Rio Branco, por motivações de trabalho. E a segunda que, após estabelecidas as redes e diante da crise aprofundada no cenário mundial que gera uma massa de desempregados, a alternativa seria voltar a Cuiabá. Em ambas, concluímos que a necessidade por empregos é o elemento propulsor dessas rotas.

5.2.1 Saída da Pastoral para o 'gueto'

Com uma população de duas mil pessoas e faixa etária de 25 a 40 anos, os haitianos começam a criar guetos em Cuiabá (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014).

A criação e as ocupações dos lugares compreendem a forma como estes se organizam diante das relações sociais de produção e de reprodução, portanto mutável e dinâmica. No capitalismo a produção do espaço tende a ser pensada de acordo com suas necessidades, engendrada por segregações (LIMA; COSTA, 2010). No momento em que evidenciamos a pesquisa, a cidade de Cuiabá passa a ser remodelada com a chegada da população haitiana a partir de 2012 e se dá, sobretudo, com a saída destes da Pastoral na busca de manutenção da vida. Neste sentido, o trabalho, a moradia, o lazer, configuram uma sociabilidade e o direito à cidade.

Durante a análise de dados observamos que os haitianos que saíam da Pastoral buscavam um lugar mais próximo da instituição, pois além de 'ter perto' o auxílio a serviços básicos, já ofertados pela instituição, era um espaço 'seguro' do entendimento das necessidades, como idioma, já que este ainda se apresenta como um dos maiores impeditivos para a comunicação destes com a sociedade. "Não saber o português implica no dia a dia em atividades comuns como se locomover na cidade, ir ao médico" (CIRCUITO MATO GROSSO, 2015).

No intuito de estarem próximos ao CPM, os bairros escolhidos para fincar os haitianos são o Carumbé, o Sol Nascente e o Jardim Eldorado. De acordo com Batista (2019, p. 128)

A escolha pelos bairros informados se dá por três aspectos: a proximidade do Centro de Pastoral para o Migrante, pela acessibilidade nos preços dos aluguéis nos bairros informados e pelo objetivo de se unirem a fim de se protegerem e ajudarem uns aos outros.

Em um jornal que tem como manchete ‘Haitianos vieram para ficar’ a reportagem expõe que, após 2 anos da chegada destes em Cuiabá, o Jardim El Dorado foi formado por um pequeno oásis haitiano em que uma família vai recomendando para a outra (A GAZETA, 2015).

Em outro jornal encontramos que um dos maiores guetos de haitianos “está instalado no jardim El Dorado na região do bairro Planalto e está sendo chamado de ‘Vila Haitiana’. Eles vivem próximos e juntos.” Ainda neste mesmo impresso, o Padre que coordena a Pastoral fala que “viver em grupo é uma tentativa de autodefesa e preservar a identidade” (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014).

A solidariedade estabelecida entre os haitianos e o sentimento de pertencimento produzido entre os da mesma nacionalidade se desmembra nos abrigos aos recém-chegados, na proteção à cultura e identidade e na comunicação entre eles. Observei isso em dois momentos quando estive na Pastoral. O primeiro deu-se no diálogo na cozinha, quando uma das funcionárias ao saber o que estava pesquisando, relatou que as haitianas têm boa comunicação entre elas e que quando havia entregas de cestas básicas, por exemplo, elas comunicavam umas às outras. O segundo momento ocorreu a partir da ‘relação de confiança’ entre a pesquisadora e profissionais. Fui convidada (e diria que esta seria uma das formas de ‘pagar’ pela pesquisa à Instituição) a entregar as cestas básicas às haitianas, já que preferencialmente, são as mulheres que recebem os benefícios. Cabem observações aqui: a dificuldade destas com o português. A outra se expressa nos limites da escrita, que veremos mais adiante no ponto sobre escolarização e, por último, a comunicação fluida entre elas, já que nem todas haviam sido contempladas, mesmo assim compareceram ao local para questionar os motivos e verificar a possibilidade de receber os alimentos.

Aqui nos questionamos: será uma forma de resistência ou de produção da cidade de invisibilidade destes ao denominá-los de guetos?

Compreendemos que residir próximo ao CPM e ocupar-se em 'ilha' criou na cidade uma nova forma paradoxal de ocupar e diria, resistir, a dinâmica de um lugar já estabelecido que diz quem deve estar nos espaços. Afinal, a cidade é para quem? Para os interesses capitalistas.

Insistimos que a partir dos novos espaços construídos pelos haitianos como a 'vila haitiana', o 'bar haitiano', demonstram a configuração de uma territorialidade daqueles que agregam uma cultura diferente da nossa e de outros migrantes. Ademais, estar próximo à Pastoral significa, de certo modo, ter acesso a serviços assistenciais básicos, visto que há uma dificuldade de entendimento do idioma.

Todavia, esse lugar ocupado pelos haitianos tem causado desde sua chegada estranheza e comparações, sobretudo com outras nacionalidades. Isto se apresenta na reportagem feita pelo jornal Diário de Cuiabá de 2014 comparando os haitianos aos senegaleses nos anos de 2014, momento em que chegam à capital mato-grossense. De acordo com o registro "diferente dos haitianos, os vemos nas ruas da cidade e não em guetos".

Consideramos que, o sentido exposto pela reportagem o significado "gueto" apresenta-se na produção da aversão dada com a presença do outro que não é pau fincado, mas sim pau rodado. Aversão esta que se expressa em cenas de xenofobia e violência, relatadas nos jornais da cidade. Enfatizamos que este momento de compilação de dados foi particularmente difícil, já que não há em nenhum dos jornais qualquer ano em que esta estrutura não seja relatada. Fizemos assim, um esforço para escolher algumas reportagens.

A violência é algo que dificulta a integração "Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de 2013 até 26 de março de 2016, 128 ocorrências envolvendo haitianos como vítimas foram registradas contra 68 como suspeitos. Duas dessas tiveram grande repercussão, sendo elas a tentativa de chacina no Bairro El dorado que trouxe até Mato Grosso o conselheiro da Embaixada Haitiana no Brasil e o outro caso que o conselheiro comenta a possibilidade de ser xenofobia.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB também acredita que as ocorrências sejam referentes a xenofobia uma vez que se trata de casos isolados e que os índices de violência em todo o Estado estão muito altos. (A GAZETA, 2016)

Haitiano, que ficou paraplégico, quer um abrigo. A suspeita é que o motivo seja xenofobia. a esposa veio do Haiti e ambos estão "morando" no pronto socorro tentativa de chacina praticada contra haitianos em um bar frequentado por eles no jardim El Dorado onde 4 haitianos foram baleados. (FOLHA DO ESTADO, 2016)

Na contemporaneidade, os estrangeiros, os 'sem cidadania' são os seres sem identidades. Comumente estão associados às tragédias, bomba-relógio ou chamados pela sua nacionalidade. São corpos cotidianamente agredidos.

Etimologicamente, o nome xenofobia vem de *xénos* que significa estranho, estrangeiro e *phobo* é medo, ou seja, a rejeição ao que é de "fora". Essa oposição binária que demarca o de 'fora' e o de 'dentro' delimita espaços, regras, moral e territorialidade. A xenofobia é representada, assim, pelo medo da perda da identidade individual ou coletiva, medo de que o estranho se aproprie da cultura e do trabalho. Cria-se uma linha dos de dentro e de fora e quem não está dentro da territorialidade passa a constituir uma ameaça.

Não se identificar com o outro, estranhá-lo, não vê-lo partilhando da mesma natureza humana, ver o estranho e o estrangeiro como alguém inferior, que não partilha das mesmas qualidades humanas, vê-lo como uma ameaça, são traços fundamentais daquilo que denominamos hoje de xenofobia (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 17).

Aqui os elementos que expõem a contradição da sociedade que criam esta aversão desaparecem pela imagem naturalizada desse 'outro'. O que há é uma desumanização dos corpos que "transformado em mera carne nua, ele se torna matável, ele pode ser submetido a todo tipo de sevícia, de tortura, de desrespeito. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016, p. 20).

Os preconceitos à pessoa migrante são reiterados pelos discursos de ódio. Vistos como ameaça, o ódio destilado gratuitamente dificulta e impossibilita a inserção destes nos diversos espaços. Em Cuiabá não seria diferente. Estamos em um estado onde o agronegócio impera e que as estratégias políticas usadas são carregadas de herança colonialista, do escravismo, do racismo e da xenofobia.

Embora a violência seja a marca da sociabilidade xenofóbica brasileira, os elementos contraditórios se apresentam nas disputas e nas resistências. Observamos nos dados apresentados pelos jornais que neste íterim duas organizações de haitianos se estabelecem em Cuiabá para lutar pela garantia e efetivação de direitos.

À medida que se estabelecem, eles procuram se organizar e passam a lutar por direitos. Foi neste intuito que um grupo de haitianos procurou a OAB para a criação de uma entidade, a Associação mato-grossense do migrante, que os ajude a enfrentar as dificuldades ou problemas referentes a trabalho, educação, saúde, discriminação, falta de documentos, entre outros. A OAB tem acompanhado a invisibilidade que vem acontecendo com os migrantes haitianos que acabam não sendo reconhecidos como sujeitos de direitos.

A legislação brasileira prevê os mesmos direitos e deveres igual a qualquer cidadão brasileiro.

Na capital também estão sendo criadas outras associações, uma delas é a de Defesa dos Haitianos. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2016).

Ademais, como fortalecimento dos haitianos na cidade destaca-se a ocupação destes em eventos da cidade como 'O Haiti é aqui' promovido pelo museu histórico de Mato Grosso, segundo o jornal A Gazeta de 2016. Assim, consideramos que a tentativa de invisibilizar a resistência, que é histórica, dos haitianos em Cuiabá teve na denominação do gueto a associação ao periférico, ao não valor, ao outro que é a representação da aversão. Para nós, gueto é resistência.

5.3 Quem são as e os migrantes haitianas e haitianos que chegam à Pastoral?

Depois de compreendermos as rotas feitas pela população haitiana até a chegada em Cuiabá, buscamos entender quem eram as e os haitianos e haitianos que chegaram na cidade no período estudado. Observamos no ponto acima que dentre as principais motivações para migrarem até Cuiabá está a oportunidade de trabalho. Na direção de entendermos quem é esta população migrante, buscamos, inicialmente, traçar um perfil a partir dos elementos dispostos no PIA. No plano pudemos construir dados a partir dos elementos de: sexo, idade, quantidade de filhos e escolarização. Como o foco deste estudo é mercado de trabalho para mulheres migrantes, optamos por, neste primeiro momento, apresentar um apanhado geral sobre as características desta população e sua inserção no mercado de trabalho. Apresentar esta síntese, nos permitiu entender quais as mediações seriam necessárias para a exposição referente às particularidades das haitianas a ser realizada no próximo ponto.

Endossamos que a sistematização de dados é seguida de diversas inconsistências e, como já citado, podem derivar de vários aspectos, seja pelo aumento no fluxo de acolhimentos em alguns momentos, seja pelo preenchimento subjetivo dos formulários. Observamos que em determinados meses houve ausência de preenchimento de dados, o que pode ter apontado algumas dificuldades nas análises.

Quanto a quantidade de migrantes, exposto na tabela 5 e 6⁵⁶, é possível observar que houve uma entrada maior de haitianos no ano de 2013, seguido de um declínio até 2019. Apontamos em outro momento que isto pode ter sido ocasionado pela mudança de rotas a partir de 2015/2016 ocasionada pelo aumento do desemprego no país.

TABELA 5 – POPULAÇÃO HAITIANA ATENDIDA PELO CPM NOS ANOS 2013-2016

Mês	2013			2014			2015			2016		
	Haitianos	Mulheres	Homens									
Janeiro	8	4	4	69	16	53	37	4	33	20	4	16
Fevereiro	3	0	3	38	2	36	27	1	26	0	3	10
Março	12	0	12	23	2	21	31	2	29	6	2	4
Abril	27	4	23	51	2	49	35	2	33	0	0	0
Maio	84	14	70	24	1	23	26	5	21	2	1	1
Junho	143	9	134	46	7	29	37	7	30	9	1	8
Julho	116	7	109	13	2	11	24	4	20	8	1	7
Agosto	132	19	113	40	7	33	31	2	29	8	2	6
Setembro	49	10	39	30	4	26	18	0	18	4	3	1
Outubro	83	18	65	23	1	22	15	2	13	9	2	7
Novembro	45	8	37	11	4	7	33	3	30	12	2	10
Dezembro	37	9	28	22	2	20	12	0	12	17	3	14
Total	739	102	637	390	50	330	326	32	294	95	24	84
		739			380			326			108	
	%	13,80	86,20	%	12,82	84,62	%	9,82	90,18	%	25,26	88,42

TABELA 6 – POPULAÇÃO HAITIANA ATENDIDA PELO CPM NOS ANOS 2017-2019

Mês	2017			2018			2019		
	Haitianos	Mulheres	Homens	Haitianos	Mulheres	Homens	Haitianos	Mulheres	Homens
Janeiro	5	0	5	0	0	7	18	3	15
Fevereiro	1	0	1	0	0	5	0	0	4
Março	12	3	9	8	1	7	0	0	4
Abril	5	1	4	9	3	6	0	1	4
Maio	10	2	8	8	3	5	0	0	4
Junho	6	0	6	0	0	12	0	1	7
Julho	6	1	5	0	0	8	0	0	4
Agosto	6	1	5	14	2	12	0	1	6
Setembro	5	0	5	16	1	15	0	1	6
Outubro	12	3	9	7	1	6	0	1	1
Novembro	12	0	12	7	0	7	0	0	0
Dezembro	3	0	3	10	2	8	0	0	1
Total	83	11	72	79	13	98	18	8	56
		83			111			64	
	%	13,25	86,75	%	16,46	124,05	%	44,44	311,11

FONTE: Elaborada pela autora.

⁵⁶ Reiteramos que a realização desta tabela foi dada a partir dos elementos encontrados nas caixas e que retratam a totalidade da população haitiana que entrou na Pastoral. Para a construção destas, separamos a quantidade de haitianos dos outros migrantes e depois desmembramos a quantidade de homens e de mulheres advindos do Haiti. Alertamos que este trabalho, como explicitado na metodologia, foi realizado no primeiro momento. Ao tempo em que tomamos dimensão da quantidade de cadastros a serem analisados, optamos por sistematizar os dados de 20 cadastros por ano. Esta síntese e exposição aparecem na leitura dos gráficos.

Observamos ainda que esta entrada para Cuiabá foi majoritariamente masculina. Quando comparamos a inserção de homens e mulheres na Pastoral, temos que a chegada destas se realiza em menor número comparada aos homens, totalizando em média 70% a menos que a masculina. Esses dados estão abaixo da média nacional que é de 41% dos registros de migrantes mulheres permanentes no país nos anos de 2010 a 2019, segundo Relatório do Obmigra (2020), o que nos permite considerar que, a migração de haitianos para o Brasil e em Cuiabá é masculinizada. Todavia, as haitianas estão presentes nos fluxos de deslocamentos dentro do país e estão mais presentes nos anos de 2013 e 2014. Ademais, não podemos analisar a migração feminina apenas pelos dados quantitativos, mas pelas condições sociais, econômicas e culturas que as fazem realizar os deslocamentos e permanecer.

Ainda sobre a entrada da população haitiana na Pastoral, observamos as disparidades de gênero em todos os anos da análise da pesquisa com o total de menos de 25% destas nos intervalos dos anos de 2013 a 2018. Apenas nos anos de 2019 que teremos uma entrada mais semelhante de homens e mulheres. Todavia, destacamos aqui o desafio desta análise, pois diante das inconsistências e do que nos foi colocado, os cadastros podem ter sido respondidos pelos homens, já que eles tinham mais facilidade em comunicar-se em português e pela cultura do país, o que abordaremos mais à frente. É possível verificar ainda um exemplo das inconsistências já apresentadas nas tabelas apresentadas, visto que nos dados referente aos anos de 2014, 2016, 2018 e 2019, a somatória do número total de mulheres haitianas atendidas e homens haitianos atendidos, não condiz com a somatória de “pessoas haitianas” atendidas.

A sistematização apresentada nas tabelas revelou que a migração haitiana para Cuiabá é um componente majoritariamente masculino e que pode ser dado por uma maior ‘disponibilidade’ para deslocar-se, sobretudo, porque o mercado de trabalho no momento estudado, estava voltado para a necessidade de atender às grandes obras da copa e das olimpíadas, exigindo mão de obra para trabalhos como pedreiro, ajudante, servente. O que nos chama atenção, traçando um paralelo com o que já foi exposto no ponto das rotas, é que o trabalho para a população migrante haitianas em Cuiabá, sobretudo no intervalo de 2013 a 2015, tem como um setor para o mercado laboral a construção civil que é ocupado majoritariamente e

historicamente por homens, pois é tido como atividade pesada e que exige força, caracteriza-se de acordo com uma 'suposta natureza masculina'.

Diante do exposto, o número considerável de migrantes homens na chegada à capital deve ser mediado pela divisão sexual do trabalho, já que os empregos ofertados são aqueles considerados masculinos, o que gera uma demanda para estes no mercado de trabalho formal para as grandes obras.

A maior dificuldade ainda é a inserção no mercado de trabalho. Segundo o diretor da pastoral a política para empregar essa população precisa ser mudada. A média de tempo de espera para um trabalho chega a ultrapassar 15 dias.

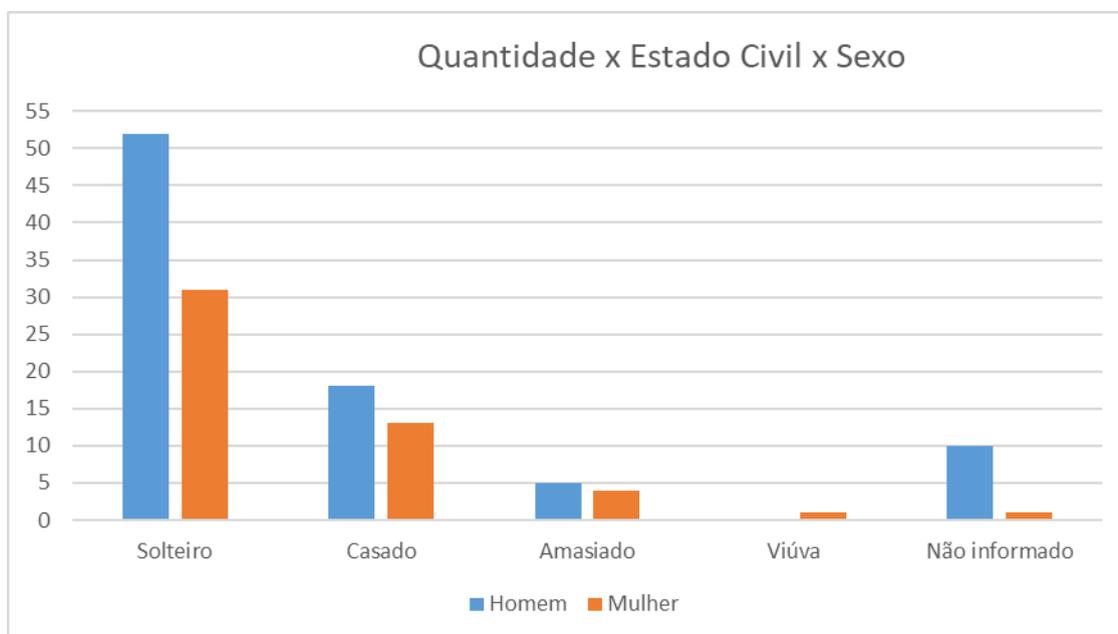
Segundo ele, a maior parte dos haitianos na capital conseguiu empregar durante a copa na construção civil principalmente homens por terem mais facilidade para se comunicar. Na opinião da haitiana a dificuldade de se comunicar é o que impede de arranjar uma vaga e um bom salário. (JORNAL DIÁRIO DE CUIABÁ, 2015)

Em termos de estado civil, de acordo com o gráfico 1⁵⁷, a mobilidade para Cuiabá foi majoritariamente de pessoas solteiras, tanto homens quanto mulheres. Estar solteiro nas rotas migratórias pode facilitar o deslocamento entre os lugares, reduzir os custos familiares com as despesas das travessias e as do país de chegada e prevê uma condição de maior disponibilidade para o mercado de trabalho e capacitações diante do uso do tempo livre da/do trabalhador/a. Ademais, implicados pela divisão sexual do trabalho, o 'cuidado' com os filhos e família, atividade naturalizada às mulheres não se põe como um obstáculo.

Quanto ao deslocamento de mulheres para a capital do Mato Grosso, observamos que o perfil é de mulheres solteiras, todavia, na análise dos PIAS no intervalo etário entre 26 e 40 anos (gráfico 2). Esses dados dialogam com o perfil nacional, apresentados no início deste capítulo e revelam que 69% das imigrantes eram solteiras ao se registrarem no país e estavam divididas entre as faixas etárias de 15 a 25 anos (24%) e 26 a 40 anos (43%).

⁵⁷ A partir deste gráfico, destacamos que as análises e sínteses foram feitas na leitura dos 20 PIAS selecionados por ano. E não no total das tabelas apresentadas nos pontos acima.

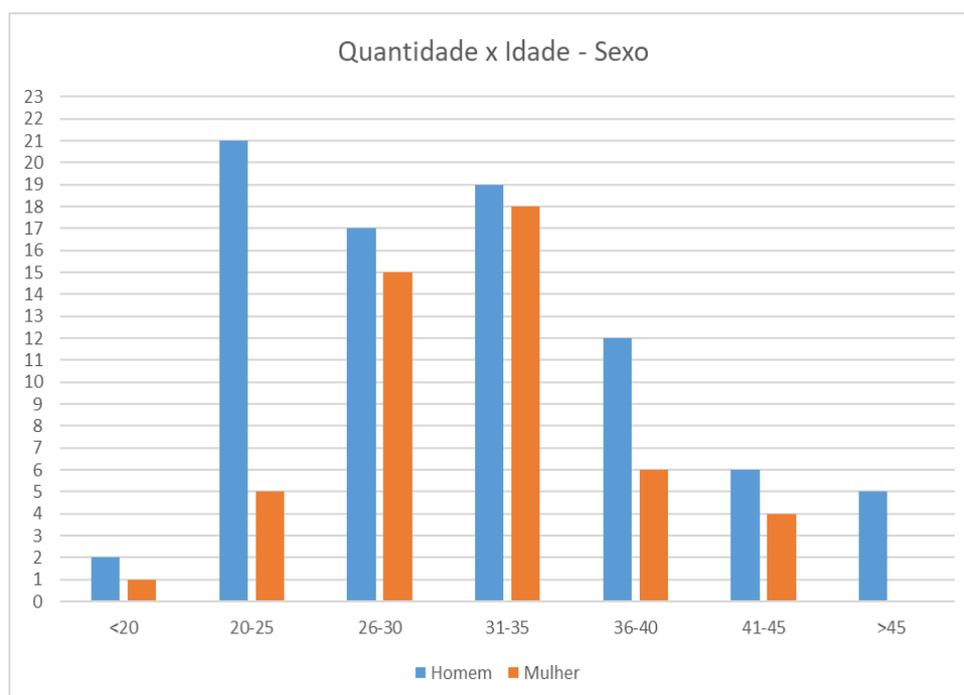
GRÁFICO 1 – ESTADO CIVIL X SEXO DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)



FONTE: elaborada pela Autora

No que concerne à idade, observamos que esta migração além de pessoas solteiras, ela refere-se a uma população jovem e adulta com uma faixa etária de 20 a 40 anos de idade. Quando diferenciamos por sexo, temos que os homens tem seus deslocamentos concentrados na idade de 20 a 35 anos e as mulheres nos intervalos de 26 a 40 anos.

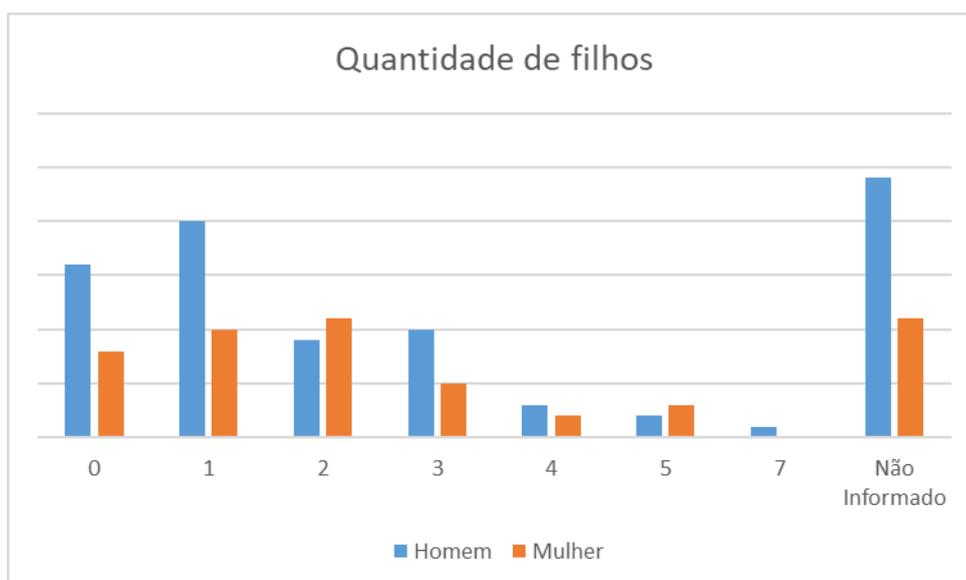
GRÁFICO 2 – IDADE X SEXO DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)



FONTE: elaborada pela Autora

Em relação a quantidade de filhos observamos, no gráfico 3, que as mulheres possuem nenhum ou até 3 filhos. Já os homens apresentam uma quantidade maior de filhos no intervalo de 01 a 03 filhos. No gráfico analisado, temos ainda que há um número elevado do item 'não informado', que pode representar que houve uma ausência de preenchimento no campo, implicando diretamente no aumento de mulheres e homens que possuem filhos.

GRÁFICO 3 – SEXO X NÚMERO DE FILHOS DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)



FONTE: elaborada pela Autora

Em uma análise mais geral dos Planos, no ponto 'ONDE ESTÃO', referente aos descendentes das e dos migrantes, encontramos que tanto as mulheres quanto os homens que deixavam os filhos com os pais (mãe ou pai) que ficaram no Haiti e/ou familiares.

Analisando os cadastros, concluímos que há uma evidente divisão sexual do trabalho referente ao cuidado com os filhos. Nos planos respondidos pelas mulheres, há três caminhos. O primeiro é que os filhos realizaram a mobilidade junto à mãe. O segundo, em que os filhos ficaram sob responsabilidades de outras mulheres (avós, irmãs e tias) e, o terceiro, encontramos em alguns PIAS, que estes ficaram sob a responsabilidade do marido. Esses aspectos podemos ver nas respostas dadas por haitianas nos cadastros:

Relata que tem 06 filhos que estão na cidade do Haiti com o esposo (HAITIANA PIA, 2015).

Declarou ter 07 filhos que estão no Haiti com o pai" (HAITIANA PIA, 2015)

No histórico ou no PIA há declarações de que os filhos ficaram com avós no Haiti (HAITIANA PIA, 2015).

A senhora M.G declarou ser solteira e ter três filhos menores que residem com seus pais na cidade de Grand Groove (HAITIANA PIA, 2015).

. Embora em menor quantidade, observamos ainda na análise dos Planos que uma parcela de mulheres está na condição de casada e amasiada. Encontramos relatos de que a vinda destas à Cuiabá sozinhas, deixando no Haiti ou em outros países, companheiros e filhos foi motivada pelo projeto familiar. Ressaltamos que embora algumas haitianas deixem os filhos com os companheiros, entendemos que isto não representa uma divisão igualitária das tarefas realizadas no campo reprodutivo que provê aos indivíduos familiares condições de existência, mas sim, parte do projeto familiar que 'disponibiliza' a figura feminina à mobilidade, já que há uma probabilidade maior de conseguir trabalho (formal ou informal) que vai gerar uma renda familiar.

As atribuições relegadas historicamente às mulheres no campo da reprodução social materializam-se no cuidado com a família, sobretudo com os filhos e idosos. Mediada pela divisão sexual do trabalho, o cuidado apresenta-se na divisão e distribuição desigual do trabalho doméstico (remunerado ou não pago) entre homens e mulheres, explicitando a inferioridade vivenciada por estas. Ademais, o lugar da maternidade, construída com a instauração da família nuclear,

pressupõe que a criação dos filhos seja responsabilidade exclusiva delas. Todavia, as novas configurações do mundo do trabalho impõem uma contradição em relação ao cuidado, pois, de um lado exige que as mulheres saiam da esfera privada na busca de melhores condições para a família, por outro não insere os homens na responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados.

No caso das haitianas estudadas, este aspecto deve ser analisado sob a ótica do enovelamento de classe, gênero e raça, visto que são as mulheres da classe trabalhadora, periféricas, pretas e pobres que compõem a parcela a ser mais explorada e dominada diante das condições que aumentam as desigualdades sociais e as põe na busca de alternativas para a manutenção familiar. Embora o projeto de migrar possa ser individual, o que temos é que, quando associadas às relações sociais estruturadas pela condição de classe e raça, essas mulheres compõem o segmento mais empobrecido da população e sendo, mão de obra mais barata, portanto mais disponível ao mercado, torna-se sujeita central para manutenção da vida da família. Entendemos que a família neste sentido é o elemento central para a produção e reprodução capitalista.

Retomando aos dados encontrados, antecipamos que, mesmo as casadas ou amasiadas, se deslocam sozinhas para atender a um projeto familiar na busca de melhores condições de vida e isso se apresenta quando analisamos os Planos das haitianas. Dentre as motivações para migrar encontramos nos Planos que a busca por trabalho, mudança de vida e ajuda a família são as principais.

Relata que para vir para o Brasil teve que fazer empréstimo no banco, pois sua família é muito pobre. Sua intenção no Brasil é procurar emprego para enviar para a família (RELATO HAITIANA NO PIA, 2013). conseguiu comprar passagem com ajuda de seus familiares com a promessa de que quando conseguisse um trabalho devolveria todo dinheiro que lhe foi emprestado. Por este motivo necessita urgentemente de um trabalho. Relatou ter deixado no Haiti um filho de 3 anos que também precisa de sua ajuda (PIA/HAITIANA, 2013). entrou no Brasil pelo estado do Acre, ficou 2 meses em nova Brasileia onde ficou sabendo que em Cuiabá havia muito emprego. No segundo dia na Pastoral do Migrante conseguiu emprego na empresa LUPPA. E informou que assim que conseguir receber irá alugar uma casa, pois pretende trazer seus filhos (PIA/HAITIANA, 2013).

Diante dos relatos supracitados, observamos que a migração feminina é marcada pelo papel que estas cumprem na família e duas mediações fazem-se necessárias para que possamos entender sobre a mobilidade de mulheres jovens e solteiras. Uma refere-se a mão de obra feminina ser mais barata e, por vezes, mais

qualificada, o que atrai mais os empregadores do que a masculina. E o segundo, refere-se quando associamos o perfil ao trabalho, pois há uma necessidade de jovens sobretudo solteiras, portanto, consideradas disponíveis para migrar, que atendem a uma demanda de mercado de trabalho precarizado.

Ambas as situações nos possibilitam dizer que são as mulheres as responsáveis pela manutenção da vida de outros. Essa atribuição é apenas um das diversas que elas possuem sejam antes de migrar e/ou na decisão familiar de quem vai realizar a mobilidade, bem como quando chegam ao destino. Essa sobrecarga de afazeres e atividades que imbricam produção e reprodução são realizadas no continuum e na invisibilidade dos papéis desempenhados.

Um outro fator importante sobre o fluxo haitiano está na dependência de remessas (MAGALHÃES, 2017) que os migrantes haitianos enviam aos familiares, que chegou a representar 26% do Produto Interno Bruto no país caribenho entre os anos de 2005 e 2015. As remessas são constitutivas do modo de produção e reprodução capitalista, visto que correlacionam as atividades produtivas nos países de destino com as condições da reprodução do trabalho dos migrantes e da família nos países de origem, portanto estruturais à condição de precarização laboral. Magalhães (2017) retrata a discrepância de remessas dos migrantes dos países que estão no centro e na periferia mundial, já que estas se particularizam e estão imbricadas na forma como irão se inserir na reprodução do valor da força de trabalho.

No jornal A Gazeta de 2015 uma haitiana retrata que passou por um longo caminho até chegar a Cuiabá. Segundo ela, “a gente ganha pouco e tem que economizar para o dinheiro chegar até o fim do mês”

No caso do Haiti, as remessas têm sido usadas para consumo familiar, criando uma relação de dependência pelas famílias e que tem sido agravada pela crise estrutural do capital, impelindo reorientação dos fluxos migratórios. Portanto, pensar as remessas é pensar as condições da organização geopolítica dos países, a relação com a crise estrutural do capital, bem como a consubstancial face da exploração-dominação capitalista, patriarcal de gênero e de raça que reverbera na vida e no trabalho dos migrantes.

Ademais, nos cabe apontar outros subpontos que consideramos para esta análise e não menos importante, que atravessam os demais tópicos e que não se refere apenas a quantidade destas, mas ao perfil, filhos, mercado de trabalho e

outros tópicos. Dentre eles, destacamos que a quantidade de mulheres que passaram pela Pastoral pode ter sido maior do que a apresentada nesta tese. Apresentamos em outro momento que a realização do preenchimento de alguns planos foi efetivada a partir das respostas dadas pelos homens haitianos, o que nos revela a invisibilidade da participação destas no processo e concomitante, a possibilidade desses dados serem mais elevados, o que poderiam implicar na análise da condição destas mulheres.

No campo da aparência o que nos foi dito na instituição é que o elemento principal desta 'não resposta' pelas das haitianas no preenchimento do cadastro ocorreu pelo não entendimento do idioma. Todavia, mesmo com uma década em Cuiabá, elas permaneciam em silêncio.

Reiteramos que a nós mulheres, o patriarcado instituiu o silêncio, pois falar é saber e saber é poder. A não fala é apresentada também na obra de Grada Kilomba (2019, p. 41, grifo da autora) ao mencionar a utilização de máscara nos rostos escravizados. Para a autora, o "Retrato de Anastácia" simboliza o controle dos corpos, da fala e a dominação destes/as pelas/os brancas/os. "A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do *sujeito negro* ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o *sujeito negro* dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o *sujeito branco* teria de ouvir?"

É nesta direção que buscamos desvelar a partir do enovelamento de classe, gênero e raça, adensado ao elemento da nacionalidade, as implicações do cenário do mercado de trabalho brasileiro para as mulheres haitianas.

Dito isto, temos que a mobilidade requer uma maior disponibilidade das mulheres que ficam e das que saem para cumprir as tarefas de produção e de reprodução social. Disponibilidade esta que não pode ser vista sem a estrutura patriarcal que opera na naturalização das atividades e as põe sob as costas destas, exemplo disto são as atividades realizadas na esfera privada, de manutenção da vida e do cotidiano, como lavar, cozer, passar em jornadas intermitentes, exaustivas, invisíveis e desgastantes.

Para muitas, a saída em busca do trabalho remunerado só é possível com a transferência do cuidado para outras mulheres na família ou na forma precária de contratação do trabalho doméstico. A rigidez da divisão sexual e racial opera na possibilidade migratória de conseguir empregos, mas estes estão sobremaneira em postos precarizados e com baixos rendimentos.

Arelado a isso, as condições precárias de trabalho e ausência do papel do Estado ante os cortes abruptos das políticas sociais, impactam na vida familiar da classe trabalhadora, colocando mais uma carga nas costas das mulheres, ao impeli-las a encontrar alternativas para a preservação familiar.

Consideramos ainda que o projeto migratório familiar pode reconfigurar as relações familiares por um curto período, já que há um ‘reposicionamento de lugares’, mas esta mudança não modifica a divisão sexual do trabalho.

Neste sentido, a migração feminina é explorada pelo capitalismo, pelo estado e pela família. Produção e reprodução enquanto esferas inseparáveis se retroalimentam no caso da migração feminina.

5.4 “Sem serviço, sem serviço”, foi o que eles disseram!: o mercado de trabalho para haitianos

Estabelecemos como um dos critérios de análise dos PIAS o tópico MOTIVAÇÃO para migração. Na análise dos dados, encontramos em quase todos os documentos preenchidos a resposta ‘trabalho’. Assim, temos de fato uma pergunta seguida de sua afirmação: ‘o que buscam? trabalho’. Na realidade concreta essa resposta não pode estar deslocada cenário mundial de crise que alavanca no aumento das desigualdades de forma acentuada nos países periféricos e dependentes e expulsa as pessoas de seus lugares. A pesquisa em tela demonstrou que, diferente do que é propagado, sobretudo pela mídia, o fenômeno ambiental do terremoto em 2010, que alastrou o país, não foi o motivador maior da mobilidade, embora tenha sido um elemento propulsor.

Ademais, cabe recuperar que a mobilidade que impele a busca por atividades laborais pela população haitiana é constitutiva do país, fruto da expropriação histórica, que agrava as desigualdades. Nos tópicos deste capítulo demonstramos ainda que as rotas feitas por estes até chegar a Cuiabá são ocasionadas por outros fatores que se imbricam com a demanda de trabalho, como a reunificação familiar e as redes de apoio, bem como a necessidades de envio de remessas. No jornal da cidade temos que

Eles chegam aos poucos em busca de trabalho. Sem conhecer o português e com pouco dinheiro. Na Pastoral do Migrante toda semana chegam

haitianos em busca de abrigo e apoio local. As pessoas recebem ajuda para a regularização de documentos e só podem ficar na casa até receberem o primeiro salário. (A GAZETA, 2013).

Nos dados analisados temos que a busca por trabalho decorre para pagar as dívidas que deixaram com as viagens para vir ao Brasil, ou seja, há um ciclo de saída para o trabalho para melhores condições de vida e de ter que conseguir um emprego para pagar as dívidas geradas por essa saída. O que demonstra, de início, como o aprofundamento da escassez das condições materiais de vida impele uma camada majoritária da classe trabalhadora, inserida no exército industrial de reserva, a aceitar qualquer tipo de trabalho, inclusive na condição análoga à escravidão. Os migrantes estão mais sujeitos a esta condição, pois, nos países de chegada, os limites postos pela formalização da legalidade, de início, os impedem de acesso à cidadania. Assim, as dívidas que adquirem antes de chegar junto às necessidades materiais postas para a permanência e o envio de dinheiro à família, agravam a situação destes no país e os colocam ainda mais à mercê de qualquer emprego.

No jornal que analisamos retrata que após 3 anos da chegada destes a Cuiabá a situação precária é aprofundada diante dos baixos salários e que dificulta a vida destes aqui diante das diversas despesas. De acordo com a matéria “com salário de 1.200 conta que manda 500, valor que equivale a 3 mil gourdes. O dinheiro é depositado para a mãe a quem cabe a tarefa de fazer a divisão entre ela e os dois filhos. São 150 para cada e 200 para os pais (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014). Outra matéria explicita que “eles pegam uma quantia emprestada no Haiti e estão muito preocupados em pagar essa dívida. No começo, eles mandavam tudo o que recebiam aos familiares” (A GAZETA, 2014).

Ainda sobre o envio de dinheiro à família, estive neste ano em um debate sobre a cultura haitiana em Cuiabá e o haitiano que ministrou a palestra, ressaltou que parte do dinheiro que vai para o país, fica com o Estado no intuito de investimento em políticas sociais. Segundo ele, elas são precárias, sobretudo da educação que ainda é privada. O que podemos considerar que, a estratégia de sair do país para conseguir trabalho e enviar para a família para melhorar a condição de vida, tem colocado tanto o sujeito que sai quanto os que ficam em condições mais precárias e que o aprofundamento disto se realiza com a usurpação do Estado de parte do dinheiro enviado e não investido.

No que concerne ao mercado de trabalho brasileiro, os dados do Obmigra (2020) retratam que o total de migrantes empregados com carteira de trabalho assinada passou de 55,1 mil, em 2010, para 116,4 mil trabalhadores, em 2014, dobrando de número nesse período. Em 2019 chegou a 147,7 mil. Ainda sobre os dados, o número de migrantes no mercado formal de trabalho brasileiro cresceu cerca de 8,3% entre os anos de 2018 e 2019. Os haitianos e haitianas são destacados como o principal responsável, seguido dos venezuelanos.

Um outro aspecto que nos chama atenção é que os haitianos são os que mais possuem vínculo formal de trabalho, ultrapassando os portugueses no Brasil. Segundo o resultado dos dados do OBMigra, baseados no banco de dados do Ministério do Trabalho (MTE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), “houve um crescimento de 525,3% de 2011 para 2012 e de 267,4% para 2013” (DUTRA *et al.*, 2014, p. 58). Em 2015, haitianos contratados chegaram a um volume de 33.507, todavia, em 2016, a presença no trabalho formal caiu em torno de 30%.

Todavia quando falamos da presença no emprego formal, cabe compreender em quais nichos estão ocupados. Observamos de acordo com a Tabela 03 que os migrantes se concentraram nos setores de serviços, prioritariamente, em frigoríficos, faxinas e construção civil. Consideramos que a força de trabalho migrante haitiano está situada nos pólos de trabalho considerado precário.

TABELA 7 – MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, SEGUNDO PRINCIPAIS OCUPAÇÕES, BRASIL, 2011 - 2019.

Principais ocupações	Total		
	Admissão	Desligamentos	Saldo
Total	69.131	43.560	25.571
Alimentador de linha de produção	8.087	4.528	3.559
Abatedor	5.145	3.416	1.729
Servente de obras	4.677	3.416	1.261

Faxineiro	4.571	2.813	1.758
Magarefe	3.931	1.672	2.259
Auxiliar nos serviços de alimentação	2.454	1.498	956
Repositor de mercadorias	1.912	1.164	748
Cozinheiro geral	1.730	1.170	560
Atendente de lanchonete	1.562	1.065	497
Vendedor de comércio varejista	1.173	752	421
Outros	33.889	22.066	11.823

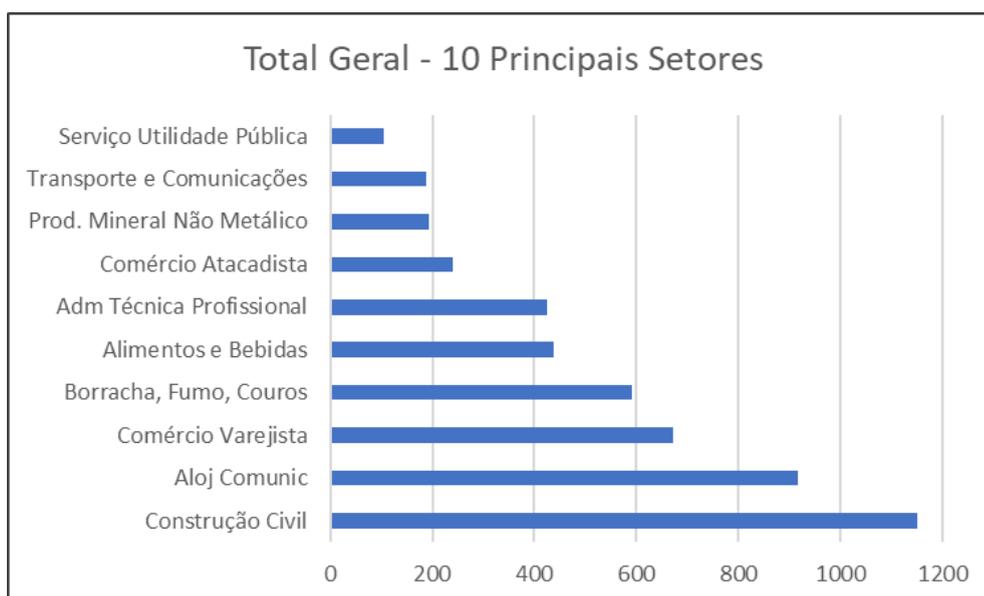
Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados do Ministério da Economia, harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, 2011 a 2019.

Em termos de regiões no país, o Relatório aponta para uma concentração dos empregados formais na região sudeste em 2010 que se espalhou no decorrer dos anos para a região Sul e Centro Oeste. O panorama nacional reflete em âmbito local diante da semelhança nas ocupações. De acordo com os dados da RAIS, em Cuiabá os setores com maior predominância dos haitianos no mercado formal são construção civil, alojamento e comunicação e comércio varejista (Ver Gráfico 01). Apresentamos ainda a dificuldade de mapearmos os trabalhos no setor informal. Na análise dos jornais encontramos reportagens sobre o mercado de trabalho que reafirmam estas ocupações.

A maioria está empregada como servente e pedreiro, mas podemos vê-los nas avenidas sob o sol causticante, varrendo e pintando meios-fios. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014)

A padaria Moinho conta com 25 haitianos que desenvolvem as variadas funções como cuidado com o estacionamento, confeitaria, dentre outros. (A GAZETA, 2016)

GRÁFICO 4 – PRINCIPAIS SETORES OCUPADOS POR HAITIANOS



FONTE: elaborada pela Autora/ Rais

Diante do apresentado na Tabela 01 e gráfico 03 podemos considerar que a mão de obra migrante tem sido ocupada majoritariamente por atividades precárias. Cabe destacar que precarização do trabalho e da vida é fruto da correlação das medidas neoliberais e da reestruturação produtiva que tem se utilizado dos migrantes para aprofundar os mecanismos de extração de mais-valia e gera, por outro lado o agravamento das condições de vida, sobretudo com o aumento do desemprego e da precarização das condições trabalhistas. Observamos isso quando na Tabela 01 os índices de desligamento são elevados quando comparados a admissão.

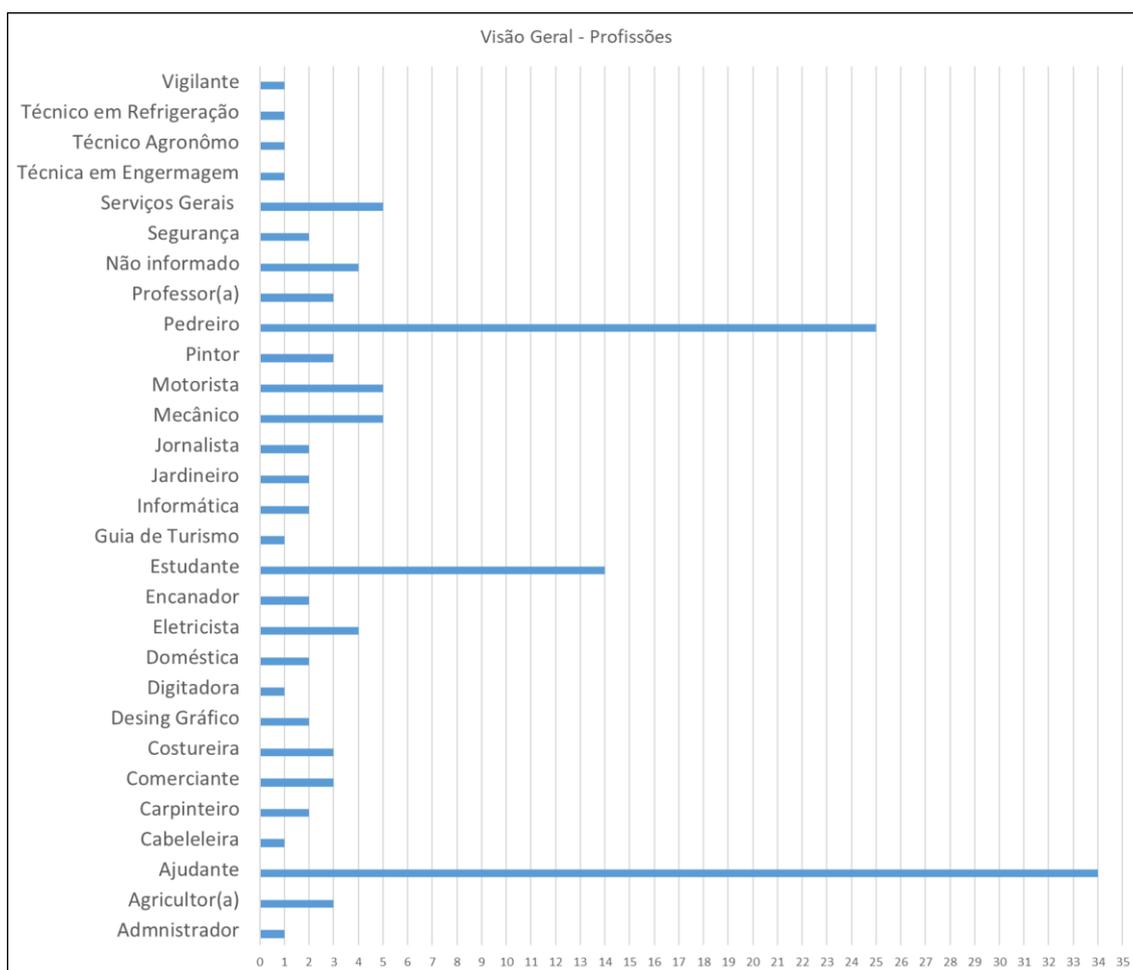
Sobre rendimentos, cabe destacar que nos cadastros não havia um ponto específico, o que dificultou aprofundar a análise com as variáveis referente ao mercado de trabalho, renda, ocupação, gênero, raça e escolaridade. Todavia, no quadro nacional, o Obmigra a partir do Relatório Anual de Migração aponta que os migrantes residentes no país recebem rendimentos de acordo com a sua nacionalidade e raça. Segundo os dados, as disparidades são demonstradas quando os países considerados dependentes recebem uma média de 1 a 2 salários-mínimos no em, prego formal sul-americanos (50,6%), centro-americanos e caribenhos (69,9%) e africanos (56,6%). Os países correspondentes ao Norte global correspondem a valores monetários mais elevados superior a 5 salários para norte-americanos (62,0%) e europeus (50,7%). Quanto a raça, o Relatório concluíram que os migrantes pretos e pardos recebem menos do que os brancos.

Esses dados confirmam que o mercado de trabalho brasileiro para migrantes é marcado pelo seu viés colonialista, estruturado pelo racismo. As atividades ditas qualificadas, portanto, portadoras de valor e de maiores salários são destinadas aos migrantes 'desejáveis', ou seja, ao modelo de migrante ideal. O inverso ocorre com os deslocados de cor preta e parda. A estes são destinados os trabalhos precários e informais.

Quanto aos dados analisados na Pastoral, estes seguem a mesma análise do cenário nacional e local. No gráfico 02 encontramos que as ocupações se centram em pedreiro, estudante, ajudante e serviços gerais. Observamos na análise de dados algumas inconsistências que nos auxiliaram na elaboração da síntese quanto ao termo OCUPAÇÃO nos PIAS. Na nossa compreensão, o preenchimento pode ter sido efetuado a partir: 1) do trabalho ocupado no Haiti, o que provavelmente aconteceu nos primeiros anos de cadastro do Plano, 2) instalados no Brasil e compreendendo a dinâmica do mercado de trabalho, os haitianos que chegaram se 'adequaram' as ofertas de emprego existente ao responder sobre a ocupação, ou seja, tratava-se muito mais de uma perspectiva do emprego do que do que realmente ocupava, 3) expondo estes fatores, não conseguimos definir se era formal ou informal.

Ainda sobre a análise de dados encontramos em alguns PIAS, os locais para onde alguns foram encaminhados, como empresas de serviços gerais, frigoríficos e fazendas, o que não modifica a conclusão sobre a precarização dos trabalhos ocupados por haitianos. Outro ponto a considerar é o alto quantitativo de estudantes. Entendemos que a resposta quanto ao perfil estudantil pode referir-se à ocupação realizada anteriormente no Haiti, mas ser uma 'estratégia' criada pelos haitianos que chegaram ao Brasil anteriormente que entenderam que o mercado de trabalho no país requer migrantes com alguma escolaridade. Ademais, pode caracterizar-se como uma possibilidade de direcionamento para cursos que atendam a 'exigência' do mercado.

GRÁFICO 5 – PROFISSÕES - CPM



FONTE: elaborada pela Autora

Cabe destacar que a situação dos migrantes se aprofunda diante da pouca qualificação e da dificuldade do idioma. Idioma é uma das principais dificuldades. “A maioria não entende nem sabe falar o português e tem grandes dificuldades em conseguir empregos (CIRCUITO MATO GROSSO, 2014)”. Este se torna um terreno fértil para os empregadores explorarem ainda mais a mão de obra destes, pois entende-se que ao não falar a mesma língua, não compreendem os direitos. Ademias, acrescenta-se que a condição em que estes chegam no país de irregularidade e de empobrecimento, os leva a explorar mais o trabalho dos migrantes. Encontramos isto retratado pelos jornais

As empresas têm se aproveitado da falta de conhecimento desses. Entre os problemas estão a demissão logo após os três meses de experiência. (CIRCUITO MATO GROSSO, 2014)

Há dificuldades em entender as leis trabalhistas e o modo de atuação regido pelas empresas são vistos como entraves.” (A GAZETA, 2014)

Diante do exposto, a linguagem e a cultura ‘diferente’ são utilizadas como recursos para uma maior exploração do trabalho migrante que ocorre na não garantia aos direitos trabalhistas, no pagamento de menores salários e passam a ser um campo para a informalidade. Por trás disso, sabemos que o que existe é uma perpetuação da estrutura racista, que tem no conservadorismo, na xenofobia e no nacionalismo suas expressões e caracterizam o enraizamento de elementos velhos que se reatualizam na nossa sociedade.

O medo, o nojo e a repulsa ao outro são traços coloniais que constroem uma concepção hierárquica e classificatória da população, ditando ações e políticas até os dias atuais. A figura do outro, instituída pela modernidade, pauta-se pela dupla dimensão de humanidade. É o bom e ruim, a rejeição e o exótico. A busca pela pureza reforça aspectos morais ao separar coisas, lugares, ao classificar, hierarquizar. No cotidiano se apresenta pela recusa de aproximação, convivência, violência, eliminação física ou simbólica. A xenofobia e o preconceito estão na extorsão, nos receios quanto à ilegalidade que os predispõe a estadia em confinamentos, liberdade de circulação.

O que assistimos hoje é uma sociabilidade marcada pelas crescentes manifestações de racismo, intolerância e violência.

‘a cultura de trabalho deles é distinta’ (A GAZETA, 2014)

Segundo o coordenador da casa “eles têm o porte físico avantajado, mas lhes falta cultura para o trabalho, também não estão acostumados a serem mandados. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014).

às vezes as empresas pagam um valor diferente aos haitianos. Daí eles fazem um trabalho que um brasileiro não quer fazer. Um haitiano faz porque precisa de dinheiro. Eles têm uma obrigação a pagar, aluguel, comer e manter a família que deixaram no Haiti, disse o presidente da OSAMB (CIRCUITO MATO GROSSO, 2014)

Ainda existe muito preconceito em relação ao estrangeiro. Um dos preconceitos em relação ao haitiano é considerá-lo preguiçoso.

Para ele isso é mentira uma vez que são os mais assíduos e mais pontuais. são também os que mais cobram seus direitos. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2016)

Tem racismo e preconceito na hora da contratação, destacando que os haitianos são os de pele mais escura. ‘Sem serviço, sem serviço’ (A GAZETA, 2016)

Uma empresa que decide demitir um funcionário, certamente optará em primeiro lugar por demitir aquele que veio de fora, da mesma forma se for contratar alguém e houver um haitiano e um brasileiro, ele optará pelo segundo. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2016).

Ao analisarmos os jornais, encontramos trechos que reforçam a estrutura racista, como a xenofobia, os preconceitos e que tem sido amplamente usada pelos empregadores como forma de rebaixamento de salários, a exemplo do haitiano

como preguiçoso. Esses discursos escondem não só a necessidade de uma mão de obra mais barata frutos da ampliação da reprodução do capital que tem se utilizado do trabalho migrante para atender aos interesses econômicos, mas também de como os deslocados são inseridos de forma diferente de acordo com sua nacionalidade, mas também classe, gênero e raça. Ademais não podemos desconsiderar que a história do Haiti é marcada desde o período colonial pela exportação de matéria-prima e de mão de obra.

Em uma pesquisa realizada em Santa Catarina, Magalhães (2017) apresenta a maior exploração do trabalho de imigrantes haitianos por meio da redução do valor dos salários em troca de concessão de alojamentos, locais insalubres, maior concentração destes em etapas que geram maiores desgastes da força de trabalho e, conseqüentemente, maiores doenças, bem como há uma coação de documentos e direitos, devido ao escasso domínio do idioma português.

Outro ponto a ser destacado é que a precarização do trabalho adensada ao dispositivo de dificuldade da linguagem tornam os migrantes mais suscetíveis a à extorsão e tráfico de pessoas. Nos jornais selecionados, encontramos as seguintes reportagens:

Depois de trabalhar dois meses em uma média de 10 horas semanais na construção de casas populares, dois haitianos continuam sem dinheiro para pagar o aluguel, alimentação e outras despesas básicas. Cada um ergueu pelo menos quatro moradias. Para cada casa receberia 700 reais, portanto um crédito de 2,8 mil junto a empresa que os contratou. Entretanto, além de não quitar a dívida com os irmãos, a empreiteira emitiu cheque sem fundos. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014)

Parte desses sofre com a exploração por parte dos empresários que se aproveitam da vulnerabilidade dos haitianos. Às vezes as empresas pagam um valor diferente aos haitianos. Daí eles fazem um trabalho que um brasileiro não quer fazer. Um haitiano faz porque precisa de dinheiro. Eles têm uma obrigação de pagar, alugar, comer e manter a família que deixaram no Haiti', disse o presidente da OSAMB. Segundo o presidente muitos se arrependem de ter vindo ao país devido às dificuldades, mas não podem voltar por causa dos altos preços das passagens que às vezes chegam a 7 mil reais. (CIRCUITO MATO GROSSO, 2014)

Brasileiro vendeu passagens falsas para o Haiti e sumiu com o dinheiro (A GAZETA, 2015)

Muitos haitianos chegaram ao Brasil, mas um grande número nunca chegou. Ninguém sabe para onde foram estas pessoas. Eu tenho para mim que elas foram vítimas de tráfico de pessoas, denuncia um integrante da Organização de suporte a atividades do migrante no Brasil. (A GAZETA, 2016)

A flexibilização do trabalho nos permite analisar as relações de trabalho a partir das suas intensivas formas de utilização presentes nas subcontratações, nas diversas formas de rebaixamento da remuneração, na informalização, na retirada de direitos trabalhistas e como observado, torna os vínculos trabalhistas mais frágeis, com facilidades legais na contratação e demissão da mão de obra, alta rotatividade, instabilidade e insegurança do trabalho e desprovidos do potencial organizativo/reivindicativo. O que se tem é uma massa de trabalhadores disponíveis ao mercado de trabalho e sujeitos a todas as formas de precarização e exploração.

Consideramos diante dos dados acima que a situação dos migrantes é precária. Muitos deles chegam a dividir a casa com até 10 pessoas para poder manter o básico aqui em Cuiabá, como alimentação e vestimentas. Ademais, a busca pela formalidade é um dos requisitos para permanecerem no país, de acordo com o previsto na regulamentação do Visto Humanitário, ou seja, é uma vida atravessada pela legalidade e irregularidade.

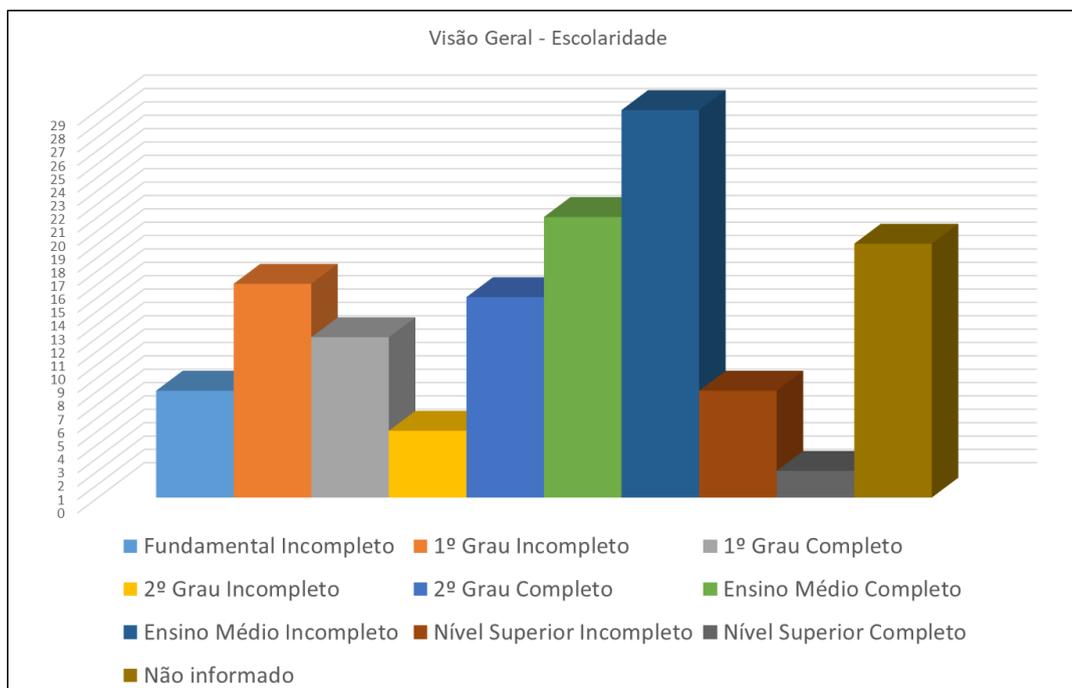
Outro destaque se dá quando realizamos análise do mercado de trabalho associado à escolarização e que podemos concluir que os que se deslocam até a capital Cuiabana, de acordo com os dados da pastoral, conforme já demonstrado em outro ponto deste capítulo, os haitianos encontram-se em sua maioria no intervalo de ensino fundamental e médio, o que dificulta a inserção em trabalhos 'qualificados', sujeitando-os a precariedade e informalidade. Portanto, a baixa escolaridade junto aos preconceitos, racismo, xenofobia e dificuldade no idioma, aprofundam as condições de vida dos haitianos.

A primeira dificuldade encontrada foi o idioma, com o passar do tempo os problemas foram aumentando. foram surgindo preconceitos na área da saúde, da educação e lazer. "Muitas pessoas chegam com diploma, mas aqui no Brasil isso não vale nada. E acrescenta, "quando nós haitianos vamos procurar emprego, eles dizem que não tem vagas para estrangeiros. Muitos trabalhavam lá em cargos mais altos, contudo, aqui acabam, na maioria das vezes, encontrando trabalho de serviços gerais ou auxiliar de produção. Como eles precisam trabalhar, acabam pegando qualquer coisa, mas hoje, o que acaba acontecendo é que muitos não estão sequer conseguindo emprego. Acabo semanalmente recebendo relatos de haitianos que afirmam que vão a procura de trabalho e não encontram vagas (A GAZETA, 2016).

Quanto ao componente escolaridade obtivemos algumas respostas semelhantes no que se refere ao ensino médio e 2o grau, todavia, resolvemos ser fidedignas ao cadastro. Constatamos que os dados nos PIAS quanto ao ensino

concentra-se no ensino fundamental e médio e isto tem impactos diretos sobre as condições de vida e de trabalho destes no país e em Cuiabá.

GRÁFICO 6 - ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO CPM (2013-2019)



FONTE: elaborada pela Autora

Observamos ainda no extrato dos jornais que mesmo os que tem uma qualificação mais elevada estão submetidos a aceitarem qualquer condição de trabalho. Isso se dá pelas condições em que estes chegam aqui: demanda de envio de remessas para o país de origem e manutenção material na cidade. Adensa-se a demora no Brasil para regularizar os diplomas de outras nacionalidades e como já falado, uma estrutura conservadora que permeia o mercado de trabalho brasileiro. Nos jornais encontramos os seguintes extratos sobre qualificação profissional.

Na UFMT oferece curso de línguas com 50 vagas dos inscritos tem médicos, professores, engenheiros, mas que não podem exercer a profissão. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014)

Muitos com nível superior estão sendo contratados como serventes cuja remuneração fica entre o salário-mínimo e 1 mil reais.

“praticamente 99% são contratados como serventes apesar de desempenharem serviço de pedreiro. Dispensam dizendo que eles não se adaptaram, mas na verdade não querem pagar os direitos deles, diz Rafael Lira (CIRCUITO MATO GROSSO, 2014)

Esses dados já citados parecem dissonante da realidade do estado apresentada pelos dados divulgados no relatório “Síntese de Indicadores Sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira em 2021”, do IBGE, Mato

Grosso é segundo estado com a menor taxa de desemprego do país, com 5,9%. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério da Economia, mostram que Cuiabá teve um saldo positivo de 14.895 novos postos de trabalho, com estoque de 181.026 nos empregos acumulados de janeiro a dezembro de 2021.

Como já exposto em outro momento, a Casa do Migrante tem como objetivo combater a exploração do trabalho e a irregularidade deste. Além dos documentos oficiais, encontramos em um jornal que para “a superintendência do trabalho e emprego atua por meio do balcão do direito do trabalho na casa do migrante que funciona com uma auditora. O balcão orienta sobre trabalho, contratações e palestras com capacitações sobre a legislação brasileira” (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014). Além destes a Secretaria de trabalho e Assistência atuou junto à época nesta mesma direção, conforme extratos encontrados em impressos analisados:

A Setas atua em três frentes: encaminhamento para o mercado de trabalho, orientação sobre o mercado de trabalho e encaminhamento para cursos de qualificação. A secretaria avalia que o desemprego se dá pela alta rotatividade deles. Empresários reclamam da falta de compromisso deles em saírem sem dar satisfação. Além disso parte exige contratação em grupo e maioria se apresenta com pouca ou nenhuma qualificação. (CIRCUITO MATO GROSSO, 2014).

Sobre outras atividades que buscam fortalecer a permanência de haitianos forma encontradas nos jornais, destaca-se a Educação de Jovens e Adultos

O que está sendo oferecido são projetos pontuais. Na capital até o primeiro semestre do ano passado os haitianos aprendiam o português em cursos rápidos ministrados por voluntários na Casa do Migrante. A SEDUC se viu obrigada a abrir salas especiais para ensinar a língua materna. Os primeiros 100 haitianos jovens e adultos estudaram em salas emprestadas.

Com cerca de 1 mil alunos entre surdos, cegos, cadeirantes e egressos do sistema prisional, a escola resolveu a questão da falta de espaço e abriu salas para haitianos no bairro CPA III.

Mas precisava de professor de crioulo.

A CEJA Almira de Amorim Silva tornou-se referência no atendimento a haitianos.

Na rede municipal de Cuiabá desde 2013 os filhos de haitianos, em sua maioria, nascidos no Haiti podem ser vistos em creches e escolas. Na creche localizada no Planalto são atendidos 13 haitianos com idade de 01 a 04 anos.

Na presença de haitianos levou uma demanda que o município não estava preparado.

O coordenador do EJA diz que atender os haitianos está sendo um desafio, mas garante que em breve o Estado terá uma política de educação para os haitianos.

O conselho pela igualdade racial percebeu que a demanda da língua portuguesa trouxe também a necessidade de efetivar políticas e não limitar o atendimento a iniciativas isoladas. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2015).

Todavia, a atuação das instituições não é um impeditivo para a ilegalidade das relações trabalhistas, visto que se trata de uma estrutura da formação brasileira e de investimento na política migratória atual de forma efetiva.

Consideramos que a ausência de políticas sociais por parte do Estado que prevê acolhimento e permanência da população migrante recai sob a lógica voluntarista que perpetua práticas esvaziadas, pontuais e imediatistas e aprofunda a vivência destes na cidade.

5.4.1 O que parece estar escondido, mas não está: trabalho escravo e migração

Todavia, antes de apresentarmos os dados, atentamos para a ausência do componente raça coletado. Para nós trata-se de um aspecto visceral para o entendimento da realidade proposta por esta pesquisa que busca a partir do enovelamento de classe, gênero e raça construir a síntese crítica. Cabe destacar que esta 'ausência invisível' não está deslocada de uma estrutura racista que acomete os espaços institucionais e que recai sobretudo nos sujeitos inseridos enquanto usuários das políticas públicas, reverberando na falta de componentes que compreendam a dinâmica cotidiana vivenciada por estes.

Consideramos salutar destacar isto, pois não há como pensar o deslocamento do povo do Haiti para Cuiabá sem entender a importância do elemento raça, pois como já falado, ele é estrutural da sociabilidade capitalista, ao dividir e hierarquizar os 'desejáveis' e os abjetos.

O racismo se materializa de diversas formas na nossa sociedade. No caso da pesquisa, para além do já explícito, destacamos outro elemento que combina aspectos da nossa formação sócio-histórica colonialista e genocida de apropriar e explorar o trabalho e que tem na sua expressão mais grave o trabalho escravo e que, na contemporaneidade, se reatualiza. Em um dos jornais analisados encontramos essa combinação do novo com o velho.

A situação dos indígenas e dos haitianos em Mato Grosso preocupa os membros da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-MT). Os dois grupos são considerados alvos que estão sendo aliciados para trabalhar em condições análogas a escravidão. além de

indígenas, os haitianos também estão sendo aliciados para trabalhar em fazendas do interior. (A GAZETA, 2015)

O conceito de trabalho análogo à escravidão condiz com condições que impõem e submetem os indivíduos a atividades pelo uso de força, da coerção, de jornadas extenuantes, do cerceamento de liberdade, de intensa vigilância, da retenção de documentos, “sujeitando-os a condições degradantes de trabalho ou restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (BRASIL, 1940, s/p.). Embora o combate ao trabalho análogo ao escravo não seja o foco de estudos desta tese, observamos que esta temática aparece nos jornais e dados que açambarcam o nosso objeto de estudo, visto que são os migrantes os mais propensos a violação dos Direitos Humanos, principalmente no que se refere ao trabalho. “Alguns empresários se valem da vulnerabilidade os submetem a condições análogas à escravidão. Há registros de 21 haitianos nessa situação.” (CIRCUITO DE MATO GROSSO, 2016). Consideramos ainda que aquele é um elemento importante para pensarmos a estrutura que conforma historicamente o estado mato-grossense em pilares da exploração da população migrante, do coronelismo, do patriarcado e do racismo.

De acordo com a Comissão da Pastoral da Terra, o estado de Mato Grosso é considerado uma das regiões onde mais existem práticas deste tipo de trabalho, destacando-se por ser o maior número de denúncias existente. De acordo com a CPT (2021) de 1995, momento em que o governo reconhece o trabalho escravo, em 2019 são mais de 53.000 escravizados no Brasil e destas 6.180 pessoas foram encontradas em trabalho escravo contemporâneo no estado (CPT, 2021). Cabe ainda relatar que foi o primeiro estado denunciado, em 1970. A armadilha ocorre por ser um estado que se apresenta enquanto local de oportunidades⁵⁸, mas que carrega traços conservadores, sobretudo na utilização da mão de obra que, disponível, está ‘sujeita’ mais facilmente ao aliciamento, pois estamos tratando de condições de vida material para si e para família.

No momento em que analisamos os dados encontrados nas caixas e nos jornais, observamos que, de acordo com dados oferecidos pela Comissão Pastoral da Terra (2010, s/p.), no estado de Mato Grosso as principais atividades estão ligadas à agropecuária e às lavouras de algodão, soja e mineração. Segundo o

⁵⁸ No caso dos haitianos, observamos que dentre as diversas motivações para vir ao Mato Grosso, as principais eram por ser um lugar de oportunidades.

documento apresentado, as principais atividades realizadas entre os anos de 1995 e 2018 encontram-se percentualmente distribuídos na cana-de-açúcar, com 36%; pecuária, com 30%; lavouras temporárias, com 15%; e desmatamento, com 6%. Encontramos relatos em jornais que demonstram a ligação do trabalho escravo e a produção monocultora.

Eles vão trabalhar nesses locais, sem carteira assinada e em troca de nada, de um salário qualquer. 'Já recebemos informações de que um grupo que está em Sinop encontra-se em situação precária. Não faz tempo que resgatamos outros nove em Cuiabá. O secretário da Setas destaca que existem evidências de que nos últimos 10 anos mais de cinco mil trabalhadores foram retirados dessa condição. E complementa "Infelizmente não conseguimos ainda provocar uma erradicação a cultura de empregadores que ainda estão praticando essas atividades criminosas" (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2015).

O trabalho análogo escravo é uma reatualização de práticas colonialistas que marca a história do povo negro deste país que objetificado e humanizado, era considerado para práticas de trabalho domésticos, em lavouras e sexuais.

Na contemporaneidade o que há é uma combinação de elementos novos com o velho que se apresentam nos investimentos de aparatos tecnológicos sobretudo nas commodities de exportação junto às velhas práticas - que dialeticamente se renovam - de exploração se materializam nos baixos salários e precarização da vida e do trabalho. As atividades ligadas ao trabalho rural apresentam-se, assim, como as que mais utilizam o trabalho escravo, pois foram conformadas em trabalhos que não exigem 'especialização' e que, portanto, os desqualificam ao rebaixar o salário. Dados da CPT (2021) denunciam isto ao retratar os níveis de instrução dos trabalhadores e trabalhadoras libertas nos anos entre 1995 e 2018, 90,02% estavam entre os níveis de analfabetismo e Ensino Fundamental incompleto que eram naturais do Mato Grosso; já os que foram libertos e residiam no Mato Grosso entre os mesmos níveis de estudo foram 93,15%. Os índices são alarmantes e devem ser associados a outros como o aumento da desigualdade e do empobrecimento, a discrepância de propriedade entre os pequenos e grandes produtores, a falta de investimento em políticas públicas que impactam o não cumprimento das legislações.

Quando se sacraliza o lucro, profana-se a vida; quando o único objetivo é o lucro a qualquer custo, os imediatamente penalizados são trabalhadores e trabalhadoras. O agronegócio com seu discurso "pop" não é diferente da plantation colonial brasileira: escravismo colonial e escravismo capitalista. O domínio sobre o corpo ou sobre a força de trabalho é sempre a negação do trabalhador em suas humanidade e dignidade (CABRAL, 2019, p. 47)

Outro aspecto a ser apontado nas análises é a utilização invisível do trabalho de mulheres para a sustentação e manutenção do trabalho escravo. A invisibilidade fruto do patriarcado e da divisão sexual e racial do trabalho faz com as atividades feitas por estas, seja no preparo dos alimentos, atividades domésticas sejam tratadas como naturais e, portanto, sem remuneração.

Quanto à Pastoral para Migrantes de Cuiabá e a sua atuação no campo do trabalho escravo, as ações voltam-se ao acolhimento a vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas, junto a outras instituições como a Comissão Pastoral da Terra; o Centro Burnier Fé e Justiça; o Fórum de Direitos Humanos e da Terra; a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE), a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-MT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho (MPT-MT).

Dos encaminhamentos que chegaram à Pastoral nesta condição, no período de 2010 a 2015, eram migrantes nacionais. O fluxo de atendimento ocorre pelo Projeto Ação Integrada, que é uma das ações de acolhimento da rede. O Projeto busca reinserir os trabalhadores em trabalhos dignos por meio de cursos profissionalizantes, e de geração de emprego e renda (SILVA, 2021). Destacamos que este quadro foi observado neste período e que a ação da Casa se dava pela realização cursos, de acolhimento e de informações sobre a regularização do trabalho. Embora haja esforços por parte das instituições, sabemos que nos últimos anos houve um contingenciamento de recursos para as políticas sociais, o que fragiliza ainda mais a atuação destes.

Todavia, não identificamos em relatórios e PIAS, dados de anos posteriores, o que não significa que o trabalho da Casa neste íterim tenha sido findado. Ao contrário, atualmente a Casa tem um “balcão do trabalho” que consiste em receber informações sobre vagas de empregos e comunicar aos migrantes, sejam os que estão na Casa ou não, sobre o local e os documentos necessários. Observamos ainda que na tentativa de evitar situações em que exponham os trabalhadores a não garantia de regularização, há a presença de uma funcionária aposentada da Superintendência Regional do Trabalho/MT (SRT) que tem prestado serviço e assistência aos trabalhadores migrantes e informa aos trabalhadores sobre os direitos legalizados além de assegurar a formalização e regularização da atividade a ser exercida. Isto ficou evidente em um dos dias em que estive na sala das

profissionais da instituição, uma funcionária recebeu um telefonema de uma situação de um migrante que foi trabalhar em uma fazenda em uma cidade próxima e que ainda não tinha sido formalizado na carteira profissional de trabalho. Em diálogo a mesma relatou que se continuasse, o migrante voltaria à Cuiabá e que recorreria legalmente, impondo um 'determinado medo'.

Consideramos que esta invisibilidade ou apagamento de um traço tão profundo como o trabalho escravo na nossa história e que reverbera atualmente, tem relação com o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que organiza as relações sociais em nossa sociedade, e se expressa na naturalização da violência e das desigualdades.

5.5. Invisíveis? classe, gênero e raça no mercado de trabalho

Durante a construção da pesquisa uma questão era relevante sobre a migração haitiana: quais lugares que as mulheres ocupam no mercado de trabalho nesses anos em que estão em Cuiabá? Partimos do entendimento de que a construção desta resposta norteadora não poderia estar deslocada da divisão sexual e racial do trabalho que relega, historicamente, lugares diferenciados entre homens e mulheres, instituindo valores e reconhecimentos a partir de uma hierarquia, sobretudo para a população negra.

As perguntas que realizamos para compreender a mobilidade das mulheres haitianas até Cuiabá pautaram-se na sua chegada e permanência no município. De que forma elas adentraram em Mato Grosso? Qual era a quantidade de mulheres haitianas? Quais os nichos de trabalho que ocupam? Qual a escolaridade? Entendemos que embora fossem perguntas indicativas, que poderiam ou não serem respondidas com os dados coletados, elas poderiam se desdobrar em outras questões.

A vasta literatura realizada por autores sobre a mobilidade de mulheres tem evidenciado que as mulheres migrantes ocupam nichos de trabalhos 'não qualificados', portanto menos valorizados. A par disto, uma outra questão se construiu: quais as particularidades da formação brasileira que implicam para a inserção das mulheres migrantes haitianas? Diante desta pergunta buscamos analisar os dados a partir do entendimento que o trabalho das mulheres migrantes e

as condições de vida destas podem tomar contornos particulares diante de elementos da formação brasileira.

Para tal, buscamos, a partir dos dados de pesquisa qualitativa, apresentar inicialmente alguns dados que apontam um panorama sobre a migração das mulheres para o Brasil e após tratar das dinâmicas que versam sobre o mercado de trabalho para as haitianas em Cuiabá, articulando as mediações explicitadas durante os capítulos anteriores.

Durante os anos de 2010 a 2019, os dados da Polícia Federal mostraram que 2010 a 2019 do total de 26.554.564 entradas e 25.360.296 saídas, constituindo um saldo de 688.367 imigrantes mulheres no país. O que nos parece um número expressivo nesta última década, coadunando com o fenômeno mundial de feminização da migração. Deste número, as argentinas, uruguaias, paraguaias, chilenas, estadunidenses, alemãs, francesas, portuguesas e espanholas constituíram as nacionalidades que configuram o intervalo dos anos de 2010 a 2015.

O Relatório do Obmigra aponta que na segunda metade (2016 a 2019) o perfil de inserção foi modificado. O maior expoente esteve concentrado nas migrantes advindas da América do Sul e do Caribe, apontado a tendência da mudança de fluxos Sul-Sul. Destas, as venezuelanas aparecem com maior número apontando para 116.653, seguida das 74.600 e das haitianas 37.082 nos anos de 2016 a 2019. Quanto às mulheres do Haiti nos últimos anos, a entrada delas dobrou já que a movimentação nos anos de 2010-2015 foi de 17.526. De acordo com o relatório os dados das movimentações evidenciam que as mulheres imigrantes também são protagonistas em recolocar o Brasil como país de destino, e são as mulheres sul-americanas e caribenhas que agora chegam ao país, construindo um novo perfil das imigrantes mulheres (TONAHTI E MACEDO, 2020, p. 113)".

Ainda sobre as haitianas os dados de 2016 a 2019, apresentam que houve um aumento do número de solicitação da condição de refúgio, mesmo após a publicação da Portaria Interministerial 12/2019, que prevê a regularização de nacionais do Haiti através do visto humanitário. No intervalo temporal houve um aumento de 6.904%, ou seja, saíram 98 solicitações para 6.864, o que pode caracterizar um novo fluxo de haitianas neste período.

No que concerne ao mercado de trabalho, os dados da RAIS apontam que houve um crescimento no mercado formal de trabalho. Em 2011 foram emitidas apenas 3.722, já em 2019 foram emitidas 39.813. Em 2016, as haitianas possuíam

46% das carteiras emitidas. Já em 2018, são as venezuelanas que possuem maior emissão. Em 2019, 63% foram para venezuelanas, seguido das haitianas com 20% e das cubanas com 5%. Esses dados demonstram que as nacionalidades sul-americanas e caribenhas migram para o Brasil por motivos de trabalho.

Quanto a inserção das migrantes no mercado de trabalho, observamos que elas estão no mercado de trabalho formal, mas que este não as absorve por completo, pois das 39.813 carteiras de trabalho que foram emitidas para as migrantes, apenas 28.096 foram admitidas em algum tipo de emprego formal no ano de 2019, o que exclui mais de 15 mil do mercado formal. Com esses números, a pergunta surge: para onde este número sobranete vai? Provavelmente para as filas do desemprego e se juntam às demais que não solicitaram carteira de trabalho.

No tocante à nacionalidade, as principais inseridas no mercado de trabalho formal são as haitianas com 55%, seguida das venezuelanas com 22% e as paraguaias com 11%.

Consideramos assim que, embora as mulheres haitianas não estejam presentes em uma porcentagem semelhante à mobilidade masculina, a entrada delas no país têm crescido a partir de 2015, sobretudo advindas de países sul-americanos e caribenhos. Estas têm o perfil de jovens e solteiras, reafirmando o fluxo advindo para o trabalho. Observamos ainda que no que concerne ao mercado formal de trabalho as haitianas e venezuelanas possuem maiores vínculos, todavia os rendimentos são mais baixos do que os migrantes do norte global e do que os homens. Isto representa que a busca por trabalho se realiza em condições precárias e de baixos rendimentos, o que impactam na vida destas e daqueles que, de certa forma, dependem deste emprego. Diante deste panorama nacional, buscamos apreender as particularidades das haitianas em Cuiabá a partir da análise dos dados da Pastoral do Migrante e de jornais.

De antemão, consideramos que a pesquisa iniciada a partir da dos PIAS, aqui apresentada, havia sinalizado alguns caminhos que consideramos importante retomar e aprofundar neste tópico:

1. O baixo quantitativo de mulheres na mobilidade para Cuiabá as torna invisível na mobilidade e isso impacta quando pensamos o mercado de trabalho e os espaços que estas ocupam. Consideramos que a estrutura patriarcal e racista do estado são elementos para compreendermos os motivos da baixa presença destas em Cuiabá nos

espaços, sejam eles físicos ou nas fichas de atendimento, por exemplo e que devemos partir da mediação da divisão sexual e racial do trabalho que tem ganhado novos contornos na sociabilidade capitalista e se particularizado nos espaços

2. A quantidade de filhos e a responsabilidade sobre esses
3. A escolaridade

A parte do material teórico, pude vivenciar um debate com haitianos em abril de 2022 que retratava sobre a cultura africana e haitiana. O objetivo do evento era expor para a comunidade a diversidade que compõe esses lugares. Estive no local com este intuito, mas, sobretudo, com a intenção de dialogar com as haitianas já que a pesquisa havia sido dificultada pela pandemia. Ao chegar lá me deparei com poucos homens haitianos, outros sujeitos e sujeitos e nenhuma haitiana. Nenhuma. Aquela cena me remeteu à primeira contada neste capítulo que foi a tentativa de diálogo e a ausência de respostas. Já haviam se passado cinco anos de intervalo. O que permanecia? O silêncio. Em um momento do debate alguém pergunta sobre as haitianas e questiona o machismo presente na cultura. O mesmo responde que não vê isso e retruca que as mulheres preferem ficar em casa, trançando umas às outras, conversando. Seria isso uma preservação da cultura ou machismo? A mesma mulher retruca e expõe que naquele momento não havia nenhuma mulher ali e que ela, enquanto uma das responsáveis por uma das salas da Educação de Jovens e Adultos, percebia a baixa presença destas na escola, acrescentou ainda sobre violência doméstica e o mesmo continuava a dizer que isso não existia em seu país, que era uma particularidade daqui.

As falas daquele dia inquietaram-me. Era difícil dar materialidade ao que havia sido exposto no evento, pois eu não tinha tido contato com elas. Ainda, existia uma compreensão de que o elemento patriarcado parecia pulsar e explodir na pesquisa e na vida cotidiana destas mulheres. Realizar esta tese sem apresentar este ponto era reiterar a invisibilidade da história das mulheres. No decorrer da tese, fui convidada para participar de em uma atividade de entrega de cestas básicas na Pastoral. Como relatado anteriormente, o momento foi dividido em dois dias e contou com a presença de 100 haitianas. Encontrava naquela ação a oportunidade de estabelecer algum diálogo com elas. Nas tentativas, as respostas que eu tive, transformavam-se em perguntas, por exemplo se a 'amiga', que era vizinha, poderia

pegar um benefício também. Exponho aqui que elas falavam o tempo todo em creoulo, o que dificultava qualquer entendimento sobre algo do cotidiano delas. As poucas vezes que as ouvi falar foi quando perguntava sobre a identidade e elas respondiam de forma afirmativa ao me entregarem o documento. Destaco ainda que percebi em muitas mulheres a dificuldade de assinar o nome ou de entender o que eu falava.

Com esta vivência na Pastoral, a pergunta retornava: seria uma ausência destas na capital ou uma invisibilidade. A resposta só poderia ser construída, ao nosso ver, se aprofundarmos os elementos sobre o patriarcado e o racismo e suas implicações na formação sócio-histórica haitiana. O nosso questionamento no tópico propõe desvelar se esta invisibilidade é parte de um silenciamento histórico das mulheres haitianas, fruto da formação do país e que é aprofundada com os traços da nossa formação brasileira patriarcal e racista.

Cabe destacar que o que propomos não é fazer uma análise que compare os países, mas demonstrar que a colonização de ambos ainda demarca corpos e lugares.

Antes de adentrarmos ao ponto que versa sobre o mercado de trabalho para as mulheres haitianas, buscamos analisar elementos que constituem o 'ser haitiana' no país de origem. Este levantamento de informações decorre da análise dos dados apresentados em que observamos que algumas mediações se faziam necessárias. Ao nosso ver, compreender a formação do Haiti e suas implicações às mulheres seria a 'virada de chave' para entendermos o porquê das supostas invisibilidades destas nos dados da pesquisa. Exemplo disto ocorre quando analisamos os dados das Tabelas que versam sobre a entrada das haitianas no Centro e constatamos que a uma há um número reduzido de mulheres que chegam à capital. Todavia, alertamos que, a dificuldade no idioma, a resposta no preenchimento ter sido realizada por homens, pode inviabilizar a participação destas na mobilidade. Informamos que encontramos algumas dificuldades de encontrar materiais⁵⁹ e portanto, a análise aqui empreendida é um reflexo disso.

⁵⁹ Em sua tese, Joseph (2015) aponta para a ausência de estudos sobre o Haiti que considerem as relações de gênero no período colonial. Para ela, há um esforço teórico no que concerne a classe, raça e colonialidade, todavia, há uma invisibilidade quanto às mulheres, sobretudo referente as escravas domésticas na colônia e também a atualidade deste tema, quando é pensado a mobilidade Norte/Sul (acrescentamos Sul/Sul).

Dos elementos pesquisados e apontados no capítulo anterior que marcam a formação haitiana, temos que ela foi e ainda é atravessada pela violência que usurpou a terra do seu povo. Nas pesquisas encontradas a violência sexual e doméstica estão presentes na história das haitianas. O assédio a mulheres e crianças pelas tropas brasileiras são exemplos bárbaros e repugnantes noticiados e levados a investigações pelos organismos internacionais e silenciados pelo governo brasileiro.

A colonização das terras e a expropriação da população, a subsumiu a condição de dependente e teve no seu braço direito o tráfico do povo negro que se reatualiza em mão de obra sobrando que tem migrado pelo mundo na busca de melhorias de um país atravessado pela fome, miséria e desigualdades. Para Joseph (201) a colonização francesa apresentou impactos na organização trabalho doméstico, marcada pela influência sexual social e racial e olhar para isto na atualidade, é compreender os vestígios desta colonização. É importante voltar a estes elementos, pois eles se imbricam quando pensamos a condição das mulheres no país.

5.5.1 O mercado de trabalho

No que concerne ao mercado de trabalho, que é o foco desta tese, observamos que os dados nacionais apresentam que houve nos últimos anos uma inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho brasileiro, com números elevados para as nacionalidades haitianas e venezuelanas.

De acordo com a base de dados RAIS-CTPS-CAGED os principais nichos de ocupação para as mulheres estiveram nos serviços, vendedoras do comércio em lojas e mercados”, no intervalo de 2010 a 2019. Segundo Tanathi e Macedo (2020, p.129) houve neste período um aumento de 519% de mulheres imigrantes na primeira ocupação e o crescimento de 320% na produção de bens e serviços industriais. O que representa que as mulheres ainda ocupam majoritariamente os setores de serviços.

Nesta mesma base de dados, as ocupações em que as mulheres haitianas estiveram no Brasil, neste mesmo intervalo de tempo, encontram-se na ordem como faxineira, alimentadora de linha de produção, auxiliar nos serviços de alimentação e

magarefe. Ao observamos, temos que as mulheres se concentram em atividades insalubres, perigosas e exaustivas, cabendo um destaque para os frigoríficos.

A situação do trabalho feminino se aprofunda quando traçamos um paralelo quanto aos rendimentos

Em 2011, os homens imigrantes ganhavam praticamente o dobro das mulheres imigrantes. A partir de 2013, essa diferença nos rendimentos foi diminuindo, coincidindo com a entrada dos imigrantes haitianos e posteriormente venezuelanos no mercado de trabalho no país. Como esses coletivos passaram a ocupar postos de trabalho, que possuem remuneração mais baixa, a média salarial entre os imigrantes diminuiu. Em 2019, a diferença de rendimento entre homens e mulheres foi de R\$ 297, sendo os homens imigrantes recebendo na média de R\$ 2.262 e as mulheres R\$ 1.965 mensais. (TANATHI e MACEDO, p. 132).

Cabe destacar que as disparidades ocorrem não somente no referente ao gênero, mas a nacionalidade. As análises demonstram que os homens imigrantes com os maiores rendimentos em 2019 advêm dos países do Norte Global e isso ocorre com as mulheres migrantes destes países. As assimetrias nacionais são destacadas quando comparamos os rendimentos entre o mesmo gênero e nacionalidades distintas. Temos que a diferença salarial entre as mulheres do Norte e as do Sul é abissal. Os dados demonstram que a soma dos dez maiores rendimentos, provenientes em sua maioria de mulheres dos países ricos do Norte Global, são 83% maiores que a soma dos dez menores rendimentos das imigrantes mulheres dos países pobres do Sul Global.

Esses dados revelam uma tendência do mundo do trabalho contemporâneo no processo da reestruturação produtiva que exerce uma maior exploração da força de trabalho à medida em que aumenta a sua produtividade. Esta intensificação ocorre por meio de uma remuneração menor do que seu valor real e encontra no trabalho da população migrante o seu maior expoente, sobretudo da população dos países de economia periférica. Disponíveis, às pessoas em mobilidade são a mão de obra 'ideal' para a exploração e opressão.

No caso do trabalho feminino migrante, a ótica da mediação da divisão sexual e racial do trabalho nos permite desvelar como o capitalismo tem se utilizado das assimetrias de gênero, raça, classe e nacionalidade para aprofundar a exploração na força de trabalho das mulheres por meio da redução do valor trabalho. Assim, o abismo salarial reflete nas condições de vida das mulheres nos países periféricos, fazendo com que muitas procurem a mobilidade como alternativa para mudança de vida.

Dito isto, empreendemos, nesta tese que a da nacionalidade não pode ser vista como elemento secundário das análises do mercado de trabalho brasileiro, visto que, no caso das migrantes haitianas, ao ser imbricado com a classe, raça e gênero, as submetem a condições de maior exploração e opressão. Aqui destacamos que, embora sejam a nacionalidade com segundo registro formal de carteiras de trabalho, elas estão submetidas a trabalhos precarizados.

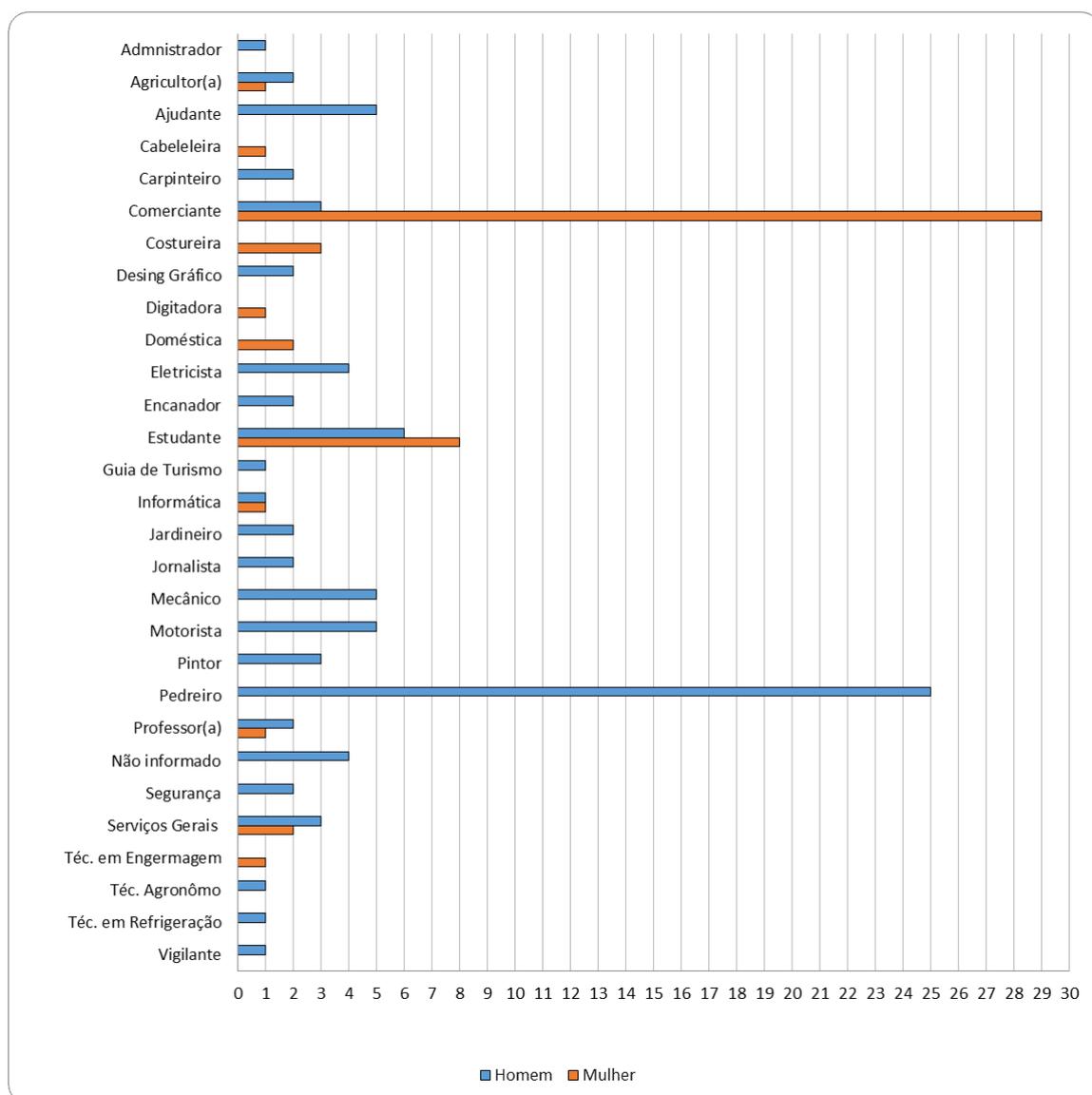
Defendemos que este aprofundamento das condições de vida e de trabalho das haitianas ocorre, diante de um perfil marcado pela classe, gênero e raça, pois são 95% negras e da classe trabalhadora. Conforme os dados demonstram, a maioria tem baixa escolaridade e qualificação e sem falar o idioma local, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho. Acresce-se a isto os traços colonialistas, patriarcais e racistas que permeiam a formação sócio-histórica brasileira e utilizam de marcadores conservadores e morais para reforçar esta estrutura. As haitianas compõem assim a mão de obra mais barata que a nacional, sendo relegadas aos piores tipos de trabalho.

Cabe evidenciar que não nos cabe apresentar esta particularidade como os conservadores e liberais têm feito ao olhar para isto como um jogo de oposição entre as trabalhadoras nacionais e internacionais que reforçam o discurso nacionalista e o mito da democracia racial e escondem as reais intenções do capitalismo que tem, no país periférico, utilizado mão de obra de mulheres migrantes para retroalimentar seu ciclo de produção e reprodução. Na corrida pelo mercado de trabalho quem vence não são as mulheres!

Exposto o panorama de migração internacional de mulheres no Brasil, buscamos desvelar quais os nichos de ocupação em que as mulheres haitianas estão situadas e as implicações para a vida destas em Cuiabá. Destacamos que o levantamento foi realizado a partir dos dados dos PIAS e dos jornais encontrados a partir do critério de ocupação e trabalho e logo após, desmembrados por sexo.

Todavia, reiteramos que a análise aqui exposta se refere ao que foi coletado no Plano, o que pode ocasionar uma leitura parcial da realidade das haitianas no município, visto que o instrumental analisado concerne ao período de entrada destas. Inferimos que havia nos PIAS, no campo observação, o lugar que estas conseguiram emprego e adensaremos a síntese no texto.

GRÁFICO 7 – PROFISÃO POR SEXO - CPM



De acordo com o gráfico, elaborado a partir dos PIAS, observamos que há a incorporação destas em trabalhos como comerciante, doméstica, cabeleireira, agricultora, professora e serviços gerais. No campo 'observações' analisados a partir do instrumental utilizado para a pesquisa, algumas mulheres sinalizaram estar trabalhando em frigoríficos, empresas terceirizadas de serviços gerais e limpeza, em locais de alojamento e como diaristas. Ainda sobre as ocupações e os dados, encontramos no jornal local, falas que remetem as dificuldades familiares ante a ausência de emprego e a inserção em trabalhos precários.

o haitiano contou que a esposa trabalha em um frigorífico e que a filha passa o dia em uma creche pública. Ele está desempregado e pagam 400 reais de aluguel. Eles reclamam dos baixos salários e estão sendo sustentados por amigos e parentes (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2014).

Destacamos que embora o cenário de inserção das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado a partir de 1980, a vasta literatura sobre o mundo do trabalho tem demonstrado que a intensificação foi realizada com a inserção nos postos precários de trabalho, especificamente no setor de serviços e na precariedade da cadeia de produção⁶⁰ e que por outro lado, as manteve no âmbito da reprodução. Esse aspecto contraditório, de avanço com o crescimento das mulheres no trabalho produtivo, por um lado e da permanência em atividades laborais tradicionais, revela a rigidez da divisão sexual e racial do trabalho, que as mantém em trabalhos com exposição à insalubridade e maiores desgastes físicos.

Assim, a precariedade, no caso das mulheres especialmente as mais pauperizadas, deve ser analisada pelo *continuum* de produção e reprodução e pelas formas de exploração dadas no contexto da reestruturação produtiva, que evidenciam a perda de direitos, a não definição da jornada de trabalho, características associadas ao trabalho feminino (ABÍLIO, 2014).

Os trabalhos elencados no gráfico, que caracterizam a migração feminina haitiana, representam a síntese concreta dos elementos da precariedade que associados a ideologia patriarcal, as colocam em um lugar ‘destinado naturalmente às mulheres’, visto que se tratam de aspectos que reforçam as características da minuciosidade, do cuidado com o lar, da educação e as tornam, conseqüentemente invisíveis e não valorizadas e ‘adequando-se perfeitamente às demandas do ‘trabalhador flexível’ em geral” (ABÍLIO, 2014, p.87).

O cenário do trabalho haitianas se aprofunda quando as encontramos em trabalhos que em que há maior exploração do trabalho destas ao relacionam trabalho remunerado e não remunerado no mesmo espaço, a exemplo do trabalho com alojamento, onde estas trabalham e moram no mesmo local, o que as levam a ampliação da jornada de trabalho e provavelmente, o uso do tempo livre destas.

Ademais, a estrutura racial que abarca o país, aprofunda a condição destas no mercado de trabalho. A informalidade e o trabalho doméstico são constituídos majoritariamente por mulheres negras e é uma das maiores ocupações das mulheres no país, marcado pela informalidade, baixos salários e servidão,

⁶⁰ Os setores de confecções, trabalho em domicílio por peça, construção civil e cooperativas prestadoras de serviço para indústrias de mineração transnacionais são exemplos dessa precarização.

reforçando os traços raciais e patriarcais da nossa formação histórica. Observamos que as relações que envolvem a servidão e o emprego doméstico resvalam às mulheres mais pobres da classe trabalhadora, sobretudo, as racializadas que tem sua origem na escravidão, demonstrando que, embora atualmente se trate de atividade assalariada, carrega as marcas da relação servil. (GONAZALEZ, CARNEIRO,

Os impactos desses traços racistas e patriarcais da nossa formação adensam-se a condição da nacionalidade, exemplo disso está no rebaixamento e invisibilidade do trabalho o no caso das mulheres migrantes haitianas em Cuiabá. Nos relatos encontrados estas chegaram a ganhar 50 em faxinas no 2014, quando o valor da cesta básica no país para suprir o mínimo das despesas das e dos trabalhadoras e trabalhadores era de em média 300 a 350 reais e o salário mínimo estimado era de 2.975,55, já o em vigor estava 4 vezes menor, de R\$ 724,00, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2014).

Observamos em alguns PIAS que as haitianas estavam trabalhando em lugares com alojamento, o que as submetem a longas jornadas de trabalho para poder em troca de alimentação e moradia. São atividades que demandam mais tempo, com jornadas de trabalho alta, disponibilidade de tempo permanente, com um salário baixo, longas jornadas de trabalho, quando são migrantes indocumentadas ganham menos ainda (DUTRA, 2012; ÁVILA, 2009).

De acordo com pesquisa do DIEESE, o número de pessoas ocupadas no Brasil passou de 94,5 milhões em 2019 para 86,2 milhões em 2020. O trabalho doméstico também teve redução neste mesmo intervalo, passando de 6,4 milhões para 4,9 milhões, dos quais 92% são ocupadas por mulheres e com jornada semanal de 52 horas no Brasil. Destes, 65% são negras. Na região Centro Oeste, a média semanal foi de 50 horas trabalhadas para as domésticas e 51 horas para as mulheres negras. Não foi só o quantitativo de empregos que caiu, mas a renda mensal salarial que era de R\$ 924 para R\$ 876. No que se refere a informalidade, os números são mais alarmantes, as trabalhadoras informais ganham 40% menos do que as formais e as mulheres negras recebem em média 15% menos.

Apontamos estes dados acima, pois, embora a ausência do componente raça nos relatórios e nos Planos, torne um desafio para a pesquisas e análises deste texto, bem como para pesquisas futuras sobre o trabalho feminino, podemos

considerar que este cenário demonstra o asseveramento das condições das migrantes haitianas. Consideramos assim que o componente invisível perpassa todo o estudo desta tese não pode ser desconsiderado diante de uma população em que 95% da população é negra. Inferimos nesta tese que a questão racial impacta no modo de vida e de trabalho das haitianas e isso se aprofunda quando os traços da nossa formação colonialista, racista e patriarcal se renovam e as colocam no lugar de subalternidade.

Atrelada a estes fatores que reforçam a divisão sexual e racial do trabalho, as condições de vida destas nos países de origem, as mobilizam ao deslocamento, embora muitas trabalhadoras tenham a sua condição de vida agravada nos países de chegada. (JOSEPH & HANDERSON, 2015; VILLEN, 2015), sobretudo quando passam por situações de preconceito racial e xenofobia.

A vendedora de produtos ambulantes Azuila afirma que já sofreu discriminação por ser negra. “cheguei em Cuiabá sem nenhuma estrutura de vida. Sou enfermeira formada e quando fui buscar emprego nos hospitais, senti a discriminação por ser negra (FOLHA DO ESTADO, 2015).

Encontramos casos de racismo também no site Geledes⁶¹. A reportagem versa sobre uma denúncia de trabalho levada ao Ministério Público do Trabalho (MPT) realizada por uma haitiana de 23 anos que relata ter sofrido constantes humilhações e racismo no tempo em que trabalhou como caixa em uma padaria em Cuiabá. A denunciante relatou que era impedida de ir ao banheiro sem autorização, de falar com os clientes (eram obrigadas a usar crachá em que constava que não sabiam falar o idioma) ou de realizar compras no local. Ela disse que tinha medo de perder o emprego em um país que não tinha ninguém nem família. Relatou ainda não poder usar aplique no cabelo e que, muitas vezes, cumpria mais de 10 horas de trabalho.

A pesquisa comparativa realizada por Joseph E Handerson (2015) sobre migrantes haitianas na França e no Brasil retrata que as mulheres entrevistadas ao chegarem nestes países não tiveram sua documentação e qualificação profissional reconhecida imediatamente, tendo que trabalhar nestes países como empregadas domésticas.

⁶¹ <https://www.geledes.org.br/trabalhadora-que-era-modelo-no-haiti-denuncia-padaria-de-cuiaba/#:~:text=padaria%20de%20Cuiab%C3%A1-Trabalhadora%20que%20era%20modelo%20no%20Haiti%20denuncia%20padaria%20de%20Cuiab%C3%A1,e%20tomar%20%C3%A1gua%20com%20autoriza%C3%A7%C3%A3o.> Acessado em 20 de novembro de 2021.

O mito da democracia racial ante aos depoimentos encontrados nos jornais bem como os ‘não ditos’ nos dados revela que a imagem de país acolhedor ‘cai por terra’ ao reafirmar práticas e discursos racistas e xenofóbicos reforçado na ideia de ‘roubo de emprego’ das e dos trabalhadores nacionais.

Ainda sobre os dados do gráfico existe um número elevado de respostas no que concerne a ocupação dos postos de emprego que se referem ao comércio e agricultura que decorrem das atividades desempenhadas majoritariamente pelas mulheres no país de origem. E aqui cabe um destaque importante ao papel das mulheres que trabalham no comércio no Haiti, pois segundo Araújo (2004), são elas que movimentam a mercantilização de insumos básicos. Denominadas de ‘Madanm Sara’, elas se deslocam por horas em um sol escaldante carregando alimentos em uma bacia e levando-os ao centro urbano. E muitas, ainda plantam e colhem os alimentos. Embora as condições precárias de vida e de trabalho reverberem sob os corpos das mulheres, há uma contradição explícita no papel que desempenham no país, pois são elas o “pilareira central”, o ‘Poto Mitan’, em creoulo, que sustentam a alimentação das comunidades e a importância que possuem para a economia familiar, sobretudo quando os homens migram em busca de trabalho.

Empreendemos que as migrantes haitianas ocupam um papel central na manutenção da vida e da dinâmica do país, por outro lado, essa sustentação é atravessada por uma sociedade marcada pelo patriarcado e que tem implicância real para as mulheres que saem do Haiti e para as que ficam.

Outro elemento que nos chama atenção na análise dos PIAS quanto ao ponto de ocupação, é a diferença nas respostas dadas pelos homens no cadastro. Como já sinalizado, inicialmente eles respondiam o trabalho que exerciam no Haiti. Como a inserção de haitianos no Brasil, supomos enquanto hipótese⁶², que houve uma ‘mudança de profissão’ com o decorrer dos anos diante da demanda de um determinado perfil do para a absorção desta mão de obra, exemplo disso encontram-se nos cadastros de 2013 em que muitos chegam como agricultores. Em 2014, período da Copa do Mundo, as ocupações centram-se em atividades como pedreiro, eletricista e ajudante. Quanto às mulheres, estas continuaram a declarar o

⁶² Justificamos a sugestão da hipótese para esta análise em relação a adequação da profissão de acordo com a realidade do país de captura de mão de obra, pois entendemos que esta afirmação só poderia ser dada se tivéssemos aprofundado a análise como contato direto com as haitianas em Cuiabá. Neste sentido, sugerimos a temática para estudos futuros.

trabalho que realizavam no país de origem, embora vamos encontrar em alguns Planos e nos jornais da cidade, ocupações diversas do que estas apontam.

Esta readequação profissional é parte de um conjunto de respostas mobilizados pelo sistema capitalista-racista-patriarcal para perpetuar a lógica da acumulação baseada em uma maior exploração da força de trabalho por meio da flexibilidade e polivalência da e do trabalhadora/ trabalhador que, portanto, escancara sua face perversa com o agravamento das desigualdades sociais. A apropriação e exploração do trabalho das migrantes acontece porque as sujeitas implicadas, mulheres, empobrecidas e negras, estão subordinadas nas relações sociais que envolvem classe, gênero e raça.

Dentre os elementos para a análise, a flexibilização que caracteriza os postos de trabalho ocupados migrantes, caracteriza a precarização e da terceirização das atividades e inferem na fragilidade dos vínculos trabalhistas, na alta rotatividade, na insegurança e redução de potencial organizativo que impactam de modo geral a classe trabalhadora e que se aprofundam com a divisão sexual e racial do trabalho em que a “conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida social” (CARNEIRO, 2011, p.127).

Em relação a organização das mulheres haitianas, nos dados que analisamos, não foram encontradas quaisquer informações que revelassem uma ação política das haitianas. Todavia, resolvemos buscar esta informação em sites e outros jornais, pois entendemos que a realidade contraditória explicita a outra face.

A condição de classe, gênero e raça impactam sobre a vida das trabalhadoras. Todavia, nesta tese temos que a nacionalidade adensada a estes elementos aprofundam a condição de vida e de trabalho. A partir das análises elencadas, esses quatro aspectos invisibilizam as mulheres migrantes advindas de países da América do Sul, Caribe e África.

Cabe destacar que o cenário que as põe em vínculos formais de trabalho não modifica o contexto de precarização e flexibilização do trabalho feminino. A situação precária das mulheres haitianas em Cuiabá se acentua, assim como o cenário nacional para a classe trabalhadora, sobretudo para as mulheres, que se veem diante do aumento do desemprego e de um mercado de trabalho limitado a atividades precárias e informais, estando assim submetidas a aceitarem qualquer

tipo de trabalho, sobretudo, porque há uma necessidade material de sustentar a si e a família.

Quando fazemos uma associação entre trabalho feminino e escolaridade, observamos que a condição das mulheres se aprofunda. No cenário nacional, a base de dados ofertada pelo Obmigra (2020) retrata que nos anos de 2010 a 2019, as mulheres migrantes possuíam uma escolarização do ensino médio completo. Em 2011, as mulheres com ensino médio completo representavam 39,4% do total das mulheres imigrantes; aumentando para 43% em 2015 e em 2019 para 49,5%. Em segundo lugar, estão as mulheres imigrantes com nível superior completo, em 2011, eram 32,7% do total, em 2015, 21,9% e, em 2019, 22,2%. Observamos que há um aumento no nível escolar das migrantes no país ao tempo que há um decréscimo no nível superior. Os dados ainda mostram que as migrantes dos denominados novos fluxos que se dão a partir de 2015, dentre elas haitianas e venezuelanas, não possuem nível superior de formação. Em 2019, os dados demonstram ainda que haitianas e venezuelanas com nível de instrução médio completo corresponderam a 26% das mulheres imigrantes admitidas no mercado de trabalho formal.

No que concerne à instrução escolar, de forma geral, percebe-se que as mulheres que possuem índices baixos de escolarização e encontram-se em empregos eventuais e temporários, que exigem das mulheres: adequação a atividades repetitivas, rotineiras e desgastantes, capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo e poder afastar-se da residência por pouco tempo.

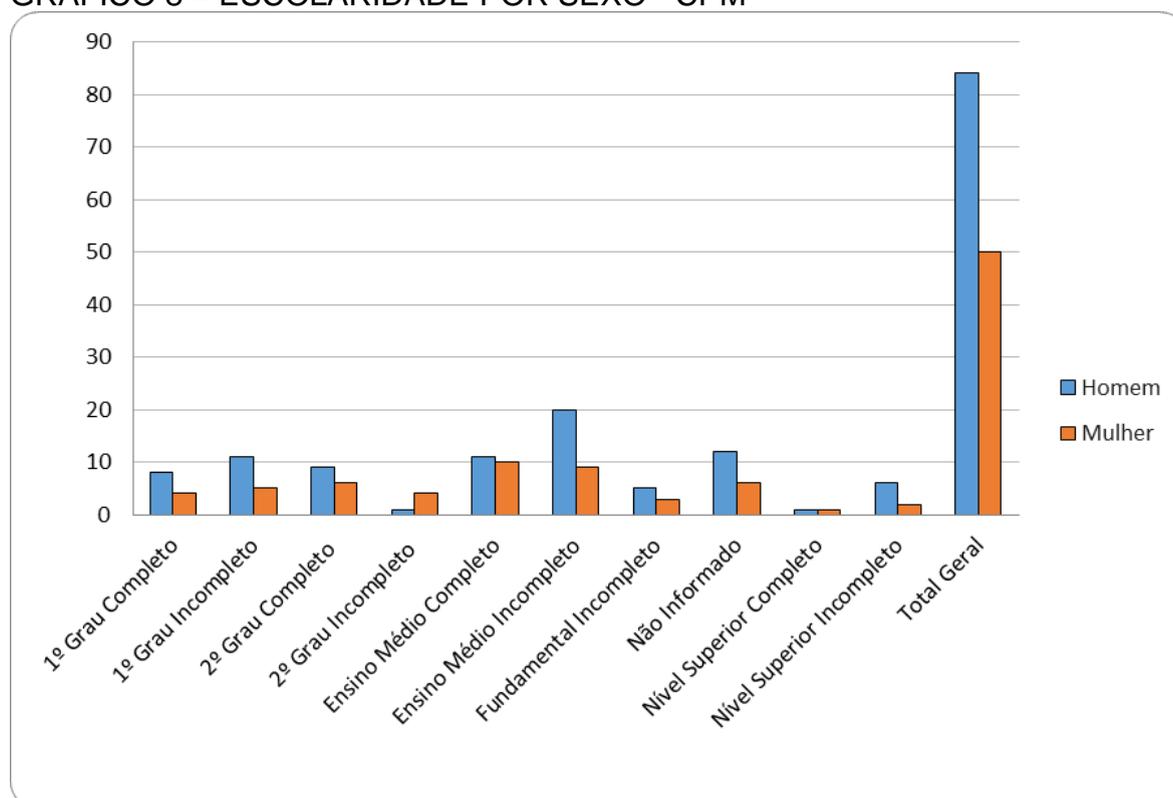
Estes acima condizem com a situação encontrada no Haiti, visto que no país a maioria da população possui baixa escolaridade e alta taxa de analfabetismo. Poucas têm condições de modificar o destino, inclusive submetendo-se às extorsões, tráfico de pessoas, no caso da mobilidade. Na busca de mudanças de vida e de trabalho, os homens, majoritariamente, na migração têm a oportunidade para tal e são os primeiros a se deslocarem, deixando para as mulheres a criação dos filhos. A situação das mulheres é agravada diante de um Estado ausente quanto aos direitos a estas e aos filhos, sobretudo no que concerne a direitos fundamentais, como as creches que possibilitaria estas ao espaço público (JOSEPH, 2015; ARAÚJO, 2004).

Quanto à mediação da divisão sexual do trabalho, observamos que no campo da educação, a escolarização masculina é priorizada, sobretudo no ensino do francês. As meninas entram tardiamente na escola, o que as disponibiliza para o

aprendizado das atividades domésticas. Portanto, a formação, seja institucional escolar ou familiar, é dada pela condição de gênero. Araújo (2004) alerta para a consolidação de uma formação societária patriarcal que pode ser vislumbrada distribuição dos alimentos no caso da escassez de alimentos, relatando que é prioritário alimentar a figura do chefe, ou seja, do pai, depois as mães e os filhos homens por idade e por último as filhas.

Ao trazermos os elementos do PIA para a análise, observamos que as mulheres haitianas que chegam em Cuiabá estão em um intervalo entre ensino médio incompleto e completo e isso tem impactos nas ocupações em que vão ser ou estão inseridas. Acrescenta-se a isto o envelhecimento raça, gênero e nacionalidade que dificulta ainda mais o acesso destas a melhores postos de trabalho.

GRÁFICO 8 – ESCOLARIDADE POR SEXO - CPM



FONTE: elaborada pela Autora

Destacamos ainda que mesmo as que possuem nível mais elevado de escolaridade, submetem-se a trabalho precarizado, diante das dificuldades estatais na revalidação dos diplomas, mas não apenas. A mediação da divisão sexual e racial do trabalho junto ao componente da nacionalidade implicam nos postos de trabalho diretamente.

Uma haitiana está empolgada em arrumar emprego na sua área. Formada em enfermagem, o primeiro emprego dela em Cuiabá foi em um supermercado onde ficou um ano e três meses. agora ela diz que a situação está mais difícil que na época da copa do mundo quando chegou. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 2015).

Em relação às remunerações, não conseguimos realizar um aprofundamento, pois o material que tínhamos em mãos não possuía essa informação. Trazemos assim, um dado nacional, entendendo que ele pode nos possibilitar a reflexão quanto a Cuiabá. Há um diferencial de rendimentos médios entre homens e mulheres migrantes reproduz, vez que as imigrantes recebem cerca de 70% do valor dos rendimentos dos trabalhadores do sexo masculino (Obmigra, 2020). Esses dados demarcam que a divisão sexual do trabalho tem marcas sobre as assimetrias salariais.

Como forma de saída dos baixos salários, o discurso do empreendedorismo aparece neste cenário como alternativa. Encontramos ainda nos dados a busca das instituições para responderem à demanda quanto às dificuldades de emprego, sobretudo associada a dificuldade no idioma e a escolarização. De acordo com dados da OIT, houve uma capacitação na Pastoral em 2017 junto ao curso de gastronomia da Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG) que versava sobre a fabricação de biscoitos. Este capacitou 32 haitianas a vender biscoitos nas Igrejas. Todavia, ao questionar informalmente no CPM se estas ainda fabricavam, a resposta que obtive foi que elas não querem mais vender, pois o retorno era pouco.

Consideramos assim que os elementos de uma sociedade marcada por ideologia patriarcal e racista, reforçam a divisão sexual e racial do trabalho e as acompanham quando estas se deslocam. No caso do Brasil, a formação sócio-histórica reverbera sobre a trajetória destas e acrescenta o elemento que as torna ainda mais invisíveis que é a nacionalidade. Assim, compreendemos que a classe, o gênero, a raça e a nacionalidade se imbricam no caso das haitianas no nosso país. Destacamos ainda que, embora as migrantes haitianas estejam no mercado de trabalho formal, as atividades domésticas e de cuidado ainda persistem. No próximo ponto buscamos trazer algumas mediações a partir dos dados levantados e da literatura realizada para compreendermos as nuances que afetam o âmbito do trabalho reprodutivo das migrantes haitianas.

5.5.2 O trabalho das haitianas no âmbito reprodutivo

Conforme apresentado no ponto anterior consideramos que a estrutura patriarcal e racista são elementos que configuram o mercado de trabalho das migrantes em Cuiabá e que junto ao elemento da nacionalidade, reforça a precariedade da inserção e manutenção destas nas atividades laborais, expressos no preconceito, na xenofobia, no racismo e no patriarcado que reforçam os traços antigos e se renovam tanto formação haitiana quanto brasileira.

A precarização da condição de vida das mulheres migrantes haitianas também ocorre no âmbito da reprodução, aprofundada com a sobrecarga das atividades domésticas, construídas historicamente como responsabilidade direta ou indireta das mulheres e que se efetivam em uma dupla jornada de trabalho (trabalho extradomiciliar e domiciliar). É na esfera privada que a reprodução ideológica do patriarcado que tem como mediação a divisão sexual do trabalho se perpetua.

A literatura sobre trabalho e gênero revela que as mulheres realizam suas atividades duplamente dentro e fora de casa, ao exercer no espaço público seu trabalho produtivo e no âmbito da vida privada, ter as horas despendidas ao trabalho doméstico, sendo as principais responsáveis. As jornadas duplas e triplas ocorrem de forma intermitente, sob a apropriação do tempo, inclusive de difícil apreensão da quantidade e revelam como o cuidado dos outros é na verdade, um não cuidado de si. (FERREIRA, 2017)

As ideologias que reproduzem a divisão sexual do trabalho, contribuem para a reprodução destas atividades corriqueiras e se articulam e reforçam os velhos estereótipos do patriarcado. No caso das migrantes haitianas é no ambiente doméstico e na vivência cotidiana que se proliferam os traços do patriarcado. Segundo jornal Diário de Cuiabá de 2014,

Segundo o coordenador da casa (...) fala ainda que os grupos de homens ou os que vivem só se alimentam muito mal ou até passam fome por não saber nada da lida do lar. O religioso explica que na cultura haitiana os homens são totalmente dependentes das mães ou esposas nas tarefas domésticas.

estudante D. de 32 anos não compreende por que as jovens brasileiras não gostam de serem tratadas como senhoras. Segundo ela, no Haiti é uma honra para qualquer mulher ser chamada assim, é quase um título.

A difícil situação de vida dessas mulheres intensifica-se, pois muitas enviam remessas para as famílias que ficam no país de origem e, com baixas remunerações, acabam endividadas. No ano de 2013, o jornal A Gazeta de 2014 trouxe relatos de haitianas que falam da chegada em Cuiabá. “Sainte Hellene veio para o Brasil com a filha na barriga e nasceu em solo brasileiro. O marido ficou e tentou vir para o Brasil. Rosemene era comerciante no Haiti e vendia alimentos no bairro que morava e hoje luta para conseguir um emprego para mandar dinheiro para o filho de 5 anos que deixou no Haiti.”

Joseph e Handerson (2015) apontam que no caso dos denominados países em desenvolvimento, as mulheres estão sendo, cada vez mais, responsáveis pela sobrevivência, não só de suas famílias, mas também da economia de seus países de origem, através das remessas enviadas. A ‘feminização da sobrevivência’ como determina Sassen (2010) revela que são as mulheres da classe trabalhadora, sobretudo, as mais empobrecidas, que inseridas, em sua maioria, no trabalho doméstico e na prostituição, são o sustento da família nos países periféricos.

Um outro dado importante sobre o Haiti e que tem implicações sobre a vida das mulheres é que há um alto índice de gravidez no país, particularmente entre as jovens de 15 a 24 anos que residem na área rural. De acordo com os dados apresentados na tese de Joseph (2015), as mulheres rurais representam 53% da população feminina e o índice de fertilidade nesta faixa etária é o dobro da população urbana, visto que possuem menos escolaridade e menos acesso à contracepção. Para a autora, os homens também sofrem os impactos do não acesso à educação sexual e da ausência de distribuição regular de preservativos.

A estrutura patriarcal de poder e controle dos corpos pelos homens ocorre também no caso de gravidez indesejada. A eles a única responsabilidade que lhes cabe é o coito. Às mulheres e aos filhos, o abandono dos parceiros. Segundo a autora, no Haiti, o que se tem é que a figura do pai é uma figura ausente, ‘morta’, em que ela denomina de ‘paternidade barata’, responsabilizando às mulheres pelo cuidado e sustento da prole.

os homens reconhecem apenas uma responsabilidade na reprodução: o coito. Os homens negam a paternidade com a expressão pitit sa a pa pou mwen (esta não é meu filho), levando ao reconhecimento não legal e à ausência de relação com as crianças. As mães se calam sobre esses pais ausentes ou os descrevem pejorativamente ‘ela deu a ele a parte inferior do corpo e que ele é morto (JOSEPH, p.02, tradução nossa).

A ausência da figura paterna, ou seja, a paternidade barata, reitera a divisão sexual do trabalho, que vai desde o controle da reprodução biológica à manutenção e sustentação da condição material de vida familiar. Além disso, confinam as mulheres às atividades domésticas bem como determina o trabalho na esfera produtiva, já que os trabalhos fora de casa condizem com a necessidade de sair para sustentar a família.

A divisão sexual do trabalho ocorre quando estas não se beneficiam das mesmas condições de trabalho que os homens, tampouco do tempo de trabalho. Os arranjos familiares tornam-se, assim, alternativas para a saída destas para o mercado de trabalho e ocorrem entre parentes do sexo feminino como as mães, tias, irmãs e primas que segundo uma de suas entrevistas demonstra isso ao relatar que “cada criança neste pátio (lakou) tem várias mães” (JOSEPH, 2017, p.03, tradução nossa).

Verifica-se neste contexto e na mobilidade das haitianas uma reconfiguração dos arranjos familiares, com número de mulheres chefes de família. Essa remodelação pressupõe mudanças no trabalho não remunerado, visto que põe em contradição o cuidado e provimento dos filhos mediante a inserção no trabalho remunerado, especificamente para as mulheres empobrecidas da classe trabalhadora.

Dito isto, a imbricação de produção e reprodução coloca as mulheres em atividades cansativas, rotineiras e invisíveis, são agravadas pelo empobrecimento faz com que muitas mulheres busquem ajuda de outros homens, já que a ausência destes ocasiona também uma ausência econômica familiar, ou seja, ‘um golpe’ para a sobrevivência destas. Ademais, ainda há os homens que roubam as próprias mulheres quando estas conseguem algum emprego.

Diante das condições materiais e subjetivas de vida, a autora apresenta que há um paradoxo na paternidade barata, pois mesmo sem conseguir sustentar os filhos, estas mulheres encontram como saída se relacionar com outros homens que elas sabem que virá seguido de outro filho. Para as mulheres esta ‘maternidade serial’, dada pelas gestações sucessivas de pais diferentes, o que possibilita alimentar e sustentar a família, mesmo que esporadicamente. O pai do segundo filho ajuda a criar o pai do primeiro, mas este também terá filho com ela. Em uma das entrevistas relata a autora para exemplificar que “outro homem me oferece 50 gourdes. Vou levar as 50 gourdes para economizar para meu filho. Para salvar meu

filho! Mas vou pagar as consequências depois. Por quê? Porque vou ficar grávida de novo (JOSEPH, 2017p. 04, tradução nossa). Este 'consentimento' embora seja forma de dominação é uma forma de saída também para o empobrecimento, mas que não retira das costas das mulheres, a responsabilidade com os filhos. Ao contrário, aprofunda a condição enquanto mulher, mãe e que provavelmente, se utiliza de uma rede de outras mulheres. Há aqui algo que nos chama atenção que é a luta das mulheres uma pelas outras, há um sacrifício neste cuidado.

As relações de classe implicam na condição de vida dessas pessoas e faz com que junto ao gênero, mediada pela divisão sexual do trabalho, se expressem no controle dos corpos e nas condições vivenciadas por estas. A reprodução sexual e a maternidade serial, neste caso, é participe deste sistema que relega as mulheres ao doméstico, ao cuidado com os filhos e a obrigação sexual. O sexo não é um prazer, mas associado a "miséria" e "vergonha".

Compreender as mulheres haitianas e seus processos de subjetivação requer olhar esse contexto hostil que os coloca no centro do jogo familiar, mantendo-os fora do jogo. sua árvore a genealogia fala mais de nascimentos do que de encontros, mais de abandono do que de amor. O resultado para elas é uma relação difícil com a sexualidade e o prazer. Essas mulheres contam um "romance amantes sem amor" descritos por árvores genealógicas que, por causa da paternidade barata e poliandria em série, são mais parecidos com arbustos anárquicos. (JOSEPH, 2015, p. 14, tradução nossa)

Ademais, destaca-se a dificuldade da saída dessas mulheres para o mercado de trabalho e para o trabalho doméstico e de cuidados quando não há o compartilhamento destas atividades, mas também mediante a ausência de políticas sociais, sobretudo no contexto neoliberal de cortes de financiamentos e investimentos na garantia de direitos que aprofunda as condições de precarização das mulheres. O Estado neoliberal tem não só impactado a vida das mulheres com a sobrecarga impostas a estas, bem como tem se apropriado do tempo do trabalho não remunerado das mulheres para suprir os limites de suas ações (FERREIRA, 2017). Observamos isso na escassez de serviços de creches nos dados encontrados nos jornais

Haitianos relatam que desde o ano passado tem participado de processo de matrícula, mas sem êxito e que chegou até a dormir na porta da unidade que ficou de retornar a ligação, mas sem sucesso. neste ano uma amiga brasileira fez o cadastro pela internet e fomos a creche, mas não tinha vaga. e que na secretaria o pai de um brasileiro solicitou vaga neste mesmo ano e conseguiu. A mãe de uma das crianças afirma "é muito complicado, eu e meu marido temos que sair para trabalhar

e cada dia temos que pedir para um vizinho ficar. isso é humilhante. (DIARIO DE CUIABA, 2017)

Pelo menos 20 crianças haitianas não foram contempladas em vagas nas creches e que muitos pais pensam em deixar os empregos pois não tem com quem deixar os filhos.

Muitos haitianos estão considerando a seletiva para a vaga discriminatória uma vez que os mesmos alegam não ter conhecimento de nenhum filho haitiano contemplado e estes passaram pela mesma seletiva que os brasileiros

eu pagava uma pessoa para cuidar, mas ela está cobrando 400 reais. Não tem como porque eu ganho 800. aí vem o leite do bebê vem o aluguel as contas, é muito complicado viver, disse Yves pai de uma das crianças.

A secretaria fala que não houve preconceito e o critério estabelecido foi proximidade. No caso das creches não foi possível contemplar pela alta demanda e pouca capacidade. A secretaria está contratando um especialista para fazer uma política de acolhimento. será feito um estudo de que forma eles poderão ser atendidos e há possibilidade que próximo ano haja um critério para contemplar estrangeiros (DIARIO DE CUIABA, 2017)

Diante dos relatos apresentados, observamos que a ausência de ações estatais no provimento de serviços que asseguram os cuidados das crianças, idosos e doentes, recaem sob a esfera privada exigindo das mulheres ou da vizinhança o cumprimento de tal, sobretudo de mulheres das camadas populares. Cabe destacar que a saída das mulheres do Haiti ocorre mediante a substituição destas em outras atividades. Exemplo disso no Haiti são as camponesas que migram para a capital Porto Príncipe para realizar o serviço doméstico na casa de quem as emprega, pois assim, podem investir em trabalho produtivo em outros países. A migração feminina haitiana acontece diante de dois fenômenos que se entrecruzam: ao tempo em que excluem certas mulheres do trabalho não doméstico, a disponibilizam para tal.

Haveria, portanto, uma cadeia de trabalho e migração em que as relações sociais de gênero, classe, raça ocorrem no Norte/Sul. Esta string também vincula a migração interna e migração internacional, assim como combina trabalho doméstico e trabalho não doméstico. (JOSEPH, 2017 p.06)

Na reprodução social cotidiana, a espera por creches reflete na condição de vida das trabalhadoras, visto que estas têm que disponibilizar seu tempo, inclusive de descanso, para as atividades reprodutivas e de cuidados e ir, seja em casa ou fora dela e ainda buscar por trabalho.

‘Particularmente, no caso das mulheres dos países periféricos, além das duplas jornadas de trabalho, são obrigadas a incorporar, como parte das suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveria ser de responsabilidade pública, a exemplo dos cuidados, dentre outros serviços (MOTA, 2013, s. p.).

Ademais, consideramos que as políticas sociais, principalmente de saúde, educação e assistência social comungam de uma orientação familista (MIOTO, 2008) que, embasadas na divisão sexual do trabalho e na reprodução da ideologia patriarcal, naturalizam os papéis dos sujeitos e centralizam a responsabilidade às mulheres em atividades como acompanhamento da alimentação, do registro de vacinas, manutenção do peso dos filhos e frequência escolar; ou seja, a família se resume, neste sentido, a figura da mulher.

Portanto, as tarefas da reprodução social voltada aos cuidados e que se utiliza do trabalho não remunerado das mulheres na esfera privada é apropriada e explorada pelo Estado capitalista em atividades que deveria ser realizada por estes, aprofundando a condição de trabalho destas mulheres. Observamos assim que a produção e a reprodução do trabalho (remunerado ou não) gera uma forma particular de exploração pautada na flexibilidade e na precarização das mulheres trabalhadoras e que recai sobremaneira as mulheres empobrecidas e racializadas que tem que articular o trabalho doméstico não remunerado com o trabalho produtivo.

Diante do exposto, consideramos que existem quatro invisibilidades, que se enovelam, e servem para o que a estrutura capitalista-racista-patriarcal atue mediante a (não) atuação estatal como forma de apropriação, exploração e dominação do trabalho das migrantes, que no caso das haitianas referem-se a condição de classe, raça, gênero e nacionalidade, mediadas pela divisão sexual e racial do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que iniciamos a construção desta tese, sabíamos que o caminho a ser percorrido não seria fácil. Era o início do governo de Jair Bolsonaro e as eleições já haviam demonstrado que os traços conservadores desta sociedade seriam aprofundados. No campo acadêmico, a corrente conservadora e moralista reverberava sobre as pesquisas, por meio dos cortes orçamentário, mas sobretudo, pela tentativa de nos calar! Para nós feministas, os discursos perpetrados de combate ao marxismo cultural e a ideologia de gênero influíram em perseguições nas salas de aulas, nas nossas palestras e nas pesquisas elaboradas. Apontar esses elementos, revelam a dificuldade em realizar pesquisa de cunho crítico neste país!

Adensa-se a esse contexto, a crise sanitária, iniciada em 2020 e ainda em andamento, que apresenta impactos mundiais e escancara a desigualdade estrutural do capitalismo. São milhões de mortos, desempregados, pessoas com fome em filas de ossos, desabrigadas e sem perspectivas de um futuro. Acrescenta-se a isto, o ódio ao outro como o elemento propulsor da nossa sociedade. Os discursos racistas, xenofóbicos, machistas e a violência tornaram-se práticas naturais, ainda mais quando reforçados pelos governos conservadores, negadores da ciência.

Este cenário internacional e nacional caminhou parecia nos acompanhar nos lugares, nos noticiários, nas propagandas e na realidade que saltava aos olhos, constituindo-se como plano de fundo do nosso objeto. Na realidade concreta, em cada lugar que andávamos em Cuiabá, havia uma mulher e com uma criança embaixo da ponte, ou nos serviços os de limpeza e nos setores de serviços. No começo desta pesquisa eram as haitianas, depois as venezuelanas. No final da tese, as senegalesas. O que isto representa? Para nós, que não havia mais qualquer possibilidade de invisibilizá-las. Eram elas quem estavam ocupando os espaços dessa cidade. Era um grito!

A migração feminina alicerçada pelas relações de opressão-exploração-dominação da classe, gênero e raça nos impeliu a analisar o contexto mais amplo da

migração, fruto da sociabilidade capitalista e que tem no cenário atual expulsado as pessoas de seus lugares na busca de sobrevivência e, ao mesmo tempo, nos possibilita compreender as particularidades que engendram a mobilidade feminina. Os esforços teóricos empreendidos buscaram apresentar este fenômeno calcado nas relações sociais, sem realizar pretensas generalizações, o que nos permitiu entender que o fenômeno migratório, inscrito na realidade, é complexo, dinâmico e contraditório e que, portanto, deve ser analisado na sua totalidade.

Esta tese foi realizada a partir de uma vasta literatura, aprofundada com a teoria feminista crítica e com os levantamentos de dados e as observações empíricas do cotidiano no intuito de construir aproximações sobre o tema. A nossa proposta centrou-se em compreender o mercado de trabalho para mulheres migrantes no Brasil, mais especificamente a particularidade das haitianas, mediada pela divisão sexual e racial do trabalho no Brasil.

Dito isto, essa análise nos levou inicialmente a compreender o contexto mais amplo da mobilidade humana enquanto aspecto da sociabilidade para depois desmembrar nas particularidades da vida e do trabalho das mulheres migrantes. Empreendemos que como determinação capitalista, a migração de pessoas tem sido aprofundada pela atual crise capitalista de 2008 que alavancou um aumento da parcela de pessoas desempregadas e pauperizada, que expulsas de seus territórios, tem sido utilizada para o aumento da exploração da mão de obra capitalista, pois, disponíveis, sujeitam-se a qualquer tipo de trabalho e salário para a manutenção material da própria vida e da família. As políticas de contenção e de restrição de mobilidade, a negação de direitos fundamentais às pessoas deslocadas demonstra como a política de morte perpetrada pelo estado burguês-capitalista aprofundam a exploração de trabalhadoras e trabalhadores.

No contexto atual, são as mulheres migrantes que atendem a um perfil da flexibilização, em que a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e perda de direitos, compõem a estratégia para aumentar o lucro capitalista. Mediada pela divisão sexual e racial do trabalho, o rebaixamento da condição de ser mulher é implicado por uma estrutura patriarcal que dita a existência de atividades ditas femininas ou masculinas como parte de um processo natural e/ou espontâneo, e que as relegam aos trabalhos consideradas 'menos qualificados', portanto, de menor valor. As relações de opressão e dominação impactam de forma diferenciada na

exploração destas, pois em um conjunto associado, revelam a hierarquia que as colocam em patamares considerados inferiores aos homens. É nessa assimetria que se assentam a exploração, dominação e opressão de classe, gênero e raça.

A hierarquização mediada pela divisão sexual e racial do trabalho relega as mulheres a postos de trabalhos mais precários, salários mais baixos e em atividades da reprodução do trabalho, situada no trabalho doméstico (remunerado ou não) e nas atividades de cuidados, o que as tornam invisíveis. Quando associadas ao componente raça, esta precariedade acentua-se. A análise empreendida na tese evidenciou as contradições presente nos últimos 50 anos no que concerne ao trabalho feminino, pois embora tenhamos vivenciado uma feminização no mundo do trabalho, com maior acesso das mulheres aos mais diversos postos de trabalho, esse ingresso e permanência não se deu com uma melhora na situação de vida das mesmas, tampouco a desresponsabilizou das atividades vinculadas ao lar e aos filhos.

No que concerne ao fluxo migratórios, obtivemos que as mulheres estiveram durante anos invisibilizadas deste processo, seja pela imagem ideal que concerne o migrante a figura masculina e/ou porque os estudos que abordaram até 1980 retrataram a mobilidade feminina a partir de uma perspectiva androcêntrica, colocando-as no papel de agentes passivas do processo para fins de reunificação familiar. Embora esta motivação não tenha modificado, observamos que, houve um aumento da participação destas nos fluxos migratórios, com a denominada, feminização da migração. Todavia, esta vem acompanhada de outros dois fenômenos, feminização da pobreza e do trabalho.

A síntese apresentada nos estudos revelou que, embora muitas migrem sozinhas, estas cumprem um papel fundamental para a manutenção material da família e dos filhos por meio do envio de remessas. A mobilidade feminina é parte, assim, do projeto familiar, sobretudo das mulheres negras. Cabe destacar que migração destas, traz concomitante, a responsabilidade de outras mulheres na esfera doméstica e do lar. Portanto, a saída destas, mesmo que de forma temporária, envolve um ciclo: mulher que vai migrar que era responsável pela esfera doméstica – mulheres que ficam que contribuíam antes na esfera com estas que ‘decidem’ migrar – mulheres que ficam e acumulam as responsabilidades – mulheres que enviam dinheiro para cuidar dos que ficam no país de origem.

As aproximações sucessivas realizadas de forma teórica com a temática e com a realidade empírica por nós experienciada em Cuiabá, nos levou a questionar o que particularizava o mercado de trabalho das haitianas na capital mato-grossense. O caminho encontrado para tal provocação nos possibilitou, por meio dos dados disponibilizados pelo Centro Pastoral para Migrantes realizar algumas considerações que consideramos importantes. Dentre elas, a importância da mobilidade haitiana, nas últimas décadas, na elaboração dos estudos no campo das Ciências Sociais que tem impellido um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores a pensar sobre os denominados 'novos fluxos migratórios' que surgem no cenário atual da ampliação das contenções de fronteiras, das restrições das políticas migratórias ao tempo em que mercadorias transitam livremente entre os países. Este cenário ocasiona uma reorganização geopolítica que coloca os migrantes, sobretudo os empobrecidos da classe trabalhadora a se deslocarem para o Sul global. São os periféricos na periferia.

A pesquisa considerou que chegada dos migrantes haitianos (atualmente venezuelanas, senegaleses e cubanos) no Brasil tem levantado questões sobre o papel do país na reorganização da divisão internacional do trabalho. No plano imediato, tem se consolidado enquanto lócus da rota ou destino nos novos fluxos migratórios, o que tem impellido ao Estado repensar sobre as políticas migratórias. Do *estrangeiro suspeito ao suspeito migrante* revela que a mudança no plano político e normativo que vai do Estatuto do Estrangeiro de 1980 a Nova lei da Migração de 2017 não pode ser analisada sem descortinar os traços da nossa formação socio histórica que requereu, desde a colônia, migrantes para uma política de embranquecimento do país, polarizando-os entre desejáveis e indesejáveis. Pensar a mobilidade no país é entender que ela é marcada por traços colonialistas, racistas, patriarcais, xenofóbicos que se renovam em práticas embebidas de 'mito da democracia social'. O caso da migração haitiana é emblemático para esta compreensão, pois foi criada uma imagem de país acolhedor repassado sobretudo quando a tropa brasileira cumpria a 'Missão de Paz' no Haiti. Todavia, o que elas e eles têm encontrado aqui é o reforço das práticas anteriores de forma reatualizada, exemplificadas no caso da nossa pesquisa, no preconceito, na xenofobia e no trabalho escravo.

Destacamos que em quase todos os jornais analisados, na sua maioria, encontramos casos que remetessem ao preconceito e a xenofobia. Quanto aos dados da Pastoral, indicamos que a ausência do componente raça nos Planos e nas atividades encontradas demarcam como o racismo estrutural no país é estruturador das políticas que possibilitam ou não a inserção e permanência dos migrantes. De modo contraditório, observamos em alguns dados a organização dos migrantes na cidade o que tem impelido aos governos locais a (re)pensarem estratégias e políticas. Na elaboração final desta tese, tivemos acesso a um Projeto de Lei que tem tramitado na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso de incentivo ao empreendedorismo de migrantes no estado. Ainda incipiente, concluímos que as pressões por parte da sociedade e das instituições tem dado maior visibilidade a mobilidade internacional no Estado.

Sobre as análises dos Planos de Atendimento relatamos que as inconsistências encontradas nos dados da Pastoral revelaram a forma como o aparato estatal neoliberal brasileiro tem conduzido as políticas migratórias. A constituição do migrante estrangeiro ao migrante suspeito reitera a postura racista e xenófoba que permeiam os traços da formação brasileira e demonstra a fragilidade na garantia de direitos, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Nova Lei da Migração em prol de um discurso de segurança nacional. As falas de ódio proferidos aos migrantes considerados suspeitos, leia-se negros e indígenas, reforçam os aspectos conservadores dessa sociedade que encontram no atual governo de Jair Bolsonaro elementos para a perpetuação da polaridade entre migrante desejado e indesejado, reatualizadas a partir da perspectiva do embranquecimento do país.

Ainda sobre os desafios da recente da política migratória, nos cabe refletir como o Estado tem responsabilizado a sociedade civil no trato com as expressões da questão social. Cabe acenar que, no cenário do aumento dos fluxos migratórios, o papel da Pastoral da Migração tem sido de suma importância no acolhimento e encaminhamento destes no país. Todavia, trata-se de uma instituição sem fins lucrativos de cunho religioso que na construção do país tem se construído a partir de práticas assistencialistas e filantrópicas. Por outro lado, cabe destacar a importância desta nos debates com a sociedade e na luta por direitos junto a população migrante.

Sobre os dados encontrados, afirmamos ainda que as análises efetuadas compuseram um conjunto de elementos que nos remeteram a uma síntese que reverberou não somente no estudo sobre o mercado de trabalho para mulheres haitianas, mas na chegada e a permanência desta população no Mao Grosso e na capital cuiabana, na estrutura familiar, na responsabilidade com os filhos e na reorganização na cidade.

Os dados que implicam os anos de 2013 a 2019 encontrados, revelaram que, diferente do contexto internacional, a migração haitiana é masculinizada, o que não implica na ausência destas nos fluxos migratórios. Ao contrário, consideramos que esta mobilidade é invisível e isto se apresenta tanto nos dados (PIAs e jornais) encontrados como no cotidiano cuiabano. Nas inconsistências dos dados, assinalamos, inclusive, que muitas respostas podem ter sido respondidas por homens, o que demonstra a fragilidade dos documentos para pensarmos nas análises, mas também na formulação de caminhos no que concerne a elaboração e efetivação da política social.

A invisibilidade para nós ocorre pela: 1) a mobilidade é historicamente considerada masculina; 2) os elementos de raça, classe e gênero enovelados escondem a realidade das mulheres; sejam na esfera produtiva quanto reprodutiva, 3) a dificuldade no idioma local as colocam em patamares mais escondidos; 4) a ocupação nos postos de trabalho precarizados e informais revela um traço marcante do componente que reitera a mediação com a divisão sexual e racial do trabalho, jogando-as a trabalhos considerados femininos, portanto, com rebaixamento de valor; 5) pelo cuidado com os filhos, mesmo que residindo em outros países, no país de origem ou em Cuiabá, as relegam a esfera doméstica, portanto, no âmbito privado; 6) acrescenta-se a isto o elemento da nacionalidade que aprofunda a condição de ser mulher, negra e da classe trabalhadora. Para nós este nó aprofunda a condição de invisibilidade das mulheres haitianas na capital e no mercado de trabalho.

Outro elemento que sobressaltou a escrita desta tese e que a deu o título, foi o silenciamento das mulheres. Observamos que o patriarcado é elemento constitutivo da formação haitiana que impõe as mulheres ao lugar privado e as relega a obrigações domésticas e do cuidado, sobretudo quando os homens migram. Nesta direção foi importante recuperar elementos do país. Esse 'achado da

pesquisa' nos possibilitou entender que os motivos da baixa presença destas nos espaços em que frequentamos na pesquisa e nas análises sobre o mercado de trabalho para as haitianas em Cuiabá por meio dos dados é traço marcante do patriarcado na sociabilidade haitiana. O que nos levou a considerar que há um aprofundamento desta estrutura, já imbuído na história destas mulheres, quando pensamos a migração, a condição de vida e de trabalho destas no Brasil.

Quanto ao mercado de trabalho reiteramos o que os dados nacionais apresentam: as mulheres haitianas em Cuiabá ocupam os postos relegado às atividades mais precarizadas, sobremaneira nos setores de serviços. Ademais, a baixa escolarização e a dificuldade do idioma reforçam a condição precária de vida e de trabalho destas. Este conjunto reforça que o trabalho da mulher migrante é aprofundado pela classe, raça e gênero. Observamos que no caso das haitianas, o elemento da nacionalidade é fulcral para a inserção ou não no mercado de trabalho.

Nas aproximações sucessivas sobre a temática, o breve estudo sobre a formação haitiana um elemento contraditório se apresenta no que concerne ao papel destas mulheres que é a importância que estas possuem na manutenção da família e dos filhos por meio das atividades desempenhadas no comércio. Todavia, consideramos que, embora pilares da manutenção familiar, os encargos do trabalho doméstico para estas não cessam, sobretudo com a migração masculina.

Trazemos ainda em formato de pontos, algumas mediações que não conseguimos aprofundar neste estudo, mas que apresentam relevância no campo da migração para estudos posteriores:

- Os impactos da crise pandêmica na remodelação dos fluxos sul-sul que pode ter ocasionado uma saída do país, mas também, retorno de migrantes. Fazemos este apontamento, pois apreendemos que, em momentos de crise, os fluxos tendem a modificar. No momento em que estávamos realizando o levantamento de dados, pessoas advindas do Senegal e Cuba procuraram o Centro;
- O papel da maternidade na migração e o “matriarcado da miséria”, termo dado por Sueli Carneiro (2011) que reflete no papel das mulheres que mesmo em condições de desigualdades, mas que encontram formas de resistência;

- O aumento e a invisibilidade do trabalho escravo da população migrante, sobretudo daqueles e daquelas que não fala o idioma nacional;

- Observamos que os estudos sobre os fluxos Sul-Sul apresentam ainda lacunas nas pesquisas sobre discussões mais aprofundadas quanto a América Latina, África e Caribe bem como o entendimento da estrutura racista enquanto mediação que possibilita compreender este ‘novo’ fenômeno da migração não-branca, advinda de países periféricos que migram para países periféricos. A necessidade de um aprofundamento sobre colonização destes países que tiveram sua formação realizada pelas mãos de migrantes, originários sobretudo da África, possibilitaria pensar, por exemplo, como estes aspectos refletem em práticas xenófobas e racistas.

- A relação da religião com a mobilidade das mulheres e os impactos desta na vida e trabalho destas nos países de origem e nos de chegada, visto que, no caso das haitianas, os dados apontam que mais de 80% destas estão inseridas nas igrejas neopentecostais, o que pode reverberar no silenciamento;

- A análise dos lugares criados na cidade que implicam na fragmentação espacial, mas também podem ser analisados a partir da construção de resistência e visibilidade desta população.

Ademais, a mobilidade haitiana nos põe uma outra provocação para pensarmos os desafios sobre os estudos migratório que é como apreender a dinâmica de ‘pessoas em movimento’. Quais os caminhos a serem trilhados? Quais técnicas poderiam nos levar a apreender esta realidade? Quais indicadores?

Por fim, esperamos que as aproximações apresentadas nesta tese possam trazer outras reflexões para os estudos migratórios no âmbito das Políticas Sociais quanto no Serviço Social que englobem não apenas os aspectos econômicos, mas que propiciem desvelar que estes fluxos possuem classe, gênero e raça neste contexto que tem resvalado aos nossos corpos não apenas dores, mas potência! Que a nossa raiva, diferente dos conservadores, nos mobilize para a luta por uma outra sociabilidade.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, Feminismos e enfoque de gênero. Revista Crítica Marxista, São Paulo, v. 11, p. 98-108, 2001.

BOYD, M., GRIECO, E. **Women and Migration:** Incorporation gender into International Migration Theory. 2003

BABIC, B. Migrações Sul-Sul. In: **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

BAENINGER, R. *et al.* **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

_____. **Migração Feminina:** um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, 2012.

_____. **Migrações Sul-Sul.** In BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino et alii (orgs.). Migrações Sul-Sul. 2ª edição. Campinas SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

_____; PERES, R. **Migração de crise:** a migração haitiana para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, SP, v. 34, n. 1, p. 119-144, 2017.

BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. Gli immigrati in Europa. In: BASSO, Pietro; 18 PEROCCO, Fabio (Orgs.). Gli immigrati in Europa: **Diseguaglianze, razzismo, lotte.** Milano: FrancoAngeli, 2003.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo : Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo.** São Paulo: Cortez,

2016.

BRASIL. Lei nº 6.185, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.
» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CABRAL, Cristiano. Violência no campo e a luta por humanos direitos à vida, à terra e ao trabalho. In: WERNER, Inácio; SATO, Michèle (orgs.), Relatório Estadual de Direitos Humanos e da Terra: Mato Grosso 2015. Cuiabá: Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso, 2015.

CARNEIRO, S. “A **mulher negra na década** – a busca da autonomia. Apresentação”. Cadernos Geledés nº 5, São Paulo, outono 1995.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTLES, S. **Entendendo a Migração global**. Uma perspectiva desde a transformação social. REMUH. 2010

CASTLES, S.; MILLER. **The age of migration**. Internacional Population movements in the modern world. New York. The Guilford Press, 1993

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

CAVALCANTI, L... [et al], (org). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2004**. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cji-in/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CISNE, M. **Gênero e divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Relações sociais de sexo, —raça/etnia e classe: uma análise feminista-**

materialista. In: *Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COGO, Denise Maria.; BADET, Maria. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores – Migrantes no Brasil**. Bellaterra: Instituto Humaitas; Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB, 2013. (Coleção: Guias De Diversidade Cultural Para Comunicadores).

CHAUÍ, M. **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COGO, Denise Maria.; SOUZA, Maria Badet. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores – Migrantes no Brasil**. Bellaterra: Instituto Humaitas; Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB, 2013. (Coleção: Guias De Diversidade Cultural Para Comunicadores).

COTINGUIBA, Geraldo C.; PIMENTEL, Marília L. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. São Paulo: Travessia: v. 70, 2012

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo. Boitempo, 2016.

DURAND, Jorge; LUSSI Carmem. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015

DUTRA, Delia da S. M. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília**. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.

_____. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 21, n. 40, p. 177-193, jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/11.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019 .

DUTRA, Delia *et. al.* Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. In. CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2015. p.74-135.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, M. V. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas**

de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências Recife, 2017. (tese)

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho. **Revista Em Pauta**, v. 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora.** As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2015.

HANDERSON, J.; JOSEPH, R.-M. **As relações de gênero, de classe e de raça:** mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 1-33, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/17266>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

_____. **O Novo Imperialismo.** 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOGO, Graeme. Migrações internacionais não-documentadas: uma tendência global crescente. **Revista Travessia**, n. 30, Ano XI. São Paulo: CEM, 1998.

HIRATA, H. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos Pagu**, pp. 139-136, 2001. HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2004.

HIRATA, H.; LÊ DOARÉ, H. Os paradoxos da globalização. **Cadernos Sempreviva.** Sempreviva Organização Feminista (SOF). São Paulo, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio *A ideia de Brasil moderno.* São Paulo: Brasiliense. 1996

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre a consciência e a emancipação. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. _____. **Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JOSEPH Rose-Myrlië (2015). « L'articulation des rapports sociaux de sexe, de classe et de race, dans la migration et le travail des femmes haïtiennes » (450

pages). Thèse de doctorat. Université Paris Diderot et Université de Lausanne (cotutelle). https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_48416CEEA72A.P001/REF

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e c consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 86, março 2010.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.;

GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). Travessias na desordem global – Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

MANDEL, E. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese (doutorado) - Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017

MAROKVASIC, M. L'a mobilité transnationale comme resource: le cas de migrants del'Europe de l'Est. Culture et Conclts, 32, 2002.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das Migrações ? Disponível em : http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf, Acesso em setembro, 2012. [Cf. versão em inglês do artigo publicada na REMHU, v.15, n.29, 2007].

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO M.C.S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 9a edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – Um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OBMIGRA. Relatório Anual 2015. Cavalcanti, L.; Oliveira, T.; Tonhati, T.; Dutra. D(Orgs.) Brasília: OBMIGRA; MTPS; CNIg; CGI. 2015. p. 71 a 88. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm> Acesso em: 13 de out. de 2018.

OBMIGRA. 2015. A inserção de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Seção 4. Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. Brasília: OBMIGRA. Dutra, Delia (et. al) (org.) V. 1, N. 2, 2015, p. 74. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/obmigra/imigracao/> Acesso em 08 fev. 2019

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho – OIT. Cidadania, direitos humanos e tráfico de pessoas: manual para as promotoras legais populares. Brasília, 2009.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho – OIT. Uma Aliança Global contra o Trabalho Forçado. Brasília, 2005.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas – ONU. A armadilha do gênero; mulher violência e pobreza. Relatório da ONU. Anistia Internacional, 2009.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas – ONU. Relatório da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2005.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios internacionais recentes de e para o Brasil e políticas sociais: um debate necessário. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). Travessias na Desordem Global – Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

PEDONE, Cláudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. UNED – Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales. n. 19, p. 101-132, 2017.

PERES, R. G. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2009.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SÁ, Rogério de Oliveira. Dinâmica da acumulação do capital no Norte de Mato Grosso: estudo relativo à indústria da madeira e da carne (1970-2007). 2010. 104f.

Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional) - Faculdade de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: realidade e mito. São Paulo: Expressão Popular, 2013. [Originalmente publicado em 1969]

_____. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Movimentos Sociais: a face feminina. In: CARVALHO, Nanci (org.). A condição feminina. São Paulo, editora vértice, 1988

SANTOS, Cleusa. Migração e trabalho. Desvendando o enigma da superpopulação. In: Anais XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social realizado de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2014, em Natal/RN.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org) Território, globalização e fragmentação. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SASSEN, Sasken. Contrageografía de la globalización. Madrid: Traficantes de Sueños. 2003.

_____. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. 1.ed. Rio de

Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2016

SILVA, Patricia Ronsalina da. TRABALHO ESCRAVO EM MATO GROSSO: O (DES)FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE COMBATE E RESGATE DOS TRABALHADORES In: SILVA, Marluce Souza e; SILVA, Patricia Ronsalina da. (Orgs). Desmonte e (Des)financiamento das políticas sociais. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2022. [Recurso On-line, 283p.]

SOUSA JÚNIOR, J. A Reestruturação Produtiva e a Crise da Escola. (Tese).Belo Horizonte: UFMG, 2001.

SPRANDEL, M. A. Políticas migratórias no Brasil do século XXI. In: Seminário Internacional Deslocamentos, Desigualdades e Direitos Humanos. Anais... São Paulo, 6 e 7 de julho de 2012.

SPRANDEL, Marcia Anita. Leis migratórias e conservadorismo parlamentar no Brasil: o caso da Lei 13.445, de 2017. In. FERNANDES, Duval et al. Cadernos de Debates: Refúgio, Migrações e Cidadania, v.13, n.13, p. 37-60, 2018. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em:

<<https://www.migrante.org.br/publicacoes/caderno-de-debates/caderno-de-debates-13-refugio-migracoes-e-cidadania/>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

» <https://www.migrante.org.br/publicacoes/caderno-de-debates/caderno-de-debates-13-refugio-migracoes-e-cidadania>

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M.. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VILLEN, Patricia. **Imigração na modernização dependente:** “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

_____. **Mulheres na imigração qualificada e de baixa qualificação:** uma modalidade da divisão sexual do trabalho no Brasil. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ALAST, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16411893-Mulheres-na-imigracao-qualificada-e-de-baixa-qualificacao-uma-modalidade-dadivisao-sexual-do-trabalho-no-brasil.html#show_full_text>. Acesso em: 29 jun. 2019.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília, ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 18, n. 2, pp. 104-112, 2004.

YASBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TABELA DE JORNAIS E NOTÍCIAS HAITI 2013 A 2017

ANO	JORNAL	REPORTAGEM	TRECHOS
2013	A Gazeta – 24 de dezembro	Haitianos COMPARTILHAM SAUDADE e a fé no futuro	<p>Eles chegam aos poucos em busca de trabalho. Sem conhecer o português e com pouco dinheiro</p> <p>na pastoral do migrante toda semana chegam haitianos em busca de abrigo e apoio. no local, as pessoas recebem ajuda para a regularização de documentos e para conseguirem empregos com carteira assinada.</p> <p>só podem ficar na casa até receber o primeiro salário.</p> <p>Sainte hellene veio para o Brasil com a filha nabarriga e nasceu em solo brasileiro. o marido ficou e tenta vir para o Brasil.</p> <p>Rosemene era comerciante no Haiti e vendia alimentos no bairro que morava e hoje luta para conseguir um emprego para mandar dinheiro para o filho de 5 anos que deixou no Haiti</p> <p>o haitiano passou por dificuldades até atravessar a fronteira e chegar no Acre</p>
2014	Diário de Cuiabá 24 de março	Gueto haitiano em Cuiabá	<p>com uma população de duas mil pessoas e faixa etaria de 25 a 40 anos os haitianos começam a fcriar guetos em Cuiabá. um dos maiores esta instalado no jardim el dorado na regioa do bairro planalto e ja esta sendo chamado de “vila haitiana” eles vivem proximos e juntos</p>

	<p>Diário de Cuiabá 23 e 24 de março</p>	<p>Na "Vila Haitiana" mora a esperança</p>	<p>com uma população de duas mil pessoas e faixa etária de 25 a 40 anos . ha um bar comandado por uma mulher. nele se escuta musicas e é um ponto de encontro dos haitianos.</p> <p>o haitiano contou que a esposa trabalha em um friigorifioco e que a filha passa o dia em um creche publica. ele esta desempregado e paga 400 reais de aluguel.</p> <p>eles reclamasm dos baixos salarios e estão sendo sustentados por amigos e parentes</p> <p>o padre coordenador da pastora exolica que os haitianos estao em fase de acomodação . viver em grupo é uma tentativa de autodefesa e preservar a identidade</p> <p>para o padre "enquanto de um lado estao os empregadores com expectativas que nao podem ser atendidas do outro estao os haitianos com a ilusao de bons salario. quem era pedreiro no haiti nao passa de servente no Brasil.</p> <p>conforme o coordenador o haitiano nao tem o corpo treinado para oito ou mai horas diarias de trabalho na construção civil .</p> <p>diz que o problema no país é a falta de politica migratoria 'nosas fronteiras sao abertas mas na base do cada um se vira como pode"</p> <p>depois de trabalhar dpis meses em uma media de 10 horas semanasi na construção de casas populares dois haitianos continuam sem dinheiro para pagar o luguel alimentaçoa e outras despesas básicas. cada uim ergueu pelo menos</p>
--	--	--	--

		<p>quatro moradias. para cada casa receberia 700 reais, portanto um crédito de 2,8 mil junto a empresa que os contratou. entretanto, além de não quitar a dívida com os irmãos, a empreiteira emitiu cheque sem fundos.</p> <p>para casos como este a superintendência do trabalho e emprego atua por meio do balcão do direito do trabalho na casa do migrante. que funciona com uma auditora que orienta sobre trabalho, contratações e palestras com capacitações sobre a legislação brasileira</p> <p>a casa do migrante funciona há mais de 30 anos pela igreja católica e tem capacidade de 57 pessoas. há pouco mais de dois anos quando começaram a desembarcar os primeiros haitianos a casa vem funcionando com lotação máxima</p>
A gazeta – 10 de abril de 2014	Instituições não se separam	<p>as instituições não tiveram tempo para se preparar adequadamente.</p> <p>não estamos conseguindo atender nem os haitianos que temos hoje, imagine os que vierem mais. acredito que pelo fato de Cuiabá estar se tornando um grande canteiro de obras, o interesse deles em trabalhar na construção civil é grande. porém nem todos conseguem uma boa colocação devido aos problemas locais ou até por questões deles como o idioma, diz a coordenadora do Centro de Referência dos Direitos Humanos.</p>
Diário de Cuiabá – 05 de maio	Agora, os Senegaleses	“os senegaleses chegam e encontram na

			<p>informalidade do comercio oportunidade de obter uma renda e ajudar a família,</p> <p>Diferente dos haitianos, os vemos nas ruas da cidade e não necessariamente em guetos</p> <p>‘quem passa por vias como a rua 13 d e junho e a avenida Isaac Povoas, na região central, provavelmente já avistou os senegaleses como vendedores ambulantes e comercializando basicamente óculos e relógios.</p> <p>“um amigo quem trouxe”</p> <p>“ a minha família ficou”</p> <p>Sobre o visto ‘eles limitam-se a dizer que não pretendem ficar muito tem na capital”</p>
	<p>Circuito Mato Grosso – 29 de maio a 04 de junho</p>	<p>Estrangeiros enfrentam dificuldades</p>	<p>As dificuldades enfrentadas desde o país de origem como ditadura guerras terremotos</p> <p>“falta de políticas publicas, de emprego”</p> <p>Idioma é uma das principais dificuldades. “ amaioria não entende nem sabe falar o português e tem grandes dificuldades de arrumar emprego na sua área de formação e acaba sendo direcionado para a construção civil.</p> <p>“as empresas tem se aproveitado da falta de conhecimento desses . entre os problemas estão a demissão logo após os três meses de experiencia. Muitos com nível superior estão sendo contratados como serventes cuja remuneração fica entre o salario mínimo e 1mil reais.”</p> <p>“praticamente 99% são contatrdos como serventes apesar de desempenharem serviço de pedreiro.</p>

			<p>Dispensam dizendo que eles não se adaptaram, mas na verdade não querem pagar os direitos deles, diz Rafael Lira</p> <p>“informaram que são bem recebidos e que gostam da receptividade dos brasileiros</p>
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio a 04 de junho	Projeto tenta amenizar problema	Na UFMT oferece curso de línguas com 50 vagas dos inscritos tem médicos, professores, engenheiros mas que não podem exercer a profissão.
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio a 04 de junho	Atendimento básico é dificultado pelo idioma	Não saber o português implica no dia a dia em atividades comuns como se locomover na cidade ir ao médico.
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio a 04 de junho	Falta de conhecimento gera preconceito	<p>A copa é a principal forma de mão de obra com as construções</p> <p>10% dos haitianos que chegaram no acre, em torno de 20 mil, estão no Mato Grosso</p>
	Circuito Mato Grosso – 29 de maio a 04 de junho	Haitianos não são únicos estrangeiros	Senegaleses que encontram no Brasil a oportunidade de trabalho
	Diário de Cuiabá – 22 e 23 de junho	Cultura e Costume, o grande desafio	<p>“após três anos da chegada de haitianos, ainda tentam se adaptar. (...) o ritmo diminuiu nos últimos três meses, despencando de uma média de 50 para 10 por semana, segundo dados da coordenadora da Casa do Migrante.</p> <p>“ninguém hoje deveria se surpreender com grupos deles pela cidade ou em ser atendidos em bares, restaurantes ou lojas.</p> <p>“a maioria está empregada como servente ou pedreiro, mas podemos vê-los nas avenidas sob o sol causticante, varrendo e pintando meios-fios.</p>

		<p>Segundo o coordenador da casa “eles têm o porte físico avantajado, mas lhes falta cultura para o trabalho, também não estão acostumados a serem mandados.</p> <p>“fala ainda que os grupos de homens ou os que vivem só se alimenta muito mal ou até passa fome por não saber nada da lida do lar”</p> <p>“ o religioso explica que na cultura haitiana os homens são totalmente dependente das mães ou esposas nas tarefas domésticas”</p> <p>“balcão do emprego instaurado na casa, 200 empregadores se cadastraram interessados na mão de obra haitiana e 1500 haitianos foram encaminhados na vaga de emprego.</p> <p>Para a auditora, a construção civil equivale a 70%. Percebe o sofrimento deles para tentar se adaptar a jornada de trabalho sob o sol de 40º graus</p> <p>Senai forneceu cursos de capacitação</p> <p>“com salário de 1.200 conta que manda 500, valor que equivale a 3mil gourdes. O dinheiro é depositado para a mãe a quem cabe a tarefa de fazer a divisão entre ela e os dois filhos . são 150 para cada e 200 para os pais.</p> <p>No Haiti aproximadamente 60% da população é subnutrida, com o IDH baixo</p> <p>Overno escancarou as portas sem ter um plano de</p>
--	--	--

		<p>ssistencia, tanto para abrigar, como para mercado de trabalho</p> <p>“ a estude D. de 32 anos não compreende porque as jovens brasileiras não gostam de serem tratadas como senhoras. Segundo ela, no Haiti é uma honra para qualquer mulher ser chamada assim, é quase um título</p>
A Gazeta – 15 de junho	Haitianos buscam emprego	<p>“dificuldades em entender as leis trabalhistas e o modo de atuação regido pelas empresas são vistos como entraves</p> <p>“ a oferta de trabalho diminuiu mesmo antes do início da Copa e deve cair ainda mais. Com isso muitos estrangeiros que tinham trabalho temporário não renovaram seu contrato”</p> <p>Todos os dias vários haitianos voltam a papstoral para ver se conseguem empregos” – os que não se adpataram</p> <p>‘eles não aceitam os descontos e cabam deixando os empregos</p> <p>“eles pegaram quantia emprestada no Haiti e são muito preocupados em pagar essa dívida. No começo muitos mandavam o que recebiam para os familiares</p>

			O diretor da pastoral acredita que a quantidade de haitianos vindo para o Brasil deve diminuir com a mudança da política de recepção no estado do Acre.
	A Gazeta – 15 de junho	Qualificação pode dar resultado	Cultuura de trabalho distinta “qualificação direcionada é uma das formas de aproveitamento da força de trabalho, gerente do SENAI.
	Circuito Mato Grosso – 23 a 29 de outubro	Edição Orfãos da Copa: 1.Hiatianos clamam por assistência 2. Permanencia é uma bandeira 3.Organização pede ajuda 4. Outro lado	“cerac de 5000 haitianos deixaram o Mato Grosso. Deste número, 80% são homens. Após os festejos da Copa parte dos imigrantes encontra-se desempregado, sem assistência do governos. Observar pelas ruas vendedores ambulantes, além de alguns na construção civil ou em bares e restaurantes Parte desses sofre com a exploração por parte dos empresários que se aproveitam da vulnerabilidade dos haitianos. “as vezes as empresas pagam um valor diferente aos haitianos. Dai eles fazem um trabalho que um brasileiro não quer fazer. Um haitiano faz porque precisa de dinheiro. Eles tem uma obrigação a pagar, aluguel, comer e manter a família que deixaram no Haiti, disse o presidente da OSAMB “muitos falam em espanhol, mas para quem não fala é uma dificuldade muito grande.

			<p>Segundo presidente muitos se arrependem de ter vindo ao país devido as dificuldades, mas não podem voltar por causa dos altos preços das passagens. Que as vezes chega a 7 mil reais</p> <p>O governo municipal e estadual para mim não fazem nada</p> <p>2.Muitos demoram para ter o visto permanência. Segundo presidente não há prazo para conseguir o documento que garante mais liberdade nas atividades.</p> <p>“aqui é melhor que em meu país, tem mais qualidade de vida.</p> <p>Organização – a Orgaização de Suporte das atividades dos haitianos no Basil objetiva o contato entre os órgãos públicos .</p> <p>“Fui a Camara dos vereadores para falar sobre esta preocupação. Depois da copa muitos estão desempregados e também doentes sem ter um mecanismo, pensamos em uma ligação com o governo.</p> <p>A Setas atua em três frentes: encaminhamento para o mercado de trabalho, orientação sobre o</p>
--	--	--	---

			<p>mercado de trabalho e encaminhamento para cursos de qualificação</p> <p>A secretaria avalia que o desemprego se da pela alta rotatividade deles. Empresários reclamam da falta de compromisso deles em saírem sem dar satisfação. Além disso parte exige contratação em grupo e maioria se apresenta com pouca ou nenhuma qualificação</p> <p>Sobre a baixa remuneração fala que é o mesmo e sobre exploração fala não saber</p> <p>A prefeitura falou que não há projetos em especificos, mas que oferece o mesmo atendimento de assistência social e de saúde dispensado aos haitianos</p>
	Diário de Cuiabá – 19 de outubro	Falta amparo a haitianos	<p>O Ministerio Publico federal instaurou iquerito civil publico para fiscalizar a assistência prestada aos haitianos pelo Poder Publico</p> <p>Segundo a pastoral há um termo junto com o MP do trabalho que ajuda nos encaminhamentos para o trabalho</p> <p>“mas chegam aqui, o custo de vida é alto, quando saem da pastoral precisam pagar aluguel, luz, agua, alimentação.</p>
	A Gazeta – 21 de dezembro	Mais haitianos devem chegar	<p>O CNImg prorrogou prazo para concessão de visto</p>

			<p>humanitário para haitianos para outubro de 2015</p> <p>Em 2013 o Mt foic o 9º estado a receber em numero estrangeiros com vinculo formal de trabalho com 1573 registros e grande parte é haitiana.</p> <p>A mediação do trabalho pela pastoral, acontece pela suerintendencia regional do trabalho.</p> <p>“fazem uma propagada que eles vão receber um salario inicial de 2mil a 3 mil reais, o que não é nemr perto a realidade</p> <p>Muitos virão pela prorrogação do visto</p> <p>Esta semana 500 haviam chegado ao abrigo em Rio branco no Acre e cuiaba sera o novo destino após regularizarem</p> <p>“o que eles encontram aqui é decepção após terem sido enganados pelos coiotes no Haiti. Esles se endividam para chegar aqui e tem que pagar a divida além de sustentar a família</p>
	A Gazeta – 21 de dezembro	Promessa é de altos salários	<p>Para pagar os atravessadores, eles se assustam comm os salários pagos no MT que chega a 1/3 do valor prometido pelas pessoas que vendem a travessia para o Brasil.</p> <p>Os que chegaram primeiro estão em uma segunda fase de adaptação que inclui nascimento dos filhos</p>

			<p>e integração mais profunda ao mercado de trabalho.</p> <p>“no Haiti falam que o salário aqui é muito alto e a gente vem”</p>
	A Gazeta – 21 de dezembro	‘Boom’ não segurou empregos	<p>Preconceito, emprego que mal pagam as despesas</p> <p>O controle e condições de trabalho é feito quando eles estão em emprego formal</p> <p>“foi venddo que Cuiabá havia um boom de construção civil e o estado não estava preparado. Faltavam empregos para as pessoas aqui.</p>
2015 a	A gazeta – 01 e 02 de janeiro	Haitianos vieram para ficar	<p>O ANO DE 2014 FOI DE MUITO TRABALHO. ja estao em uma nova fase de migração com abertura do negocio proprio e a possibilidade de trazer a familia.no jardim el dorado foi formado um pequeno oasis haitiano em que uma familia vai recomendando para outra.</p> <p>ação de brasileiro que vendeu passagens falsas para o haiti e sumiu com o dinheiro</p> <p>ate a comunicação com a familia é dificil porque nao da para ligar para o haiti das operadoras daqui e tem que conversar pela internet.</p> <p>adiana passou por um longo caminho até chegar a Cuiabá . A gente ganha pouco e tem que economizar para o dinheiro chegar ate o fim do mÊs.</p>
	Diário de Cuiabá – 03 a 05 de janeiro	MT hoje tem assistência hoje a grupo de haitianos	<p>estado tem cerca de 4 mil migrantes oriundos do Haiti, send que 50% está na capital, por falta de emprego muitos dependem da Pastoral</p>

			<p>a falta de politicas publicas ´para haitianos é uma realidade de Mato Grosso. uma estimativa da Casa do Migrante é que cerca de 2 mil haitianos tentam ganhar a vida.</p> <p>hoje a pastoral recebe apoio da Prefeitura , com o Ministerio do Trabalho.</p> <p>Em novembro o MPF instaurou inquerito para fiscalizar a assistencia publica. e o procuradou encaminhou oficio a SEJUDH pedindo informacoes sobre a assistencia prestadaaos haitianos pelo Centro.</p> <p>segundo o padre a pastoral ainda é 'inexperiente' no atendimento a estrangeiros. 'nos temos muita dificuldades, já que ainda falta um entendimento para o trato com os mesmos'</p>
	Diário de Cuiabá – 03 a 05 de janeiro	Inserção no mercado é mais difícil para migrantes	<p>a maior dificuldade ainda é a inserção no mercado de trabalho. segundo diretor da pastoral a politica para empregar essa população precisa ser mudada.</p> <p>a média de tempo de espera para um trabalho chega a ultrapassar 15 dias</p> <p>segundo ele a maior parte dos haitianos na capital conseguiu empregar durante a copa na construção civil principalmente homens por terem mais facilidade para se comunicar .</p> <p>na opiniao da haitiana a dificuldade de se comunicar é o que impede de arranjar uma vaga e um bom salário.</p>
	Diário de Cuiabá – 11 de março	Índios e haitianos são alvos fáceis	situação dos indígenas e dos haitianos em Mato Grosso preocupa os membros da

			<p>Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-MT). Os dois grupos dicação do Trabalho Escravo</p> <p>considerados dois alvos estão sendo aliciados para trabalhar em condições análogas a escravidão. além de indígenas, os haitianos também estão sendo aliciados para trabalhar em fazendas do interior.</p> <p>São dois grupos sociais que preocupam muito. Eles vão trabalhar nesses locais,</p> <p>sem carteira assinada e em troca de nada, de um salário qualquer.</p> <p>“já recebemos informações de que um grupo que está em sinop encontra-se em situação precária. não faz tempo que resgatamos outros novem em Cuiabá.</p> <p>o secretario da Setas destaca que existem evidencias de que nos ultimos 10 anos mais de cinco mil trabalhadores foram tirados dessa condição. e diz "Infelizmente não conseguimos ainda provocar uma erradica-</p> <p>a cultura de empregadores, que ainda estão praticando essas atividades criminosas"</p>
	Diário de Cuiabá - 24 e 25 de março	Haitianos	<p>uma investigação da Abin concluiu que a rede de coites que trazem imigrantes haitianos para o Brasil já faturou cerca de 180 milhões. ao todo 38 mil deles entraram no Brasil nos ultimos 4 anos. a</p>

			porta de entrada deles é o Acre. de lá para ca imigrantes ilegais se espalham por outros estados, inclusive Mato Grosso
	Diário de Cuiabá – 21 e 22 de junho	A luta dos haitianos para estudar	<p>o que esta sendo oferecido são projetos pontuais. na capital ate o primeiro semestre do ano passado os haitianos aprendiam o portugues em cursos rapidos ministrados por voluntarios na Casa do Migrante.</p> <p>a seduc se viu obrigada a abrir salas especiais para ensinar a lingua materna. os primeiros 100 haitianos jovens e adultos estudaram em salas empestadas.</p> <p>com cerca de 1mil alunos entre surdos, cegios, cadeirantes e egressos do soistema prisional, a escola resolveu a questão da falta de espaço e abriu salas para haitianos no bairro CPA III.</p> <p>mas precisava de professor de creoulo .</p> <p>o CEJA Almira de amorim Silva tornou-se referencia no atendimento a haitianos.</p> <p>na rede municipal de Cuiabá desde 2013 os filhos de haitianos, em sua maioria, nascidos no Haiti podem ser vistos em creches e escolas . na creche localizada no Planalto são atendidos 13 haitianos com idade de 01 a 04 anos.</p> <p>a presença de haitianos leveoiu uma demanda que o municipio não estava preparado.</p> <p>o coordenador do EJA diz que atender os haitianos está sendo um desafio , mas garante que em breve o Estado terá uma polítuca de educação</p>

			<p>para os haitianos.</p> <p>o conselho pela igualdade racial percebeu que a demanda da lingua portuguesa trouxe tambem a necessidade de efetivar políticas e não limitar o atendimento a iniciativs isoladas.</p>
Folha do Estado – 10 de agosto	Numero de haitianos dispara e chega em 5 mil		<p>A setas afirma que a migração de haitianos cresceu 150% nos ultimos dois anos. segundo a Pastoral o numero girava em torno de 2.000. em dois anos e meio a Superintendencia do Trabalho emitiu cerca de 3.500 carteiras de trabalho e Previdencia social para migrantes vindos da Am,erica do Norte</p> <p>entre 2013 e 2015 a casa recebeu 2242 do haiti.</p>
Folha do Estado – 10 de agosto	Salários baixos são entraves aos migrantes		os migrantes relatam que existiemoportunidades de emprego mas a remuneração é baixa
Folha do Estado - 10 de dezembro	Situação de haitiano vira alvo de denuncia		o comite estadual de defesa dos direitos doi migrante entregou uma denuncia sde suspeita de negligencia no atendimento de uma haitiano no HMPS apos uma tentativa de homicidio
	Pelo menos 500 haitianos sofreram violência no MT		<p>dos 2.500 que vivem em cuiabá pelo menos 500 ja sofreram algum tipo de violência. houve aumento de agressoes. sao roubos e furtos e a principal motivação para a violencia é a xenofobia e o racismo</p> <p>“A venderora de produtos ambulantes Azuila afirma que ja sofreu discriminação por ser negra. “ cheguei em Cuiabá sem nenhuma estrutura de vida. Sou enfermeira formada e quando fui buscar empergo nos hospitais, senti a discriminação popr ser negra.</p>

			A setas afirma que a migração de haitianos cresceu 150% nos últimos dois anos
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Saudade aperta, mas esperança se renova	fala sobre a saudade no Natal
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Oportunidade de trabalho escassas	a pastoral estima ter recebido mais de 3 mil haitianos nos últimos anos. a maioria traidos pelas obras das copas que trariam empregos para homens e mulheres. o desemprego tem deixado os migrantes preocupados . houve distribuição de cestas basicas para mulheres.
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Haitianos e Brasileiros – Tradições parecidas	a haitiana está 2 anos em Cuiabá com o marido e queria que o filho estivesse aqui
2016	A gazeta – 3 de fevereiro	Entidade também atende refugiados	o centro de referencia em direitos humanos do estado de Mato Grosso atende migrantes e regugiados. assuntos como exploração do trabalho principalmente de bolivianos e haitianos
	Folha do Estado – 18 de março	Haitiano, que ficou paraplégico, quer um abrigo	a suspeita é que o motivo seja xenofobia. a esposa veio do haiti e ambos estão “morando” no pronto socorro.
	A gazeta – 20 de março	Homem atira e fere 4 haitianos em um bar	tentativa de hacina praticada contra haitianos em um bar frequentado por eles jo jardim EL dorado. 4 haitianos foram baleados
	A gazeta – 25 e 26 de março	Haitianos lutam para conquistar espaço e respeito	nos últimos anos cruzar com haitianos nas ruas de Cuiabá tornou-se rotineiro. sao 5 mil na capital e estima-se 6 a 7 mil no Estado de acordo com a embaixada no Haiti. mesmo depois de 4 anos a violencia difiultaa integração com a sociedade.
	A gazeta – 25 e 26 de março	Um povo e suas inúmeras lutas	aproximadamente cinco mil haitianos moram na capital. Em 2015 o setor de migração da Polícia Federal de Mato Grosso apontou que ate

			<p>novembro o estado tinha 8.919 estrangeiros registrados.</p> <p>a violencia é algo que dificulta a integração "Segundpoa Secretaria de Segurança Publica do Estdado de 2013 ate 26 de março de 2016 , 128 ocorrencias envolvendo haitianos como vitimas foram registradas contra 68 como suspeitos.</p> <p>duas dessas tiveram grande repercussão sendo elas a tentativa de chacina no Bairro El dorado que trouxe ate Mato Grosso o conselheiro da Embaixada Haitiana no Brasil e o outro caso que o conselheiro comenta a possibilidade de ser xenofobia.</p> <p>a presidente da Comissão de dieritos humanos da OAB també acredita que as ocorrencias ssejam referentes a xenofobia uma vez que se tratam de casos isolados e que os indices de violencia em todo o Estado está muito alto</p> <p>o bar citado funciona també como mercearia onde os haitianos se encontram para conversar, beber e se divertir</p> <p>Meline Senatus conta que em 2015 foi vitima de violencia de um assalto. Além disso ela conta que está desempregada e que tem sido dificil encontrar emprego mesmo falando portugues ainda que com um pouco de dificuldade</p> <p>a padaria moinho conta com 25 haitianos que</p>
--	--	--	--

			desenvolvem as variadas funções como cuidado com o estacionamento, confeitaria, dentre outros. o gerente conta que as vezes é preciso recorrer ao interprete do crioulo
	Diário de Cuiaba – 26 de março	Haitianos em Cuiabá começam organização	<p>a medida que se estabelecem eles procuram se organizar e passam a lutar por direitos. Foi neste intuito que um grupo de haitianos procurou a OAB para a criação de uma entidade que os ajude a enfrentar as dificuldades ou problemas referentes a trabalho, educação, saúde, discriminação, falta de documentos, entre outros.</p> <p>criação da associação mato-grossense do migrante</p> <p>a oab tem acompanhado a invisibilidade que vem acontecendo com os migrantes haitianos que acabam não sendo reconhecidos como sujeitos de direitos.</p> <p>a legislação brasileira preve os mesmos direitos e deveres igual a qualquer cidadão brasileiro.</p> <p>na capital um dos apoios tem sido o Centro da Pastoral para Migrantes que atendeu 954 pessoas no ano passado. Lá elas ficam por um periodo de 1 a 4 meses. no mesmo periodo foram feitos 1300 encaminhamentos para o trabalho</p> <p>na capital também esta sendo criada outras associações uma delas é a de Defesa dos</p>

			<p>Haitianos.</p> <p>segundo o presidente dentre as dificuldades é o não reconhecimento dos diplomas que faz com mesmo tendo formação unioversitaria, trabalhem de ajudante de pedreiro ambulantes limpeza, dentre oiutros.</p>
A gazeta- 20 de março	Palco aberto para celebrar o Haiti		<p>comemoração ao dia da bandeira do Haiti celebrado no dia 18 de maio , o museu Historico de Mato Grosso promove na sexta dia 20 o evento o Hait é aqui. o evento foi realizado a partir do contato com a Conselheira Estadual da Educação que mostrou preocupação com a presença haitina em Cuiabá</p> <p>recitar poesia, banda de grupos haitianos, teatro, djs.</p> <p>“o objetivo do evento é chamar atenção da população de Cuiabá e de Varzea Grande para a presença de haitianos</p>
Diário de Cuiabá – 25 e 26 de junho	Haitianos deixam Cuiabá		<p>o terremoto que devastou o Hati em 2010 transformou Cuiabá em um canteiro de obras. A copa é passado e o Brasil está em crise. Sem horizonte esses migrantes fazem o caminho de volta ou buscam outros países.</p>
Diário de Cuiabá - 25 e 26 de junho	Au revoir, Cuiabá		<p>os mais de 2000 migrantes haitianos que migraram para Cuiabá nao veem mais a oportunidade de reconstruir a vida. a maior delas estaria na falta de trabalho. sem emprego, o sustento estaria ficando cada vez mais dificil .aqueles que ha quase seis anos fizeram o trajeto para vir para Cuiabá estão fazendo as malas e indo para outros países e muitas vezes voltando</p>

			<p>para casa.</p> <p>situação confirmada pelo presidente da associação de haitianos. para ele a primeira dificuldade encontrada foi o idioma. com o passar do tempo os problemas foram aumentando. foram surgindo preconceitos na area da saude, da educação e lazer.</p> <p>“muitas pessoas chegam com diploma, mas aqui no Brasil isso não vale nada.</p> <p>“quando nós haitianos vamos procurar emprego, eles dizem que não tem vagas para estrangeiros.</p> <p>muitos trabalhavam lá em cargos mais altos. contudo, aqui acabam, na maioria das vezes, encontrando trabalho de serviços gerais ou auxiliar de produção.</p> <p>“como eles precisam trabalhar, acabam pegado qualquer coisa. mas hoje, o que acaba acontecendo é que muitos não estão sequer conseguindo emprego. Acabo semanalmete recebendo relatos de haitanos que afirmam que vão a procura de trabalho e não encontram vagas.</p> <p>ainda existe muito preconceito em relação ao estrangeiro.</p> <p>um dos preconceitos em relação ao haitiano é considerá-lo comop preguiçoso.</p> <p>para ele isso é mentira uma vez que são os mais assíduos e mais pontuais. sao tambem o que mais cobram seus direitos.</p>
--	--	--	---

			<p>os salarios tambem não sao nada atrativos girando em torno de um salario minimo.</p> <p>a secretaria de assistencia oferece assistencia e atendimento aos migrantes por meio do Centro Pastoral para migrantes .</p>
A gazeta – 08 de julho	Haitianos que não chegaram		<p>muitos haitianos chegaram ao Brasil, mas um grande numero nunca chegou . “ninguem sabe para onde foram estas pessoas. eu tenho para mim que elas foram vitimas de trafico de pessoas, denuncia um integrante da Organização de suporte a atividades do migrante no Brasil.</p> <p>dados internacionais apontam que cerca de 45 milhoes de pessoas são vitimas de trafico e no Brasil, cerca de 160 mil .</p>
Circuito Mato Grosso – 20 a 26 de outubro	Sufrimento...Esperança		<p>haiti pais que instaurou a primeira republica das Americas. ainda que as interperies insistem em colorir o país com tons de cinza, o povo haitiano traz na alma cores de alegria, da perseverança espelhadas no azul do mar do Caribe.</p>
Circuito Mato Grosso – 20 a 26 de outubro	Haitianos vivem batalha		<p>pais de 27mil km e cerca de 10 milhoes de habitantes</p> <p>muitos ja passaram por cuiaba mas ja foram emboradecepcionados com o desemprego, preconceito e xenofobia.</p> <p>podm vir para o Brasil e daqui ir para outros</p>

			<p>lugares como Canadá , EUA, França e Guiana Francesa.</p> <p>Segundo presidente da associação cerca de 1000 haitianos ainda vivem em Cuiabá e Varzea Grande so que destes 60% estão desempregados. apesar da crise o movimento migratorio não cessou e varia pessoas estão otimistas na esperança de chegar aqui e conseguir emprego.</p> <p>a coordenadora da pastora diz que passa em torno de 10 haitianos por semana. muitos possuem parentes e amigos e vão a pastoral para auxílio na regularização de documentos.</p> <p>Aqui a maioria está trabalhando, e lá é pouca gente que trabalha, diz o haitiano. então se voce vai a outros países voce tem que trabalhar e ajudar os outros irmão que deixou para tras, não so com alimentação mas ajudar a aprender alguma profissão, fazer faculdade.</p> <p>uma haitian está empolgada em arrumar emprego na sua area. Formada em enfermagem, o primeiro emprego dela em Cuiaba foi em um supermercado onde ficou um ano e tres meses. agora ela diz que a situação esta mais difícil que na época da copa do mundo quando chegou</p> <p>o programa emprego rede é realizado desde maio de 2016. segundo a superintendencia do SIE o</p>
--	--	--	---

			<p>programa mostra resultados positivos para incluir haitianos no mercado de trabalho. dese o mes de mio foram 400 atendimentos e mais de 80 encaminhamentos. ate o momento 22 haitianos foram incluidos no mercado de trabalho pelo programa.</p> <p>os setores que mais contatam são para cargos que exigem menos qualificação e pouca experiencia como atendente de lanchonete pedreiro e servente de pedreiro.</p> <p>a gente disponibiliza vagas na pastoral. é um atendimento exclusivo para eles. com isso temos colocado varios estrangeiros no mercado de trabalho e temos oferecido qualificação tambem.</p> <p>Um navio da marinha do Brasil seguiu para ilha apos o terremoto levando cerca de 700 toneladas de material destinado a ajuda humanitaria e para as tropas da /marinha e do Exercito brasileiro. desde 2006 tropas militares se fazem presentes no haiti quando o governo passou a copmpor a missaço das nações uniodas para estabilização no haiti.</p> <p>muitos ahitianos que querem vir ao brasil se submetem a qualquer tipo de trabalho. chegam ao brasil sem dinheiro.</p> <p>alguns empresarios se valem da vulnerabilidade e os submetem as condiçoes de trabalho analogo a escravidao. ha registros de 21 haitianos nessa situação.</p>
--	--	--	--

			<p>muitos deles chegam por coiotes que cobram preços exorbitantes para viagem do haita a republica dominicana depois de aiao ao panamá e peru e de onibus ao brasil e entram nas cidades de tambatinga e brasileia</p>
	A gazeta – 25 e 26 de dezembro	Haitianos se unem numa grande família	<p>sao homens e mulheres que vivem em cuiaba com faixa etaria de 20 a 40 anos . muitos deles- a maioria- deixam filhos para tras. na luta pela sobrevivencia e adaptação longe de casa costumam andar jntos. muitos moram em republicas e dividem o alugel com ate mais de 10 pessoas</p> <p>Ve racismo e preconceito na hora da contratação destacando que os haitianos são de pele mais escura. “sem serviço, sem serviço”.</p> <p>a maioria dos haitianos são protestantes</p>
2017	Diário de Cuiabá – 08 de fevereiro	Familias de haitianos não conseguem vaga em creche	<p>Haitianos relatam que desde o ano passado tem participado de processo de matricula mas sem exito e que chegou até a dormir na porta da unidade que ficou de retornar a ligação mas sem sucesso.</p> <p>“neste ano uma amiga brasileira fez o cadastro pela internete fomos a creche mas não tinha vaga. e que na secretaria o pai de um brasileiro solicitou vaga neste mesmo ano e conseguiu.</p> <p>a mae de uma das crianlças afirma “ é muito complicado, eu e meu marido temos que sair para</p>

			trabalhar e cada dia temos que pedir para um vizinho ficar. isso é humilhante
	Diário de Cuiabá – 09 de fevereiro	Haitianos fora das creches já somam 20	<p>Pelo menos 20 crianças haitianas não foram contempladas em vagas nas creches e que muitos pais pensam em deixar os empregos pois não tem com quem deixar os filhos.</p> <p>Muitos haitianos estão considerando a seletiva para a vaga discriminatória uma vez que os mesmos alegam não ter conhecimento de nenhum filho haitiano contemplado e estes posaram pela mesma seletiva que os brasileiros</p> <p>eu pagava uma pessoa para cuidar, mas ela esta cobrando 400 reais. não tem como porque eu ganho 800. ai vem o leite do bebe vem o aluguel as contas, é muito complicado viver, disse Yves pai de uma das crianças.</p> <p>a secretaria fala que não houve preconceito e o criterio estabelecido foi proximidade</p> <p>no caso das creches não foi possível contemplar pela alta demanda e pouca capacidade</p> <p>a secretaria esta contratando um especialista para fazer uma politica de acolhimento. será feito um estudo de que forma eles poderão ser atendidos e há possibilidade que proximo ano haja um criterio para contemplar estrangeiros</p>

			<p>Pelo menos 5 mil crianças em idade de creche não serão atendidas no município de Cuiabá. O ano letivo que iniciou no dia 6 de fevereiro e não comportou a demanda por falta de vagas. O balancoda Secretaria Municipal deEducação (SME) apontou qes matrículas via web somaram 8.877 pré-matrículas. Na capital apenas 3.712 vagas sãoofertadas. Deste total, 3.405 sao para crianças de zero a 3 anos e 307 para as de 4 e 5 anos.lo em Cuiabá sio 51 crechesAo todo elas uma naárea rural), 15 CMEI (CentroMunicipal de Educação Infantil) e 2 CEEI (Centro Emergencial</p>
Diário de Cuiabá – 11 e 12 de fevereiro	Prefeitura promete vagas para haitianos		<p>“as crianças terão vagas garantidas nas creches de cuiabá, firmado em uma reunião com a secretaria de Educação, haitianos e defensoria e deve atender cerca de 50 filhos de haitianos .</p> <p>não foram levados os criterios de vulnerabilidade da familia</p> <p>“o presidente da associação afirma que a maioria dos pais destas crianças está desempregado e precisa de ajuda para conseguir vagas nas creches.</p> <p>A secretaria falou que irá discutir a criação de uma política de educação migratória, preparar os professores, alunos e funcionarios de escola para acolher bem os estrangeirosnaturalizados, para evitar qualquer bullyng, principalmente devido ao</p>

			<p>choque cultural .</p> <p>A SME está contatando uma equipe multidisciplinar, inclusive com interpretes para montar essa poliotica e dar suporte as crianças .</p> <p>alem disso a sme faz mapeamento para saber as regioes e as unidades que mais recebem demandas</p> <p>“ao todo em cuiaba são 51ncreches . a secretaria confirmou que a demanda excede o numero de vags e geram um banco de dados</p> <p>alguns parlamentares repercutiram na tribuna as denuncias de vagas nas creches, reclamações de usuarios sobre não cumprimento do critério de proximidade na hora da pre-matricula e discriminação na cedencia de vagas para haitianos.</p>
	Diário de Cuiabá – 06 e 07 de maio	Desemprego é o novo drama para os haitianos	<p>cerca de 80% das mulheres que vivem em Cuiabá estao desempregadas, dos homens este numero chega a metade. os haitianos vivem diariamente em um teste de sobrevivencia</p> <p>muitso haitianos estão sobrevivendo de solidariedade</p> <p>para o haitiano C um dos fatores dificultadores é a linguagem. outro motivo é a proibição de trabalhar como ambulante no centro. além de ser clara a a seleção nos empregos quando se trata de haitianos e brasileiros.</p>

			<p>“precisamos de políticas públicas que de segurança aos migrantes . afinal a situação do haitiano desempregado é pior do que a do brasileiro, o brasileiro ao menos tem seu grupo de amigos e familiares para ajudar.”</p> <p>os imigrantes em geral tem chegado diariamente, dentre eles cubanos, venezuelanos, dominicanos e encontram uma problemática pela frente que é o desemprego.</p> <p>além disso uma empresa que decide demitir um funcionário, certamente optará em primeiro lugar por demitir aquele que veio de fora. da mesma forma se for contratar alguém e houver um haitiano e um brasileiro, ele optará pelo segundo.</p> <p>a estimativa no Mato Grosso segundo a associação dos haitianos é de que vivam pelo menos quatro mil haitianos , dois mil só em Cuiabá.</p> <p>“o número é inferior ao início pois muitos, decepcionados, decidiram voltar para casa . uns vivem de aluguel</p>
--	--	--	---

